

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**A DIMENSÃO SUBJETIVA DO TRABALHO PRECOCE
DE MENINOS E MENINAS EM CONDIÇÃO DE RUA EM
JOÃO PESSOA (PB)**

MARIA DE FATIMA PEREIRA ALBERTO

RECIFE, MARÇO DE 2002

MARIA DE FATIMA PEREIRA ALBERTO

**A DIMENSÃO SUBJETIVA DO TRABALHO PRECOCE DE
MENINOS E MENINAS EM CONDIÇÃO DE RUA EM JOÃO
PESSOA (PB)**

Tese de Doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Sociologia da Universidade Federal de
Pernambuco, sob a orientação do
Professor Dr. José Carlos Vieira
Wanderley.

RECIFE, MARÇO DE 2002

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Carlos Vieira Wanderley (orientador)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Ivonita Maria Albertim da Trindade

Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. LÍlian Maria Junqueira

Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr. Milton Raimundo Cidreira de Athayde

Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Prof. Dr^a. Emília D’Rodat Moreira

Universidade Federal da Paraíba

DEDICATÓRIA

A Pedro, meu amado filho, que deu razão e sentido à minha vida e de quem
roubei o tempo da maternagem para fazer a tese.
A Jonas, companheiro cujo amor é a argamassa para juntos construirmos sonho
e realidade.

In memoriam

Dos meus pais, Terezinha e Alcides, que me ensinaram a crer no saber, mas se foram antes que eu lhes dissesse ter aprendido.

AGRADECIMENTOS

A todos os meninos e meninas em condição de rua que cruzei na caminhada, em direção à batalha da vida, e que aceitaram ser sujeitos e parceiros na construção desta tese. Em especial a Elton, cuja experiência na rua o fez perder a guerra e foi desviado para a morte.

Ao professor José Carlos Vieira Wanderley (Sociologia – UFPE), que aceitou minhas teimosias e colaborou na construção da tese.

À professora Bernardete Macedo (Serviço Social – UFPE), que conheci no percurso e cuja co-orientação me ajudou a dar forma a esta tese.

Ao pessoal do Grupo de Pesquisa Subjetividade e Trabalho (GPST), companheiros de jornada e de sonhos: Anísio, Helena, Helder, Luciano, Nalva, Edil, Nilma e Sarita.

A Mery Yale, amiga que não sabia ter e que, incansavelmente, ajudou-me a organizar as idéias.

A Bernadete Nunes, cuja criatividade ajudou-me a embelezar esta tese.

A Irene Machado, que me ensinou a cultivar amizades.

A Eliana de Abreu, cujo trabalho possibilitou-me liberar-me de parte das minhas funções como mãe e dona de casa.

A todos os amigos que me ajudaram a construir esta tese, dentre eles, Socorro Mariano e Célia Alberto, cujas contribuições na coleta de dados e na digitação das entrevistas foram de suma importância.

Aos colegas do doutorado: Márcia Costa, Márcia Couto, Márcio Cannielo, João Moraes, Paulo Dércio, Sérgio Alves e Roberta Lins.

Ao CNPq e à CAPES pelo apoio financeiro nas formas de bolsas de estudo.

RESUMO

Esta tese versa sobre as vivências subjetivas de sofrimento dos meninos e meninas trabalhadores em condição de rua, na cidade de João Pessoa, capital da Paraíba. Compreendemos que a inserção precoce no trabalho é danosa para crianças e adolescentes. A inter-relação das condições de trabalho com a organização do trabalho tem implicações para a saúde física e mental. A pesquisa desenvolveu-se como um estudo de caso. Para compreender a análise da atividade de trabalho, usamos como técnicas quatro conjuntos de procedimentos: territorialização, observação sistemática, entrevistas (individuais e coletivas) e histórias de vida. Os dados mostraram que as condições de trabalho estão diretamente ligadas às condições de vida desses sujeitos. A inserção precoce nas ruas, nas atividades informais, não é algo homogêneo. Ela se dá segundo uma construção social que hierarquiza os trabalhos entre meninos e meninas caracterizando a existência de relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. O sofrimento dos meninos e das meninas é devido aos seguintes aspectos: dores no corpo, olhar, expressão e tratamento do OUTRO, medo decorrente dos riscos, devido às exigências de esforço físico e desgaste provocados pelas tarefas e postura do corpo, dentre outros. Há vivências subjetivas de sofrimento na inter-relação com o OUTRO, devido ao não-reconhecimento da utilidade das atividades que desempenham e do local onde trabalham: nas ruas. Os meninos e as meninas criam defesas coletivas e individuais: o silêncio, os risos, os gracejos, as zombarias e o choro, a vadiagem e as brigas na escola, uso da virilidade, minimização da realidade, a acomodação e o uso de drogas como formas de fuga. A inserção precoce é nefasta na vida dessas crianças e adolescentes, cujas implicações psicossociais aparecerão nos seguintes aspectos: uma imagem negativa de si e uma baixa auto-estima, a adultização precoce, a defasagem escolar, socialização desviante e a falta de perspectivas de futuro.

Palavras chave: Trabalho precoce, criança e adolescente, meninos e meninas em condição de rua, sofrimento, defesas, divisão sexual do trabalho.

ABSTRACT

This thesis focuses on experience of subjective suffering, involving working boys and girls under street condition in João Pessoa, the capital of Paraíba. We have realized that the precocious insertion in this working field is harmful to both children and adolescents. The interrelation between working condition and its organization has implications that affect both physical and mental health. The research has been developed as a case study. Hence, in order to understand the analysis of working activities, four kinds of procedures have been used as techniques: territorialization, systematic observation, individual and collective interviews and life stories. Data displayed that the working conditions are closely inter-linked with that life style of those very subjects. Their precocious insertion in the streets as well as in informal activities does not constitute something homogeneous, for it follows a social construction which hierarchizes the work between boys and girls characterizing the existence of social relationships which involve sex and sexual division in work. The suffering between boys and girls stems from pains in the body, way of looking, expression and treatment of SOMEONE ELSE, fear caused by risks due to the excess of physical strain as well as tiredness resulting from tasks and corporal posture. There is subjective suffering experience in the interrelationship with SOMEONE ELSE due to the want of knowledge related to the utility of the activities they do and also the place where they work in: the street. Both boys and girls developed collective and individual defenses as silence, laughing, jest, mockery, crying, idleness, quarrel at school, use of virility, minimization of reality, accommodation and drug use as a escape valve. The precocious insertion is disastrous in those children's life since psychosocial implications will arise in the following aspects – a negative image of themselves, a low self esteem, a precocious adult behavior, school backwardness, deviation in social aspects and lack of perspective concerning the future.

Key Words: Precocious work, children and adolescents, boys and girls, sexual working division, suffering, defense.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
------------------------	-----------

PARTE I

CAPÍTULO 1 - A INSERÇÃO PRECOCE NO MUNDO DO TRABALHO.....09

1.1. A centralidade da categoria trabalho.....	09
1.1.1. O trabalho e suas transformações.....	10
1.1.2. O trabalho na Paraíba nos tempos da reestruturação produtiva.....	16
1.2. O trabalho informal: uma discussão da categoria.....	20
1.2.1. O mercado informal na Paraíba.....	28
1.2.2. O Trabalho Precoce: seu caráter histórico.....	34
1.2.3. Contextualizando a categoria trabalho.....	35
1.2.4. Trabalho precoce: a construção de uma categoria.....	38
1.2.5. Causas do Trabalho Precoce.....	42
1.2.6. O Trabalho Precoce na Paraíba hoje.....	43

CAPÍTULO 2 - UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR DO TRABALHO PRECOCE:.....49

2.1. Aspectos teóricos.....	49
2.1.1. As contribuições multidisciplinares.....	49
2.1.2. Condições de trabalho e Saúde.....	51
2.1.3. Contribuições e Instrumentos de Análise da Ergonomia.....	57
2.1.4. A propósito da abordagem psicossocial: construindo uma articulação indivíduo-sociedade.....	60
2.1.4.1. A dicotomia indivíduo-sociedade na sociologia e o enfoque psicossocial.....	60
2.1.5. A luz de um referencial teórico sobre trabalho, subjetividade e saúde.....	64
2.1.5.1. As Relações Intersubjetivas.....	67
2.1.5.2. A propósito da questão saúde.....	72
2.1.6.. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho precoce.....	77
2.2. Aspectos metodológicos.....	84
2.2.1. Tomando emprestado a Psicodinâmica do Trabalho alguns referenciais....	

metodológicos.....	86
2.2.2. Tomando emprestado a Ergonomia algumas referências metodológicas.....	88
2.2.3. A Pesquisa de Campo.....	88
2.2.3.1. Sujeitos.....	89
2.2.4. O Ponto.....	90
2.2.4.1. O sinal.....	90
2.2.4.2. O Centro da Cidade (à noite).....	91
2.2.4.3. O Ponto de Cem Réis.....	91
2.2.4.4. A Praia.....	92
2.2.4.5. O Pátio.....	92
2.2.5. Procedimentos.....	92
2.2.5.1. A territorialização.....	93
2.2.5.2. As observações.....	94
2.2.5.3. As Entrevistas individuais.....	95
2.2.5.4. As entrevistas coletivas.....	96
2.2.5.5. História de vida.....	97
2.2.6. A devolução.....	99

CAPÍTULO 3 - INFÂNCIA E ESTADO: CONTROLE E DISCIPLINAMENTO.....101

3.1. Relação infância e sociedade	101
3.1.1. Infância e Estado: controle e disciplinamento.....	109
3.2. Sociologia da infância e da adolescência.....	115
3.3. O fenômeno social das crianças e dos adolescentes em condição de rua.....	128
3.4. A prostituição infantil.....	137

PARTE II

CAPÍTULO 4 - A ATIVIDADE DE TRABALHO PRECOCE NAS RUAS.....142

4.1. A trajetória da casa a rua.....	143
4.1.1. Origem da Família e Local de Moradia.....	143
4.1.2. Quando a rua é a única saída.....	143
.....4.1.3. A atividade de rua como a única possível.....	145
4.2. Tipos de atividades.....	147

4.2.1. Vendedores no Sinal de Trânsito.....	147
4.2.2. Vendedores na Noite.....	147
4.2.3. Vendedoras de Quentinhas.....	148
4.2.4. Olheiros de Carros.....	148
4.2.5. Meninas na prostituição.....	148
4.3. Condições de trabalho e vida precárias.....	148
4.3.1. Os Riscos.....	150
4.3.2. Violência à Condição Humana.....	153
4.3.3. Violência Familiar.....	154
4.4. A organização do trabalho precoce nas ruas.....	156
4.4.1. As pressões das regras de disciplinamento e das exigências da atividade de trabalho.....	159
4.4.1.1. Estruturação das atividades: hierarquia e regras de trabalho.....	159
4.4.1.2. As relações de trabalho.....	169
4.4.1.3. A Jornada.....	172
4.4.2. Conteúdo das tarefas.....	174
4.4.3. Exigências físicas e psíquicas.....	178
4.5. Divisão sexual do trabalho precoce: atividades de meninos e de meninas.....	181

CAPÍTULO 5 – A VIVÊNCIA SUBJETIVA DO TRABALHO PRECOCE190

5.1. A vivência subjetiva do sofrimento.....	191
5.1.1. O sofrimento no e do corpo.....	191
5.1.2. O Sofrimento nas relações intersubjetivas.....	195
5.1.3. O sofrimento diante do medo.....	198
5.1.4. O sofrimento pela humilhação.....	202
5.1.5. O sofrimento pelo assédio.....	204
5.2. As defesas.....	208
5.2.1. O silêncio, os risos, os gracejos, as zombarias e o choro.....	211
5.2.2. Vadiagem e brigas na escola.....	213
5.2.3. Virilidade.....	216
5.2.4. Minimização da realidade: a acomodação.....	219

5.2.5. As fugas.....	220
5.3. A vivência danosa do trabalho precoce dos meninos e das meninas em condição de rua.....	222
5.3.1. Imagem negativa si e baixa auto-estima.....	224
5.3.2. Adultização precoce.....	230
5.3.3. Prejuízos à escolaridade.....	233
5.3.4. Socialização desviante.....	239
5.3.5. Expectativas de futuro.....	241
5.3.6. O desenvolvimento psicossocial dos trabalhadores e das trabalhadoras em condição de rua.....	245

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	259
----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS.....	264
-------------------------	------------

INTRODUÇÃO

No momento que se discute o fim do trabalho como categoria central de análise, o tema do trabalho precoce afirma o contrário: sua existência, à medida que ganha espaço na mídia, cresce como objeto de estudo na academia e transforma-se em bandeira de luta dos movimentos sociais inclusive no âmbito internacional.

O objetivo desta tese é o de analisar as vivências subjetivas dos trabalhadores e trabalhadoras precoces (meninos e meninas em condição de rua) nas atividades informais na cidade de João Pessoa, capital da Paraíba. Estabelecemos a hipótese de que a inserção precoce é danosa para crianças e adolescentes. Compreendemos que a inter-relação das condições de trabalho com a organização do trabalho provocam danos à saúde física e mental, aqui entendida como implicações psicossociais.

O interesse em estudar o **trabalho precoce** surgiu no cotidiano da nossa prática profissional, mais especificamente nas atividades de assessoria aos movimentos sociais que trabalham com a questão da infância ou que lutam pela garantia dos direitos das crianças e adolescentes das classes populares.

Nesses trabalhos e no nosso exercício do magistério, onde havia o contato com a literatura sobre a infância, duas questões nos chamavam a atenção:

A primeira diz respeito aos referenciais teóricos de abordagem sociológica, onde a história é a que versa sobre a infância à margem da sociedade. Infância que é excluída da sociedade, cuja forma de tratamento, desde as instituições de atendimento até o Código do Menor de 1927, é o da exclusão. O trabalho precoce é visto pelo Estado e por parte da sociedade brasileira como um instrumento disciplinador para crianças e adolescentes membros das classes subalternas. Esta concepção tem na sua gênese a discriminação social, uma vez que trata a infância e a juventude diferentemente, dependendo da classe social a que pertence.

Quanto a segunda, já víamos com particular interesse, que, mesmo discutindo e refletindo sobre a erradicação do trabalho precoce, os movimentos sociais com os quais trabalhávamos tinham dois problemas: a) pouco acesso a pesquisas na Paraíba, as

quais tratavam desta temática; b) considerava-se como dano a inserção precoce no trabalho, mas não se tinha muita clareza de quais eram esses danos,¹ principalmente para algumas categorias de trabalhadores infantis, aquelas inseridas nas chamadas atividades invisíveis, como por exemplo o **trabalho informal**. Os meninos e meninas trabalhadores informais em condição de rua nem sempre são vistos como trabalhadores, mas como marginais ou em processo de marginalização. Desta visão discordamos.

Aliada aos fatores motivacionais anteriormente apresentados como deflagradores do estudo, havia também a constatação, fruto de pesquisas anteriores (Alberto, 1997), que sinalizavam a inserção precoce, nas atividades informais nas ruas, como um dos fatores responsáveis pela ida de meninos e meninas para as ruas de João Pessoa, em busca de estratégias de sobrevivência para garantir ou ajudar no sustento da família. Conseqüentemente, o trabalho precoce nas ruas transformara-se em agente socializador que tem implicações sociais e psíquicas.

A temática trabalho **infantil, trabalho da criança e do adolescente** não é nova. Os autores que trataram dessas temáticas no Brasil pesquisaram sobre os seguintes aspectos:

- a) O trabalho de crianças e adolescentes no setor formal: Botelho (1995), Barros e Mendonça (1995), Alvim (1995);
- b) O trabalho de crianças e adolescentes no setor informal Ferreira (1979), Melo (1985), Acosta (1996), Leme (1984) Cervini e Burger (1991), Barros e Mendonça (1991);
- c) O trabalho de crianças e adolescentes no setor urbano: Cervini e Burger (1991), Barros e Mendonça (1991);
- d) O trabalho de crianças e adolescentes no setor rural: Fundação Josué de Castro/PE (1992/1993), Antuniassi (1981), Alessi (s/d), Araújo (1995) e Moreira (1995);
- e) Quando tratam do setor informal urbano, os seus sujeitos não eram meninos em condição de rua, mas **meninos na rua** – definidos como aqueles que têm família – vão às ruas para trabalhar e voltam para casa todos os dias: Rizzini & Rizzini (1991), Battaglia (1993) e Koller & Hutz (1996).

¹ Exceção seja feita à obra de Moreira (1995) a qual trata dos **impactos** sobre a saúde de crianças trabalhadoras na cana-de-açúcar, na Zona da Mata da Paraíba.

Os trabalhos anteriores não abordaram a questão da divisão sexual do trabalho precoce nas ruas. Os autores que abordaram o setor informal limitaram-se aos efeitos decorrentes da não-escolaridade. A maioria dos autores, ao abordar a relação entre trabalho precoce e saúde, analisa apenas o que é visível: as condições de trabalho. Os pesquisadores que avaliaram a relação entre trabalho precoce e psiquismo (Sampaio, 1996) não abordaram o setor informal de rua.

O trabalho precoce nas ruas caracteriza-se por uma amplitude que abrange várias atividades informais. Sem a pretensão de esgotar a discussão, havia a preocupação de captar essa amplitude, o que significou a necessidade de trabalharmos com as seguintes atividades: **vendedores no sinal de trânsito e nas noites, vendedoras de quentinha, olheiros e meninas na prostituição**. Estas atividades representam momentos diferenciados de inserção e revelam as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho (Hirata e Kergoat, 1987).

É neste contexto, do que se detectou como impreciso ou como carente de teorização, que pretendemos apresentar algumas contribuições. Assim procedendo também estaremos contribuindo para se construir, teoricamente, a categoria trabalho precoce e para tornar visíveis as atividades informais dos meninos e meninas em condição de rua, caracterizando-as como atividades informais. À medida que a pesquisa se desenhava, foram surgindo algumas questões que deram forma à tese. São elas:

- O trabalho precoce dos meninos e das meninas em condição de rua, nas atividades informais tem implicações psicossociais.
- A inter-relação das condições de trabalho com a organização do trabalho provocam danos à saúde física e mental.
- A inserção precoce conduz às vivências subjetivas de sofrimento, as quais se apresentam de várias formas: no sofrimento no corpo e do corpo, no sofrimento psíquico que se expressa na inter-relação com o outro, no sofrimento diante do medo, no sofrimento pela humilhação, no sofrimento diante do assédio sexual.
- As implicações psicossociais relacionadas com as vivências subjetivas de sofrimento são: imagem negativa de si e auto-estima baixa, adultização precoce, prejuízos à escolaridade, socialização desviante, perda das expectativas de futuro.

- Para fazer frente ao sofrimento, meninos e meninas elaboram defesas: o silêncio, o riso, o gracejo, a zombaria e o choro, a minimização da realidade, vadiagem e brigas na escola, virilidade, acomodação e fuga.
- Toda essa complexidade é transversalizada pelas relações sociais de sexo. A presença de trabalhadores precoces nas ruas, no mercado informal, não é algo homogêneo; há singularidades decorrentes de ser menino ou menina. São nuances que caracterizam a existência da divisão sexual do trabalho nas ruas

A dificuldade maior foi encontrar um referencial teórico-metodológico que pudesse dar conta da complexidade que envolve o trabalho precoce nas suas dimensões sociais, psíquicas, econômicas e políticas. Começou-se a delinear um quadro que apontava a necessidade de trabalharmos com a multidisciplinaridade, no sentido de compreender o mesmo objeto a partir de diversas óticas de análise, contemplando as especificidades disciplinares, mas conservando um foco de compreensão de que o trabalho precoce tem implicações psíquicas e sociais. Não se trata de uma tese acerca da Psicodinâmica do Trabalho e nem acerca da Ergonomia, mas de uma tese em Sociologia do Trabalho a qual pela especificidade do objeto, busca subsídios nessas disciplinas.

A Sociologia do Trabalho forneceu os elementos conceituais para analisar a relação da sociedade com a infância e adolescência das classes populares, compreendendo o trabalho precoce como elemento disciplinador e formador de subjetividade; forneceu os elementos teóricos para analisar as relações sociais de classe e de gênero e contribuiu na compreensão das condições de vida e de trabalho e nas implicações psicossociais.

Sob essa lógica, a reprodução da força-de-trabalho se dá mediante um processo de exclusão do acesso a bens materiais e culturais. O que se tem são mecanismos de pauperização, mãos-de-obra desempregadas, que criam estratégias de sobrevivência. A reprodução da força de trabalho é viabilizada pelas atividades informais e, no caso específico do trabalhador precoce, essa reprodução se dá na família. Destarte, a criança e o adolescente desempenham um papel na divisão social e sexual do trabalho, compõem um contingente que ajuda a manter a família, cujos adultos não conseguem inserir-se nem mesmo nas atividades de sobrevivência.

Embora essas sejam atividades de trabalho informais, há uma estruturação, cujos efeitos não só disciplinam, mas também gastam vidas, deterioram o desenvolvimento psicossocial.

Tudo isso se constitui uma característica de suprema importância para a discussão atual da centralidade do trabalho. Há a redução do operariado herdeiro do taylorismo e do fordismo. Mas, paralelo a essa redução, tem ocorrido enorme crescimento dos trabalhadores parciais, temporários, precarizados e dos trabalhadores informais. Essa forma do capital financeiro internacional exclui jovens e idosos e inclui, criminosamente, crianças. Há uma intensificação e destruição da força de trabalho, que começa inclusive na infância.

Assim, apoiamo-nos na Ergonomia para que pudéssemos fazer aparecer uma descrição objetiva das atividades de trabalho compreendendo os fundamentos que as modelam, buscando apreender o sentido e o significado das tarefas, visibilizando o trabalho precoce nas ruas. E na Psicodinâmica do Trabalho para compreendermos as vivências subjetivas de onde emergem os sofrimentos e as defesas.

O sofrimento é concebido por Dejours e Abdoucheli (1994) como a vivência subjetiva intermediária entre a doença mental descompensada e o conforto ou bem-estar psíquico. Embora sofram os trabalhadores fazem uso de defesas para não adoecer. A especificidade da Psicodinâmica coloca em perspectiva e se apóia sobre as **relações intersubjetivas do trabalho** e as **vivências subjetivas** (os processos de subjetivação) de prazer e sofrimento no trabalho.

Para fazerem frente ao sofrimento, os trabalhadores elaboram os mecanismos de defesa, que são individuais, e as **ideologias defensivas, que são elaboradas coletivamente**. Estes sistemas defensivos salvaguardariam a psique contra a falta de sentido e contra a insatisfação e a doença mental. Encontramos entre os meninos e as meninas em condição de rua um conjunto de defesas elaboradas para conseguir sobreviver e trabalhar nas ruas, suportar o sofrimento oriundo do trabalho, cujas condições de realização e cuja forma de organização exigem e comprometem o corpo e a mente.

Mas também colocam demandas sociais para indivíduos que se vão socializando e se formando em contextos de trabalho precarizados que não sinalizam perspectivas de futuro.

Esses aspectos demarcam a necessidade de compreendermos como se dá a vivência subjetiva do trabalho precoce nas ruas caracterizando as condições de trabalho e a organização do trabalho, como se estruturam as atividades de trabalho, as inter-relações subjetivas, como vivenciam o sofrimento decorrentes de ambas, os processos de defesa que elaboram para suportar o sofrimento e encontrar saídas criativas, em busca da saúde. Na tentativa de compreender toda essa complexidade que envolve o objeto, dividimos a tese em cinco capítulos assim estruturados:

No primeiro capítulo, discutimos a categoria trabalho procurando contextualizá-la, com base nos autores que discutem a centralidade desta categoria. Discutimos o caráter de precarização das formas de trabalho procurando contextualizar o mercado de trabalho formal e informal na Paraíba e as causas da inserção precoce de meninos e meninas em condição de rua no trabalho. Procurando tornar visíveis as atividades de trabalho de meninos e meninas em condição de rua, tentamos contribuir inclusive com uma definição conceitual para a categoria trabalho precoce.

No segundo capítulo, apresentamos as categorias de análise do objeto e os referenciais teóricos e metodológicos que a respaldam: Sociologia do Trabalho, Psicodinâmica e Ergonomia. Desta forma discutimos no primeiro momento, os aportes teóricos e, no segundo momento, as interlocuções metodológicas e o percurso seguido na concretização da pesquisa de campo.

No terceiro capítulo, analisamos a relação entre os aspectos econômicos e políticos que norteiam o objeto e que demarcam a forma de a sociedade tratar a infância e adolescência das classes populares, mais especificamente a forma do tratamento que tem sido dado pelo Estado, da relação com a sociedade e a forma como a infância tem sido objeto de estudo da Sociologia, situando em especial os meninos e meninas em condição de rua.

No quarto capítulo, descrevemos a vivência do trabalho precoce de modo que se permita ao leitor compreender como se estruturam as atividades de trabalho aqui analisadas. Para tal, dividimos o capítulo em quatro partes: a primeira traça a trajetória dos meninos e meninas de casa à rua, a segunda trata das suas condições de trabalho; a terceira apresenta algumas formas de como se dá a organização do trabalho informal nas ruas e a quarta parte que destriça a divisão sexual do trabalho entre meninos e meninas em condição de rua.

No quinto capítulo, analisamos a inter-relação das condições de trabalho com a organização do trabalho e as implicações psicossociais para a saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras precoces nas atividades informais em condição de rua. Retratamos e analisamos o sofrimento e as defesas elaboradas pelos sujeitos fazendo emergir algumas dessas vivências: imagem negativa de si e baixa auto-estima, adultização precoce, prejuízos para a escolaridade, socialização desviante e expectativas de futuro.

PARTE I

CAPÍTULO 1

A INSERÇÃO PRECOCE NO MUNDO DO TRABALHO

*Tá relampiano, cadê neném?
Tá vendendo drops no sinal pra alguém
Tá relampiano, cadê neném?
Tá vendendo drops no sinal pra alguém
Tá vendendo drops no sinal..*

*Relampiano
(Lenine e Paulinho Moska)*

Os objetivos deste capítulo são os que seguem: apresentar uma panorâmica da temática do trabalho a partir de três ângulos: proceder a uma análise das transformações que tem passado o mundo do trabalho e articula-las com a questão do trabalho precoce. Discutir o caráter de precarização das formas de trabalho procurando contextualizar o mercado de trabalho na Paraíba e as causas da inserção precoce. Tentar tornar visíveis as atividades de trabalho de meninos e meninas em condição de rua, situando neste íterim uma definição conceitual para a categoria trabalho precoce.

1.1. A centralidade da categoria trabalho

A discussão sociológica relativa à centralidade ou não do trabalho, (Gorz, 1985; Offe, 1989; Schwartz, 1996; Antunes, 1997; Castel, 1998), seja como valor mercadoria seja como elemento de sociabilidade, chama-nos a atenção para a discussão do trabalho precoce. Um fato real, cuja incidência, na sociedade contemporânea, brasileira em especial, necessita ser aprofundada, pela relevância que assume, pelas proporções que toma e pela exploração que imprime, acarretando transtornos econômicos, sociais, culturais e biopsíquicos. O trabalho precoce é um objeto multiforme, que acopla uma heterogeneidade de práticas sociais².

A denominação trabalho infanto-juvenil, nesta tese substituída pela categoria trabalho precoce, sempre existiu, da Antiguidade até aos nossos dias; hoje, porém,

² Por práticas sociais tomamos como referência a definição de Kergoat (1986), ou seja, um conjunto de comportamentos e atitudes observáveis no conjunto da vida cotidiana.

assume na conjuntura social, econômica e política, um caráter diferente. No contexto da reestruturação produtiva, cresce a exploração do trabalho precoce e assume um caráter específico em detrimento desse processo, assim como o capital assume uma nova configuração e a classe trabalhadora, novos contornos e novo desenho.

A clássica Sociologia do Trabalho (cujo objeto de investigação foi o modelo da sociedade burguesa, com sua estrutura econômica centrada na racionalidade técnica e no conflito capital - trabalho) centrou-se no trabalho industrial e pouco produziu sobre as configurações que tinham outras formas de trabalho³. Mas a existência do trabalho precoce só pode ser entendida tomando-se como referência a estrutura social – como ele integra o processo produtivo em um capitalismo que tem por característica ser excludente – principalmente, dentro de um processo de reestruturação produtiva que discute o fim do emprego. Para compreendê-lo é preciso ter clareza de alguns aspectos:

1. Da capacidade de renovação do capital e da configuração do trabalho, mais especificamente na reestruturação produtiva no modelo de capitalismo atual;
2. Do que representa o fim do trabalho e de qual trabalho está-se falando;
3. Do caráter histórico do trabalho precoce no interior do capitalismo.

1.1.1.O trabalho e suas transformações

O fordismo e o taylorismo deram, como formas de organização do trabalho, os elementos que possibilitaram a expansão do capitalismo. Com o taylorismo, a produtividade do trabalho pôde ser aumentada com a decomposição do processo de trabalho e com a organização de tarefas de trabalho, fragmentadas segundo padrões rigorosos de tempo e estudo do movimento (Harvey, 2000).

O fordismo é caracterizado por um sistema seriado e mecanizado de produção em massa, pela padronização de mercadorias e processos de controle do tempo e movimentos do trabalho, mediante o cronômetro taylorista e pela fragmentação e especialização inerentes a rigorosa divisão e simplificação do trabalho (Wood, 1991). A mecanização fez o trabalho chegar ao trabalhador que permaneceu numa posição fixa, conseguindo assim ganhos de produtividade. Aliou uma nova psicologia de

³ Marx no Capital, livro I, capítulo 1, já trata do trabalho de crianças. Na década de 1970 Alvim (1979), Pena (1989), Foot e Leonardi (1982) trataram desta temática nas indústrias. O caráter histórico do trabalho de crianças e adolescentes será tratado no decorrer da tese, particularmente neste capítulo, no item 1.2.2. Os estudos de Marx sobre as condições do trabalho das crianças serão tratados no capítulo 2, item 2.4.1.

controle do trabalho e de estímulo ao consumo em massa a uma política de controle e gerência do trabalho.

O Keynesianismo, associado ao taylorismo/fordismo, propiciou uma aliança entre o capital, o trabalho e o Estado⁴. Coube a este último, além de controlar ciclos econômicos, criar políticas públicas para áreas vitais ao crescimento da produção e do consumo de massa, garantir emprego pleno, complementar o salário social, com gastos de seguridade social (educação, saúde e habitação). Com o Keynesianismo, o mercado é capaz de assegurar uma eficiente estrutura produtiva, o que implica aplicação pelo Estado de meios infra-estruturais, garantindo as demandas dos setores produtivos e o crescimento da produção. Isto garantiu também o emprego de recursos de trabalho disponíveis e uma política de expansão da despesa pública, para mediar interesses contrastantes no plano político sindical, tarefas de mediação social do Estado. O Estado gastou ainda com infra-estrutura para garantir crescimento da produção (ESTADO, 1986).

Segundo Draibe e Wilnês (1988: 55), teria havido um círculo virtuoso entre a política econômica keynesiana e o Welfare State: (...) *aquela regula e estimula o crescimento econômico, esta por sua vez arrefece os conflitos sociais e permite a expansão de políticas de corte social, que amenizam tensões e potencializam a produção e a demanda efetiva.*

No início da década de 1970, o capitalismo vivencia complexas transformações com o esgotamento do ciclo de crescimento econômico ocidental, típico do modelo fordista de acumulação, embasado numa certa estabilidade nas relações industriais de trabalho.

Para Harvey (2000: 135), o declínio do fordismo decorreu da (...) *rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em termos de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes*".

O capitalismo é um sistema social que tem uma capacidade de revigorar-se e recriar-se. Segundo Harvey (2000: 103), isto acontece porque este sistema (...) *internaliza regras que garantem que ele permaneça uma força permanentemente revolucionária e disruptiva em sua própria história mundial. É dentro desta*

⁴ O Estado a que nos referimos é o Estado Keynesiano do bem-estar social.

capacidade de revigorar-se do capital que este autor vê a flexibilidade como a busca de soluções para a crise do capitalismo.

Para alguns autores, como Gorz (1985) e Offe (1989), a crise do sistema capitalista (crise não encerrada) culminou com o fim da centralidade do trabalho. Segundo Gorz (1985: 87), **com o desaparecimento do operariado profissional e do projeto socialista, desapareceu a classe trabalhadora**. Em seu lugar, segundo o referido autor, emerge o que ele chama de uma *não-classe*, que **não é produzida pelo capitalismo, mas pela crise desse sistema e pela dissolução das relações sociais de produção capitalista**.

Na concepção de Gorz, o trabalho deixa de ser central à medida que **deixa de ser fonte de identidade, de sentido e de poder** para aqueles que ocupam uma atividade. Este autor compreende, também, que está em rápida diminuição a quantidade de trabalho necessário e útil para a reprodução da sociedade. Para ele, o trabalho foi desprovido de sentido e tornou-se supérfluo; a duração do trabalho e o nível de emprego são mantidos artificialmente com a única função de “dar trabalho”. **Não há mais o que produzir** (...) *a sociedade industrial-produtivista só pode se perpetuar de agora em diante fazendo ao mesmo tempo mais e pior: mais destruições, mais desperdícios, mais reparações das destruições, mais programação dos indivíduos até o seu íntimo. (ibid.,1993).*

Essa *não-classe* é composta pelos indivíduos expulsos da produção pela abolição do trabalho, subempregados, desempregados, precarizados, provisórios. Essa *não-classe* é a expressão do neoproletariado – dela faz parte o não-trabalhador. Quanto ao trabalho, este é o conjunto das atividades precárias e aleatórias. Este trabalho não tem sentido, a sua “(...) *finalidade principal é ocupar as pessoas e perpetuar, desse modo, as relações sociais de subordinação, de competição, de disciplina, sobre as quais repousa o funcionamento do sistema dominante. (ibid., 90).*

Para Offe (1989) a partir da década de 1970, as pesquisas sociais não se assentam mais centralmente sobre a perspectiva do trabalho e da produção na sua forma mais racional, mas sobre um **subjetivismo sociológico que se preocupa com outras esferas políticas na determinação da consciência e da ação social**. Para negar tal centralidade, o citado autor recorre a algumas condições que questionariam a relevância do trabalho na estruturação e nas dinâmicas sociais:

1- O trabalho formal é, para ele, cada vez menos expressivo, do ponto de vista do conteúdo da ação, da percepção de interesses e do estilo de vida. O trabalho em serviços, que teria crescido nas duas últimas décadas, estaria parcialmente liberado da disciplina direta da racionalidade do trabalho social e do controle de rendimento e produtividade;

2- Com relação à relevância subjetiva e ao significado valorativo do trabalho, que dariam sentido à vida, segundo ele, deixam de ser significativos quando se aceita não mais como fracasso pessoal o desemprego maciço. Neste sentido, Offe (*Idem*) considera que as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho permitem prever a formação no foco do desemprego estrutural de subculturas de uma economia informal, de uma economia clandestina, podendo enrijecer em uma cultura de desemprego;

3- Do ponto de vista teórico-metodológico, a categoria trabalho não mais explicaria as esferas da realidade social plenamente determinadas pela esfera do trabalho e da produção. Para ele, seria a transição do paradigma político da distribuição ao paradigma do modo de vida.

Em contra ponto com a visão de Gorz (1985) e de Offe (1989), Antunes (2000: 31) concebe que como resposta à crise inicia-se o processo de reorganização do capital, com o advento do neoliberalismo, privatização do Estado, desregulamentação dos direitos do trabalhador, reestruturação da produção e do trabalho. Estas mudanças teriam o objetivo de propiciar ao capital elementos para a expansão e acumulação. Para Antunes (2000), a reestruturação do capital surge como uma resposta a crise e com esta emergem novas regiões e complexos produtivos (como os chamados países de industrialização recente), a desregulamentação de mercados, formas de organização produtiva, como a subcontratação, terceirização, pequeno negócio, em um processo de reestruturação e flexibilização associada a uma sofisticação tecnológica e organizacional.

É essa crise do capitalismo, contra a qual a reestruturação produtiva e a acumulação flexível são expressões que têm provocado mudanças no mundo do trabalho: desemprego estrutural e precarização do trabalho. As repercussões no processo de trabalho conduzem ao fim do emprego, nos moldes do operariado industrial clássico, e a modificação da composição da classe trabalhadora. A acumulação flexível, impulsionada pela concorrência internacional, leva a redução de custos variáveis e, conseqüentemente, a relações de trabalho instável, com contratos

temporários, parciais, precários, sub-assalariado, informal, não-regulados juridicamente, descobertos dos direitos e conquistas sociais. Neste contexto, os mercados de trabalho tornam-se segmentados e complexos, formados por categorias distintas de trabalhadores, representadas no centro por um segmento que diminui, de trabalhadores integrados, mais bem qualificados, gozando de maior segurança de emprego, melhor salário e benefícios sociais. No outro extremo, na periferia do sistema, encontra-se um segmento quantitativamente maior de trabalhadores com habilidades facilmente disponíveis, fortemente flexibilizados por empregos de tempo parcial.

Deste confronto entre capital e trabalho resultam novas formas de trabalho. Logo não se pode conceber como o fim do trabalho, mas sim, do emprego regular nos moldes tradicionais. Não obstante, no Brasil, nunca se experimentou a forma assalariamento pleno; sempre se conjugou várias formas de trabalho (Castel, 1998). Antunes (1997) usa o termo metamorfose para explicar o que ocorreu com o mundo do trabalho: diminuição da classe operária tradicional, crescimento do setor de serviços, precariedade do emprego, da remuneração, desregulamentação das normas vigentes.

Antunes (*Op.cit.*), contesta a tese dos autores que defendem a perda da centralidade do trabalho na sociedade contemporânea. As tendências em curso – maior incremento do trabalho qualificado, desqualificação ou subproletarização – reduzem, mas não eliminam o papel do trabalho coletivo. Diz o citado autor: não permitem concluir pela perda da centralidade do trabalho no universo de uma sociedade produtora de mercadorias. Sua justificativa fundamenta-se na tese de que o trabalho abstrato (que transforma tempo em mercadoria), embora vivenciando reduções quantitativas, cumpre papel decisivo na criação de valores de troca.

Antunes (1997) defende a idéia de que, para discutir-se a crise da sociedade do trabalho, faz-se necessário recuperar a distinção marxiana entre trabalho concreto (resultado de força humana vital gasta) e trabalho abstrato (extingue-se a individualidade do trabalhador e põe-se valor de troca). Faz-se necessário, segundo o referido autor, afirmar, precisamente, que se trata da crise do trabalho abstrato ou da sua dimensão concreta. Para ele, trata-se da crise do trabalho abstrato. Isto possibilita a compreensão de que à ampliação da categoria trabalho corresponde a ampliação da noção de classe trabalhadora. A classe que vive do trabalho inclui então

(...) todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital, os assalariados da chamada economia informal, trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital. (Antunes, 1997: 104).

Castel (1998: 153-154) concebe a idéia de que a precarização do trabalho é promovida pela hegemonia do capital financeiro internacional e pela continuação das mutações tecnológicas. Para obter o máximo de lucros, as empresas procuram minimizar o custo do trabalho e maximizar a produtividade com a externalização de tarefas nas condições mais precárias. Quanto às mutações tecnológicas, estas substituem os homens por máquinas, desterritorializando as tarefas, flexibilizando as relações de trabalho e transformando o coletivo dos assalariados em realidades virtuais.

Castel (*ibid.*), não concorda com as afirmações sobre a diminuição do espaço e da importância do trabalho na vida das pessoas. Conceber o fim da centralidade do trabalho enuncia o autor, consiste em confundir a perda da consistência do emprego com a perda de sua importância. O que ocorreu foi uma fragmentação dos assalariados e a ameaça do desemprego. A relação com o trabalho mudou, mas ele continua a ser hoje em dia importante para a grande maioria dos atores sociais, quer o tenha ou não, enuncia o citado autor.

Para ele ainda, o trabalho não deixou de ser importante na vida de homens e mulheres, mas tornou-se mais problemático. É uma imprecisão superficial, diz o autor, a afirmação da diminuição do espaço e da importância que o trabalho ocupa na vida das pessoas e se fundamenta em três aspectos: o tempo do trabalho, o investimento no trabalho e a ausência do trabalho.

No que concerne à idéia, por ele considerada superficial, de que o tempo do trabalho diminuiu, ele diz que há uma tendência secular para a redução do tempo de trabalho. A redução traduz menos uma diminuição da importância e mais uma redefinição do que se entende por duração média e normal.

Quanto à esta discussão, Castel (1988) considera falsa a opinião de que o investimento no trabalho regrediu, ele lembra que inúmeras formas modernas de emprego pedem uma disponibilidade constante. O medo do desemprego leva o indivíduo a pensar no trabalho fora da situação do trabalho e a um superinvestimento.

O autor em questão também não concorda com os discursos que celebram a ausência de trabalho sob a forma de desemprego como significando distanciamento do trabalho, porque lhe parece indecente construir o fim da centralidade do trabalho a partir da situação globalmente negativa dos demandantes de emprego, uma vez que os desempregados, ou demandantes do primeiro emprego, pedem e lutam por um verdadeiro emprego (Castel, 1998: 157).

Compartilhando desse ponto de vista, da centralidade do trabalho, é preciso considerar uma noção ampliada da categoria trabalho, que contemple as diversas formas de atividades desempenhadas pelas pessoas, com o fim de garantir a sobrevivência, e o processo de sociabilidade do ser humano. A *classe-que-vive-do-trabalho* (Antunes; 2000) tem então uma nova configuração, composta por precarizados, terceirizados, informais, etc, incluindo aí os trabalhadores precoces e as trabalhadoras.

1.1.2. O trabalho na Paraíba nos tempos da reestruturação produtiva

Na Paraíba, embora o parque industrial seja pequeno, os empresários do setor também incorporam as tendências internacionais de mudanças. A este respeito, Buonfiglio *et al.* (1994: 73) afirmam que, na Paraíba;

(...) o recurso às novas tecnologias microeletrônicas procurava introduzir nas empresas aqui sediadas os conceitos que estão na base da atual reestruturação produtiva, que visam uma produção mais enxuta, mais automatizada e ao mesmo tempo mais flexível, com maior controle sobre o processo.

Deste modo, constata-se que, na Paraíba, também se sentem os efeitos da reestruturação produtiva. Embora não disponhamos de dados estatísticos para afirmarmos que a reestruturação produtiva, na Paraíba, ocasiona o desemprego. Alguns referenciais teóricos possibilitam tais inferências.

No Brasil, e em particular no Nordeste, o mundo do trabalho sempre vivenciou modos e relações de trabalho variadas, convivendo sistemas de trabalho domésticos, artesanais, familiares, patriarcais, paternalistas etc. Mas, segundo Lima (1996: 17), (...) *no Nordeste, o desemprego e o subemprego, crônicos historicamente, cresceram com a modernização.* Ao referir-se ao setor têxtil, – que, na Paraíba, foi um dentre aqueles

que mais empregou –, o autor afirma que: (...) *as mudanças tecnológicas reduziram, significativamente, a força de trabalho ocupada.* (ibid., 18).

Endossam a posição acima os dados de Buonfiglio *et al.* (1994: 53), acerca do decréscimo da ocupação da indústria na Paraíba: (...) *uma diminuição, ao longo do tempo, da importância das atividades industriais na formação do PIB do Estado, que de 28,6% do total em 1970, foi diminuindo, em 1989 para representar somente 21,5%.*

Os referidos autores avançam em tal discussão ao mostrar os dados indicadores da alta rotatividade nas empresas na Paraíba:

(...) era sintomático que a rotatividade, nas trinta e oito empresas que a admitiram, verificava-se essencialmente nos cargos onde se encontravam a "peonagem", os "bóias-frias" da produção industrial, aqueles que realizam o trabalho mais desqualificado, mal remunerado e, geralmente um dos mais penosos (...). A rotatividade dessa categoria alcançava 92,1% das empresas que admitiram o problema. Enquanto nos operários de maior qualificação essa rotatividade cai pra 42% . (Ibid., 88).

Martins (1999), em pesquisa realizada em João Pessoa (1995-1996), acerca das modificações ocorridas no processo de trabalho com a introdução da informatização no setor supermercadista e grandes magazines chega às seguintes conclusões: (...) *houve ganho de produtividade que não foi repassado para os salários e que o processo de trabalho foi precarizado, uma vez que foi intensificado o trabalho e não houve necessidade de um processo de qualificação dos trabalhadores.* (ibid.,409).

Martins (1999) acrescenta que houve uma redução no quadro de funcionários contratados pelas empresas – (...) *o que significa que a introdução de automação comercial nos supermercados e grandes magazines é desempregadora.* (ibid., 420).

Albuquerque (1999), ao analisar a nova dinâmica industrial da Paraíba e seus impactos na organização do trabalho, constata que os modelos de contratação adotados são, além da tradicional contratação por carteira assinada, a terceirização e o sistema de cooperativas. Estas duas últimas alternativas, segundo a autora, (...) *viabilizam a redução dos custos do trabalho e reduzem ou simplesmente anulam os vínculos empregatícios.* (ibid., 576).

Aliado ao setor industrial, o setor agrário, cuja incorporação de equipamentos tecnológicos ao processo produtivo, racionalização do trabalho, também contribuiu para o desemprego. No campo, a flexibilidade dos contratos de trabalhos temporários

afeta os trabalhadores provocando alta rotatividade e alterações nas relações sociais de produção (Padrão, 1997).

Os dados empíricos revelam que pais das crianças e adolescentes inseridos precocemente no trabalho informal de rua são desempregados, trabalhadores dessas categorias precarizadas e desempregados vindos da zona rural ou de cidades pequenas, filhos daqueles que migraram sozinhos com as famílias ou que as abandonaram, ou ainda filhos de trabalhadores daquelas categorias profissionais que realizam os trabalhos mais desqualificados, que compreendem a “peonagem”⁵.

Meirelles (1998: 28), inferiu: em pesquisa sobre o trabalho de adolescentes no narcotráfico do Rio de Janeiro, que: (...) *quanto maior o desemprego, maior o número de adultos e adolescentes trabalhadores ocupados em subempregos, para juntos formarem uma renda familiar que permita a subsistência da família*. Estes são, sem dúvida, aspectos que fazem o diferencial no estudo do trabalho precoce hodiernos, em relação às épocas passadas, em que também havia a exploração do trabalho de crianças e adolescentes. Em outros termos: alguns dos fatores preponderantes para o aumento do trabalho precoce é o desemprego dos pais ou responsáveis e a baixa renda familiar que se torna insuficiente para a manutenção da família⁶.

Não se pode deixar de acrescentar que à reestruturação produtiva somam-se, a crise canavieira e as estiagens prolongadas, que atingiram (...) *a produção e o emprego agrícola nas regiões do sertão e do Agreste – Brejo paraibano* (Moreira e Targino, 1997: 232).

O trabalho infanto-juvenil, assim como o feminino, cresceu na zona canavieira da Paraíba. Segundo Moreira e Targino (1997), entre 1975 e 1985, aumenta 35% o número de jovens menores de quatorze anos ocupados na agricultura. Os determinantes dessa mudança na composição etária e sexual foram o processo modernizador da agricultura e a base técnica da produção. A modernização e a migração atingem mais fortemente a população masculina adulta. A inserção de mulheres, crianças e jovens se dá como uma característica de precarização dessa mão-de-obra. Tal engajamento acontece como uma forma de ampliar o número de horas da família, de complementar ou até mesmo para serem os provedores, muitas vezes substituindo o pai ou ainda como única fonte de subsistência da família, como, por

⁵ Termo usado por Buonfiglio *et al.* (1994)

⁶ Ainda neste capítulo, no item 1.2.5, retomaremos a análise das causas do trabalho precoce.

exemplo, o sertão paraibano. Nesta microrregião paraibana, a utilização de mulheres, crianças e adolescentes menores de quinze anos são as únicas formas de mão-de-obra, devido à migração masculina adulta.

(...) um decréscimo persistente da participação dos homens no conjunto da mão-de-obra (...) contrapondo-se à redução absoluta e relativa dos homens trabalhadores tem-se a elevação do contingente das mulheres e dos jovens. (Moreira e Targino, 1997: 253).

Tal foi o impacto desse processo de modernização que provocou uma queda na participação da mão-de-obra masculina adulta, afetando a vida das crianças e adolescentes impelidos a inserção precoce no trabalho. O processo de inclusão da mão-de-obra feminina e infantil é uma tônica do sistema capitalista em momentos de crise ou de mudanças em que se necessita de mão-de-obra ainda mais barata, de pouca qualificação e em situações de precarização. Foi assim com o desenvolvimento industrial (Marx, 1987 e Macedo, 1993).

O processo de modernização e as mudanças nas relações de trabalho no campo fizeram crescer o trabalho precoce também nas cidades. Nas zonas urbanas, motivados pelo processo migratório – provocado por aquelas transformações na organização agrária e pelas mudanças físicas (climáticas, como a seca) e biológicas (pragas de bicudos):

(...) a organização do espaço agrário estadual (PB) tem sofrido transformações significativas, no sentido de sua modernização, vale dizer, no sentido de sua subordinação real ao capital – o que tem gerado crescimento da riqueza e da exclusão social da classe trabalhadora. (Moreira e Targino, 1997: 250).

É verdade que a inserção precoce de meninos e meninas no mercado informal de rua, nas atividades de comércio e de prestação de serviço não é somente resultado do processo de reestruturação em andamento. Ela acentuou-se, agravando a situação das famílias e expondo cada vez mais uma parcela sempre crescente dessa mão-de-obra⁷.

Conforme (Moreira, 1995: 14), *(...) não se pode negar que o elevado grau de pobreza da classe trabalhadora é o principal responsável pela inserção prematura dos*

⁷ Trataremos das causas da inserção precoce ainda neste capítulo, no item 1.2.5.

juvencs no mercado de trabalho. Esta posição que é também compartilhada por Cervini e Burger (1991).

Analisar a existência do trabalho precoce como uma questão cultural não é suficiente, se a esta não for combinada uma análise econômica. Tomando como referencial Oliveira (1990) e a sua compreensão do setor informal como modo de produção simples e doméstico, podemos reconhecer que essa visão cultural interessa ao capitalismo, porque contribui para a sua manutenção e sua estruturação em momentos de crise. Interessa-lhe também que determinadas atividades de que se serve continuem organizadas de modo simples, realizadas por produtores autônomos. Por isso, faz-se uso dessa mão-de-obra. Os meninos e meninas barateiam o seu produto, depreciando o valor de seu trabalho e, conseqüentemente, o da mão-de-obra adulta, abrindo mão dos ganhos. Por isso os usuários destes serviços optam por ela. Por exemplo, preferem os meninos que olham e lavam carros em vez de contratar-se uma empresa especializada.

Sobre o aspecto da exploração (retratada como um aspecto cultural), é digno de nota o cotidiano dos anos de escravidão retratados na literatura, nas artes plásticas, que dão conta de crianças e adolescentes negras, escravas ou filhos de escravos – libertos pela Lei do Ventre Livre – vendendo nas ruas das cidades brasileiras, em troca de tostões ou por ordem de seus senhores, aliás, as mais das vezes senhoras.

Sobre isto escreveu Freyre (1987: 449): (...) *os negros e as pretas chamados de ganho serviram para tudo no Brasil: vender azeite-de-carrapato, bolo, cuscuz, manga, banana, carregar fardos, transportar água do chafariz às casas dos pobres – trazendo de tarde os proventos para o senhor.*

1.2. O trabalho informal: uma discussão da categoria

A partir da reestruturação produtiva ocorre a redefinição das relações de produção, das formas de inserção e dos processos de trabalho. Cresce o auto-emprego, com a criação de outras estratégias de sobrevivência. Por exemplo, as formas de trabalho mais precarizadas como catadores de lixo, e trabalho informal de rua etc.

O incremento da produtividade aliada à busca de estabelecimento de níveis de competitividade dentro do processo de globalização, o crescimento econômico e a redução do emprego industrial, tudo isso exige novas perspectivas de análise, inclusive o desemprego e a informalidade. Desta forma, as análises distam para dois pólos como

uma transição necessária para a retomada do crescimento econômico ou o caos (Blanchard, 1996), (Rifkin, 1996).

As novas trajetórias no mundo do trabalho revelam potencialidades de incorporação produtiva, onde antes predominou o trabalho assalariado, cujo contexto atual é o de mudança do caráter do emprego e de redução da sua oferta. Segundo cálculos divulgados em 1996, no *Fórum Econômico de Davos* o mundo do trabalho globalizado enfrenta uma situação de desemprego que atinge cerca de oitocentos milhões de pessoas.

Diante de tais fatos, as relações de trabalho apresentam heterogeneidades que configuram a classe trabalhadora de modo ainda mais complexo, desconhecido, segmentado e com grande mobilidade. O crescimento econômico experimentado na década de 1990 fez surgir, no Brasil, ao lado do exército de reserva, o desemprego estrutural, fruto das mudanças na base técnica de produção, aumento da automação e desaparecimento de postos de trabalho, provocando mudanças na composição dos empregos sobranes ou novos, requerendo para tal maior qualificação e flexibilidade.

Segundo o IBGE,

(...) a taxa de desemprego com base nos dados da Pesquisa Mensal de Emprego – PME – para as seis regiões metropolitanas no período de 1991 a 1999, costuma seguir a conjuntura econômica, crescendo em períodos de recessão e caindo quando a economia se recupera. A década de 90 ilustra bem este tipo de comportamento. Houve tendência de crescimento do desemprego até 1992, queda no triênio 1993/1995, seguindo-se leve aumento em 1996/1997 e um salto no final da década para um novo patamar mais elevado. O comportamento da economia foi o inverso daquele observado para o desemprego. A década teve início com uma recessão até 1992, seguindo-se forte recuperação em 1993/1995, pequeno crescimento em 1996 e estagnação em 1998/1999. (IBGE, 2001: 116).

Segundo a Revista O Espelho (O BRASIL, 2001), da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil, a concentração de renda aumentou no Brasil. Em 1992, os 10% mais ricos detinham 45,8% da renda nacional, enquanto em 1999 esse percentual subiu para 47,4%. Os 50% mais pobres detinham, em 1992, 14% da renda nacional, e em 1999 mantém-se esse percentual. O desemprego, em dezembro de 1992 era de 4,5%, e, em 1999, subiu para 6,3%. Ainda de acordo com a referida revista, no mesmo período de 1999, a pesquisa do SEADE/DIEESE, que também considera o

desemprego oculto pelo trabalho precário ou pelo desalento, registra-o na Grande São Paulo com o índice de 17,5%.

Estes dados sobre desemprego podem ser ainda mais absurdos e conduzir a conclusões enganosas, devido aos seguintes fatores: as características conceituais (emprego – desemprego) dos dados provenientes de fontes oficiais; as características do mercado de trabalho latino-americano, cujas relações de trabalho e estratégias de sobrevivência, nem sempre são distinguíveis, em termos de setor informal (Cacciamali, 1999).

O estudo do KENIA, feito pela OIT, foi o precursor deste conceito hoje vigente, “setor informal”. A construção de uma nova categoria analítica, naquele diagnóstico, deu-se devido à constatação de que o crescimento econômico, naquele país, tinha criado formas de inserção na estrutura produtiva de alguns tipos de ocupações que não eram organizadas com base no trabalho assalariado. Este era o chamado exército de reserva, constituído basicamente de homens pobres que trabalhavam em múltiplas atividades e sobreviviam em condições desfavoráveis. A inexistência, naquele momento, de uma categoria analítica definidora do setor informal, fez com que se conceituasse o referido setor, por oposição às atividades formais e por falta de acesso aos recursos produtivos e aos mercados. (Oliveira; 1990). O citado estudo também tinha por finalidade a de minorar a situação de pobreza e desigualdade de emprego e renda, dirigidos àqueles grupos observados.

Segundo Cacciamali (1999: 369), a denominação setor informal pode representar fenômenos distintos: evasão e sonegação fiscais, terceirização, micro empresas comércio de rua ou de ambulantes; contratação ilegal de trabalhadores assalariados, trabalho temporário e trabalho em domicílio.(...) *essa compreensão díspar, representa um denominador comum no imaginário e na comunicação das pessoas: são atividades, trabalhos e rendas realizadas desconsiderando ou regras expressas em lei ou em procedimentos atuais.*

O marco conceitual para se definir o que significa setor informal é tênue e complexo, visto que há uma gama de definições partindo de autores de diversas orientações teóricas. Por outro lado, apesar dos meandros que diversificam ou aglutinam estas posições (dos autores), há uma certa homogeneidade nos aspectos que caracterizam a categoria em apreço.

As análises empreendidas centram-se nos seguintes aspectos: a) considerações das formas de produção como unidades de análises; b) forma de organização (sem registros contratuais de quaisquer espécies, à margem dos regulamentos do Estado); c) fácil acesso; d) características dos trabalhadores: migrantes e/ou recém-chegados ao mercado de força de trabalho (jovens, mulheres), egressos do mercado formal (aposentados e/ou pessoas cujo padrão etário os exclui do mercado de trabalho), trabalhadores cujos padrões de conduta não se amoldam às formas de trabalho formal; e) atividades que exigem capital de pequena monta as quais não requerem qualificação de mão-de-obra, tecnologia e escolaridade; f) as atividades compreendem, basicamente, estratégias de sobrevivência.

A tendência atual dos autores consiste em desenvolver um enfoque analítico que está centrado na **reestruturação** do sistema internacional de produção, para explicar a existência universal de um setor informal e uma recente expansão que se intensifica com a **flexibilização da produção e das relações de subcontratação**. Os autores abandonam a análise centrada na unidade produtiva e centram-se na dinâmica do mercado de trabalho. Levam em consideração, nas situações de mercado, a relação formal e informal e seu papel com a dinâmica macroeconômica. Vêem o crescimento do setor informal como o resultado da expansão e da retração do sistema capitalista. (Oliveira, 1990; OFICINA, 1987).

Os processos de reestruturação e internacionalização da economia e a desregulamentação dos mercados criam incertezas nos negócios, menores taxas de emprego que têm impactos nos mercados de trabalho. Na América Latina, os governos buscam processos de ajustes micro e macroeconômicos, orientados para a constituição de uma economia mais aberta e competitiva, visando a adquirir dinamismo econômico – o que gera diminuição relativa do emprego industrial e expansão do emprego terciário e do setor não-estruturado (Cacciamali, 1999: 375).

A economia informal é geralmente analisada a partir do fator econômico, como capacidade de criar empregos em períodos de recessão. Wanderley (1996), corrobora com essa visão das atividades informais vistas como alternativas para períodos de crise. Este autor, em pesquisa sobre o pequeno setor da produção, defende a idéia de que o crescimento das atividades informais

(...) é o resultado da intensificação do estado da crise econômica nos países do Terceiro Mundo”. Mas para o autor acima citado este crescimento (...) não pode ser visto como uma solução para o desenvolvimento econômico, mas pelo contrário como um agravamento da desorganização social, política e econômica desses países. (ibid., 04).

Em um texto que analisa a relação entre a reestruturação produtiva e o “setor informal”, Fuentes (1997) diz que a principal mudança imposta pelo processo de reestruturação produtiva ao mercado de trabalho e à força de trabalho é a flexibilidade. Segundo esta autora, a flexibilidade que caracteriza o mercado de trabalho brasileiro não é a mesma exigida pelo novo paradigma, já que, segundo ela, o mercado de trabalho brasileiro tem uma flexibilidade natural: *(...) uma das características desta flexibilidade é a existência de um amplo setor informal, que tem sido apontado como uma alternativa para reduzir os custos do processo de ajuste. (Ibid, 362).* Segundo a autora citada, a informalidade tem atuado como uma alternativa de emprego, diminuindo os custos a serem enfrentados pelo mercado de trabalho durante a reestruturação produtiva, assim como tem sido alternativa para que os trabalhadores não sejam expulsos do mercado de trabalho.

Em pesquisa sobre a Região Metropolitana de São Paulo, usando como fonte a Pesquisa Mensal de Emprego, Fuentes (1997) conclui pela incapacidade de o “setor informal” absorver os desempregados do setor formal em virtude das características que o desemprego assume na década de 1990: *(...) as evidências apontam para uma mudança no comportamento do setor informal na década de 90 em decorrência do processo de reestruturação produtiva. Logo o setor informal não pode ser visto como redutor de ajuste. (Ibid, 373).*

Os avanços empreendidos a partir da visão economicista permitem outras leituras da questão, até então não-abordadas, ou pelo menos abordadas insuficientemente, como a dimensão política que perpassa o fenômeno. O Estado apresenta-se tolerante diante da ilegalidade das práticas econômicas, e da não-garantia de direitos e do conseqüente acesso à cidadania.

Segundo Lautier (199-?: 01), a análise da economia informal inicia-se com sua definição. Para este autor, a terminologia **setor**, que se origina do verbo latim (*secare*: cortar), supõe a existência de dois setores totalmente separados: o formal e o informal. A observação das unidades de produção demonstra que esta separação completa não existe. Coabitam num mesmo parque industrial grandes indústrias, com

pequenas subcontratantes, que são empresas cuja mão-de-obra não é declarada (*op. cit.*: 01). Segundo este autor, não se tem esta divisão entre atividades formais e informais; tem-se uma interseção entre ambas. Assim a visão, em termos de setores, tem a função de mascarar a brutal informalização das relações de trabalho, no que se percebem como parte da economia formal as grandes empresas industriais. Para ele, o que há então é **uma economia informal, que é multiforme**, encontrando-se aí pequenas empresas de produção, pequenos comerciantes e prestadores de serviço, atividades lícitas e ilícitas.

Lautier (1997: 60) aponta um outro lado do informal, que tem sido, segundo ele, obscurecido pelo econômico, ou seja, o debate político: (...) *o desenvolvimento da economia informal é, ao mesmo tempo, o sinal e a causa de uma transformação da relação entre o Estado e os cidadãos, o componente de um processo de fragmentação social e a caracterização do caráter “virtual” da “democracia*. O termo **informal**, para ele, refere-se ao Estado que é a forma ausente, responsável pela elaboração, promulgação e fiscalização do cumprimento da Lei. É o Estado que regulamenta as relações de trabalho, fixa normas relativas aos produtos, cobra taxas, tolera o desrespeito à Lei, por uma necessidade política mais do que econômica, visando a garantir seu domínio, gerando códigos privados que estruturam relações neopaternalistas.

Um outro problema apontado por ele na definição de informal, que tem a ver com o critério da ausência de registro, é a questão de distinguir as atividades lícitas das ilícitas. A maior parte dos trabalhos sobre a economia informal exclui as atividades ilícitas. A postura desses pesquisadores baseia-se no fato de que estes tipos de atividade não teriam relação com a economia do emprego e da renda onde se procede às análises criticadas pelo referido autor. Para ele, pelo contrário, não só têm relação com emprego e renda, mas, também com democracia e cidadania. Lautier diz que elas criam emprego e renda e que, na década de 1980, chegaram a compensar os efeitos da crise. Nas atividades ilícitas ou criminosas, ele inclui o narcotráfico (produção e distribuição), o contrabando e a corrupção.

No que diz respeito à cidadania, segundo o autor em questão, a economia informal é marcada pelo caráter parcial dos direitos sociais e pelo baixo nível de garantia: (...) *um abandono do postulado que define a própria noção de cidadão: a unicidade da cidadania e, portanto, do conjunto dos direitos-deveres, sobre um dado*

território nacional (Lautier, 1997: 60). Daí por que definir a cidadania como garantia dos direitos sociais, inclusive o exercício do trabalho assalariado que não contempla os trabalhadores da economia informal, onde quase todos são excluídos da aposentadoria, da garantia jurídica do emprego. Definir cidadanias especiais “levaria a fracionar a cidadania” ou “cidadania fragmentada” – o que se vive na América Latina, com vários tipos de cidadãos:

1. O trabalhador assalariado estável com direitos sociais garantidos;
2. Aquele que, pela ausência de direitos sociais estáveis seria compensado pela existência de um estatuto social fundado na propriedade;
3. Trabalhadores independentes desfrutam poucos direitos sociais associados ao trabalho, mas podem obtê-los via movimentos populares (acesso à saúde, à educação etc.);
4. Direitos sociais muito limitados e direitos civis fragilmente garantidos, inclusive a própria segurança física, os quais compreendem a camada inferior da informalidade, misturando-se delinqüência, pequeno comércio e biscates (*op. cit.*).

Esta tese, por exemplo, baseia-se na concepção de economia informal de Lautier (1997). Entretanto, dado o caráter multiforme das atividades com que trabalhamos, usamos como categoria a denominação **atividades informais** de trabalho, porque ela caracteriza, de forma mais precisa, as atividades de trabalho desenvolvidas pelos meninos e pelas meninas nas ruas. A opção pelo referido autor se deve ao fato de que sua concepção engloba aspectos que se assemelham com o nosso objeto, com características multiformes: a) diversas atividades de trabalho informal, inclusive ilícitas; b) relações de trabalho informais, sem registros, contratos ou por conta própria; c) ausência do Estado no cumprimento do seu papel. Vale salientar que por ilícito está considerando-se tanto o que fere a Lei, uma vedação constitucional (trabalho precoce é proibido), como no sentido do que fere a moral da criança e do adolescente (prostituição).

No que diz respeito à relação com o setor formal, Wanderley (1996) aponta a existência de três modelos no decorrer da crítica ao conceito de setor informal: o da interrelação (o setor informal existiria às margens do modo de produção capitalista, mas de forma integrada e articulada a ele), o modelo tricotômico (critica a distinção formal e informal caracteriza-os como sendo imbuídos de lógica própria) e o modelo continuum, defendido pelo autor. Este último modelo defende a posição de que há

continuação entre o modelo formal e o informal, há relações importantes, combinadas em certos tipos de empresas, como por exemplo, multinacionais e trabalhadores por conta própria.

A propósito da relação das atividades informais com o setor formal da economia tipicamente capitalista, colocada ora como um setor autônomo, ora como um setor subordinado, Oliveira (1990) diz que a existência de tais atividades é um resultado da expansão capitalista as quais persistem na economia, em função do nível de distribuição de renda na sociedade. Baseia-se na obtenção de um nível de rendimento para manter a atividade e o sustento do proprietário e dos trabalhadores envolvidos nelas.(...) *trata-se de um outro mercado de trabalho em que o ajuste daquelas atividades é a busca de uma renda e não o lucro, não podendo portanto falar em salários, mas em uma remuneração.* (Oliveira, 1990: 83).

Tokman e Souza (1976), Tokman (1978) e Souza (1985) ao se referirem ao mercado de trabalho, caracterizam o funcionamento do “setor informal” a partir das unidades produtivas, que assim como as tipicamente capitalistas, produzem para o mercado e não para o autoconsumo. Estes autores acrescentam ainda que o comportamento do “setor informal” guarda estreita relação com o processo de acumulação e expansão do sistema econômico.

Partir da concepção de que nas atividades informais não se visa o lucro, mas apenas uma renda é negar as especificidades e logo a heterogeneidade antes admitida. Por isso discordamos de Oliveira (1990) e concordamos com Cacciamali (1999: 379). Para este (...) *distintos grupos de trabalhadores permitem a construção de categorias de análise a partir da combinação de características derivadas pela observação do fenômeno em si combinado com a dinâmica do processo de desenvolvimento em andamento.*

O trabalho empírico nesta pesquisa mostrou que, no caso das atividades informais de rua, há heterogeneidade de práticas. E, se por atividades capitalistas entende-se a existência dentre outros aspectos do lucro, há, no complexo contexto da informalidade de rua, tanto atividades que visam lucro como aquelas que visam apenas um rendimento. No primeiro caso, enquadram-se as atividades em que existe o patrão, os proprietários de uma certa infra-estrutura, inclusive alguns instrumentais de trabalho e as mercadorias. No segundo caso, dentre aquelas que não visam o lucro, mas a

obtenção de uma remuneração, estão os que trabalham para os proprietários, os que trabalham por conta própria, além dos que trabalham para a família.

No que diz respeito à existência de heterogeneidade, vários autores concordam, Cacciamali (1999), Fuentes (1997), Oliveira (1990) e Souza (1985) etc. Em uma análise do setor informal do PREALC (OFICINA, 1987) quinze anos depois, a OIT reconhece que, contrariamente à imagem homogênea daquela época o setor informal na atualidade tem distintos segmentos.

Souza (1985) e Oliveira (1991) concordam em que a atividade informal resulta da expansão capitalista e se desenvolve nos interstícios da esfera da produção. Entretanto, na esfera da circulação, a atividade informal concorre com o comércio estabelecido e com as empresas prestadoras de serviço. No entanto para Oliveira (1991), o desenvolvimento da atividade informal é reflexo dos movimentos de expansão e retração do “setor formal” tipicamente capitalista da economia. Neste sentido, o trabalho informal mantém uma relação de subordinação aos movimento de concentração e distribuição de renda, mas não necessariamente ao núcleo capitalista como afirma Souza (1985). Para Oliveira (1991), seria o trabalho informal uma espécie de apêndice da distribuição de renda, criado em certas estruturas pelo capitalismo (Lazarte; 1996).

1.2.1. O mercado informal na Paraíba

O mercado de trabalho no Estado da Paraíba, no que diz respeito à empregabilidade, tem sofrido constantes mudanças. As causas dessas mudanças são além dos fatores socioeconômicos anteriormente abordados no que se refere ao âmbito nacional agravado por particularidades regionais, como modificações na produção agrícola, base da economia, e no setor da construção civil, que emprega uma percentagem significativa da mão-de-obra urbana. A agricultura tem sido freqüentemente atingida por fatores climáticos, como a seca, por pestes, como o bicudo na lavoura do algodão, pela substituição da produção de subsistência por produção para exportação, pela ausência de políticas agrícolas e pela crise do setor sucroalcooleiro. No setor agrícola, esses fatores provocaram migrações para as cidades, particularmente para a capital do Estado, João Pessoa, para onde os trabalhadores vão em busca de alternativas de sobrevivência.

Segundo a *Análise Conjuntural da Economia Paraibana* (INSTITUTO, 1997), feita pelo Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual – IDEME – a Paraíba tem sofrido desde 1995 quedas na produção dos setores primário, secundário e terciário, sendo que os dois últimos setores foram sensivelmente afetados, tanto, evidentemente, pela conjuntura econômica como pelo desempenho do setor agrícola. No ano de 1995, comparativamente ao de 1994, a agricultura apresentou um decréscimo significativo na produção. O referido instituto usa como exemplo o algodão, cuja produção em 1994 foi a de 1.647 toneladas, caindo em 1995 para 1.060.

No que diz respeito à análise da flutuação do nível de emprego formal no setor urbano, os dados demonstram que (...) *no primeiro semestre/95, as atividades ligadas à indústria de transformação, à construção civil e ao comércio dispensaram 1.051, 203 e 225 pessoas respectivamente* (INSTITUTO, 1997: 44). Na construção civil, tem havido uma queda na sua produção provocando, conseqüentemente, a dispensa de mão-de-obra e o desemprego. Doutra parte,

(...) apenas o setor serviços continuou com as admissões, apresentando um saldo positivo de 1.405. Nos seis primeiros meses de 1996, evidenciou-se o aumento no número de demissões, com a redução de 2.310 postos de trabalho na indústria de transformação e de 27 postos na indústria da construção civil. No geral ficaram sem empregos 1.427 pessoas. (Ibid., 4).

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) de 1990, 96,28% da população economicamente ativa (PEA) na Paraíba estava em algum tipo de ocupação. A PNAD de 1995, aponta a diminuição desse percentual para 91,12%, caindo a taxa de ocupação no Estado. Assim, com o aumento da população e com a queda na taxa de ocupação, no mesmo período a relação entre a População Economicamente Ativa (PEA) e a população total elevou-se de 38,65% para 48,81%, aumentando, portanto a demanda por emprego (IBGE, 1992).

Na Paraíba, em 1990, a categoria *empregados* atingia 61,40% da PEA ocupada, a categoria *por conta própria* era de 24,50% e a categoria *não remunerados* era de 10,00%. Todavia, em 1995, a primeira diminuiu para 41,20%, a segunda teve levíssimo aumento para 24,90% e a categoria “não remunerados” aumentou para 18,80% (IBGE, 1992). Uma rápida análise desses índices mostra que a diminuição do número de empregados foi concomitante ao aumento do número de

trabalhadores por conta própria e de desempregados, de modo que esse contingente da mão-de-obra tenha buscado alternativas econômicas para a sua sobrevivência.

Esses dados da Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílios levam o IDEME a inferir que a composição da população ocupada sofreu modificações, com situações de subocupação, e sub-remuneração. Isto contribuiu para compor um quadro de instabilidade do mercado de trabalho na Paraíba, com uma parcela significativa da mão-de-obra no mercado informal, adotando, portanto, novas estratégias de obtenção de renda. Dessa maneira, esse setor da economia passou a representar praticamente um terço da população ocupada em João Pessoa, ao atingir o percentual de 29,23%. Não obstante, esse contingente não é formado apenas por desempregados da indústria, comércio, serviços e migrantes da zona rural, ou seja, de trabalhadores que perderam o emprego, uma parcela também é formada por candidatos ao primeiro emprego e por aposentados.

Em pesquisa feita em João Pessoa sobre “a ocupação de *sulanqueiro* como estratégia de obtenção de renda”, Caniello *et al.* (1998) mostram alguns aspectos pertinentes, especificamente, àquela categoria, que, apesar disso, corroboram os dados acima e sinalizam características dos trabalhadores das atividades informais. A grande maioria (83,3%) dos entrevistados já estava inserida no mercado de trabalho antes de se tornarem *sulanqueiros*, enquanto uma minoria (16,7%) era a primeira ocupação. Quanto à atividade anterior, há uma predominância de empregados (60%), em oposição a (40%) de autônomos. Em relação a estes empregados, a maioria não tinha carteira assinada (63,6%, contra 36,4%). Quanto ao setor em que estavam inseridos, a divisão é equilibrada entre indústria (28,0%), comércio (32,0%) e serviços (36,0%), tendo pouquíssima representatividade a atividade na agricultura (4,0%).

Dentre as razões apontadas para a “escolha” em trabalhar na *feira da sulanca*, uma categorização se impõe: a grande maioria dos respondentes optou por trabalhar neste setor da economia por “falta de alternativa” (76,7%) e não por “opção própria” (23,3%). Um dado importante informa que, massivamente, os respondentes não mantêm outra atividade paralela ao trabalho na feira, o que demonstra que a atividade não pode ser considerada como uma “estratégia de complementação de renda”, e sim como uma “estratégia de obtenção de renda”. Por outro lado, é também

importante destacar que a maioria (73,3%) dos respondentes têm há pouco tempo entre 1 e 3 anos a feira como atividade profissional.

Os dados de Caniello *et. al.* (*op. cit.*: 22), possibilitam concluir o seguinte:

(...) o sulanqueiro típico é um trabalhador jovem da zona urbana, sem alternativas no mercado de trabalho formal, com experiência profissional, mas com baixa escolaridade e pouca especialização técnico-profissional; sua renda é baixa mas o trabalho na feira é comparativamente mais rentável, já que se observa que na atividade anterior 80% dos respondentes auferiam um máximo de dois salários mínimos mensais, percentual que cai para 46% no caso do trabalho na sulanca”.

A constatação do pouco conhecimento sobre o mercado informal, na Paraíba, e a demanda pela implantação de políticas públicas voltadas para a criação de empregos, fizeram com que o IDEME (INSTITUTO, 1997), elaborasse um diagnóstico nas cidades de João Pessoa e Campina Grande, com o objetivo de identificar e caracterizar as atividades que compõem o mercado informal nos três segmentos: comércio, serviços e unidades produtivas. Os resultados mostraram que (53%) da mão-de-obra vieram do setor formal.

Neste sentido, o diagnóstico do IDEME (*Idem*) esclarece que o comércio informal, com 72,59%, predomina entre os estabelecimentos pesquisados, e absorve a maior parte da mão de obra. Do ponto de vista da sua natureza, segundo as condições físicas, a amostra pesquisada em João Pessoa apresenta a seguinte configuração: “*estabelecida*” (pequeno negócio no ramo de comércio que apresenta estrutura física fixa), 45,36%; “*provisória*” (estabelecimento que desenvolve atividades em terrenos cedidos ou alugados, permanecendo diariamente no mesmo ponto comercial, como “fiteiros” e traillers), 37,42%; “*ambulante*” (aquele que desenvolve suas atividades de modo itinerante, ofertando seus produtos em bairros, no centro da cidade e que apresenta estrutura física de fácil deslocamento), 17,22%).

O mesmo diagnóstico (INSTITUTO, 1997) revela, além disso, o seguinte perfil dos proprietários do setor informal no ramo comércio, em João Pessoa: 83,71% são de origem urbana e 16,29%, rural, predominando o sexo masculino com 58,94%. Quanto à idade, escolaridade e qualificação, os dados revelam que 41,35% dos proprietários encontram-se nos extratos mais jovens (entre os 19 e os 39 anos) e 29,63% têm entre 40 e mais de 65 anos de idade. No que diz respeito à escolaridade, 50,06% tem

primeiro grau, 32,06% têm o segundo grau e 13,07% são apenas alfabetizados, sendo que 75% deles não realizaram qualquer tipo de treinamento técnico (*Idem*).

A forma de organização dessas atividades informais pesquisadas pelo IDEME favorece a utilização da mão-de-obra familiar, pois 46,43% são membros ou agregados da família que juntos desempenham as atividades no núcleo produtivo ou comercial. Segundo o mesmo instituto, todos os proprietários expressam o desejo de permanência no setor informal e alegam como motivos “vontade própria” (27,18%) “desemprego”, (23,66%) e “complementação de renda” (11,26%). Esses dados ressaltam que, quanto menor é a renda da família, maior é a necessidade de se agregar membros dela para juntos tentarem ajudar a mantê-la (INSTITUTO, 1997).

Um outro estudo sobre o mercado informal na Paraíba foi feito pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), em 1996. Trata-se de uma pesquisa sobre o **Perfil Socioeconômico do Microempresário Ambulante de João Pessoa**, no qual foram entrevistados sessenta e três respondentes (desempregados e ex-empresários originários do setor formal, que enveredaram na economia informal por ver nessa atividade a única forma de sobrevivência). Dentre os entrevistados, 69% das pessoas ocupadas com essa atividade entraram no ramo após o ano de 1992. e As causas alegadas foram: (...) *o desemprego estrutural, a falta de capacidade contributiva das micro e pequenas empresas que os levaram à inadimplência, e a diminuição das construções civis.* (SEBRAE, 1997: 06).

Segundo o SEBRAE, o “microempresário ambulante” de João Pessoa tem o seguinte perfil: sua idade média é a de 43,6 anos; 44% são analfabetos; sua renda média semanal é a de R\$ 86,00, com uma jornada diária de trabalho de dez a doze horas em seis dias por semana. Dos entrevistados 80% consideram o que ganham pouco e alegam já ter tido dias melhores. Por essa razão se utilizam da força de trabalho familiar. Eles representam uma faixa da mão-de-obra, cuja inserção no setor formal vai se escasseando, tanto pela idade considerada, no Brasil, avançada para começar uma nova carreira como pela inexistência de qualificação, restando-lhes as atividades por conta própria e requerendo-se baixo capital. Com relação à permanência, 68% sentiam-se mais satisfeitos na economia informal, sendo que os motivos alegados foram: melhor remuneração e dívidas ao fisco, com a

impossibilidade de efetuar a liquidação do débito tinham que se manter na informalidade, a fim de evitar cobranças, confiscos e prisões.

Se compararmos as duas pesquisas, a do IDEME e a do SEBRAE, observaremos diferenças relativas, no que diz respeito à idade e à escolaridade. Os sujeitos da pesquisa do IDEME são mais jovens e apresentam nível mais alto de escolaridade. Essa diferença justifica-se devido ao objetivo do IDEME, o de caracterizar as atividades econômicas e ao recrutamento da amostra a partir dos estabelecimentos, inclusive as atividades informais “estabelecidas”, “provisórias” e “ambulantes”, enquanto que o objetivo do SEBRAE era o de pesquisar o perfil do microempresário ambulante”⁸ de João pessoa pequeno empresário ambulante.

Esses dados ajudam a compreender a configuração do mercado de trabalho na Paraíba, que apresenta uma percentagem significativa da mão-de-obra ocupada inserida no mercado informal. São trabalhadores egressos do mercado formal, os quais compõem um exército de “sobrantes” que está fora das estatísticas oficiais. A expressão “sobrantes” é mais adequada para caracterizar esses trabalhadores porque transmite a idéia de que, potencialmente, pelo perfil que apresentam – idade, escolaridade e qualificação –, terão enorme dificuldade de empregabilidade. Assim sendo, constituem uma nova categoria de trabalhadores em comparação com o modelo tradicional do operário, que busca no mercado informal alternativas de sobrevivência ante a exclusão de que são vítimas. Neste sentido, esses trabalhadores fazem parte de um mercado que aponta um quadro de instabilidade, sem qualificação, com ausência de garantias sociais e do Estado: um mercado que se constitui como espaço de criação de postos de empregos para uma parcela abrangente de outros trabalhadores, os próprios proprietários, familiares e empregados, estes mais precarizados do que os primeiros.

É nesse atual desenho do mundo do trabalho que cresce o trabalho precoce, mais particularmente no setor urbano. A flexibilização provoca o esfacelamento do poder sindical, aumenta a mão-de-obra excedente, impõe regimes e contratos de trabalho mais flexíveis, ocasionando a redução do emprego regular e o incremento do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado (Harvey, 2000). Esse trabalho temporário cria ondas de desempregos. O desemprego e a precarização das formas de

⁸ Esta é a categoria usada pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Paraíba-SEBRAE (1997).

trabalho abrem espaço para que crianças e adolescentes sejam usados como mão-de-obra, mais explorados e precarizados do que os adultos. Aliado aos fatores econômicos, sociais e culturais junta-se outro fator determinante, que é a existência de um mercado para esta mão-de-obra.

O trabalho precoce leva a uma deterioração da infância, mas não de qualquer infância, daquela que traz no seu cerne uma história de miséria de classe social, para quem o trabalho é uma via de desgaste, atraso no desenvolvimento psicossocial e, ao mesmo tempo, de sobrevivência para a família. Por que isto acontece? Porque há a ausência do Estado no seu papel de provedor das garantias de vida, de direitos inalienáveis – como o direito a vida, a saúde, a educação, a convivência familiar.

1.2.2. O Trabalho precoce: seu caráter histórico

Historicamente, o trabalho infantil existe desde a Antigüidade, mas com um caráter diferente daquele que ele assume na sociedade contemporânea, capitalista, o caráter de explorador e predatório, impedindo o desenvolvimento da criança e visando a baratear a mão-de-obra. O que há de novo hoje é a exploração sistemática de crianças e adolescentes fora do ambiente familiar.

Segundo Nascimento (1995), o trabalho infantil na Antigüidade e na Idade Média tinha como meta o aprendizado de um ofício e a formação profissional. A preparação era feita, quer no seio do ambiente doméstico, pelos próprios pais, quer nas corporações de ofício, pelos artífices e artesãos. A Revolução Industrial descaracterizou essa formação profissional e introduziu a exploração e o assalariamento, preconizou a criança e adultizou-a, transformando as relações familiares.

Segundo Marx (1987: 235), o emprego da criança na produção só foi possível com a mecanização, pois (...) *a maquinaria torna a força muscular dispensável, ela se torna o meio de utilizar trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento imaturo, mas com membros de maior flexibilização*. O capital não mais prescindiria do trabalho infantil. Nos países centros do capitalismo, o progresso tecnológico, a luta da classe operária e a mobilização da força de trabalho imigrante contra o trabalho infantil expulsaram ou reduziram a inserção das crianças no mundo do trabalho (Nogueira, 1993).

O trabalho precoce firmou-se, sobretudo nos países em desenvolvimento e nos subdesenvolvidos. Nos processos produtivos que envolvem relações de produção formal, a mão-de-obra infantil continua sendo usada para baratear a mão-de-obra adulta, seja no emprego direto de crianças seja no trabalho embutido, usado como complemento das empreitadas familiares.

Se a Revolução Industrial condicionou a presença precoce de crianças no mundo do trabalho, o processo inverso de desindustrialização, fruto de novos arranjos econômicos, tem provocado o descarte da mão-de-obra desqualificada, criando, em oposição ao “exército de reserva”, um “exército de sobrantes”, para o qual é destinado o trabalho precário, a economia informal, absorvedor natural da criança, facilmente manipulável, que aceita qualquer trabalho que não se organiza (Carvalho, 1996).

No Brasil, após a abolição da escravatura, o trabalho infantil persiste. No campo, tinha por meta o processo de transmissão de habilidades de pais para filhos. Na cidade, aplicava-se, principalmente, às crianças, herdeiras da escravidão, na Casa dos Expostos e da Roda⁹ - às crianças órfãs, abandonadas e desvalidas. Estas crianças tinham como prêmio e punição a criação de instituições asilares para cuidarem delas e de lá eram enviadas às oficinas públicas ou privadas e às companhias de arsenais ou de marinheiros.

No Brasil contemporâneo, o emprego da mão-de-obra infantil se dá também na economia informal, com estes tipos de atores: a) **trabalhadores autônomos** - vendedores ambulantes, biscateiros, engraxates; b) **prestadores de serviços** - olheiros de carro, lavadores de carro e vítimas da prostituição; c) **ajudantes** - atuantes nas atividades exercidas pelo grupo familiar, nas empresas de fundos de quintais, vendedores ambulantes e barraqueiros, nos mercados públicos; d) **trabalhadores domésticos**; e) **empregado nas atividades criminosas** do narcotráfico e do crime organizado.

1.2.3. Contextualização da categoria trabalho

O conceito de trabalho pode conter ambigüidades, podendo conter diversas atividades realizadas pelos indivíduos em diferentes sociedades. No sentido mais amplo: (...) *é o esforço humano dotado de um propósito e envolve a transformação da*

⁹ Gonçalves (1987) e Leite (1991).

natureza através do dispêndio de capacidades mentais e físicas (TRABALHO, 1996: 773).

Tal definição entra em confronto com o significado e com a experiência mais limitada do trabalho, nas atuais sociedades capitalistas:

(...) para milhões de pessoas trabalho é sinônimo de emprego remunerado, e muitas atividades que se qualificaram como trabalho na definição mais ampla são descritas e vivenciadas como ocupações em horas de lazer, como algo que não significa verdadeiramente trabalho. (ibid.).

Mas a diferença entre trabalho remunerado e não-remunerado é vaga. Preferimos compreender como históricas as concepções e formas de trabalho, condicionadas por valores e por relações de poder existentes nos diversos tipos de sociedade.

Para Marx (1987), o trabalho está subordinado à capacidade de criar valor, constituindo e mantendo o modo de produzir. É uma categoria histórica situada e situante do modo de produção capitalista e tem como especificidade transformar-se em capital, à medida que vai transformando a atividade humana de trabalho em mercadoria.

Um outro aspecto que está contido na análise marxista é o caráter humanizador do trabalho: *(...) o homem faz sua história com sua práxis e nela e com ela, se cria, se produz a si mesmo. O homem se define essencialmente pela produção, e desde que começa a produzir, o que só pode fazer socialmente, já está na esfera do humano.* (Vázquez, 1977: 419-420)

Portanto, o que constitui qualquer homem em sociedade, tenha ele bens ou não, além de sua pessoa, é a sua participação no mercado. É sua capacidade de produzir seus meios de vida que o diferencia dos outros animais. Ao produzi-los, ele está produzindo sua vida material e caracterizando sua essência humana. Essência, que não é encontrada no indivíduo, mas nas relações sociais.

Segundo Vázquez (1977), o conceito de essência humana não pode ser construído com base nos caracteres comuns aos indivíduos, mas com base nas relações do homem com a natureza, na produção e nas relações sociais. Logo, esse homem é um ser humano porque produz e, ao produzir-se, produz a si mesmo. Noutros termos: o homem se define por seu trabalho, por sua práxis.

O trabalho em Weber (1997) está situado no centro de uma discussão que relaciona a ética protestante com o processo de acumulação capitalista. Para que o espírito do capitalismo se configurasse, foi necessário criar um estilo de vida normativo, baseado e revestido de uma ética que teve no trabalho o instrumento disciplinador do corpo e do espírito.

Conforme o referido autor, o trabalho é compreendido como um fim absoluto em si mesmo, uma forma de garantir a sobrevivência, uma vocação que deve ser inculcada nas pessoas, mediante um longo e árduo processo educativo, dirigido por formação religiosa protestante. O momento histórico forjou as condições para que o capitalismo nascente se conectasse a fatores religiosos; no caso em questão, à Reforma Protestante, também em nascimento.

Para o movimento religioso protestante, o trabalho é concebido como a própria finalidade da vida, um instrumento ascético que serve para aumentar a glória de Deus e um preventivo contra as tentações. É um instrumento disciplinador adaptador do homem à vivência moral e ascética. Uma maneira de viver para Deus significava o cumprimento das tarefas mundanas, para as quais o homem era determinado. Mas o ganho do homem não podia ser consumido na luxúria. E foi essa restrição do consumo, combinada com a compulsão ascética, com a poupança e com uma vida puritana que levou à acumulação capitalista.

Weber (1997: 129), embora não se detenha nas condições de produção e nas condições de vida dos trabalhadores, mostra que a ascese protestante (...) *legalizou a exploração dessa específica vontade de trabalhar, com o que também interpretava como 'vocação' a atividade do empresário.*

O poder da ascese religiosa é de tal monta, que disponibilizou ao capital trabalhadores que se aferravam ao trabalho (...) *contribuindo poderosamente para a formação da moderna ordem econômica e técnica ligada à produção em série através da máquina, que atualmente determina de maneira violenta o estilo de vida de todo indivíduo nascido sob esse sistema (...).* (Ibid :13).

Portanto, o trabalho é visto, segundo Weber, como um instrumento significativo de disciplinarização dos corpos e do estilo de vida, voltado para a religiosidade, para a produção e para o crescimento dos bens materiais, além de estar também a serviço dessa religiosidade.

A crise de 1930 e a Segunda Guerra Mundial fizeram emergir e se consolidar um novo padrão industrial com transformações radicais, tecnológicas, produtivas e organizadoras do trabalho (Mattoso, 1995: 70), as quais também acentuaram formas já existentes, como por exemplo, o trabalho informal e o trabalho infantil. Tais alterações que afetaram a sociabilidade de um sistema baseado no trabalho.

1.2.4. Trabalho precoce: a construção de uma categoria

A discussão da categoria **trabalho** prescinde, na Sociologia do Trabalho, de definições já situadas histórica e teoricamente. As categorias **trabalho infantil** e **trabalho precoce** não se encontram ainda definidas conceitualmente ou construída sociologicamente, de maneira uniforme. Mas é difícil para os estudiosos da temática chegarem a um consenso sobre isso. A dificuldade reside nas nuances que envolvem a questão e as implicações que acompanham a problemática:

1º) Há uma distinção condicionada por valores sociais entre o que é trabalho para o adulto e para as crianças – as atividades realizadas por crianças não são consideradas trabalho, mas *ajuda a adultos, complemento das empreitadas familiares*.

2º) Os trabalhos desempenhados por crianças *nem sempre se configuram como atividades produtivas*, realizadas sob condições organizadas de produção, como exemplo: o trabalho de rua e na rua e o trabalho doméstico.

3º) O trabalho infantil e o trabalho precoce são ilegítimos. A Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA-Lei 8.069/90) proibiam qualquer trabalho para menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz. A Emenda Constitucional nº 20, de dezembro de 1998, fez a seguinte modificação: proíbe qualquer trabalho para os menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos. Entretanto, na prática, a criança e o adolescente estão inseridos precocemente em várias atividades de trabalho, inclusive com idade inferior a quatorze anos, e não é como aprendiz.

Dadas estas nuances que permeiam a questão, necessitamos definir conceitualmente, estas categorias para que possamos discutir teoricamente e ter a certeza de nos reportarmos à mesma questão. O texto da Lei, expressa na Constituição e no ECA, usa a categoria **menor**. Tal conceito traz implícitas algumas implicações, dentre as quais, chamamos a atenção para a conotação que o termo assumiu

historicamente. Segundo Londoño (1991: 142), (...) *na passagem do século, menor deixou de ser uma palavra associada à idade, quando se queria definir a responsabilidade de um indivíduo perante a Lei, para designar principalmente as crianças pobres abandonadas ou que incorriam em delitos*. Embora o próprio ECA tenha tentado modificar esta conotação (menor), ao se denominar Estatuto da Criança e do Adolescente e, portanto, ao abranger os direitos da criança e do adolescente independente da condição social deles, o termo **menor** evoca este ranço pejorativo, excludente.

Mas, se a menoridade é, para a Lei, caracterizada pela idade, ao proibir-se o trabalho até quatorze anos, a interdição atinge a infância e a adolescência. Neste caso, a categoria correta é trabalho precoce e não trabalho infantil, pois esta última aplica-se aos indivíduos até os doze anos de idade.

Precisamos, portanto, definir as duas categorias: trabalho infantil ou trabalho precoce. Se optarmos pela primeira, estaremos referindo-nos apenas ao trabalho feito por crianças (a priori, infantil significa da criança). E aí teremos outro problema, a definição de criança. Nas práticas sociais, tem sido tomada como referência a Lei. No Brasil, criança, perante a Lei, é aquele que tem a idade de zero a doze anos de idade.

Se optarmos pela segunda, trabalho precoce, a precocidade residirá na inserção, antes dos dezesseis anos, no mundo de trabalho. Usar o termo **trabalho infantil** é referir-se indiscriminadamente, aos indivíduos até aos dezesseis anos de idade. Cometem-se graves equívocos ao usar-se a categoria trabalho infantil para aludir-se indiscriminadamente, a crianças e adolescentes trabalhadoras, porque os motivos que conduzem à inserção de crianças no trabalho, até aos doze anos, não são os mesmos que conduzem à de adolescentes, assim como as conseqüências para ambas as faixas etárias também são diferentes. Por isso defendemos a seguinte idéia: esta não é apenas uma questão jurídica de legitimidade, porque precisa ser definida sociologicamente.

Esclarecemos que, ao referir-nos a **trabalho precoce**, estamos considerando as atividades de trabalho desempenhadas por **crianças ou por adolescentes até aos quatorze anos de idade** – a mínima limite para ingressar no trabalho (na condição de aprendiz) e a máxima obrigatória para a escolaridade conforme determinam a Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho, a Constituição Federal do Brasil (Art. 227, parágrafo 3º, inciso I) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Art. 60). A Convenção 138, citada como a Convenção da Idade Mínima, foi adotada

como instrumento geral, que substituiu os instrumentos anteriores, com o objetivo de erradicar o trabalho infantil. Foi ratificada em 1973, por vários países, inclusive o Brasil¹⁰.

Barros e Santos (1991) usam a categoria trabalho precoce para referir-se à participação de pessoas com menos de dezessete anos no mercado de trabalho.

A literatura pertinente permite compreender que há, no interior da problemática, uma discussão que aponta os seguintes aspectos fundamentais: o trabalho precoce é uma **estratégia de sobrevivência** porque os pais não conseguem garantir a sobrevivência da família; o caráter discriminatório do trabalho precoce e o uso deste como instrumento disciplinador. **Discriminatório**, porque as crianças trabalhadoras pertencem à classe baixa. São crianças pobres, filhas de trabalhadores, desempregados, proletários e lupemproletários, os quais compõem os excluídos sociais. São crianças que se tornam trabalhadoras precoces porque os pais não conseguem garantir a sobrevivência da família. É um instrumento **disciplinador** porque é pensado como uma alternativa para crianças pobres, forma de prevenir a marginalização e adestrá-los para o mundo do trabalho.

Há, na sociedade brasileira, práticas sociais que defendem o trabalho precoce, em especial o infantil, como formador e preventivo da marginalidade. Acredita-se que, se a criança começar a trabalhar cedo, a ocupação do seu tempo impedi-la-á de se envolver com atividades infratoras. Esta caracterização permite traçar um panorama que delinea as várias visões que se têm sobre a inserção da criança no mundo do trabalho - **trabalho explorador, trabalho formador-profissionalizante, trabalho complementar à renda familiar e à concepção de que criança não deve trabalhar, mas o adolescente sim.**

Estas várias visões acabam por escamotear as dimensões e a gravidade do trabalho precoce, a ponto de, nas cidades ele ser dissimulado, invisível, levando isso a crer que seja menos grave do que no campo, ou até que inexista. Essa invisibilidade do trabalho precoce se deve ao pouco conhecimento do fenômeno e a esse conceito restritivo do trabalho infantil.

¹⁰ A OIT recomenda que os países que ratificaram a Convenção 173 especifiquem a idade mínima para a admissão ao emprego ou trabalho e que a idade mínima fixada não seja inferior a idade de conclusão da escolaridade compulsória ou que não seja inferior a quinze anos (OIT; 1993).

Insistimos na questão diferenciadora trabalho infantil e trabalho precoce, porque, dentro dessa mesma mentalidade brasileira que defende o trabalho precoce como um adestrador social, um antídoto à marginalidade. Não se concebe o indivíduo com quatorze anos como uma criança. Sendo assim, não se admite problema algum para os inseridos precocemente no trabalho com quatorze anos. Logo se nega a sua existência.

A isso que estamos chamando de mentalidade brasileira e que implica nas práticas sociais cabe também esse papel de tornar invisíveis várias formas de trabalho precoce, porque são consideradas “mais brandas”, o que significa dizer que não é exploradora logo não é vista como causadora de consequência alguma para os meninos e meninas inseridos precocemente no mundo do trabalho. Essa mentalidade, como já foi ressaltado, advém do desconhecimento do caráter da atividade de trabalho. Uma análise ergonômica mais acurada, ou até mesmo uma simples observação sistemática das mesmas demonstrará de forma gritante as condições e a organização do trabalho: as pressões, os conteúdos das tarefas, os riscos para a saúde o sofrimento que elas infligem a essas crianças e adolescentes. Como exemplo dessas atividades de trabalho poderíamos citar inúmeras. Restringimo-nos ao trabalho doméstico, trabalho de mecânico de vendedor e vendedora nas ruas e à prostituição.

Salazar (1993: 16), a propósito de pesquisas em Lima, no Peru, com crianças que perambulavam nas ruas – engraxando, vendendo, vigiando e lavando carros - diz que as estatísticas oficiais subestimam tremendamente as verdadeiras dimensões do trabalho infantil por não verificar empregos de tempo parcial e por não reconhecer as crianças de rua (...) *como trabalhadores razão pela qual são excluídas das estatísticas trabalhistas e não são levadas em conta em termos de políticas necessárias.*

Outro aspecto que torna o trabalho precoce invisível é o caráter da relação de trabalho. Por não ter, as mais das vezes, um laço empregatício, não ter um patrão, ser feito por conta própria, de forma autônoma, não é visto como um trabalho – o que não é verdadeiro. Esta tese mostrará o desempenho de atividades que se caracterizam como trabalho – algumas com relações empregatícias e outras autônomas.

O trabalho precoce não pode ser conceituado seguindo os padrões clássicos da Sociologia do Trabalho, a qual tomava como tal as atividades de transformação¹¹, uma

¹¹ Sobre esta discussão ver Friedmann & Naville (1973).

vez que as relações do trabalhador precoce com o seu objeto segue outros parâmetros. Por trabalho precoce usaremos a categoria de Costa (1990): **o exercício da atividade socialmente útil e/ou esquemas de profissionalização divergentes: tráfico e prostituição**. Em outros termos: o que o trabalhador e a trabalhadora precoces fazem são atividades variadas, a cuja ação objetiva está inerente a intenção de obter pagamento, que pode ser em espécie ou em gênero.

1.2.5. Causas do trabalho precoce

A presença dos meninos e das meninas nas ruas trabalhando está ligada a diversos fatores de ordem macroestrutural. São todos aqueles fatores sociais, políticos e econômicos que forjam a necessidade de a família enviar seus filhos ao mercado de trabalho: a) a tecnologia¹² e a flexibilização do mercado de trabalho, as quais geram desemprego estrutural; b) o acirramento das forças produtivas o qual gera a concentração de renda; c) a transformação e a precarização das relações e condições de trabalho; d) as políticas econômicas recessivas que geram o fechamento de empresas e a desvalorização dos salários; e) os fatores climáticos (secas) e a mecanização da lavoura, que expulsam as famílias do campo para as cidades. Todos estes fatores geram pobreza, desemprego e/ou salário insuficiente para o sustento da família: os quais não conseguem mais atender às necessidades materiais e subjetivas dos seus filhos, o que, por sua vez, acaba gerando conflitos que empurram as crianças e adolescentes para as ruas.

O trabalho precoce faz parte do subdesenvolvimento. O desenvolvimentismo explora indiretamente os trabalhadores dos países pobres para estes mesmos trabalhadores beneficiarem os países ricos e as elites dos países pobres, para beneficiar uma pequena minoria – implicando o desgaste da mão-de-obra já barata e a disseminação de diferentes formas de trabalho clandestino, sem garantias nem direitos. *A (...) incorporação precoce do braço infantil ao processo de trabalho, para nele substituir o adulto que, apesar de barato, tornou-se caro nos termos da lógica cerrada da acumulação sem limite e sem escrúpulos.*(Martins, 1993: 13).

¹² Por tecnologias que levam ao desemprego estamos considerando aquelas enunciadas e referendadas aqui.

Estes fatores são agravados pela ausência do Estado em não assegurar a garantia dos direitos desses sujeitos em processo de desenvolvimento, mediante a oferta de políticas sociais¹³.

1.2.6. O Trabalho precoce na Paraíba hoje

Conforme indicam os dados da Revista Atenção (Mateos, 1995/1996), no Brasil, cerca de três milhões e meio de menores de quatorze anos estão no mercado de trabalho. Mais de 70 % deles recebem em torno de meio salário mínimo. No Brasil, segundo a Organização Internacional do Trabalho – OIT –, 16% das crianças e adolescentes na faixa dos dez aos quatorze anos trabalham. Outros desempenham trabalhos em regime de semi-escravidão, cumprindo jornadas exorbitantes que extrapolam os limites da condição humana. Estão inseridos em trabalhos insalubres, nas carvoarias, nas fábricas de calçados (inalando cola), no corte da cana e na colheita de laranjas.

Segundo Pillotti e Rizzini (1995), na década de 1990 existiam, na América Latina, cento e noventa e cinco milhões de crianças e adolescentes com menos de dezoito anos de idade, o que representa 45% da população total, nesta faixa etária. No Brasil, também na mesma década, havia três milhões e meio de trabalhadores infantis, com menos de quatorze anos de idade, tempo mínimo determinado pelas convenções da OIT, para ingresso no mercado de trabalho.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2001), 65,39% das crianças e adolescentes na faixa etária de cinco aos quatorze anos, trabalhavam, em 1999, no setor agrícola e 34,61%, no setor não agrícola. Não obstante 66,79% das crianças e adolescentes nesta faixa etária eram compostos de homens e 33,21% de mulheres.

Segundo dados do Relatório da Delegacia Regional do Trabalho no Estado da Paraíba, em Diagnóstico do Trabalho Infante-Juvenil no Estado da Paraíba (PARAÍBA, 1996), estes trabalhadores mirins dos setores formal e informal são parte dos 45,1% da população paraibana que se situam na faixa etária de zero aos dezessete anos, dos quais um terço com idade entre os onze e os quatorze anos eram analfabetos, em 1991. Na sua grande maioria, vivem em domicílios inadequados às condições de

¹³ Este aspecto será tratado no capítulo 3.

abastecimento de água e saneamento, expondo-se a riscos biológicos, que significam doenças infecciosas expoliadoras, entre famílias que tinham como renda de até, no máximo, dois salários mínimos.

Apesar de quase não existirem dados referentes ao Estado da Paraíba, particularmente à sua capital (João Pessoa), a PNAD de 1995 e a PNAD de 1996 (IBGE, 1997) apresentam os seguintes dados:

1. Em 1996, a Paraíba tinha uma população de 3.379 313 habitantes. Deste total 10,9% estavam na faixa dos cinco aos nove anos de idade e 11,8%, na faixa dos dez aos quatorze (IBGE, 1997).
2. Do total de crianças na faixa dos dez aos quatorze anos 3,4% trabalhavam, sendo 73% em atividades agrícolas e 26,51% em atividades não-agrícolas (IBGE, 1997).
3. Trabalhavam mais meninos do que meninas. Este dado é um fruto da falta de informações confiáveis. Tal diferença talvez se explique pelo fato de as meninas trabalharem em atividades domésticas ou na prostituição – o que as mais das vezes não aparece nas estatísticas – nos afazeres domésticos da própria família, liberando-se a mãe para trabalhar fora¹⁴.
4. 4,4% das crianças dos dez aos quatorze anos eram trabalhadoras domésticas (IBGE, 1997).
5. Crianças dos dez aos quatorze anos, os quais se dedicavam exclusivamente aos afazeres domésticos: 5,7% (IBGE, 1997).
6. Na Paraíba, 90% das crianças dos cinco aos nove anos que trabalhavam mas não recebiam remuneração, estavam inclusos no trabalho familiar (IBGE, 1997).
7. Do percentual da população na faixa dos dez aos quatorze anos de idade, 6% só trabalhavam e 20,6% trabalhavam e estudavam (IBGE, 1997).
8. Das crianças trabalhadoras na faixa de cinco aos nove anos de idade 56,2% trabalhavam até quatorze horas e 40,6% de quinze a trinta e nove horas por semana (IBGE, 1997).

¹⁴ Ver Del Priore (1999).

9. No Estado da Paraíba, mais de 40% das crianças na faixa dos dez aos quatorze anos trabalhavam de vinte horas a quarenta e oito horas semanais (IBGE, 1997).
10. No que diz respeito à escolaridade, 28,1% na faixa dos cinco aos nove anos não freqüentavam escola e 34% de cinco aos quatorze anos só trabalhavam (IBGE, 1997).
11. Conforme dados da PNAD de 1999, quase 30% da população economicamente ativa, ocupada na semana de referência (da coleta de dados pelo IBGE), começaram a trabalhar entre os nove e os quatorze anos de idade.
12. Segundo dados da PNAD de 1999, a Paraíba tinha uma população de 3 380 752 habitantes. Destes 2,41% na faixa dos dez aos quatorze anos trabalham sendo 28,39% na zona urbana e 71,60% na zona rural (IBGE, 1997).

Se compararmos com os dados de 1996, verificaremos: queda no percentual de crianças e adolescentes na faixa dos dez aos quatorze anos trabalhando; queda no percentual de trabalhadores rurais na mesma faixa etária e aumento de percentual de trabalhadores urbanos.

A explicação para estes dados acima pode ser atribuída a vários fatores. Como não foram nosso objeto de pesquisa, postulamos apenas algumas hipóteses: a diminuição do trabalho para esta faixa pode ter-se dado em detrimento das políticas que vêm sendo implantadas no Brasil, a partir de 1996, com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI – proposto pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) – o que significou a criação do projeto de bolsa – escola. A família recebe uma ajuda de custo em dinheiro para que os filhos freqüentem a escola e larguem o trabalho.

De acordo com dados do IBGE, a taxa de atividade

(...) para o grupo de crianças de dez a quatorze anos diminuiu consideravelmente, em termos globais: de 22,4% em 1992, foi caindo lentamente e situando-se em torno de 16,6% em 1999. (...) esta redução da participação de crianças e adolescentes na constituição da PEA, pode, por um lado, estar associada às próprias dificuldades de absorção pelo mercado de trabalho ou, também, estar significando maior permanência na escola”. (IBGE, 2001: 116).

O aumento do trabalho urbano, na Paraíba, de crianças e adolescentes na faixa de dez aos quatorze anos de idade e a queda do trabalho rural para a mesma faixa etária explicam-se com base naqueles aspectos que abordamos no item (1.1.2): o trabalho na Paraíba nos tempos da reestruturação produtiva, mais particularmente pelo êxodo rural provocado por aquelas transformações na organização agrária e pelas mudanças físicas (climáticas, como a seca) e biológicas (pragas de bicudos).

Embora a Paraíba experimente queda na taxa de atividade de crianças e adolescentes no mercado de trabalho, ainda há uma presença acentuada deles trabalhando nas ruas. A este respeito, os dados revelaram o crescimento exatamente no setor urbano.

Os meninos e meninas em condição de rua, que estão nas ruas desempenhando atividades informais de trabalho, são trabalhadores precoces. Esta pesquisa deu-se com esses trabalhadores, que desempenham as atividades de vendedores nos sinais; vendedores noturnos; olheiros, vendedoras de quentinhas, lavadores de carro e meninas vítimas da prostituição.

No Brasil a palavra olheiro é usada no sentido dos indivíduos que são delatores ou, no caso do tráfico, como aquele que vigia a chegada da polícia (Meirelles, 1998). Entretanto, nesta tese não tem este caráter. Olheiro é uma categoria originária da pesquisa empírica. É uma forma adjetivada de referir-se à ação da pessoa que vigia, olha carros. A autoria da categoria é desconhecida. Resolvemos usá-la porque os sujeitos dessa pesquisa, quando indagados sobre o que faziam, diziam que olhavam carros. Esta atividade de trabalho recebe uma definição diferente nas várias regiões do Brasil. No Rio Grande do Sul, por exemplo, Bandeira (1994), usa a categoria encostar carros.

Quanto à quentinha, este é o nome que se dá a uma embalagem de gêneros alimentícios para viagens, feita de papel-alumínio com pequenas bordas para encaixe da tampa, de papel. Mas aqui quentinha é também a embalagem com a comida dentro, pronta para ser consumida.

No caso da prostituição, temos conhecimento da recusa da UNICEF e demais organizações de defesa dos direitos da criança e do adolescente. Caracterizam como trabalho esta atividade para crianças e adolescentes. A recusa das organizações é justificada pela impossibilidade de essas meninas exercerem uma escolha profissional, devido a pouca idade e a todo o contexto de vida e social o que as conduz à

prostituição. Entretanto, no que pesem estes aspectos, as meninas têm nessa atividade sua fonte única de subsistência. Por isso, concordamos com os argumentos anteriormente expostos. Daí por que utilizamos a categoria “vítimas da prostituição”, mas compreendemos que a negação do caráter de subsistência não esclarece a existência desta. Optamos por abordá-lo como tal, tentando assim contribuir na compreensão das implicações psicossociais para as meninas. Aliás, até a própria OIT (ACCION, 1996: 10) refere-se à prostituição como (...) *uma atividade que tem cada vez mais meninos e meninas.*

A propósito da prostituição como única fonte de sobrevivência, Araújo (1997: 161), em pesquisa sobre as meninas de rua de João Pessoa, chega a resultados semelhantes:

(...) a entrada na prostituição se dá após várias tentativas de escapar dela. Além de outras atividades da rua serem menos rentáveis, elas têm que enfrentar a concorrência com os meninos, que não querem dividir o “trabalho” que fazem juntos na rua. As meninas ficam, portanto, encurraladas nessa única estratégia de sobrevivência. Elas sabem que têm um corpo que pode ser usado para essa finalidade.

CAPÍTULO 2

COMPREENDENDO O TRABALHO PRECOCE A PARTIR DE UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR

*E aprendi que se depende
sempre de tanta muita diferente gente
Toda pessoa sempre é as marcas
das lições diárias de outras tantas pessoas
(Gonzaguinha)*

O objetivo deste capítulo é o de apresentar os referenciais teóricos e metodológicos que respaldaram a tese, de modo que, no primeiro momento, apresentaremos os aportes teóricos e, no segundo, as interlocuções metodológicas e o percurso seguido na concretização da pesquisa de campo.

2.1. Aspectos teóricos

O trabalho precoce demanda uma análise que leve em conta a complexidade da dinâmica das relações sociais. Isto posto, não se pode restringir tal entendimento a uma única via de análise ou aos parâmetros de uma única disciplina. Requer um aporte multidisciplinar. Compreendemos que o trabalho precoce, como objeto sociológico necessita ser visto, considerando-se dois ângulos: o individual-coletivo e o social-psíquico.

2.1.1. As contribuições multidisciplinares

Trata-se de uma tese em Sociologia do Trabalho, cujo material empírico exigiu a busca de outros campos de investigação: Psicodinâmica do Trabalho, interface trabalho e saúde mental, ergonomia, sociologia das relações sociais de classe e de sexo e um enfoque psicossocial. Logo aponta a multidisciplinaridade.

Nesta tese, a Sociologia do Trabalho é a disciplina central que forneceu as categorias analíticas: trabalho, condições de trabalho, organização do trabalho, divisão social e sexual do trabalho. Mas a Sociologia não oferece apenas o referencial analítico das categorias ligadas à Sociologia do Trabalho, trata também do que foi desenvolvido

na tese como uma sociologia da infância e adolescência trazendo elementos fundamentais para a compreensão da relação que a sociedade e o Estado estabelecem com a infância.

A Sociologia do Trabalho, entendida como o estudo das coletividades humanas, trata, por conseguinte da subjetividade das atividades de trabalho e como tal preocupa-se com os efeitos nocivos do trabalho. A Sociologia, particularmente a Sociologia Industrial, já estudava a relação entre as dimensões psíquicas e o mundo do trabalho. Entretanto, segundo Athayde (1996), estes estudos não eram suficientes devido à limitação teórico-metodológica da citada ciência.

Mas a Sociologia não dá conta de captar e analisar as inter-relações das condições de trabalho, com a organização do trabalho, das exigências e das implicações desses elementos sobre o corpo e a mente de meninos e meninas trabalhadores precoces no mercado informal. Para tal, buscamos apoio na Psicodinâmica do Trabalho e na Ergonomia, os quais forneceram os instrumentos de análise da situação de trabalho de meninos e meninas em condição de rua.

A Ergonomia contribuiu na análise do trabalho real (Wisner, 1987; Daniellou, Laville, Teiger, 1989) feito pelos próprios meninos e meninas e possibilitou a compreensão dos conteúdos das tarefas, das exigências de postura, movimentos de deslocamentos, condições físicas, químicas e ambientais.

A Psicodinâmica do Trabalho possibilitou a compreensão das vivências subjetivas do sofrimento e as implicações psicossociais relacionadas com ela, além dos sistemas de defesa. Procedemos à análise dessa forma de trabalho de crianças e adolescentes a partir da articulação das dimensões psi e sociais, de modo a poder compreender como esses dois aspectos articulam-se nas vivências da experiência dos sujeitos. O trabalho será considerado em suas várias dimensões: econômica, social, política e subjetiva.

Graças às análises sociológicas das relações sociais de classe e de sexo iniciadas na década de 1970, que se produziu um enriquecimento no campo dos estudos sobre a construção social, cultural e simbólica, a qual produz e reproduz a subordinação diferenciada das mulheres, dos homens, das crianças e adolescentes, no trabalho e fora dele. A Sociologia das Relações Sociais de classe e de sexo é quem introduziu a discussão epistemológica do sexo no trabalho e, portanto, a da divisão sexual do trabalho.

No que diz respeito ao trabalho do adulto, houve dificuldades de se reconhecer o papel que o trabalho tem na saúde psíquica. Assim, também, no caso do trabalho precoce, isto ainda é mais complicado, por vários motivos, dentre os quais, o fato de nem sempre se conceber como trabalho o desempenho de uma atividade desenvolvida por crianças. O trabalho precoce é um fato sociológico pouco esclarecido. Como explicar que a sociedade aceita, usa e defende a existência do trabalho precoce? Como compreender que a sociedade não se pergunta sobre as implicações do trabalho precoce para a saúde, e conseqüentemente, para o desenvolvimento de meninos e meninas? Como está estruturado o trabalho informal de crianças e adolescentes em condição de rua? Quais são os conteúdos das tarefas dessas crianças e adolescentes? Quais são as exigências físicas e psíquicas das tarefas por elas realizadas? Como apreender a diferenciação nas atividades de trabalho a partir das relações sociais de gênero? Acreditamos que a Sociologia não daria de conta sozinha de compreender e explicar este quadro. São questões que demandam uma abordagem multidisciplinar. Compreendemos que se trata de uma tese sociológica que tenta desvendar as relações de opressão e de dominação entre a sociedade e a infância e adolescência, entre homens (meninos) e mulheres (meninas). No universo do trabalho como tal tende-se a indicar a existência de outras contradições e apontar para as relações intersubjetivas.

O trabalho de campo demonstrou que a forma de as atividades de trabalho precoce apresentarem-se, estruturarem-se e organizarem-se, para funcionar nas ruas, constitui-se uma complexidade que possibilitou analisá-las a partir de quatro pilares teóricos:

1. Autores que analisaram as **condições de vida** dos trabalhadores e os seus efeitos nefastos para a saúde e para a integridade moral.
2. Autores que analisaram a relação indivíduo-sociedade: o **enfoque psicossociológico**.
3. Autores que analisaram as questões **trabalho, subjetividade e saúde**.
4. Autores da Sociologia do Trabalho que introduziram a abordagem das **relações sociais de sexo**.

2.1.2. Condições de trabalho e de saúde

Por condições de trabalho, nesta tese, entenda-se a influência do meio laboral, o qual se exerce de fora sobre o menino e a menina, atingindo-lhes o corpo e o psíquico.

Este primeiro pilar tem como referencial a produção sociológica fundamentada nos teóricos que analisaram a relação do trabalho com as *condições* morais, sociais e físicas dos trabalhadores e que escreveram a respeito das condições de vida da classe operária. Particularmente, daqueles autores que escreveram sobre a Inglaterra no início do processo manufatureiro, do capitalismo industrial e suas conseqüências sociais e políticas, destacamos Marx (1987), Engels (1977) e Thompson (1987).

Quer enfatizando-se os aspectos econômicos e políticos quer enfatizando-se as condições sanitárias, populacionais, físicas e biológicas das relações sociais, os três teóricos têm como parâmetro de análise as conseqüências do trabalho e da revolução industrial, do sistema de fábrica sobre a vida dos trabalhadores e a de suas famílias. Segundo o modelo presente, à análise destes autores, as condições de produção e as circunstâncias de vida resultantes delas (das condições de produção) causam efeitos nefastos para a saúde e para a integridade moral deles.

O referencial teórico sobre as condições de vida abrangerá nesta tese autores que utilizam o termo para sugerir a influência preponderante do meio sobre a vida dos trabalhadores: (Marx, 1987), (Engels, 1977) e autores que analisam as condições de vida, mediante as disposições culturais dos grupos sociais (Thompson, 1987).

Os autores acima citados usam o trabalho infante-juvenil e os efeitos da exploração sobre o desenvolvimento físico e moral dessas crianças como exemplos, para analisar as condições a que estava submetida a classe trabalhadora. Eram condições que atingiam o comportamento, os hábitos, o pensamento e a cultura daquela classe social.

Para Marx (1987:275), no capitalismo, o trabalho em excesso, a mais valia,¹⁵ transformou as condições de trabalho em crueldade do patrão sobre o empregado. O trabalho excedente se manifesta no aumento da jornada de trabalho determinado pelo capitalista. A exploração da força de trabalho através das jornadas excessivas de trabalho, segundo Marx, prejudica o desenvolvimento desses trabalhadores, a ponto de (...) *atrofiar sua estatura física, definhando seus membros, inclusive crianças de 7 a 10 anos de idade, obrigados a trabalhar até 10, 11 ou 12 horas da noite.*

¹⁵A produção da mais valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho, além do ponto em que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital desse trabalho excedente. Ela constitui o fundamento do sistema capitalista e o ponto de partida da produção da mais valia relativa. (Marx; 1987: 585).

Como classe os trabalhadores são, segundo Marx (*Idem*), homens, mulheres e crianças moralmente degeneradas, cujos trabalhos intervêm, de forma abusiva, na vida doméstica e impedem os membros da família de cumprirem as obrigações familiares. Envelhecem prematuramente, são vítimas de doenças decorrentes das condições de trabalho e de vida - longas jornadas, trabalho noturno, refeições irregulares e de baixo teor nutritivo, trabalho em locais insalubres com altas temperaturas, sem ventilação. Além de tudo isso, dormem pouco. Essas mesmas condições são responsáveis pela dizimação dos seus filhos.

Marx considera que a produção capitalista, cujas relações sociais de produção residem essencialmente na extração da mais valia, ao prolongar a jornada de trabalho, provoca a atrofia da força de trabalho, rouba as condições normais, morais e físicas de atividade e desenvolvimento.

Engels (1977) constata que as condições de vida (habitação e alimentação) indignas de sobrevivência, da classe operária na Inglaterra, juntamente com as condições de trabalho, foram responsáveis pelas transformações da situação moral, física e intelectual desta classe, um fato que ele denomina de crime social.

Assim como Marx, Engels (1977) utiliza na sua análise o trabalho infantil para demonstrar os efeitos nefastos do trabalho nas fábricas e nas minas, sobre o trabalhador. O referido autor aponta como efeitos nefastos:

a) Atraso no desenvolvimento: (...) *as condições de trabalho originam uma predisposição para a doença ou um atraso no desenvolvimento e, por conseqüência, um vigor físico inferior (...). Não se poderia decerto negar que uma criança de nove anos (...) possa suportar um trabalho quotidiano de seis horas e meia sem que daí resultem, para o seu desenvolvimento, efeitos nefastos visíveis.* (Op. cit. 206-207).

b) Doenças pulmonares, mortalidade e defeitos físicos: (...) *deformação da extremidade inferior do fêmur(...) e desvio da coluna vertebral, decorrentes do excesso de trabalho físico.* (*idem*).

c) Efeitos sobre a saúde mental: (...) *esta condenação a ser sepultado vivo na fábrica, a vigiar sem cessar a infatigável máquina, exerce, aliás, um efeito extremamente embrutecedor e o operário sente bem que é a tortura mais penosa possível; estes efeitos fazem-se sentir tanto sobre os organismos como sobre as faculdades mentais do operário.* (*Ibid.*:241).

d) Efeitos sobre a escolaridade: (...) *grande número de crianças trabalha toda a semana nas fábricas ou em casa, não podendo freqüentar a escola (...). E na realidade seria demais pedir a esses pequenos operários que se esgotaram durante 12 horas que vão depois à escola das 8 às 10 horas da noite. (Idem, 157).*

e) Efeitos morais: (...) *não se trata aqui propriamente de um trabalho, mas sim de tédio, de aborrecimento mais paralisante, mais deprimente que existe - o operário fabril está condenado a deixar perecer todas as suas forças físicas e morais nesta monotonia (...). Por conseqüência, não ficamos surpreendidos ao saber que o alcoolismo e os excessos sexuais atingiram, sobretudo as cidades fabris (...). (Ibid.: 240; 241)*

Thompson, em *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1987), utilizando-se da historiografia social, analisa o surgimento da fábrica e a *formação da consciência* e das instituições da classe operária, tece vastos comentários sobre os efeitos do processo de industrialização, tanto no contexto político, como no econômico e biofísico. O referido autor descreve as condições de vida de trabalhadores que foram treinados para trabalhar a partir dos seis anos de idade, com uma jornada de trabalho que começa às cinco horas da manhã e dura cerca de dezessete horas no dia. Descritos como tivessem uma aparência esquelética, trabalhavam em locais insalubres (salas quentes, sem intervalos), alimentavam-se mal de uma comida sem nutrientes e mantinham-se afastados da companhia da família, de modo que lhes era destruída a saúde. Morriam vitimados pelas condições acima citadas, pelo ritmo intenso de trabalho ou pela fome e inanição, tudo isso agravado pelos baixos salários.

De fato, as condições tratadas tanto por Marx quanto por Engels e Thompson referem-se ao início da industrialização, às atividades de trabalho em fábricas. Todavia, há nos textos dos três autores, os efeitos do trabalho precoce, cujas condições de vida, fome e miséria decorrentes do trabalho, ainda são as mesmas de hoje, inclusive entre as crianças do setor informal em condição de rua. Identificamos semelhanças entre algumas situações de trabalho abordadas por aqueles autores e as que identificamos na literatura brasileira (Lopes, 1979; Alvim, 1979; Moreira, 1995; CENTRO, 199-?) pertinente à temática trabalho infante-juvenil e ao material empírico desta tese: da intensidade do trabalho, da penosidade, dos locais de trabalho, do não-acesso à instrução, a escolaridade e à qualificação para o trabalho.

Entretanto, cumpre-nos salientar que Thompson, apesar de referir-se ao trabalho nas fábricas ou nas minas de carvão, faz referências nesta época à precariedade dos empregos, do subemprego, onde os trabalhadores são ameaçados pelas inovações tecnológicas e pela subcontratação, com o aumento do emprego de jovens e crianças sem qualificação. Estes aspectos assemelham-se às situações vivenciadas pelos sujeitos objetos desta tese – trabalhadores do setor informal.

Outro aspecto digno de nota é a semelhança na concepção do trabalho infantil como alternativa à marginalização, havendo, na época retratada pelo citado autor (Thompson), uma concepção da fábrica como uma espécie de casa de correção para crianças e indigentes.

No Brasil, no final do século XVIII e início do século XIX, multiplicaram-se as iniciativas públicas e privadas para preparar crianças e adolescentes para o trabalho. Essa visão é retratada por diversos autores, Pilloti e Rizzini (1995), Moura (1991a), Del Priori (1999) e Rizzini (1999). Segundo Rizzini (1999: 377),

(...) muitas crianças e jovens eram recrutados nos asilos de caridade, algumas a partir dos cinco anos de idade, sob a alegação de propiciar-lhes uma ocupação considerada mais útil, capaz de combater a vagabundagem e a criminalidade. Trabalhavam 12 horas por dia em ambientes insalubres, sob rígida disciplina.

A extinção da escravatura foi um divisor de águas, no que diz respeito ao trabalho infantil. A experiência da escravidão mostrara que a mão-de-obra infantil era mais dócil e mais barata.

Dois pontos de vista devem ser ressaltados na obra de Thompson:

1. O fato de que as crianças trabalhadoras são as mais pobres e/ou indigentes-órfãs. Há portanto, nos séculos XVIII e XIX, a utilização discriminatória da mão-de-obra infantil.
2. A causa do aumento da utilização dessa mão-de-obra foi a especialização e a diferenciação econômica, que impuseram às crianças a atribuição de tarefas fora das fábricas, pagas por unidade e que exigiam ainda mais dedicação durante jornadas de trabalho de dez ou doze horas.

Sem querermos ser anacrônicos, diríamos que vivemos neste no final do século XX e neste século um processo de precarização do trabalho, semelhante àquele

vivenciado no período analisado por Thompson. Isto significa que, historicamente, a situação da infância, pobre e precocemente trabalhadora, é parecida.

Naquela época a que se refere o autor citado, as crianças trabalhadoras eram degeneradas pelas jornadas, pelas, doenças e pelo trabalho insalubre. Eram raquíticas, frágeis, atrofiadas, debilitadas, corrompidas, aleijadas, vítimas de acidentes de trabalho. Além disso, as fábricas, como locais de trabalho, eram concebidas pelos próprios trabalhadores como locais imorais, de libertinagem sexual, linguagens obscenas, crueldades, acidentes violentos e de hábitos estranhos. Nas ruas, hoje transformadas em local de trabalho, os meninos e meninas trabalhadores e trabalhadoras estão vulneráveis a vários tipos de violências, dentre as quais o assédio sexual, a socialização desviante com a exposição às drogas.

Aquilo que há de comum aos diferentes teóricos das condições de vida e que foi incorporado pelas ciências sociais é a concepção de que o trabalho exerce um impacto negativo sobre o trabalhador. Vale salientar que hoje, nas ciências sociais, se tem claro que, se por um lado o trabalho é danoso para o trabalhador, o não-trabalho ou o desemprego também o é. O que é considerado danoso no trabalho são as condições de trabalho e a organização do trabalho.

A inserção precoce no trabalho faz parte daqueles processos disciplinares impostos pelos capitalistas ao trabalhador – a domesticação do corpo e da mente –, visando-se à obtenção do lucro. Estudos, como os de Foucault (1996), mais contemporâneos, mostram como se foram constituindo saberes e práticas disciplinares na introjeção de uma disciplina à classe trabalhadora.

Foucault (1996) descreve e analisa a história passada dos castigos, que se transformaram, historicamente, de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos. Não era mais ao corpo que se dirigiam os castigos, diz o autor, mas à “alma”. Elaboraram-se mecanismos de punição legal que deram um poder justificável sobre os indivíduos, de modo que saberes, técnicas e discursos científicos se formaram e se entrelaçaram com a prática do poder de punir.

Foucault (*Idem*) transforma o corpo em objeto privilegiado de estudo do imaginário. Sobre o corpo o qual se impõe uma ordem, uma regularidade e se inscreve um código disciplinar, cujo instrumento é o trabalho. Para tal função deve-se formar nos homens uma mentalidade para o trabalho.

O trabalho obrigatório é o modelo econômico de uma força aplicada. Os efeitos que tomam na mecânica humana (regularidade e ordem) submetem os corpos, impõem hierarquia, ajustam o operário a um aparelho de produção.

Além dos clássicos acima descritos, cabe destacar, no Brasil, os trabalhos nesta linha sobre as condições de trabalho e de vida, mais especificamente, os trabalhos da Antropologia, como por exemplo, o de Leite (1979). Na Sociologia, destacam-se Alvim (1979) e Macêdo (1993).

Os estudos sobre a relação do trabalho com as condições de vida dos trabalhadores abordam, por um lado, o processo do nascimento da consciência social e, por outro, a determinação dela pelo sistema de produção. Por conseguinte, aos poucos se configura a existência de uma relação entre o trabalho como mundo material e a vida mental como estrutura psíquica. Portanto, é o próprio Marx (1987) quem vislumbra, no processo histórico, um produto que é de ordem também material ou o que ele chamou o desenvolvimento histórico do aparelho psíquico. Mas foi Freud (1980), sem dúvida, quem situou o aparelho psíquico como determinado pela estrutura material, pelas relações sociais de produção. Para Marx, sob as condições de produção do capital, a própria estruturação psíquica condicionar-se-á à forma mercadoria e ao fetichismo. É a natureza coisificada, transformada em mercadoria que determina os sujeitos físicos, dando-lhes uma forma histórica, corpórea e psicológica (Rozitchner, 1989).

2.1.3. Contribuições e instrumentos de análise da Ergonomia

Além da Sociologia a Ergonomia é também uma abordagem que pode contribuir para analisar a situação de trabalho. Para esta abordagem ergonômica, as condições de trabalho englobam tudo o que influencia o próprio trabalho, como a jornada, a vida do trabalhador, o repouso, a alimentação, a escolaridade, a fadiga e o sofrimento. De origem francesa, esta disciplina interessa-se pela realidade dos fatos e da situação de trabalho, pela descrição efetuada pelos trabalhadores acerca do seu trabalho. Para se compreender o trabalho tem-se que observar onde ele se desenvolve e onde se deve interrogar os operadores sobre o que fazem e como fazem (Daniellou, 1991).

Utilizar-nos-emos de fragmentos da Ergonomia situada, para que tenhamos uma análise do trabalho real feito pelos próprios meninos, o que vai possibilitar a

compreensão dos riscos, das exigências de postura, dos movimentos de deslocamentos, condições físicas, químicas e ambientais, conteúdos das tarefas, interrelações, regras, macetes atitudes, variabilidade (todos desenvolvidos no capítulo 4).

A categoria trabalho é operacionalizada, para efeito desta tese, através da categoria *atividade de trabalho*. Esta se presta melhor, pelo caráter de abrangência uma vez que a atividade é uma categoria bem mais inclusiva que trabalho. Além disso, a atividade se processa nas mais variadas manifestações da existência humana.

Atividade de trabalho, segundo Guérin (1991: 30), é (...) *o elemento central organizador e estruturante dos componentes da situação de trabalho. Ela é uma resposta às exigências determinadas externamente ao trabalhador e que simultaneamente ela é susceptível de transformar.*

Neste sentido, atividade de trabalho, como forma de atividade humana, é aquilo que é realmente feito pelo menino e pela menina, na situação de trabalho, compreendendo os ajustes, experiências, técnicas específicas que se desencadeiam para se chegar a um objetivo comum.

Segundo Daniellou (1991), a significação da atividade se concretiza no resultado, envolve sua relação com o mundo, fator determinante da construção da personalidade e da socialização. Uma atividade de trabalho em que as possibilidades de realização pessoal são estreitas tem conseqüências graves, leva à doença física ou mental, pois ataca os alicerces da identidade.

Conforme Athayde (1996: 56), a atividade de trabalho como objeto de pesquisa possui características originais:

- (...) *trata-se de um objeto que não é dado, mas constituído, reconstituído com os sujeitos envolvidos no trabalho;*
- *ele não pode jamais ser apreendido diretamente. É no diálogo e pela confrontação dos pontos de vista que se constrói pouco a pouco a representação da atividade;*
- *configura-se como um processo e não como um objeto estabilizado.*

Na perspectiva de apreender a relação entre o físico, o mental e a atividade, Athayde (1996: 54) afirma:

(...) a prescrição do trabalho no taylorismo, ignorava o conjunto de atividades mentais e psíquicas, na prática necessário para manter a regularidade da produção. Desconsiderava a variabilidade inerente à própria atividade que se pretendia prescrever. Esta competência negada

formalmente, desqualificada socialmente encontrou na ergonomia situada um instrumento analítico (Análise Ergonômica do Trabalho – AET) para seu desvelamento e reconhecimento.

A Ergonomia, assim como a Psicodinâmica, compreende que o trabalho provoca sofrimento. Este sofrimento fica evidente quando se trata de uma sobrecarga física ou mental (Wisner, 1987: 40). Pode ser reforçado pelas condições materiais, levando, dentre outras conseqüências, ao desinteresse. A palavra pode ser utilizada como meio de acesso à descrição do sofrimento e das dificuldades no trabalho.

Conforme Wisner apud Muniz (2000: 14).

(...) a característica essencial da análise ergonômica do trabalho é a de ser um método de abordagem das situações de trabalho sem um modelo estabelecido a priori. A especificidade de cada contexto e do problema enfrentado pela ação ergonômica é que vai definir a escolha dos métodos e técnicas apropriadas.

A Ergonomia interroga as exigências das atividades de trabalho. Assim a contribuição dela é mostrar os pontos críticos e as dificuldades na execução do trabalho, o modo operatório, a tarefa, a atividade de trabalho, a relação trabalho-saúde.

É sobre este objeto em construção (o trabalho precoce), submetido à dinâmica das transformações de suas regras de funcionamento, entrelaçado a uma diversidade de elementos, que tentaremos apreender na observação e no diálogo com quem vive a experiência prática. Faremos uso dessa ferramenta de que dispõem os ergonomistas (Daniellou, Laville & Taiger, 1989) e (Wisner, 1987), na tentativa de apreendermos com esses recursos os fundamentos que modelam operantemente a situação de trabalho de crianças e adolescentes vendedores, vendedoras, olheiros de carro e vítimas da prostituição. Procederemos a isso semelhante ao ergonomista que (...) *tenta ver a atividade de trabalho construindo sociologicamente um olhar e estabelecendo antropológicamente uma visão desta categoria básica, a atividade de trabalho. Uma visão constituída pela observação orientada de comportamentos e pela busca interacional de sentidos* (Vidal, 1997: 95). Buscaremos aprender a imensidão de questões que envolvem o trabalho precoce de meninos e meninas em condição de rua. Como diz Vidal (Ibid, 95), *nesta imensidão do olhar (...) operando uma seleção, exercendo uma opção particular, mas sabendo da natureza analítica deste ato.*

2.1.4. A propósito da abordagem psicossocial: construindo uma articulação indivíduo–sociedade

2.1.4.1. A dicotomia indivíduo–sociedade na sociologia e o enfoque psicossocial

O percurso teórico que faremos a seguir sobre o enfoque psicossocial surge de dois propósitos: no primeiro, definirmos o que nesta tese entende-se por psicossocial; no segundo, diretamente entrelaçado ao primeiro, assegurarmos que psicossocial é um enfoque, sob o qual tem sido camuflada a discussão indivíduo–sociedade, social-psíquico antiga nas ciências sociais.

Quanto ao psicossocial, estamos referindo-nos as vivências subjetivas resultantes das interações entre o social (trabalho) e o psicológico, no sentido de constituição do sujeito. Entende-se nesta tese que os processos subjetivos constituem-se a partir de formas sociais concretas, as quais são construídas pelas ações dos indivíduos. Consideraremos que o ambiente de trabalho (condições e organização) tem implicações diretas sobre a organização das condutas humanas.

Os comportamentos humanos são adquiridos pela criança no decorrer da infância. São, portanto, constitutivos da subjetividade dela e repercutem na sociabilidade e no psiquismo.

O enfoque Psicossociológico é uma abordagem que pretende romper com a visão dicotômica indivíduo–sociedade, e se considera integrativa. Ela está presente à Sociologia e à Psicologia Social. Neste enfoque impera a concepção do modo de os indivíduos e grupos perceberem e atuarem na sociedade e de as estruturas sociais influenciarem os indivíduos a respeito de si próprios, dos grupos e da sociedade.

Dentro do enfoque psicossocial, há diversas correntes, dentre as quais a cognição social, representações sociais, identidade social e subjetividade. Esta última será a adotada nesta tese, sendo mais especificamente a ênfase nos processos constitutivos de relações intersubjetivas, para analisar as implicações da inserção precoce no trabalho de meninos e meninas trabalhadores e trabalhadoras em condição de rua.

Segundo Dechamps (1991), esta oposição entre o individual e o social, codificada como a distinção que se estabelece entre identidade pessoal e identidade social, já se encontra presente ao início do pensamento psicossociológico.

Compreende-se que as relações indivíduo – estrutura social desenvolvem-se em um tempo histórico, com formações sociais, econômicas, políticas, ideológicas e específicas, as quais influenciam os indivíduos e são influenciadas por eles.

Segundo Elias (1993: 28), (...) *a individualidade é específica de cada sociedade (...)* a partir do processo civilizador, evidenciou-se a que ponto a modelagem geral, e portanto a formação individual de cada pessoa, depende da evolução histórica do padrão social da estrutura das relações humanas. Ele adquire sua individualidade a partir de uma rede de relações. Cada pessoa singular está presa, está em permanente dependência funcional de outras. É essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação às outras que chamamos sociedade. Sociedade é uma esfera. Suas estruturas são o que chamamos estruturas sociais, leis sociais ou regularidades sociais, leis autônomas das relações entre as pessoas individualmente consideradas.

Um dos problemas frequentemente abordados da teoria sociológica tem sido a relação entre ação e estrutura, **indivíduo e sociedade**. Segundo Figueiredo (1994) com Hobbes e Locke, a sociedade humana é concebida como constituinte de uma espécie de objeto passivo que resulta da ação reflexiva de seus componentes individuais, previamente dados em seu estado de natureza. Para Figueiredo (1994), Kant adicionou a essa formulação uma dimensão moral, combinando a autonomia dos indivíduos com imperativos categóricos, aos quais a comunidade se apresenta por meio da razão universal e não como uma mera soma de desejos individuais.

Conforme Figueiredo (1994), Rousseau e Kant reagiram ao individualismo da Ilustração e propuseram uma visão de sociedade que se apresenta como anterior aos indivíduos e superior em relação a eles. A sociedade é o que possibilita a própria existência dos indivíduos, permitindo-lhes ser o que são, através de uma cultura socialmente compartilhada.

Em todas essas formulações, a noção de sociedade encontra-se atada à idéia de coerção. As estruturas sociais e as instituições seriam as portadoras de forças sociais que condicionam o comportamento individual, como se estas fossem anteriores aos indivíduos ou um mero resultado de sua ação. Esse efeito determinístico é o que Domingues (1996a) chama de causalidade condicionante – concebida inicialmente

como Estado, posteriormente como sociedade civil, cultura, sistema ou estrutura. A causalidade condicionante equivale à causalidade formal percebida como as condições sociais, através das quais, os sistemas sociais se reproduzem.

No final do século XIX, emerge como parte de transformações históricas uma condição pós-moderna, um novo eixo de paradigmas que dá lugar à valorização da autonomia da subjetividade, uma nova forma de representar a relação indivíduo-sociedade, sujeito – objeto, valorização das experiências particulares de grupos e indivíduos rejeitando a idéia de totalidade, de determinismo.

Segundo Vaitsman (1995) a (...) *Pós-Modernidade deu ao sujeito um novo lugar como produtor do mundo em que se vive*. Passou-se assim do indivíduo da Ilustração de um sujeito natural para um sujeito racional que tinha consciência dos seus atos – sujeito ator.

Segundo Maisonneuve (1977), a Psicossociologia é uma ciência “charneira”, cuja gênese e desenvolvimento provêm da incapacidade de a Sociologia e da Psicologia sozinhas explicarem a integralidade das condutas humanas concretas. A função dessa disciplina seria a de integrar os processos sociais e psíquicos, as pessoas e os grupos, do objetivo e do subjetivo.

O desenvolvimento dessa disciplina específica, mas não autônoma foi perturbado pelas tendências imperialistas e redutoras tanto da Psicologia como da Sociologia. Assim atestam os estudos de Alport, Durkheim e Tarde, até a compreensão de que nem uma e nem outra pode alcançar adequadamente certos fenômenos. Dependem de uma ordem de indeterminação entre o psíquico e o social.

No fim do século XIX, desenvolveram-se, paralelamente na Europa e nos Estados Unidos, trabalhos na Psicologia e nas Ciências Sociais que se caracterizavam pela explicação unitária das condutas humanas. São autores que se filiam a uma perspectiva mentalista ou psicologizante, embora reconheçam certa especialidade do social. Mas foram amplamente combatidos na França pela corrente sociológica de Durkheim e nos Estados Unidos pela corrente behaviorista de McDougall (Maisonneuve, 1977).

Há cerca de cinquenta anos, Sorokin (1968) defendia a idéia de que todo sistema social e cultural é composto, indispensavelmente, por indivíduos cujas personalidades influenciam estes sistemas. Sorokin criticava os partidários da polêmica

indivíduo versus sociedade, ao mesmo tempo que contribuía também para descaracterizar a controvérsia entre as escolas sociológica e psicológica.

Assim se expressa:

(...) nenhuma teoria sociológica pode dispensar o indivíduo, porque sem indivíduos é impossível a existência do grupo. E nenhuma teoria psicológica poderá explicar o indivíduo sem esquecer que a cultura e a interação social moldam a personalidade inteira desse. (Ibid: 533).

Nas abordagens Sócio-Históricas da psicologia a questão do sujeito é abordada a partir do parâmetro da subjetividade ou de processos de subjetivação. Essa questão da dicotomia indivíduo–sociedade é tratada no interior da mesma e pode ser compreendida a partir da realidade cotidiana, em que indivíduos e sociedade se transformam mutuamente no curso de sua inevitável interação.

Ao longo da história da Sociologia, essa dicotomia indivíduo–sociedade, estrutura–ação, tem sido tratada a partir das seguintes linhas de pensamento: Hermenêutica (fenomenologia), ação e significado. Estas abordagens explicam a conduta criativa humana, trata-se da supremacia do sujeito, Funcionalismo e Estruturalismo, em ambos a estrutura tem a primazia sobre a ação.

Esta dicotomia toma novos caminhos na teoria sociológica contemporânea: as mudanças ocorrem a partir de macroprocessos, de microprocessos e dos projetos de síntese teórica.

As teorias dos autores que trabalham com a concepção de **microprocessos**, recusam a estrutura como determinante sobre os agentes. Os agentes desempenham papel ativo. São exemplos dessa abordagem a Escolha Racional de Elster (1994). Os indivíduos é que são racionais; tentam maximizar seus interesses. Para isso são instrumentalizados pelo utilitarismo econômico. Na Teoria das Trocas de Homans (1978), a racionalidade não é dos indivíduos, mas das ações, pois eles não têm condição de conhecer todos os efeitos de suas ações. Na Etnometodologia de Garfinkel (1984), inspirada nos trabalhos fenomenológicos de Schutz, há racionalidade no senso comum, há uma situação anterior que instrumentaliza para a próxima.

Os autores que trabalham com a concepção de **macroprocessos** as teorias salientam o papel de estruturas coercitivas na determinação do comportamento individual e coletivo. Na Sociologia contemporânea, são exemplos dessa abordagem os

trabalhos de Skocpol & Sommers (1995), Kalberg (1994), Wallerstein (1996) e Moore (1993).

Os **projetos de síntese teórica** oportunizam à Sociologia a elaboração de modelos teóricos que propiciam a articulação macro e micro, ação e estrutura, empírico e teórico, a transformação das ações individuais em ações coletivas, de modo que possibilita um projeto de uma teoria geral discursiva até então ausente das teorias sociológicas. Do mesmo modo, propicia a introdução no universo sociológico de noções até então ausentes como subjetividade – o que pode possibilitar, por outro lado, a articulação de campos de saberes. Segue exemplos de alguns representantes desta corrente: Bourdieu (1990; 1992; 1996), Alexander (1990), Elias (1993), Giddens (1989), Domingues (1996a, 1996b).

Compreendemos que mais do que uma categoria psicossocial é um enfoque que abriga várias vertentes teóricas¹⁶ empenhadas em compreender a relação entre os aspectos psíquicos e sociais e que nesta tese será tratada à luz de autores que situam neste enfoque a categoria subjetividade¹⁷.

2.1.5 A luz de um referencial teórico sobre trabalho, subjetividade e saúde

Enquanto, na Sociologia das relações sociais de classe, a reprodução social da classe trabalhadora tem sido vista como os impactos das condições de trabalho sobre as condições de vida¹⁸, outras abordagens afins têm-se detido na organização do trabalho para analisar a relação trabalho – saúde mental¹⁹.

Para analisar a relação entre a organização do trabalho e a da saúde, das implicações psicossociais do trabalho precoce para os meninos e as meninas em condição de rua usamos como referencial a Psicodinâmica do Trabalho e uma interface com a saúde mental.

A abordagem Psicodinâmica do Trabalho tem como principal expoente Cristophe Dejours. Esta ciência nasceu dentro da Psicopatologia do Trabalho e redirecionou-se constituindo um novo campo de estudo. Diferentemente da

¹⁶ Uma outra vertente teórica é a da Sociologia Clínica, cujo principal expoente é o Enriquez.

¹⁷ Esta categoria será tratada a seguir, mais especificamente no item 2.1.5.1

¹⁸ Conforme abordamos no item 2.1.2.

¹⁹ Nesta tese estaremos detendo-nos nas abordagens Psicodinâmica do Trabalho e Desgaste Mental a partir do trabalho de Seligman-Silva (1994).

Psicopatologia, que se ocupava das doenças, a Psicodinâmica interessa-se pelas relações entre trabalho e saúde.

Os estudos sobre as condições de vida e trabalho do conjunto dos trabalhadores se desenvolveram desde a Revolução Industrial. Os estudos acerca de dimensões psíquicas nos mundos do trabalho ou não existiam ou encontravam-se em grande parte no interior da Sociologia da Engenharia e da Medicina do Trabalho. Outra parte está presente a partir do final da segunda guerra mundial no interior de uma disciplina que se constituiu a partir da Psiquiatria e da Psicopatologia Social do Trabalho, na França, denominada de Psicopatologia do Trabalho (Athayde, 1996).

Segundo o referido autor, a experiência traumatizante do Nazismo a luta na Resistência e os feitos do Partido Comunista organizado e disciplinado influenciaram psiquiatras, no fim da Segunda Guerra os quais elaboraram um preciso modelo de cuidado com a doença mental e que se interessaram pelo impacto do trabalho nas doenças mentais. Criou-se um modelo causalista em que o sofrimento psíquico era visto como reflexo direto e exclusivo das relações sociais de exploração. (*Ibid.*).

Athayde (1996) prossegue nesta linha de raciocínio, mostrando que várias vertentes de Psicopatologia do Trabalho incluíam um projeto político – científico de críticas ao capitalismo. A vertente tratada por Dejours daria novos encaminhamentos para uma psicologia da normalidade, cujo objeto de estudo não era mais a doença mental, mas o sofrimento. Ela foi acusada também de favorecer preocupações psicologistas, individualistas.

Mas a concepção de sofrimento trabalhada por Dejours seguiu uma trajetória dinâmica. Rompe-se com a visão impactológica e entra em cena uma preocupação com a análise do sofrimento e com as defesas contra o sofrimento. Na visão dinâmica, o que é enfatizado como objeto de estudo são os recursos usados pelos trabalhadores para suportarem e não adoecerem, ou seja para se manterem no campo da normalidade²⁰

A Psicodinâmica do Trabalho tem por objeto privilegiado de estudo o sujeito e a organização do trabalho. O sofrimento é concebido (...) *como a vivência subjetiva intermediária entre doença mental descompensada e o conforto ou bem-estar psíquico* (Dejours, Abdoucheli e Jayet, 1994: 127).

²⁰ Este aspecto da normalidade será retomado ainda neste capítulo no item 2.1.5.2, sobre saúde

No tocante à Organização do Trabalho, Dejours (1986) compreende dois aspectos: a divisão de tarefas e a divisão de homens. A primeira divisão envolve o conteúdo das tarefas, o modo operatório, o que é prescrito pelos organizadores do trabalho. A segunda contempla as relações entre os homens no trabalho, regulados e organizados ao nível desse conjunto, que se chama organização do trabalho.

Segundo o mesmo autor, a **organização do trabalho** não ataca diretamente o corpo. Ela age sobre o funcionamento mental. E são particularmente perigosas aquelas que atacam o desejo do trabalhador: (...) *o verdadeiro perigo existe quando não há mais desejo, quando ele não é mais possível. (...) temos o que se chama “uma depressão”. É a perda da fome, a perda da tensão, do entusiasmo, do desejo: a depressão.* (Idem. 1986: 9).

Os modelos de organização do trabalho – compreendidos pela divisão de tarefas e relações intersubjetivas – segundo o autor, geradores do acúmulo de energia, são os seguintes: a) aqueles em que o trabalhador não tem liberdade para exercer a criatividade; b) os trabalhos desqualificados; c) a inatividade; d) as organizações autoritárias. São modelos organizacionais segundo os quais, o trabalhador está impedido de exercer a subjetividade e condicionado ao cumprimento de ordens. Dejours denomina de aptidões psíquicas a estas situações.

Mas o trabalho não ocasiona apenas sofrimento porque também gera prazer. Isto é o que interessa à Psicodinâmica: sujeitos que, apesar das pressões, não adoecem – o que não significa que, por não adoecer, não sofra. A explicação para o fato de não adoecerem está nos procedimentos defensivos, (sistemas defensivos), que articulam as produções individuais com a do coletivo. Estes sistemas são necessários à proteção da saúde mental contra os efeitos do sofrimento

As primeiras pesquisas empreendidas por Dejours (1987a: 78) foram desenvolvidas a partir de uma demanda dos trabalhadores não-qualificados, na França, acerca das condições psicológicas do trabalho e suas conseqüências sobre a saúde. Os resultados mostraram que, em vez de se chegar à caracterização de doenças mentais, havia uma fragilização que conduzia à emergência de doenças do corpo: (...) *comportamentos estranhos, insólitos ou paradoxais, mas não patológicos. A análise dos resultados os conduziu a entender estes comportamentos no interior de sistemas defensivos detonados pela vivência do sofrimento mental.*

Esses comportamentos estranhos caracterizam uma semiologia – conjunto de signos – peculiar a uma categoria profissional e são “*patognomônicas*” de uma situação de trabalho e de sofrimento. Patognomônico refere-se a um sinal e/ou sintoma tidos como característicos de uma doença.

Segundo Dejours (1994), prazer e sofrimento são vivências subjetivas, o que remete ao sujeito singular, específico e diferente para cada indivíduo. Entretanto, os vários sujeitos unem seus esforços para construir estratégias de defesa comum. São as estratégias coletivas de defesa. Estas defesas funcionam como regras (retomaremos a discussão sobre as regras no item 2.1.5.1, sobre subjetividade). Decorrentes de um consenso ou de um acordo compartilhado, as defesas diferenciam-se dos mecanismos individuais e são construídas pelos trabalhadores para estes lidarem com a organização do trabalho.

Quando as defesas tornam-se objetivos em si mesmos e constituem-se um programa de ação coletiva, constituem-se em ideologia defensiva. Essas defesas (...) *levam a modificação transformação e, em geral, a eufemização da percepção que os trabalhadores têm da realidade que os faz sofrer (...)*.(Dejours, 1994:128).

As ideologias defensivas favorecem a adaptação do homem ao trabalho. Por conduzirem a uma adaptação defensiva, as pressões psíquicas exercidas pela organização do trabalho são utilizadas ou exploradas por essa organização em proveito da produtividade. Dejours (1999) dá como exemplo a ideologia da vergonha que acomete o sub-proletariado, constituindo-se numa ideologia contra a ansiedade de estar com o corpo incapacitado para o trabalho, e nega-se a presença da doença no corpo.

2.1.5.1. As relações intersubjetivas

Nesta tese, subjetividade está sendo compreendida como um processo de **formação de sujeitos o qual se dá no trabalho às custas do sofrimento e com outros sujeitos**, de sujeitos que se socializam nas inter-relações que se dão durante o trabalho nas ruas e de sujeitos que são crianças e adolescentes e cuja inserção no trabalho adultiza-o precocemente.

A questão da subjetividade não é nova nas ciências sociais. Durkheim, Weber, Marx já abordaram tal questão. Destacamos dentre outros Dumont (1985), Guattari e

Rounik (1986), Silveira (1989) Martins (1992), Dejours (1993, 1994, 1999) e Domingues (1994, 1996a, 1996b).

A Psicodinâmica do Trabalho é um referencial teórico e metodológico essencial para se compreender o trabalho informal e o processo de subjetivação vivido pelos meninos e meninas em condição de rua. A especificidade da Psicodinâmica coloca dois pólos em perspectiva e apóia-se neles: as **relações intersubjetivas do trabalho** e as **vivências subjetivas** de prazer e sofrimento no trabalho. As vivências subjetivas remetem ao sujeito singular, específico a cada indivíduo, enquanto as relações intersubjetivas aparecem no centro da organização do trabalho e são determinadas pelas relações sociais no trabalho (Dejours e Abdoucheli, 1994).

Os estudos desenvolvidos por Cru (1983) acerca dos coletivos de trabalho foram fundamental para que a Psicodinâmica incorporasse as relações intersubjetivas como um aspecto central de análise das organizações do trabalho. As relações intersubjetivas dão um caráter dinâmico de movimento – o que leva Dejours e Cru à descoberta de regras de trabalho, como práticas reguladoras da ação, dos tipos de relações específicas. (...) *essas regras repousam sobre o consenso concernente e fornece as bases fundamentais e necessárias à elaboração das relações de confiança entre os trabalhadores. As regras de trabalho são regras técnicas e éticas* (Dejours e Abdoucheli, 1994: 136).

Coletivos de trabalho são as atividades em que as tarefas são realizadas por um conjunto de trabalhadores. Não significam uma coleção de atividades, mas significam que vários concorrem para uma obra comum (Cru, 1987a; Athayde, 1996). A cooperação provém da liberdade dos sujeitos e da formação de uma vontade comum das pessoas de trabalhar juntas e de ultrapassar coletivamente as dificuldades (Dejours, 1993).

O trabalhador para Dejours e Abdoucheli (1994: 138) não é um indivíduo isolado. Ele toma parte ativa (...) *nas relações com os outros que sofrem, para construir as estratégias defensivas em comum, relação com os pares, na tentativa de um reconhecimento de sua originalidade e sua identidade ou de sua pertença a um coletivo ou comunidade de ofício.*

Ao analisar a questão da subjetividade, Dejours e Abdoucheli (1994), fazem uma crítica às ciências sociais que situam o trabalho no âmbito de uma subjetividade atravancadora, onde não há lugar para o sujeito. O que ele propõe ao contrário é

mostrar que há lugar para singularidades. Usa o termo **vivências subjetivas** para mostrar os processos de subjetivação desenvolvidos, individual e coletivamente no trabalho.

O sujeito referendado por Dejours se contrapõe ao sujeito do Iluminismo, do individualismo. O sujeito é aquele que vivencia afetivamente a situação e interage com ela. A afetividade está na base da subjetividade. Para a Psicodinâmica, o homem é virtualmente um sujeito pensante.

Dejours e Abdoucheli (1994: 140) afirmam que:

(...) o sujeito pensa sua relação com o trabalho, produz interpretações de sua situação e de suas condições, socializa essas últimas em atos intersubjetivos, reage e organiza-se mentalmente, afetiva e fisicamente, em função de suas interpretações, age, enfim, sobre o próprio processo de trabalho e traz uma contribuição à construção e evolução das relações sociais de trabalho.

A intersubjetividade é fundamentada em seu modelo de homem no trabalho: *(...) a intersubjetividade não se reduz a uma intersubjetividade entre atores (esse é o caso da fenomenologia social), mas a uma intersubjetividade entre sujeitos. (Ibid., 141).*

Para Dejours e Abdoucheli (1994) o sujeito é aquele da teoria psicanalítica:

(...) do sujeito do inconsciente que aborda o conteúdo atual do inconsciente e a situação presente, com toda sua história singular, sua biografia, seu passado e a sedimentação de suas experiências afetivas anteriores. Em outros termos, o sentido que o sujeito constrói é fortemente singularizado pela forma através da qual a situação atual de trabalho se encaixa, faz ressonância com as experiências passadas e expectativas atuais do sujeito (...). (Ibid., 141).

Mas, ao mesmo tempo que usam o sujeito da Psicanálise, Dejours e Abdoucheli (1994: 143) dizem que é preciso ver o trabalho como fonte de sofrimento, de prazer e de crítica à Psicanálise, com ênfase na intersubjetividade, mas deixam de lado a dimensão social do meio ambiente e as relações sociais. Na Psicodinâmica, o trabalho aparece como um operador fundamental na própria construção do sujeito. *O trabalho revela-se, com efeito, como um mediador privilegiado, senão único, entre inconsciente e campo social e entre ordem singular e ordem coletiva. (...) O trabalho não é apenas um teatro aberto ao investimento subjetivo, ele é também um espaço de construção do*

sentido e, portanto, de conquista da identidade, da continuidade e historicização do sujeito.

O sujeito é visto nesta abordagem dentro das relações intersubjetivas, sob duplo enfoque:

*(...) dos **procedimentos defensivos** contra o sofrimento do trabalho, que justamente articulam as produções deste indivíduo àquela do coletivo; da **ressonância simbólica** que articula o teatro privado da história singular do sujeito ao teatro atual e público do trabalho abrindo assim uma problemática socialmente referenciada da sublimação e do prazer no trabalho. (Ibidem: 48).*

Sujeitos que, apesar das pressões que enfrentam, conseguem evitar a doença e a loucura, situam-se no campo da normalidade²¹ – esta não implica ausência do sofrimento o qual não exclui o prazer. Esses sujeitos não adoecem porque criam mecanismos de defesa coletivos e individuais que funcionam como atenuantes para enfrentar o sofrimento.

Neste aporte psicodinâmico, a compreensão do sofrimento psíquico no trabalho dinamizou-se. Refere-se não apenas a um sofrimento patogênico, mas também a um sofrimento criador. Vejamos quando ocorre o sofrimento patogênico

(...) quando não há nada além de pressões fixas, rígidas, incontornáveis, inaugurando a repetição e a frustração, o aborrecimento, o medo, ou o sentimento de impotência. Quando foram explorados todos os recursos defensivos, o sofrimento residual, não compensado, continua seu trabalho de solapar e começa a destruir o aparelho mental e o equilíbrio psíquico do sujeito, empurrando-o lentamente ou brutalmente para uma descompensação (mental ou psicossomática) e para a doença (Dejours e Abdoucheli, 1994: 137).

O sofrimento é criador quando traz (...) *uma contribuição que beneficia a identidade. Ele aumenta a resistência do sujeito ao risco de desestabilização psíquica e somática. O trabalho funciona então como um mediador para a saúde. (Idem).*

Para que a criatividade seja ativada, é necessário que a atividade tenha sentido para ele e que seja constituído um espaço público de discussões entre os trabalhadores, ao estabelecerem e compartilharem as relações de confiança e de cooperação.

É do reconhecimento pelo outro que se dá a mobilização da subjetividade, no sentido de transformação do sofrimento em criatividade. Isto significa a necessidade de

²¹ Este aspecto será tratado no item a seguir 2.1.5.2.

instaurar determinadas condições sociais que passam pela via dupla e dinâmica da contribuição–retribuição. Logo, o reconhecimento pelo outro se dá mediante o julgamento da dinâmica do trabalho. O julgamento distingue-se em dois tipos: julgamento de utilidade e julgamento de beleza. O primeiro, proferido pela hierarquia e eventualmente pelo cliente, diz respeito à utilidade social e produtiva da contribuição. O segundo, proferido pelos pares, diz respeito à conformidade às artes de ofício (confere a pertença ao coletivo), à originalidade e ao estilo de trabalho (confere a identidade singular).

Em Dejours (1987a), a individualização, embora seja percebida como fragmentadora das defesas coletivas, é por ele considerada como agente fundamental para o sujeito: – engendrar respostas defensivas personalizadas para enfrentar o sofrimento quando há o fracionamento dos coletivos, em organizações muito fechadas.

Segundo Dejours e Abdoucheli (1994: 139), assim como o corpo, designado o alvo das condições de trabalho, o aparelho psíquico do sujeito foi revelado como o alvo específico da organização do trabalho. Esta aparece como uma relação intersubjetiva. Na vivência subjetiva, a definição técnica dada pelo trabalho prescrito é sempre insuficiente à prova da realidade produtiva. Exige sempre reajustes e interpretações pelos operadores, o que passa por uma integração humana que a modifica e lhe dá sua forma concreta. A intersubjetividade tem a ver com a organização do trabalho e é determinada pelas relações sociais de trabalho.

Por atividade subjetivante, designam-se as atividades especificamente implicadas pelas habilidades tácitas, que passam pelas transformações subjetivas do operador, aquilo que está sendo executado pelos operadores para enfrentar o que na produção não pode ser obtido pela execução estrita das instruções (Dejours, 1997). Em outros termos: as estratégias e macetes usados pelos trabalhadores para fazer funcionar e produzir uma dada organização, pois, caso contrário, se cumprisse, ao “pé da letra”, as tarefas que lhe são prescritas, inviabilizariam o processo produtivo.

Nesta forma de capitalismo, na qual o trabalhador precoce é supérfluo e descartável, processa-se o empobrecimento não só no sentido material. Isto, porque a precocização desqualifica-o para outras formas de trabalho futuro, pois não tendo acesso à escolarização, ser-lhe-ão cada vez mais restritas suas chances de outras formas de trabalho, a não ser a informalidade nas ruas. Estes trabalhadores e trabalhadoras propiciam e favorecem a expansão e a reprodução do capital, da

mercadoria e, conseqüentemente, o definhamento do seu potencial de desenvolvimento. Estes meninos e meninas são destruídos, alienados das suas potencialidades de seres humanos. Há um processo de subjetivação (tornar-se sujeito), disciplinarização do não-cidadão, coisificado, descartável. Eles são alienados de um mundo humano onde se quer muito mais do que atender às necessidades básicas como retrata a música de Arnaldo Antunes: “A gente quer comida, diversão e arte”.

O trabalho é um modelo econômico de força aplicada; seu modo de ação é a coação de uma educação. Eis os efeitos que tomam na mecânica humana: regularidade, ordem, sujeição dos corpos, imposição hierarquia, ajustamento do trabalhador à produção. O corpo e a psique são domesticados, disciplinados (Foucault, 1996).

2.1.5.2. A propósito da questão saúde

O trabalho precoce tem implicações no desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes. Tais implicações, nesta tese, não foram analisadas em um *continuum*, em cada estágio do desenvolvimento. Não pretendemos estabelecer umnexo causal. O certo é que elas não poderão deixar de ser compreendidas dentro de uma concepção de saúde.

A propósito da relação trabalho–saúde, Possas (1981) assinala que esta tem sido vista pelo viés da relação trabalho–doença. Segundo a referida autora a relação de causa e efeito entre o trabalho e a doença é de difícil demonstração, dados os vários fatores que concorrem para tornar invisível esta relação, são eles: dificuldades legais para provar, falta de registro das conseqüências do trabalho sobre a saúde nas estatísticas oficiais, invisibilidade de uma parte das substâncias e poeiras tóxicas, falta de conhecimento dos trabalhadores e das trabalhadoras sobre os riscos para a saúde relacionados com a realização das tarefas. Acrescentamos a isto, o não reconhecimento do desempenho das atividades dos meninos e meninas como trabalho: como por exemplo: a invisibilidade do trabalho precoce nas ruas.

A produção científica na área das ciências sociais, em Saúde, década de 1970, quando surgem os primeiros trabalhos sobre a pesquisa biomédica na América Latina. Só a partir da década de 1980 foi dada ênfase aos estudos sobre mercado de trabalho e profissões de saúde. No enfoque mais recente, procura-se tratar a temática destacando-se a categoria trabalho como fundamental para as análises.

Na década de 1970, iniciam-se as pesquisas que, tentando fugir de teorias unicasais, buscam analisar os pressupostos econômicos que poderiam interferir na adoção de medidas de saúde pública e na formulação de metodologia para o planejamento em saúde, usando para tais explicações multicausais (Possas, 1981)

A compreensão de saúde que temos nesta tese, para os meninos e meninas trabalhadoras precoces refere-se às várias formas de sofrimento que os afligem e aos procedimentos defensivos constituídos para superá-las.

Mas a que concepção de saúde estamos nos referindo? Para efeito desta tese, utilizamos como referências as concepções de saúde de Canguilhem (1990) e de saúde e trabalho de Dejours (1986).

Para Canguilhem (1990: 145), a concepção de saúde não é estática. Possui uma dinâmica ligada à própria vida. A vida, para Canguilhem, não conhece a reversibilidade.

(...) o normal não tem a rigidez para todos os indivíduos da mesma espécie e sim a flexibilidade de uma norma, que é passível de transformação em relação com as condições individuais. Aquilo que é normal apesar de normativo em determinadas condições pode se tornar patológico em outra situação. Os fenômenos patológicos são modificações regulares dos fenômenos normais.

Para o referido autor (1990, 158) (...) *a saúde, em seu sentido absoluto, nada mais é que a indeterminação inicial da capacidade de instituição de novas normas biológicas.* Continuando nesta perspectiva de relacionar a capacidade normativa ao processo de saúde ele diz que: (...) *ser sadio significa não apenas ser normal numa situação determinada, mas ser também, normativo, nessa situação e em outras situações eventuais (...). A saúde é uma margem de tolerância às infidelidades do meio.*(Ibid.)

Na mesma perspectiva de compreensão da saúde não como um estado, mas como uma dinâmica imbuída de variabilidade, Dejours (1986), chama a atenção para a importância de se analisar saúde e trabalho. Para ele, é necessário levar em conta a noção de variabilidade, a qual deve ser assumida e respeitada, se deseja promover a saúde dos indivíduos. Isto, porque o predominante no funcionamento do homem constitui-se na mudança e não na estabilidade.

Dejours (1986) critica a Organização Mundial da Saúde – OMS – a qual define saúde como um *estado de conforto, de bem-estar físico, mental e social*. Para ele este estado de bem-estar e de conforto é impossível de definir; é vago e impreciso; poderia ser considerado como um estado ideal que não é concretamente atingido. A definição internacional, segundo o referido autor, (...) *trata a saúde como se o estado de bem-estar uma vez atingido pudesse ser mantido*. (Ibid., 1986: 08).

Ainda conforme o referido autor, esse perfeito e completo estado de bem-estar não existe. Não se trata de um estado estático, mas de um processo do qual o ser humano procura aproximar-se. Pois ao nível da fisiologia, o organismo não pára de se mexer, está constantemente em mudança.

Deste modo, para o autor citado (...) *a saúde para cada homem, mulher, ou criança é ter meios de traçar um caminho pessoal e original em direção ao bem-estar físico, psíquico e social*. (ibid.).

Acrescenta Dejours (1986: 8) que, do ponto de vista psíquico, saúde é a possibilidade de luta, de defesa contra o sofrimento e contra a angústia. No trabalho é a variedade, a mudança, que são favoráveis à saúde. Ele concebe a vida como movimento e a saúde como o que assegura a liberdade desses movimentos: (...) *a saúde é quando ter esperança é permitido, o que faz as pessoas viverem é seu desejo. Quando o desejo não é mais possível é perigoso. O corpo e a mente podem adoecer*. O trabalho é fundamental para a saúde. Pode ser fonte de prazer ou de sofrimento, dependendo do tipo que se escolhe.

Uma outra categoria que usamos neste trabalho no que concerne à saúde, é a categoria riscos. Temos conhecimento da discussão em torno das categorias **carga** e **riscos**. A noção de riscos está associada tanto à presença de máquinas, substâncias ou situações perigosas, como à probabilidade de um acidente ou doença.

A noção de carga é difundida pela ergonomia, principalmente à francesa, preocupada com a relação trabalho – saúde. Segundo Brito e Porto (1991: 13), (...) *este conceito busca sintetizar a idéia de que, no processo de trabalho a saúde dos trabalhadores é uma consequência da relação complexa e dinâmica entre o trabalhador e a sua atividade de trabalho* (...) A carga compreende os elementos causadores de danos a saúde. É resultante do processo de trabalho e *incorpora as dimensões física e mental/cognitiva e psíquica do ser humano na análise do trabalho*” (1991: 13).

Todavia, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) usa a categoria riscos e usa tanto a palavra *hazard*, que se refere a um risco material, concretizado num agente particular ou em uma dada situação perigosa, quanto *risks*, que se refere a uma análise quantitativa, estudo de probabilidade que, dada a presença de um *hazard*, desencadeará uma doença ou acidente.

Usaremos a categoria riscos pelo fato de que ela permite o mapeamento de condições que são potencialmente prejudiciais à saúde. As atividades estudadas possibilitaram que se detectasse a exposição dos meninos e meninas em condições potencialmente prejudiciais à saúde.

No caso dos trabalhadores precoces, a noção de risco deve estar relacionada com sua condição de crescimento, não se focalizando apenas os fatores imediatos, mas aqueles que ameaçam o seu desenvolvimento ao longo do tempo (Meirelles, 1998).

Forastieri (1997: 18), ao referir-se a exemplos de ocupações arriscadas (perigosas) para a saúde de crianças trabalhadoras, descreve os seguintes riscos e conseqüências para a saúde de trabalhadores e trabalhadoras de rua nas atividades de prostituição, vendedores e vendedoras, limpadores de carro: riscos de exposição às drogas, violências (abusos, criminais, tráfico, acidentes), perigos à formação moral, afastamento da família e da comunidade e traumas de movimentos repetitivos. Estas são ofensas repetitivas menores para uma parte do corpo, que se desenvolve somente após um certo período de tempo.

Trabalho pesado em idade precoce também tem outras conseqüências diretas no desenvolvimento físico e mental das crianças. O corpo delas sofre os efeitos da fadiga devido ao dispêndio excessivo de energia mais do que em adultos. A maioria das crianças sofrem também de malnutrição devido à ingestão de comidas inadequadas, que baixam a resistência delas e fazem-nas ainda mais vulneráveis às doenças. A prevalência de anemia, nutrição pobre, e longas horas de trabalho facilitam a redução da capacidade de trabalho de crianças. E a fadiga contribui para a frequência de acidentes e enfermidades (Forastieri, 1997: 21-22).

Um outro campo teórico que será usado para nortear, teoricamente, o nosso trabalho será o da inter-relação Trabalho – Saúde Mental, mais especificamente os trabalhos de Seligman-Silva (1994a e 1994b) que apresentam o conceito de *desgaste*, como opção integradora do entendimento das capacidades mentais, cognitivas e psicoafetivas.

O desgaste refere-se aos

*(...) agravos psicossociais vinculados ao trabalho, (...) ou a expropriação da subjetividade em situações de trabalho onde a sujeição é intensa. O desgaste mental (...) não significa necessariamente doença. Significa essencialmente **perda** - provisória ou definitiva - de algo que antes **fazia parte** do trabalhador e do seu mundo mental (...) inclui desde desgastes literais orgânicos (...) até perdas de outra ordem - como as perdas acarretadas para a **identidade**, para a densidade da própria **vida afetiva** ou para os projetos constituídos tendo em vista o **futuro pessoal** e da família (grifo da autora) (Seligmann-Silva, 1994a: 18).*

Segundo a referida autora, os estudos sobre os aspectos psicológicos do trabalho tomaram forma desde 1913, mas só se desenvolveram a partir de 1920, com os trabalhos de Mayo, (...) *que deu origem à escola das Relações Humanas e as práticas que objetivavam prevenir e superar as desadaptações humanas à organização do trabalho.* Entretanto, os estudos se concentraram nas técnicas psicológicas de controle laboral e de psicologia aplicada, com ênfase na busca da eficiência e da eficácia máxima da dimensão mental do fator humano. Só após a Segunda Guerra Mundial.

(...) as observações realizadas por diferentes profissionais da área de saúde nas situações ansiogênicas do confronto bélico contribuíram para que surgisse um interesse maior dirigido à identificação de causas coletivas, relacionadas à própria situação de trabalho capazes de conduzir a quadros psicopatológicos. (Idem., 1994b: 49)

Seligmann-Silva desenvolveu várias pesquisas com diversas categorias de trabalhadores, nos quais identifica inter-relações entre condições laborais e de vida e saúde. Dentre os resultados encontrados por ela, há dois que são particularmente importantes para a nossa tese: a interação entre espaço de trabalho e relação familiar e os efeitos deixados pelas experiências precoces de trabalho.

No primeiro caso, os resultados das pesquisas indicam uma forte correlação entre espaço laboral, relacionamento e cotidiano familiar. A citada autora enfatiza, particularmente, o trabalho em turnos alternados pelas modificações que ocasionam a vida familiar: a) o cansaço; b) a falta de convívio entre pais e filhos, a qual empobrece o relacionamento; c) a falta de participação na vida familiar. Todos estes aspectos conduzem a um isolamento maior do trabalhador em relação ao restante da família, de modo que (...) *todas as modalidades de trabalho que atuem alterando a personalidade*

irá repercutir também sobre o relacionamento familiar. (Ibid., 207). A autora lembra ainda que, na inter-relação entre a dinâmica do trabalho e a da vivência familiar ocorre um processo em que, simultânea e associadamente, se produzem alterações na dinâmica intrafamiliar; alterações na identidade.

No segundo caso, os resultados indicam os efeitos deixados pela inserção precoce no mundo do trabalho:

(...) todos os trechos de entrevistas sobre este tema podem deixar entrever o quanto essas experiências primeiras de trabalho deixaram marcas que certamente influenciaram no desenvolvimento geral da personalidade dos entrevistados, nas atitudes ulteriores diante do trabalho assalariado e na forma como vieram a ser posteriormente inseridos na organização das tarefas industriais (...) em quem teve esse tipo de experiência inicial, uma conotação negativa às vezes se desenvolveu: o trabalho passou a significar violência e exploração. (Ibid., 1994: 142).

Consideramos o campo de estudo do trabalho e da saúde mental apenas uma inspiração teórica para esta tese, pois esta não se refere propriamente à saúde mental, mas aos aspectos psicossociais inerentes à criança precocemente trabalhadora. É neste particular, nos aspectos psicossociais apontados pelas pesquisas da referida autora, que buscamos subsídios. Conforme as contribuições que ela oferece, principalmente no que tange à categoria *desgaste*, e que, nesta tese, serão trabalhadas a partir da categoria *correlata*, perdas, significando perdas da identidade, da dignidade, vida afetiva e expectativas de futuro, aspectos pertinentes ao desenvolvimento psicossocial dos sujeitos, objeto de nossa pesquisa.

2.1.6.. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho precoce

A incorporação da análise das relações sociais de sexo e da divisão sexual do trabalho em uma pesquisa sobre trabalho precoce, nas atividades informais de rua, se deu pela constatação, na pesquisa, da existência de maior número de meninos trabalhadores nas ruas, em detrimento do número de meninas, e pela diferença que eles demarcavam em suas falas para atividades de meninos e de meninas. Quando da ocorre a presença delas, a inserção as mais das vezes, se dá em atividades ainda mais precarizadas do que a dos meninos e se estrutura sobre a base da divisão sexual do trabalho, segundo dois modelos: masculino (meninos) e feminino (meninas).

A importância de uma análise, em termos de articulação entre as relações sociais de sexo e a divisão social e sexual do trabalho reside em descaracterizar a idéia de uma sociologia das relações de classe, que concebe todos os comportamentos como homogêneos, principalmente o das mulheres em relação aos homens, que sobre um discurso de uma pretensa igualdade, não permite que se vislumbre as diferenças.

A importância desta tese para a Sociologia é mostrar que, no atual estágio de reprodução do capitalismo, as relações sociais de classe e de sexo continuam atuando de forma dinâmica. As relações de classe,²² neste caso, atuam por meio dos mecanismos de inserção precoce de crianças e adolescentes no trabalho (informal) e da socialização diferenciada (em termos de crianças e adolescentes de outras classes sociais) a que são submetidas. As relações entre os sexos atuam na inserção diferenciada de meninos e meninas nas atividades de trabalho nas ruas. É a partir das práticas sociais que se realiza um movimento de desconstrução-reconstrução da conceitualização do trabalho que deve incorporar as dimensões de idade e de gênero.

Segundo Del Priore (1999: 382)

(...) o número de meninas trabalhadoras é menor do que o de meninos. Este fato não significa que elas trabalhem menos. A dedicação exclusiva aos afazeres domésticos, sem escola, atinge quase dois milhões de crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos. Temos um enorme contingente de crianças e adolescentes, principalmente meninas que cuidam da casa e dos irmãos para que seus pais possam trabalhar. O trabalho dessas meninas é exaustivo e fundamental para a manutenção das famílias, já que representa a única opção de cuidado para com os filhos pequenos.

As relações sociais entre homens e mulheres têm sido tratadas na literatura sob o ponto de vista de duas abordagens: a abordagem anglo-saxônica que usa a categoria *gênero* e a abordagem francesa que introduziu a discussão epistemológica do sexo no trabalho e da divisão sexual do trabalho. Nesta tese, esta última será o referencial teórico adotado para analisar as relações sociais entre meninos e meninas e a divisão sexual do trabalho nas atividades informais nas ruas.

Hirata e Kergoat (1987: 2) afirma:

(...) a divisão de trabalho entre os homens e as mulheres faz parte integrante da divisão social do trabalho. De um ponto de vista histórico, a estruturação atual da divisão social do trabalho (trabalho

²² Este aspecto será abordado no capítulo 3.

assalariado/trabalho doméstico, fábrica, escritório, família) apareceu simultaneamente com o capitalismo, a relação salarial só podendo surgir com a aparição do trabalho doméstico. Do nascimento do capitalismo ao período atual, as modalidades desta divisão do trabalho entre os sexos, tanto no assalariamento quanto no trabalho doméstico, evoluem no tempo de maneira concomitante às relações de produção.

Uma análise elucidativa dos estudos sobre a divisão sexual do trabalho é o de Lavinias e Castro (1990), onde elas sublinham a tendência da pesquisa sobre a mulher no Brasil a se constituir em gueto, com pequeno aprofundamento teórico. Elas salientam ainda que os estudos sobre mulher e trabalho vêm perdendo terreno, sobretudo na ótica das relações sociais de gênero.

Conforme as referidas autoras, (Ibid., 5); (...) *a produção de gênero pautou-se por uma discussão sistemática com as ciências sociais em torno do uso do conceito trabalho, aparentemente inadequado ou insuficiente para a compreensão da atividade feminina qualquer que fosse ela.*

As mesmas autoras (1990) fazem uma retrospectiva histórica dos trabalhos da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), procurando avaliar as contribuições da pesquisa feminista às ciências sociais no Brasil. Elas constataam a existência de três vetores analíticos: a) autores que enfatizam as habilidades manuais como fatores favoráveis à absorção da mão-de-obra feminina; b) autores que identificam diferenciais nos usos, preços e formas de controle, por sexo, da força de trabalho, prescrevem a sexualização da divisão social do trabalho; c) autores considerados de um caráter inovador. Trata-se do grupo de Kergoat e Hirata, que se situam no campo de uma sociologia das relações sociais. A novidade reside no fato de não se restringirem às relações de classe à esfera da produção e às relações de sexo à esfera da reprodução. Ambas estão presentes, ao mesmo tempo, às duas esferas.

Segundo Bruschini (1998: 278), o tema trabalho foi o primeiro a ser privilegiado nos estudos de gênero e a conquistar legitimidade nas universidades brasileiras. Isso se deu porque a temática do trabalho sempre foi predominante na teoria sociológica. O trabalho remunerado era visto pelo feminismo na vertente européia ou norte-americana, como a estratégia possível de emancipação da dona de casa, de seu papel subserviente na família: (...) *a idéia de que a raiz da subordinação da mulher está na sua exclusão do mundo produtivo era o fundamento do feminismo, quer na sua inspiração liberal ou marxista.*

Mas só a partir da década de 1980 é que este tema passou a fazer parte da Sociologia do Trabalho, mediante os estudos de pesquisadoras que já estudavam o feminismo. Passou-se a problematizar a divisão sexual do trabalho na fábrica. Ainda segundo a referida autora, um marco desses estudos foi o seminário **A Mulher na Força de Trabalho na América Latina**, o qual reuniu pesquisadoras de toda a América Latina. Os debates abordaram duas considerações: a primeira, de ordem mais teórica, visava a discutir um referencial adequado para analisar e superar as deficiências teóricas sobre o trabalho feminino. A outra, de cunho metodológico, abordava a inadequação dos instrumentos de levantamento de dados para captar informações sobre o trabalho feminino. Estes estudos tiveram uma contribuição importante: revelaram o aumento da atividade feminina ocorrida nos últimos anos, devido à ampliação do conceito de trabalho.

Muraro (1983), mostra que, nas décadas de 70-80 apesar do crescimento experimentado pela força de trabalho feminina, ela é aproveitada nas fases recessivas a fim de aviltar os salários masculinos. Além de contribuir para que o capitalismo aumente a taxa de sua reprodução ampliada, uma enorme taxa de acumulação capitalista sobre o trabalho da mulher e a manipulação da condição feminina.

Embora o crescimento retrate as décadas acima descritas, na década de 1990, a acumulação tem-se acentuado (...) *em escala mundial, a reprodução ampliada do capital exige a expansão de uma relação social de produção que integra a divisão sexual às novas formas de internacionalização do trabalho*. (Muraro; 1983: 11). É por isso que o trabalho precoce no setor informal em condição de rua, embora não seja exatamente algo novo, também tem-se acentuado cada vez mais nos últimos tempos, à medida em que se inscreve como uma das novas formas de trabalho precarizado e caracteriza pela divisão sexual.

A manipulação da condição feminina inscreve-se no processo histórico que determina socialmente o sentir e o pensar e toda uma visão de mundo. Conforme Muraro (1983: 23) assinala:

(...) esta visão passa pela divisão social do trabalho: há gestos e posturas, modos de ser considerados masculinos e femininos e através deles meninos e meninas se identificam com seu sexo, tal como ele é socialmente definido. Daí a cisão cultural da visão do mundo do homem e da mulher. Assim qualquer gesto envolve o reconhecimento de uma ordem política

dada, que distingue a posição hierárquica dos homens, das mulheres, das idades, etc.

Há uma inserção concreta – no tempo, no espaço e nas forças produtivas –, diferenciada, em decorrência, dentre outros aspectos, do sexo e da idade. Para tal, instala-se desde a mais tenra idade, um processo de socialização diferenciada. Ainda a mesma autora:

(...) o corpo é a base da percepção e organização da vida humana, tanto no seu sentido biológico como social. Assim, falar, andar, olhar, são modos socialmente determinados de sentir e pensar e toda uma visão do mundo. Assim, também, se produzem os corpos economicamente úteis. Para tanto são adestrados e lhes são inculcados hábitos primários desde a infância. E quanto mais simples esses gestos e hábitos, mais fundamentais, mais determinantes. E as classes se delimitam e se soldam por esses hábitos que ao mesmo tempo, as articulam entre si. (Ibid., 23).

Embora se refira às operárias, Kergoat (1986: 84) chama atenção para o seguinte fato:

(...) ao invés de dizer que as operárias têm uma formação inexistente ou mal adaptada dizemos o contrário, que elas têm uma formação perfeitamente adaptada aos empregos industriais que se lhes propõem. Dizemos também que elas adquiriram, inicialmente, através de um aprendizado (na profissão de futura mulher, quando eram meninas), depois mediante uma formação contínua (trabalho doméstico).

Assim, elas são trabalhadoras manuais, não porque são mal formadas pela escola, mas porque são bem formadas pela totalidade do trabalho reprodutivo. Semelhante analogia fazemos com as meninas em condição de rua. Elas desempenham as atividades de vendedoras de quentinhas porque socialmente foram preparadas para isso, por serem mulheres, meninas. Ressalte-se que, durante um certo período histórico (Roberts, 1998), só restou às mulheres como fonte de autonomia financeira a prostituição, constituindo-se como uma profissão feminina.²³

Este tipo de qualificação doméstica tem duas conseqüências:

²³ Esta discussão encontra-se no capítulo 3.

- 1) Essa qualificação das mulheres, não sendo adquirida por canais institucionais reconhecidos é julgada como inata e não adquirida: (...) *serem fatos de natureza e não de cultura*. (Kergoat, 1986: 84).
- 2) Há uma interiorização da banalização da qualificação pelas operárias e o sentimento de desvalorização do trabalho delas, (...) *a aquisição do savoir-faire pelo fato de se realizar fora dos canais institucionais de qualificação, sempre em referência a esfera privada, lhes aparece como uma aquisição individual e não coletiva: (Ibidem)*.

Segundo a autora acima citada, o capitalismo soube utilizar, para se fortalecer, as relações de sexo que lhes preexistiam. E o fez legitimando a divisão sexual do trabalho com uma visão naturalista dos sexos. A importância da análise das práticas sociais permite captar multidimensões que refletem esse esforço de desconstrução e reconstrução que capta e incorpora a diversidade. As relações de classes e de sexos organizam a totalidade das práticas sociais.

Relações sociais de sexo tem por correlato a noção de prática social. Se há uma relação social específica entre homens e mulheres, há práticas sociais diferentes segundo o sexo. A noção de prática significa que vamos abstrair do concreto nossa experiência, da prática do trabalho precoce nas ruas, para pensar simultaneamente o material e o simbólico. Sujeitos que agem mediante relações sociais que igualmente agem sobre elas. São elas:

1. Antagônicas;
2. Estruturantes para função do campo social;
3. Transversais a totalidade do campo social.

Segundo Kergoat (1992), foi o conhecimento adquirido dos estudos feministas, na emergência das categorias relações sociais de sexo como categoria social que mostrou não serem mais as regras sociais dos homens e mulheres produtos de um destino biológico, mas são uma construção social. Elas têm uma base material. Um trabalho de desconstrução – reconstrução dos conceitos, acabando com a pretensa neutralidade e mostrando as caracterizações sexuadas nas ciências sociais.

Os conceitos relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho permitem demonstrar que há uma relação social específica entre os grupos de sexos; permitem provar que as clivagens entre homens e mulheres não são redutíveis à separação desigual ou exploração, mas se referem a um tratamento diferenciado segundo o sexo.

Deste modo, a divisão do trabalho é um termo genérico que, segundo Hirata e Kergoat (1987: 2),

(...) remete a toda uma série de relações sociais (como por exemplo, a divisão internacional do trabalho, a divisão entre o trabalho manual e intelectual...). A divisão do trabalho entre os sexos remete à relação social entre os homens e mulheres, que atravessa e é atravessada pelas outras modalidades da divisão social do trabalho.

Falar em termos de divisão sexual do trabalho é articular a descrição do real com uma reflexão sobre os processos em que a sociedade utiliza esta diferenciação para hierarquizar as atividades: a divisão sexual do trabalho é o centro do poder que os homens exercem sobre as mulheres. As relações de classe imprimem os conteúdos e direções concretas às relações de sexo.

Conforme Kergoat (1992), admitir que há uma relação social específica entre homens e mulheres significa ter necessariamente práticas sociais diferentes, segundo o sexo. As análises das relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho são feitas com base nos seguintes aspectos:

1. Coloca-se a questão no feminino e no masculino;
2. Defende-se o esclarecimento das diferenças nas condições de trabalho e nas conseqüências;
3. Vê-se a posição de ambos, masculino e feminino, como dinâmicas;
4. Na análise do trabalho, compreende-se que a divisão sexual extrapola o masculino e o feminino, atinge a totalidade das relações sociais como as relações de classe;
5. Desnaturaliza-se a compreensão do masculino e feminino como ditado pelo biológico e concebem-se ambos como uma construção social;
6. Articula-se produção e reprodução;
7. Situa-se a multiplicidade, a diversidade de determinações e as contradições.

As relações sociais de sexo são dinâmicas e o problema de mudança pode ser abordado. Trata-se de dar princípios de inteligibilidade para compreender a complexidade das práticas sociais de homens e mulheres. Essas relações sociais são produtos de contextos históricos específicos, que assumem características diferenciadas historicamente.

De acordo com Kergoat (1992: 16-17), a definição das relações sociais de sexo repousa sobre vários pontos:

1. Ruptura radical com as explicações biologizantes das diferenças entre as práticas sociais masculinas e femininas;
2. Ruptura com os modelos supostos universais;
3. A afirmação de que estas diferenças são construídas socialmente e de que esta construção social tem uma base material e não somente ideológica;
4. É apreendido historicamente;
5. Estas relações sociais repousam sobre uma relação hierárquica entre os sexos;
6. Trata-se de uma relação de poder.

Nesta abordagem, a redução da análise à variável *sexo* é muito mais difícil, não se reduz ao feminino, está ao mesmo tempo articulado ao masculino, conota-se uma certa reciprocidade, pensa as posições dos sexos, em termos de complementaridade. Não é uma questão de defesa da igualdade, pois essa pretensa igualdade é elaborada sobre uma norma masculina, mas de caracterização das diferenças nas relações sociais entre os sexos, fazendo aparecer às correlações de força e poder.

2.2. Aspectos metodológicos

Esta não é uma tese em Psicodinâmica do Trabalho nem em Ergonomia, logo o referencial metodológico não se constitui enquanto as exigências de uma demanda em qualquer uma das abordagens. Servimo-nos de algumas categorias teóricas e metodológicas desses campos de conhecimentos para a construção do nosso objeto de estudo.

Nos itens que seguem (2.2.1 e 2.2.2) abordaremos os percursos metodológicos seguidos pelas duas abordagens e no item 2.2.3 explicaremos como desenvolvemos a pesquisa.

Uma das grandes dificuldades das ciências sociais diz respeito à constante configuração metodológica, que deve ter uma pesquisa científica, – para apreenderem-se os fatos sociais – da objetividade, do critério de verdade. Estas são, sem dúvidas, questões antigas e polêmicas que foram tratadas de diferentes formas pelas diversas orientações teóricas.

O conhecimento de um determinado objeto de estudo necessita da discussão sobre as estratégias metodológicas possíveis de serem utilizadas na sua apreensão. Deste modo, a questão que se coloca é a seguinte: como captarmos o movimento da realidade social, apreendendo-lhe o significado concreto e as conexões nele existentes?

Dito assim, já se pode antever uma preocupação de não nos emaranharmos pelas discussões (também velhas e antigas) do qualitativo versus quantitativo. Entendemos que esta é uma questão superada, porquanto a nossa preocupação consiste em querermos captar o concreto e atingir um certo nível de profundidade.

Precisamos de um pressuposto metodológico adequado à natureza do objeto que, apesar de subjetivo, requer um aporte objetivo pelas seguintes razões:

1. O objeto, conforme foi demonstrado, não se encontra, em João Pessoa, bastante recortado empiricamente;
2. Não há um estudo descritivo sobre as condições e organização das atividades de trabalho precoce, no mercado informal, em condição de rua;
3. Não há dados quantitativos que permitam compreender a abrangência do objeto;
4. Em decorrência do item acima, não é possível definir uma amostra representativa, ficando a representatividade atrelada à apreensão do significado do objeto.

Propusemos uma metodologia multidisciplinar que pudesse verificar as mediações e correlações possíveis, vinculando teoria e realidade, individual e social, base material e psíquica.

Entendemos que o trabalho precoce, como objeto sociológico, é o produto da ação e da interação, da produção e da reprodução da sociedade pelos indivíduos. Conseqüentemente é uma inter-relação entre o social e o psíquico.

Levando-se em consideração estes fatores acima delineados, a natureza do objeto e os aportes teóricos, propusemos a combinação de algumas técnicas de pesquisa, de modo que supere o dilema qualitativo versus quantitativo. Nossa intenção é que os dados possam evidenciar a abrangência do objeto, constância e extensão, que também tenham profundidade e possam revelar os significados e a intersubjetividade que os permeia.

A proposta de combinação não é inédita, porquanto os teóricos do paradigma da complexidade (Neves, 1997) já o fizeram, além de Bourdieu (1990: 26), para quem é possível (...) *mobilizar todas as técnicas que, dada à definição do objeto, possam*

parecer pertinentes e que, dadas as condições práticas de recolha dos dados, são praticamente utilizáveis.

Priorizamos a metodologia qualitativa porque o objeto de estudo se refere a aspectos subjetivos, o que, segundo Dejours (1997), é eminentemente qualitativo. Para os qualitativistas, a superioridade desse método está em (...) *fornecer uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social, face à configuração das estruturas sociais*” (Haguette, 1988: 63).

2.2.1. Tomando emprestado a Psicodinâmica do Trabalho alguns referenciais metodológicos

A metodologia em Psicodinâmica, a partir da demanda, vai tentar trazer à tona aquele sofrimento que não é consciente, é a dinâmica de grupo com os trabalhadores que elucidam as formas de sofrimento através das falas. No caso das crianças e adolescentes, o sofrimento está na inserção precoce, no corpo, na ausência da fala, no olhar.

Para elucidar o sentido do trabalho para os homens, Dejours (1997), utiliza como princípio metodológico a sociologia compreensiva de Dilthey. Dejours entende que é a partir do sentido que os homens constroem da situação daqueles que organizam suas condutas e suas ações. Para ele, pela vivência empática subjetiva do pesquisador, é possível fazer a análise e atingir o sentido da situação para o sujeito que a vive, subentendida em sua ação. É mediante a vivência subjetiva que o pesquisador pode captar o sofrimento e o prazer. Esta vivência expressa-se em termos reveladores da indignidade dos trabalhadores e trabalhadoras.

Para a Psicodinâmica, o início da pesquisa está diretamente vinculado a uma demanda solicitada por trabalhadores. Há primeiramente, uma pré-pesquisa, que consiste em reunir material clínico formulado a partir de entrevista dual (trabalhador e clínico). Segue-se a preparação, com a constituição de uma equipe multidisciplinar. Uma concepção de pesquisa, portanto, que inclui, além dos pesquisadores, de diferentes formações profissionais, a participação dos trabalhadores.

Em seguida inicia-se a pesquisa propriamente dita, reunindo os trabalhadores, procura-se que eles explicitem os fatos que provocaram a solicitação da demanda e que se defina o conteúdo da pesquisa. A demanda formulada na véspera da pesquisa

transforma-se em demanda social, uma formulação coletiva em que cada um pode se reconhecer. Tem continuidade com a entrevista coletiva, num esforço dos pesquisadores para detectar os contrastes, as características da organização do trabalho, interpretá-los e devolvê-los para a discussão. Destarte, (...) *o alvo da pesquisa é a relação do coletivo com o trabalho e os efeitos mascaradores dos sistemas coletivos de defesa em relação ao sofrimento.* (Ibid., 145). A pesquisa visa essencialmente a vivência subjetiva, privilegia o comentário, considerado o material por excelência para se tomar contato com a subjetividade dos trabalhadores.

A entrevista coletiva é proposta por Dejours (1997: 124), com o objetivo de testar as pressões decorrentes do trabalho e não das histórias individuais de cada sujeito:

(...) é por esta razão que, para ter acesso à dimensão específica das pressões do trabalho, começamos a fazer entrevistas coletivas, (...) esta metodologia mostrou que os trabalhadores em grupo eram capazes de construir a lógica das pressões de trabalho que os fazem sofrer e também podiam fazer aparecer às estratégias defensivas coletivamente construídas para lutar contra os efeitos desestabilizadores e patogênicos do trabalho.

Para Dejours (Ibid.), a validação faz-se geralmente em dois momentos:

1. O investimento dos interessados forma o primeiro momento da validação das interpretações quando as elaborações, interpretações, hipóteses e comentários feitos no desenrolar das discussões podem ser rejeitados, retomados ou até aprofundados.

2. Em um segundo momento, trata-se da devolução aos trabalhadores que participaram da pesquisa, das observações e interpretações mediante uma síntese dos resultados, podendo haver ainda um desdobramento desse momento, após análise crítica dos trabalhadores do relatório. Os pesquisadores avaliam essas reações e modificam ou corrigem o relatório final.

Os eixos de interpretação, na metodologia da Psicodinâmica do Trabalho consistem (...) *no que se encontra expresso e representado pelo sujeito na cena do trabalho, no que parece estar excluído ou contido, aprisionado, emaranhado ou reprimido desta cena* (Dejours, 1987a: 157). Um outro eixo é a idéia de base dessa metodologia de que não se conhece sofrimento ou prazer objetivos: (...) *na ótica objetiva só podemos conhecer as desregulações e as reequilibrações, mas essa perspectiva não nos ensina muita coisa sobre a vivência subjetiva*

qualitativa. (ibid, 157). Os princípios de investigação, de análise, de interpretação só podem ser elaborados através das relações intersubjetivas. A palavra é o mediador dessa relação e é sobre ela que trabalha a Psicodinâmica do Trabalho. A fala, para Dejours (Ibid., 158), é um fenômeno, que implica ato de pensar, possibilita portanto aos pesquisados pensarem em sua situação em relação ao trabalho, (...) nas conseqüências dessa relação na vida fora do trabalho e na vida em geral.

2.2.2. Tomando emprestado a Ergonomia algumas referências metodológicas

Para que as atividades de trabalho precoce pudessem aparecer, inspiramo-nos em alguns referenciais da Ergonomia no método de análise, o qual consiste na observação e descrição sistemática das atividades de trabalho.

Nas atividades formais, o ergonomista faz a observação e a descrição do posto, dos indivíduos e da situação de trabalho. Como o posto é uma categoria própria ao trabalho industrial, estruturante das atividades de trabalho, usaremos a categoria ponto. Ela é uma categoria empírica, é o lugar nas ruas onde se estruturam e se exercem as atividades de trabalho. Segundo Ferreira (1979: 27), (...) *o ponto reproduziria as formas de divisão do trabalho, de hierarquização do poder e de controle sobre o espaço ocupado.*

Fizemos, portanto, a pesquisa usando ferramentas da Ergonomia, com o do método de análise centrado sobre as atividades de trabalho, o ponto, os indivíduos e a situação de trabalho. Segundo Macedo (1993: 59), este método (...) *é importante para fazer aparecer de fora da situação de trabalho uma descrição objetiva das atividades de trabalho, a descrição dos fatos e dos acontecimentos.*

Essa descrição também é feita pelo próprio trabalhador. A palavra é um elemento privilegiado para captar as relações existentes entre o trabalho e as expressões de sofrimento, como diz Wisner (1987: 79): (...) *o que diz o operador sobre seu trabalho é de importância considerável na análise da atividade.* O ergonomista pode juntar às explicações dadas no local de trabalho, com a descrição detalhada da atividade de trabalho. Tal tarefa, segundo Wisner (*ibid.*,80.), é difícil, pois o ergonomista deve *tentar apreender tudo sem sugerir modos de operação ou estratégias que não existem.*

2.2.3. A pesquisa de campo

O trabalho de campo foi desenvolvido na cidade de João Pessoa, no período de março a setembro de 1999, envolvendo **vendedores** de frutas no sinal de trânsito, **vendedores na noite** que comercializam frutas, bijuterias, balas, refrigerantes e cervejas, **vendedoras** de quentinhas, **olheiros e lavadores** de carro e **meninas vítimas da prostituição**. Foram selecionadas essas três atividades, para que fossem representativas da abrangência das atividades informais desenvolvidas pelos meninos e meninas em condição de rua de João Pessoa.

A opção da escolha de **vendedor** e **vendedora** é baseada no fato de que, para a maioria dos meninos e das meninas, a forma de ingresso na rua é vendendo algum tipo de mercadoria, a mando de alguma pessoa do seu círculo de relações. No caso do **olheiro de carro**, a escolha justifica-se pelo fato de que o menino está destituído de qualquer outra forma de capital. Resta-lhe apenas o uso do próprio corpo (assinalemos que, neste caso, o corpo dele pode constituir-se em objeto de exploração, inclusive a sexual, para ele poder usar determinado ponto de trabalho sob domínio de outrem, até mesmo de adultos). Quanto à **prostituição**, a justificativa decorre da divisão sexual do trabalho existente nas atividades informais de rua, uma vez que, com raras exceções, as meninas desenvolvem outras atividades de trabalho. Vendedor, olheiro de carro e prostituição: essas três atividades fundam-se na divisão social e sexual do trabalho. Pretendíamos assim abranger meninos e meninas vivenciando momentos diferenciados de inserção precoce, no mundo do trabalho informal de rua.

2.2.3.1. Sujeitos

Foram entrevistados vinte e seis sujeitos sendo que dois foram descartados porque não atendiam a todos os critérios, como, por exemplo, estar desacompanhado dos pais ou de um responsável. Desse modo os dados de nossa pesquisa são provenientes de uma amostra composta de vinte e quatro crianças e adolescentes, dezesseis meninos e oito meninas. Eles desempenham as seguintes atividades: vendedores no sinal, vendedores na noite, vendedoras de quentinhas, olheiros de carro e meninas na prostituição. São crianças e adolescentes na faixa de oito a quatorze anos de idade que começaram a trabalhar entre os seis e os dez anos e têm entre um e seis anos de trabalho nas ruas.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera criança o indivíduo até os doze anos de idade. Pretendíamos inicialmente pesquisar o trabalho infantil;

todavia, optamos por estender até aos quatorze anos, por três motivos: a) ser, nesta idade, considerada pela Constituição Federal Brasileira e pelo próprio ECA como obrigatória a frequência ao ensino fundamental; b) ser a idade mínima determinada pela Convenção Internacional da OIT e pelo ECA, para ingresso no trabalho, mesmo na condição de aprendiz; c) termos conhecimento anterior, proveniente de outras experiências de pesquisa de que a proibição pelo ECA de trabalho até aos quatorze anos não correspondia à realidade de uma parcela significativa de crianças e adolescentes, principalmente para meninos e meninas em condição de rua.²⁴

2.2.4. O ponto²⁵

Nas atividades informais nas ruas, há os trabalhadores e trabalhadoras nômades e os trabalhadores e trabalhadoras fixos. Os primeiros são aqueles cuja característica da atividade requer constante movimento e que dependem deste movimento para executar as vendas. A parada só acontece para oferecer e negociar o produto. Os segundos, são aqueles que ocupam um local fixo para a realização da atividade. O deslocamento do referido local está condicionado a fatores externos e não à característica da atividade. Esses fatores externos podem ser, por exemplo, a ação da prefeitura municipal através dos órgãos de fiscalização e de repressão à ocupação das ruas por trabalhadores da informalidade.

Selecionamos para a pesquisa as áreas que constatamos ser os locais de maior concentração de meninos e meninas trabalhadores. Isto é o que se denomina de ponto. Vieira *et al.* (1994), em pesquisa sobre a população de rua de São Paulo, constata que a apropriação de determinados lugares se faz em função de vários fatores, desde permissão social para a ocupação, menor pressão do poder público, até às possibilidades de sobrevivência oferecida pela região.

2.2.4.1. O sinal

Os sinais são locais estratégicos para vendedores, devido à parada obrigatória dos carros, tempo aproveitado para negociarem suas mercadorias. O sinal escolhido localiza-se em uma região de entroncamento viário, na qual transitam permanentemente uma grande quantidade de veículos no sentido praia-centro e vice-

²⁴ A definição desta categoria encontra-se no capítulo a seguir, no item 3.3.

²⁵ Sobre a territorialização e o ponto ver capítulo 4, item 4.4.

versa. Este sinal é formado pelo cruzamento de duas avenidas, Maximiniano Figueiredo e Beira-Rio contendo quatro semáforos de trânsito.

A opção pela observação desse sinal se dá porque ele reúne maior número de vendedores. Neste cruzamento, há todos os dias em torno de vinte pessoas, sendo todos homens. Esporadicamente, há uma ou duas mulheres que trabalham selecionando as frutas. Há pelo menos dez meninos, com idade de quinze anos abaixo. Este número pode variar, dependendo da safra das frutas e, conseqüentemente, da quantidade que tenham para vender. Próximo a cada sinal há um ponto de apoio, no canteiro que divide a avenida, no qual as frutas são selecionadas e embaladas.

2.2.4.2. O Centro da Cidade (à noite)

Os meninos e meninas vendedores à noite não têm lugar fixo; são vendedores nômades. Eles circulam pelo centro da cidade de João Pessoa, nas lojas, nos bares e festas de rua, localizados nas proximidades da Lagoa e do Pavilhão do Chá. A Lagoa, situada no centro da cidade, comporta uma área de lazer e atração turística representada por uma lagoa e um parque comercial composto de lojas dos mais variados ramos de atividades.

2.2.4.3. O Ponto de Cem Réis

O Ponto de Cem Réis é uma praça que fica localizada no coração da cidade de João Pessoa no centro do seu comércio, compondo a parte baixa e antiga da cidade. Localiza-se há poucos metros das casas que representam os três poderes políticos do Estado da Paraíba: Palácio do Governo, Assembléia Legislativa e Tribunal de Justiça.

Nesta praça, há quotidianamente, o trânsito intenso de transeuntes e a presença de várias pessoas que se dirigem para um bate-papo, negócios diversos, trabalho e lazer. Há lojas, trabalhadores informais, nômades, fixos – todos de diversos ramos, desde engraxates, alimentícios, roupas, calçados, brinquedos, cartões telefônicos, artigos esportivos, importados, serviços de consertos etc. Há um número significativo de senhores de terceira idade que freqüentam o local quotidianamente. Passeiam, alimentam-se lá mesmo e passam o dia. Há também, um grupo significativo de cerca de vinte crianças e adolescentes pedintes (compreendendo cerca de onze meninos e quatro meninas). Este grupo vive no local (dorme, alimenta-se, faz as necessidades)

fisiológicas, perambula e usa drogas. Às vezes também fazem pequenos favores para outros usuários da praça em troca de alimentos, cigarros etc.

Em meio a este contexto, há um caleidoscópio chamado Ponto de Cem Réis, cartão postal da história passada da cidade, local de colóquios políticos, onde já elegeram e depuseram políticos paraibanos. É palco dos protestos dos movimentos sociais contemporâneos. É nessa praça que as meninas vendedoras de quentinhas trabalham.

2.2.4.4. A Praia

A Praia compreende a orla marítima, é uma área de lazer que concentra bares e hotéis, particularmente voltados para o turismo.

2.2.4.5. O Pátio

Como o próprio nome diz, o Pátio é uma área que rodeia a Igreja Basílica de Nossa Senhora das Neves. Mas para efeito desse trabalho, compreende também todo o parque sacro tombado como Patrimônio Histórico da Humanidade que abriga o Mosteiro de São Bento e o Museu São Francisco, utilizados como área de estacionamento.

2.2.5. Procedimentos

A seleção da amostra foi feita a partir dos meninos e meninas em condição de rua, que, uma vez convidados e convidadas, aceitaram ser observados e observadas, entrevistados e entrevistadas e interpelados e interpeladas e estavam trabalhando nas atividades de vendedores ambulantes, olheiros e lavadores de carro, vendedoras de quentinhas e na prostituição desde que os trabalhos implicassem em pagamento. Na seleção foram observados os seguintes critérios:

- a) Ter a idade mínima de sete anos;
- b) Ter a idade máxima de quatorze anos;
- c) Entrevistar os meninos e meninas que permaneciam a maior parte do seu dia-a-dia nas ruas;
- d) Entrevistar os meninos e as meninas que usam as ruas para realizar atividades de trabalho, conforme foram descritas anteriormente;
- e) Independender do contato familiar;

- f) Entrevistar os meninos e as meninas que estavam nas ruas desacompanhados de outros adultos ou responsáveis.

Esta pesquisa de doutoramento desenvolveu-se como um estudo de caso. Para empreender a análise da atividade de trabalho usamos como técnicas de pesquisa quatro conjuntos de procedimentos: **territorialização**, **observação sistemática**, **entrevistas (individual e coletiva)** e **histórias de vida**.

2.2.5.1 A territorialização

A abordagem aos meninos e meninas começou com a **territorialização**. Feita *in loco*, técnica específica de aproximação nossa ao espaço da rua – local de domínio dos sujeitos, para que o contato com eles fosse facilitado, uma vez que éramos uma pessoa estranha àquele território.

Na territorialização, começamos a freqüentar os locais nas ruas onde os meninos e as meninas se concentravam, de modo que pudéssemos demarcar e compreender os seus hábitos, o seu cotidiano e ao mesmo tempo a constância de sua presença. Assim uma personagem, até então estranha aos meninos e às meninas, passou aos poucos a ser percebida e fazer parte daquele cenário da rua, local geográfica e imaginariamente definido pelos meninos e pelas meninas como território que lhes pertence e do qual eles e elas se assenhorearam.

No processo de territorialização, algumas dificuldades surgiram, decorrentes de outros fatores alheios à pesquisa, mas, pareciam ter, principalmente para os meninos vendedores no sinal, uma certa relação. Tratava-se da desconfiança deles acerca de quem era aquela figura estranha, para uns era repórter, para outros era fiscal da Prefeitura. A desconfiança era justificada por dois motivos: primeiro, devido ao fato de um jornal local ter feito entrevistas com eles e divulgado em matéria de capa que eles eram consumidores de drogas, dificultando o trabalho deles ali; segundo, sendo fiscal da Prefeitura, se encontravam em discussão com representante dela, o qual queriam tirá-los daquele ponto.

No decorrer do tempo, detínhamos um certo conhecimento sobre os seus sujeitos e eles, por sua vez, identificavam a figura estranha sendo uma pesquisadora, interessada em conhecê-los. Isto possibilitou o estabelecimento da empatia (entre sujeito e pesquisador) e o desenvolvimento da pesquisa.

2.2.5.2. As observações

Feita a territorialização passamos à **observação e descrição** das atividades de trabalho, das implicações, dos problemas de adaptação física e psíquica, contemplando as condições que agem sobre o corpo e a organização do trabalho que age sobre a mente.

Baseando-nos no modelo de estudo do trabalho feito pela Ergonomia, consideramos que este recorte metodológico foi importante para elaborarmos uma síntese de compreensão da estrutura da atividade de trabalho. Mediante a observação, procedemos à descrição dos seguintes aspectos: **condições ambientais** (físicas, químicas, higiênicas, sociais), **ações** (movimento do corpo, exigências de postura, gestos, deslocamentos, comunicação, tempo para realizar a atividade e paradas), **tarefas** (o que faz, como faz, o prescrito, o real), **inter-relações** (clientes, companheiros, exploradores hierarquias e conflitos), **regras** (tipo, quem determina), **macetes**, **atitudes** (negociação e acordos), **defesas** (Jogos), **comportamentos estranhos** diante das tarefas que realizam.

A pesquisa desenvolveu-se de março a setembro de 1999 da seguinte forma:

1. Neste período, fizemos às observações dos vendedores do sinal da segunda-feira ao sábado, no horário compreendido entre as sete e às dezenove horas²⁶.
2. No caso das vendedoras de quentinhas, o horário de observação foi o das oito às dezessete horas, da segunda-feira à sexta-feira e no sábado das oito às doze horas.
3. Os olheiros foram observados da segunda-feira à sexta-feira, no horário das sete às dezoito horas.
4. Os vendedores na noite foram observados das dezoito às vinte e três horas.
5. Quanto às meninas vítimas da prostituição, as observações foram feitas das dezenove às vinte e duas horas.²⁷

Os horários foram divididos em períodos alternados de duas horas, o que propiciou que a organização de um mapa dos horários de trabalho dos meninos e meninas, compreendendo todos os dias de trabalho, desde a chegada, organização dos

²⁶ Eventualmente, estendemos as observações até às vinte e uma horas, para observarmos o horário de saída dos meninos naqueles dias que sobravam frutas e eles eram obrigados a estender os horários de trabalho. Este aspecto será analisado no capítulo 4 e no capítulo 5.

²⁷ Enfrentamos dificuldades para fazer as observações. Estas dificuldades serão abordadas no item *história de vida*.

pontos, até ao horário de saída.²⁸ A descrição feita por meio de anotações compôs um diário de campo. Foi também mediante a observação e descrição sistemática que adquirimos conhecimento do modo de estruturar as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho, com a diferenciação entre as atividades de meninos e de meninas nas ruas. Este aspecto que foi mais aprofundado com as entrevistas individuais e coletivas.

Além das entrevistas, as observações e descrições eram complementadas por esclarecimentos dados pelos meninos e meninas no local do trabalho. Estes esclarecimentos eram dados a pedido nosso para o *modus operandi* dos trabalhadores e das trabalhadoras precoces.

2.2.5.3. Entrevistas individuais

Por meio de entrevistas “temáticas”, semi-estruturadas, individuais, procuramos-se elucidar as implicações do trabalho precoce, que foram expressos em de palavras ou frases que revelaram o sofrimento e as perdas; concebidas nesta tese como categorias enunciativas das vivências subjetivas de meninos e meninas. São palavras ou expressões de sofrimento, de perda: desencorajamento, depressão, desmotivação, desânimo, agressividade, fontes de pressões, dificuldades, sentimento de vergonha e sentimento de inutilidade, medo e ansiedade. Além de sofrimentos associados às exigências físicas das atividades, como dores e surgimento de doenças. Mas cumpre assinalar que a não-palavra ou o silêncio também é um elemento importante, revelador do sofrimento. As entrevistas semi-estruturadas tinham um roteiro contemplando os seguintes aspectos: identificação, condições de vida, ida para as ruas, condições de trabalho, inter-relações subjetivas nas ruas, exploração, sentido do trabalho, trabalho e família, trabalho e estudo, trabalho e perspectivas de futuro, relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho, trabalho e cansaço, imagens de si.

As observações e descrições foram gravadas e compuseram um relatório que foi devolvido, juntamente com a entrevista individual com os meninos em grupo, para uma entrevista nos moldes de uma entrevista coletiva. Aferimos com os meninos as

²⁸ Com exceção das meninas vítimas da prostituição e dos vendedores na noite.

descrições dadas por eles da execução na prática da tarefa, no local de trabalho, com a descrição detalhada da atividade.

2.2.5.4. As entrevistas coletivas

Como não se trata de um estudo em Psicodinâmica propriamente dito, a entrevista coletiva apenas aproximou-se do modelo proposto por Dejours (1987a e 1994), de modo que, para realizar as entrevistas coletivas, formamos grupos com os meninos e meninas que podiam e aceitavam participar.

Alguns aspectos dificultaram a participação de todos os meninos de um ponto de trabalho ou de todos os que tinham concedido a entrevista individual. Estes aspectos diziam respeito à própria dinâmica do trabalho ou ao tipo de relações de trabalho ou de hierarquia:

- 1) No caso dos meninos vendedores no sinal, eles tinham dificuldades de participar das entrevistas coletivas pelos seguintes motivos: a) não lhes era possível fazer isto no horário de trabalho, pois atrapalharia as vendas das frutas; b) quando encerravam as tarefas no final do dia, também não restava tempo porque as mais das vezes já estavam cansados ou atrasados e precisavam correr para a escola; c) os patrões não admitiam que os meninos conversassem conosco.
- 2) No caso das meninas vítimas da prostituição, o caráter da atividade dificultou a formação de coletivos.
- 3) No caso dos meninos olheiros e lavadores, a presença e o controle dos chefes do território inibiu inicialmente, mas depois, com a presença e participação de um outro adulto, facilitou o processo pois ele interessou-se pelas discussões, porque, segundo ele, viu sua vida espelhada naquilo que estávamos tratando, facilitou o processo.

As entrevistas coletivas consistiram na mesma lógica da individual: elaboramos um roteiro que, de certa forma, retomaria os conteúdos apreendidos mediante a observação e a entrevista individual e que seria apresentado ao coletivo. O roteiro, além de abordar o que era caracterizador da atividade (as pressões, os sofrimentos e as defesas, o silêncio, a contradição e o consenso), como propõe Dejours, também se deteve na divisão sexual do trabalho presente ao trabalho precoce nas ruas.

Procuramos, nas entrevistas coletivas, detectar e enfatizar os comentários, objeto de discussão e de posições contraditórias, de consenso ou de fatores que marcava as singularidades. Foram estes comentários, além dos silêncios, que constituíram material por excelência nos relatórios de análise das entrevistas coletivas.²⁹

As entrevistas coletivas eram realizadas nas ruas e gravadas. Em seguida fazíamos os registros do que era possível lembrar, na ordem que ocorria. Este material foi importante para elaborar a análise das entrevistas coletivas, porque suscitou as interpretações pertinentes à elucidação das vivências subjetivas afloradas nos comentários. A interpretação foi baseada nos conteúdos repetidos, negados, não falados. Os comentários em grupo, o envolvimento, interesse deles, também serviam como validação para as interpretações que apresentávamos nos relatórios provocadores das entrevistas coletivas.

Após a estruturação de cada atividade, elaboramos um relatório contendo todos os aspectos comuns e saturados em todas as atividades, configurando assim a relação trabalho precoce – aspectos psicossociais como um todo. Procedemos do mesmo modo com as entrevistas individuais e coletivas.

Os passos da interpretação estruturaram-se a partir dos seguintes aspectos: (a) organização dos dados, compreendendo a transcrição de fitas, leitura de material, organização de relatos e observações; (b) categorização dos dados, (c) análise final com as inferências e interpretações, relacionando-se a especificidade do objeto pela prova das vivências subjetivas com as relações essenciais.

Mas, para efeito didático, de compreensão e análise do material empírico usando a metodologia baseada na Psicodinâmica, fizemos a categorização e a codificação daqueles aspectos dos depoimentos, entrevistas individuais e coletivas, e extraímos os aspectos vivenciados pelos trabalhadores e trabalhadoras precoces, que mais se repetiam “*como um refrão obsessivo*” (Dejours, 1987a: 48).

2.2.5.5. História de vida

O quarto procedimento utilizado foi à **história de vida**. Este recorte metodológico fez-se necessário tendo em vista a dificuldade de fazermos a observação

²⁹ Contamos com a colaboração de uma pesquisadora auxiliar, treinada para ajudar na observação e identificação desses aspectos.

sistemática com as meninas vítimas da prostituição. Portanto, este procedimento só foi usado com elas. O porquê dessa dificuldade consistiu em alguns aspectos pertinentes à própria característica da atividade, do seu caráter privativo, além de fatores externos, que dizem respeito ao momento político da época da pesquisa. Mais particularmente, da divulgação de um relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI – (1999), realizada pela Assembléia Estadual da Paraíba, cujos resultados mesmo que não tenham sido promissores em termos de acabar com a prostituição infanto-juvenil na Paraíba, provocaram uma mobilização (momentânea) de setores públicos encarregados de garantir o direito das crianças e adolescentes. A ação das delegacias, do juizado e do ministério público (estes dois últimos da infância e da adolescência) provocou o deslocamento das meninas para outros pontos e uma maior dissimulação da sua parte e de alguns agenciadores. A pesquisa acabou em setembro. Em novembro, voltamos a campo com o propósito de checar uma informação recebida de que as meninas haviam retomado os pontos. Embora não se constituísse mais em material para a tese o interesse em pesquisas futuras levaram-nos a campo, no que pudemos confirmar a veracidade da informação: um dado que serve pelo menos para questionar a seriedade das ações dos setores públicos encarregados da defesa dos direitos dessas crianças e adolescentes. Mas isto é material para uma outra pesquisa.

O tipo de história de vida que utilizamos foi aquele que enfatiza a história tópica que caracteriza determinada etapa da vida pessoal. Assim propõe (Minayo, 1992b: 126):

(...) aquela que é realizada como uma entrevista prolongada, na qual o pesquisador constantemente interage com o informante. Aquela que combina observação, relatos introspectivos de lembranças e relevâncias e roteiros mais ou menos centrados em algum tema.

Neste caso, enfatizamos desde o momento que a menina começou a prostituir-se, destacando o dia-a-dia de trabalho, desde a hora em que começa a preparar-se, afirmar contrato com o cliente ocorre, a transa propriamente dita até o retorno ao ponto³⁰. Os relatos das meninas nem sempre seguiam uma forma fluente de relato do dia-à-dia na prostituição. Por isso, elaboramos questões para que o discurso pudesse construir o processo histórico de vivência da experiência na prostituição.

³⁰ Sobre o ponto descreveremos no capítulo 4.

2.2.6. A devolução

A devolução dos resultados aos meninos e meninas trabalhadores e trabalhadoras se deu tanto nas entrevistas coletivas quanto em conversas informais. Uma outra forma de devolução dar-se-á de modo indireto ou dissimulado, assim como a demanda. Aliás, esta forma consiste, inclusive, na crítica que fazemos a Psicodinâmica do Trabalho e em especial a Dejours, ou seja, a ordem da demanda precisa ser concernente ao contexto histórico, político e social, onde estão localizados os trabalhadores. Dejours salienta que a pesquisa só se concretiza se a demanda partir diretamente dos trabalhadores. No nosso caso, como explicitamos na introdução, a nossa demanda partiu de forma indireta dos movimentos sociais, no trabalho de assessoria. Essa demanda, no caso do trabalho precoce nas atividades informais, dificilmente poderia partir dos trabalhadores e das trabalhadoras, porque no Brasil não há tradição sequer para a classe trabalhadora adulta nem tampouco para trabalhadores e trabalhadoras precoces.

Assim sendo, a devolução também dar-se-á de forma indireta, para os movimentos sociais defensores dos direitos de crianças e adolescentes. Esta devolução acontecerá em um curso de formação de agentes sociais, a ser ministrado na Universidade Federal da Paraíba. A formação desses agentes consistirá em uma forma de discussão e viabilização de políticas públicas, no sentido da erradicação do trabalho infantil e da melhoria das condições de trabalho do adolescente, inclusive com a garantia dos seus direitos.

CAPÍTULO 3

INFÂNCIA E ESTADO: CONTROLE E DISCIPLINAMENTO

*Quando, seu moço, nasceu meu rebento
 Não era o momento dele rebentar
 Já foi nascendo com cara de fome
 E eu não tinha nem nome pra lhe dar
 Como fui levando, não sei lhe explicar
 Fui assim levando ele a me levar
 E na sua meninice ele um dia me disse
 Que chegava lá
 Olha ai
 Olha ai, o meu guri, olha ai
 Chega suado e veloz do batente
 E traz sempre um presente pra me encabular
 Tanta corrente de ouro, seu moço
 Que haja pescoço pra enfiar
 Me trouxe uma bolsa já com tudo dentro
 Chave, caderneta, terço e patuá
 Um lenço e uma penca de documentos
 Pra finalmente eu me identificar, olha ai
 Olha ai, é o meu guri
 Ele ele chega
 (Chico Buarque)*

Abordaremos a questão da infância e adolescência trabalhadora precoce sob uma ótica histórico-estrutural, onde a relação entre o econômico e o político se manifesta na política de encaminhamento da criança e do adolescente das classes populares ao trabalho precoce (numa política de separação de classes). E a posição do Estado brasileiro oscila entre a omissão e a complacência.

Neste capítulo nos propomos fazer uma análise da infância e da adolescência sob três aspectos: o tratamento que tem sido dado pelo Estado, a relação com a sociedade e a forma como tem sido objeto de estudo da Sociologia. Situamos, em especial, os meninos e meninas em condição de rua e a prostituição infanto-juvenil.³¹

3.1. Relação infância e sociedade

³¹ Já que a discussão e análise da categoria trabalho precoce foi contemplada no capítulo anterior.

Nas últimas décadas, com a crise dos pressupostos marxistas e com a investida de novos paradigmas, o conceito de classe como elemento necessário para pensar a vida social tem sido colocado em questão. Queremos, entretanto, chamar a atenção para o fato de que, se estamos discorrendo sobre sociedades, como a brasileira, as quais tem a base econômica sedimentada historicamente no sistema de exploração, com a maioria da população excluída social, econômica e politicamente. É nesse contexto de excludência, que acreditamos que o referencial de classe se configura (ainda) de extrema importância para a compreensão da realidade social. Dessa forma, a questão que se faz pertinente diz respeito à possibilidade que se tem hoje de localizar a infância trabalhadora precoce numa determinada classe social.

Concordamos com aqueles que afirmam a vitalidade do potencial analítico do conceito de classe social, tendo clareza, contudo, do fato de que esse não é o único eixo analítico que abarca toda a complexidade do social – o que, aliás, ele só alcança se estiver articulado com o modelo analítico que leva em consideração outras categorias sociais. Além da dimensão relacional, a classe não pode ser entendida como um conceito estático; tem que ser entendida em movimento. Com base nessa perspectiva, é que não estaremos pensando classe como um conceito apenas restrito à posição que os sujeitos ocupam nas relações de produção, mas, sim, considerando relações de poder (Miliband, 1999) e de sexo.

A análise da infância tem sido feita mediante um enfoque centrado nas características da dinâmica do desenvolvimento individual da criança, que pouco levou em consideração os fatores históricos, sociais e culturais. O que aqui propomos é utilizar a infância como uma categoria de análise histórico-estrutural, a partir da qual, o trabalho precoce é uma das formas que permitem entreolhar e analisar a construção social da posição da infância na sociedade.

Como categorias estruturais infância e adolescência encontram-se em interação com outras estruturas, afetando os processos de mudança ao nível da sociedade, sendo, por sua vez, afetada por eles. São construções sociais e históricas indicadoras do modo como diferentes sociedades organizam a reprodução de suas condições materiais e não-materiais de trabalho e de vida. Na sociedade brasileira, esse modo de ser é turvado pela necessidade de garantir a reprodução imediata da existência – não poucas crianças assumem responsabilidades adultas, onde a experiência do trabalho precoce constitui-se punição da sua condição social (Adorno, 1993).

No Brasil, há formas diferenciadas de a sociedade compreender e tratar a infância e a adolescência. A forma de relacionar-se dependerá das categorias sociais a que pertencem os indivíduos nestas fases de desenvolvimento. Referimo-nos a um processo de socialização desigual, pautado em classes sociais. Mannheim (1963) denomina “prolongadas” ou “abreviadas” essas fases de desenvolvimento. A relação da infância (e da adolescência) com a sociedade é desigual: não há a existência de uma infância e juventude para todos, de modo que aqueles pertencentes às classes dominantes vivenciam um desenvolvimento prolongado, enquanto aqueles pertencentes às classes subalternas têm um desenvolvimento abreviado.

Essa forma diferenciada decorre da acentuada desigualdade social. Segundo o IBGE (Censo 1991), no final da década de 1980, a concentração de renda alcançou os patamares mais altos, quando 1% da população mais rica concentrou 15,9% da renda nacional. Enquanto os 10% mais pobres ficaram com 0,7% da referida renda, os 10% mais ricos detiveram 51,5%.

A infância e a adolescência são categorias sociais que permitem pensar a desigualdade social como inerente a uma sociedade de classes sociais antagônicas: classes sociais que têm infância e adolescência e classes sociais que não as têm – ou de formas desiguais de viver estas fases do desenvolvimento, imprescindíveis na formação do homem. Nesta fase da vida, já se incumbem socializações divergentes, para assumirem os lugares que ocuparão na sociedade. Os que precisam trabalhar para sobreviver – os que se preparam para dominar.

Neste sentido, compartilhamos a idéia de Pillotti (1995: 25-28), que afirma: (...) *a análise da posição ocupada pela infância na estrutura social requer o desenvolvimento de categorias analíticas específicas*. Partindo desta visão, o autor diferencia a categoria **criança** da categoria **infância**. A primeira se refere à dinâmica do desenvolvimento individual, particularizado, que eventualmente chegará à condição de adulto. A segunda localiza-se (...) *na dinâmica do desenvolvimento social e corresponde a uma estrutura permanente, embora se caracterize pelo fato de que os atores que a integram o fazem, transitoriamente, num processo de permanente substituição*.

Sob essa lógica, a reprodução da força-de-trabalho se dá mediante um processo de exclusão de bens materiais e culturais. O que se tem são mecanismos de pauperização, mãos-de-obra desempregadas, que criam estratégias de sobrevivência. A

reprodução da força de trabalho é desempenhada pelas atividades informais e, no caso específico do trabalhador precoce, essa reprodução se dá na família. Destarte, a criança e o adolescente desempenham um papel na divisão social e sexual do trabalho, compõem um contingente que ajuda a manter a família, cujos adultos não conseguem inserir-se nem mesmo nas atividades de sobrevivência.

Classe social, como um conceito forjado para explicar a luta de dominados contra dominadores, serve para analisar o trabalho precoce, entendida como uma relação social: uma relação de poder, de desigualdade social. Esta relação de poder tem no Estado, quer na sua omissão, quer no seu incentivo, um dos pólos dessa dominação, via socialização e disciplinamento.

A primeira elaboração teórica do conceito de classe é de Marx (1986), para quem as classes sociais constituem um sistema de relações. Sua existência se baseia nas posições que os homens ocupam no processo produtivo. O antagonismo entre elas se situa ao nível político. Este antagonismo só assume um significado político quando se converte num conflito generalizado que tende a contrapor os interesses de todos os componentes de uma classe a outra.

Para o marxismo, os indivíduos formam uma classe quando apresentam as seguintes características: estão colocadas no processo produtivo na mesma posição de domínio ou de subordinação, reconhecem a unidade de seus interesses, reconhecem o antagonismo de seus interesses no confronto com os de outra classe. Mas a constituição de uma classe só ocorrerá se da identidade de interesses nascer a organização política – a consciência de classe. (CLASSE, 1988).

A classe economicamente dominante controla todos os aspectos da vida social, inclusive sua força intelectual. Para manter e reproduzir o modo de produção e a forma de sociedade, esta classe precisa exercer o poder de Estado, dominar politicamente.

A contrapartida da luta de classes seria a classe trabalhadora ou operária. Para Marx e Engels, esta classe seria a força política que destruiria o capitalismo na transição para o socialismo. Mas vejamos estes passos de Bottomore. (CLASSE, 1998: 62):

(...) o desenvolvimento de uma consciência socialista ou revolucionária (...) e o interesse de classe não é mais conhecido como um fato social objetivo e unívoco, mas antes como algo cujo sentido é constituído pela interação e discussão das experiências da vida diária e as interpretações

dessas mesmas experiências pelas doutrinas políticas; por conseguinte, como algo que pode assumir diversas formas, como indicam, de certo modo, as divisões históricas no movimento da classe trabalhadora.

Compreendemos a problemática do trabalho precoce como própria de uma análise da posição e da relação da sociedade brasileira com a infância pobre, como uma questão de poder. Logo a discussão da posição dessa infância situa-se no âmbito da luta de classes, de desigualdade social. Mas a categoria classe operária não é pertinente ao nosso objeto. Por isso concordamos com Bottomore (*Ibid*: 63), que afirma:

(...) a análise do movimento da classe trabalhadora na vida política (...) a constituição e o papel político das classes no Terceiro Mundo, a relação das classes e das lutas de classe com outros grupos sociais e com outras formas de conflito social – permanecem como um desafio à investigação.

É partindo dessa concepção que julgamos pertinente usar a categoria **classes populares**, a mais apropriada, por esta incorporar a multiplicidade e a heterogeneidade da classe trabalhadora brasileira que para nós se consubstancia em uma forma caracterizadora das classes dominadas. Compreendemos que os meninos e as meninas em condição de rua fazem parte das classes populares.

Marcados pela heterogeneidade, a classe trabalhadora brasileira (formada por migrantes nordestinos e europeus, com interesses diversos) não constituía, aos olhos dos intelectuais, uma “classe em si” e “para si” (Sader e Paoli, 1986). Para eles, esse aglomerado heterogêneo vai marcar a constituição de vários movimentos organizados de manifestação, em defesa de direitos sociais e de cidadania. É assim que se constituem as classes populares. Embora ela não tenha o mesmo substrato econômico, tem no político o elo de ligação que marchará a partir do urbano para confrontar-se com as classes dominantes, tendo o Estado como alvo das suas reivindicações.

São estas as palavras de Moisés (1982: 26-27):

(...) para se compreender os movimentos sociais próprios à situação latino americana é necessário fazer uso da noção de um coletivo socialmente heterogêneo, cuja unidade é alcançada não no plano orgânico de seu papel ao nível do sistema de produção, mas, diretamente no plano da política. Esse coletivo socialmente heterogêneo é o que se designou acompanhando diversos autores como classes populares, e cuja constituição só ocorre através de uma ampla aliança social e política.

Situar e analisar a situação dos meninos e meninas trabalhadores precoces em condição de rua, no contexto dessa corrente teórica implica articular a infância pobre ao econômico e ao político o que para Faleiros (1995: 50),

(...) se refere ao processo de valorização/desvalorização da criança e adolescente enquanto mão-de-obra e se traduz na estratégia de encaminhá-los ao trabalho, caso sejam pobres, como se isso fosse natural, como se a desigualdade social fosse natural (...). As práticas sociais de encaminhar as crianças desvalidas (pobres) ao trabalho precoce e futuro subalterno”, traduz-se “numa clara política de separação de classes.

As classes sociais decorrem de uma seqüência determinada de mudanças históricas que gerou a expansão da divisão do trabalho, o acúmulo de riqueza, a propriedade privada e, conseqüentemente, as desigualdades sociais. Para Marx (1986), o conceito de classe constitui instrumento de análise. Tal conquista lhe permite entender as relações entre fenômenos econômicos, políticos e culturais, sendo o econômico a base das relações sociais, a partir da qual se constituem as desigualdades sociais. Mas é a partir dessas desigualdades que se dá a luta de classes, pela hegemonia dos dominadores na esfera política.

Embora o modelo de classes (ou, como chama Giddens (1975), o modelo abstrato de classes de Marx) explique a dominação política a partir da dominação econômica, atualmente já é possível compreender que esta não é a única explicação possível. A dominação política pode ser uma das bases de explicação, cujos objetivos visam ao poder e ao controle.

No que pesem os equívocos marxistas, de superação do capitalismo pelo socialismo e de domínio do proletariado, as explicações marxistas sobre a origem das desigualdades sociais e, conseqüentemente, dos conflitos de classes daí advindas (resultando em uma classe dominante que controla todos os aspectos da vida social, inclusive sua força intelectual, e exerce o poder de Estado) ainda podem dar conta de explicar as desigualdades sociais, inclusive o trabalho precoce. Embora a exploração ainda seja um dos objetivos cruciais da dominação (pelo menos na análise de Marx ela é o principal), hoje ela não é mais o único. Na sociedade capitalista contemporânea – globalizada desigualmente –, o poder e o controle são partes constitutivas desse objetivo.

Assim sendo, esse paradigma dominante da Sociologia ainda se consubstancia em elemento de análise das relações sociais desiguais - no caso em apreço, a relação da infância-adolescência e sociedade. Entretanto, compreendemos que a análise de classe no contexto atual, precisa levar em consideração a assimilação de alguns elementos: a ênfase na noção de controle. São relações de dominação cujo poder advém não da posse de propriedade, mas da posição de controle que se detém na sociedade. É assim com o controle do Estado, é assim com as relações sociais de sexo. Nas relações de dominação, o poder advém de quem controla, e na maioria das categorias profissionais, esse controle é dos homens.

Com o advento do capitalismo industrial, o uso da mão-de-obra trabalhadora precoce visava à exploração, objetivando a extração da mais valia, na contemporaneidade, o uso crescente dessa mão-de-obra, no setor formal ou formal terceirizado (carvoarias, sisal e serviços), ainda tem o mesmo objetivo, além do caráter de disciplinamento.

Se bem que o trabalho disciplinador no Brasil não é uma novidade, o advento da República fez pulular instituições visando a adequação desde a mais tenra idade –, de braços mirins para a produção. Del Priore (1999) escreve a propósito dos patronatos criados com essa finalidade:

(...) a história destes institutos mostra que o preparo do jovem tinha mais um sentido político ideológico do que a qualificação para o trabalho, pois o mercado (tanto industrial quanto agrícola) pedia grandes contingentes de trabalhadores baratos e não qualificados, porém dóceis, facilmente adaptáveis ao trabalho. (op.cit., 30).

Neste sentido, a relação da sociedade com este segmento da infância – trabalhadores precoces – constitui-se numa relação social marcada por desigualdades, dominação, exercício de um poder, compõe um conjunto de formas de dominação (ausência do Estado, não-escolaridade, desgaste da saúde), disciplinamento e controle social.

Compreendemos que Foucault, apesar de estruturalista, pode contribuir na análise e compreensão da problemática em questão. De acordo com Foucault (1996), ocorreu, durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Mas, a partir do século XVIII, estabeleceu-se o disciplinamento dos corpos, com a sujeição constante das forças do corpo e de uma relação de docilidade – os

processos disciplinares de dominação. Sobre o corpo impôs-se uma ordem, uma regularidade, inscreveu-se um código disciplinar, cujo instrumento é o trabalho. Para esta função, deve-se formar nos homens uma mentalidade. Com o desenvolvimento dos modos de disciplinamento, não é mais ao corpo que se dirigem os castigos – diz Foucault –, mas à alma. Elaboram-se mecanismos de punição legal que dão um poder justificável sobre os indivíduos: (...) *a disciplina individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribuiu e os faz circular numa rede de relações.* (Ibid. 133)

São processos disciplinares impostos pelos capitalistas ao trabalhador – a domesticação do corpo e da mente – visando-se à obtenção do lucro. O trabalho obrigatório é o modelo econômico de uma força aplicada. Os efeitos que tomam na mecânica humana (regularidade e ordem) submetem os corpos, impõe hierarquia, ajusta o operário a um aparelho de produção.

Foucault transforma o corpo em objeto privilegiado de estudo do imaginário. Segundo este autor sobre o corpo se impõe uma ordem, uma regularidade e se inscreve um código disciplinar, cujo instrumento é o trabalho.

O disciplinamento é um método que, segundo o autor acima citado, marca lugares, indica valores, garante a obediência dos indivíduos, (...) *transforma as multidões confusas inúteis ou perigosas em multiplicidade organizada. O disciplinamento torna-se um instrumento para dominar e pôr uma ordem.* (Ibid:135).

É neste sentido que pensamos a inserção de crianças e adolescentes das classes populares no trabalho. Esta é uma forma de disciplinamento, de adestramento, da qual fazem uso as classes dominantes que, sob formas variadas, conduzem-nas ao mercado de trabalho. Há formas sutis e dispersas de relações de poder, como, por exemplo, incutir nos meninos e meninas desde cedo a domesticação do corpo e da mente para o trabalho, além da introjeção do trabalho como elemento formador ou ainda um antídoto à marginalidade. Assim o sistema político de dominação transforma o corpo, com a disciplina e com a força do trabalho.

A eficácia dessa tecnologia de controle pode ser constatada na ausência da escola na vida deles e na análise das atividades de trabalho dos meninos e das meninas, nos seus discursos e atividades de trabalho. Nos seus discursos, eles reproduzem a máxima, segundo a qual, é melhor trabalhar para não ser marginal. As atividades de

trabalho, embora sejam informais, constituem-se em um conjunto de tarefas, com rotinas estruturadas.

Embora estas sejam atividades de trabalho informais, há uma estruturação, conforme será vista mais adiante, cujos efeitos não só disciplinam, mas também gastam vidas, deterioram o desenvolvimento psicossocial. Trata-se de uma característica de suprema importância para a discussão atual da centralidade do trabalho. Há a redução do operariado herdeiro do taylorismo e fordismo. Mas, paralelo a essa redução, tem havido enorme crescimento dos trabalhadores parciais, temporários, precarizados. Esse capital exclui jovens e idosos e inclui criminosamente crianças. Há uma intensificação e destruição da força de trabalho, que começa inclusive na infância.

Partindo dessa ótica, poderíamos dizer que o trabalho, no setor informal, constitui-se em uma forma de controle e dominação da infância das classes populares. Além disso, sob a égide das tarefas de trabalho nas ruas, mantém-se a ilusão de que há uma aprendizagem, formação de um futuro trabalhador. Há, portanto, aprendizagem para sobreviver sem emprego, com atividades de sobrevivência. Esta é uma forma de adestramento dos futuros adultos das classes populares que viverão excluídos dos direitos e garantias do trabalhador, pois não haverá empregos e eles não serão qualificados. Aliás, a maioria dos meninos e das meninas tem consciência de que as atividades de trabalho que fazem hoje não lhes proporcionarão expectativas reais de melhoria de vida, como dizem eles próprios: “*não terão futuro*”.

Assim sendo, mediante o trabalho, o tempo ocioso da infância e adolescência é preenchido pela submissão das classes populares ao poder das classes dominantes e pelo ajustamento dos primeiros às relações de produção – novas relações, é verdade, agora sob a forma de atividades informais de trabalho –, atividades pouco qualificadas, que não formam, são mal remuneradas, são degradantes, degeneram e desgastam.

3.1.1. Infância e Estado: controle e disciplinamento

Compreende-se que, no caso da infância, o controle e a dominação são imposições do Estado, quer na sua omissão, quer no incentivo. O Estado exerce esse papel de incentivo mediante programas assistenciais desenvolvidos por setores encarregados pelas políticas públicas de assistência à infância e adolescência. Como por exemplo, o programa desenvolvido pela Fundação Estadual de Apoio à Criança e

ao Adolescente – FUNDAC, na Paraíba, desenvolveu, no ano 1996, um programa de incentivo ao adolescente para o mercado de trabalho. Um programa que, embora incentivasse só o adolescente, atingia alguns direitos deles. O Estado omite-se quando não fiscaliza nem faz com que se cumpram as leis de defesa dos direitos da criança e do adolescente. Deixa que a sociedade consuma a mão-de-obra precoce. No mercado informal, o próprio Estado alega que não pode exercer esse controle pelo tipo de relação social de trabalho que não se consubstancia em contrato de trabalho formal. O Estado não fiscaliza. Assim procedendo, desconhece ou ignora o trabalho precoce nas atividades informais de rua.

Esta tese mostra as variabilidades que o trabalho precoce assume neste setor da economia; mostra que as relações no informal são tênues, escusas, familiares, domésticas ou são um trabalho por conta própria. As relações de trabalho nem sempre são demarcadas, transparentes, visíveis; por isso, para o Estado elas não existem. Desta forma, cria-se a aparência de que o Estado não tem responsabilidade com o trabalho precoce informal.

O Estado é ausente, quer na figura do poder Municipal quer na do Estadual ou mesmo Federal. Essa ausência reflete-se já na condição deles, da existência desse tipo de infância e adolescência e alastra-se em outras demandas que poderiam ser supridas. Isto é de tal monta e os meninos têm consciência disso, que quando se realizou a pesquisa, eles criticavam o descaso desses setores para com eles.

Outra forma de omissão refere-se à falta de controle do Estado para fiscalizar a frequência dos meninos e das meninas à escola. Frequência obrigatória, determinada pela Constituição Federal (Art. 227) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Art. 53 e 54), para crianças e adolescentes entre os sete e os quatorze anos.

Os dados mostram que, dos vinte e quatro trabalhadores e trabalhadoras precoces, objeto da pesquisa, dezesseis estudavam, oito não estudavam e todos tinham uma defasagem escolar que variava de um a sete anos de escolaridade. O número de meninos e meninas que não freqüentavam a escola, somado aos da defasagem escolar, demonstra a ausência do Estado, omissão do seu papel.

O descumprimento do Estado à obrigação de oferecer e controlar a permanência de educandos menores na escola implica crime de responsabilidade contra os direitos da criança e do adolescente, cabendo aos conselhos tutelares zelarem pelo cumprimento desses direitos.

Os conselhos municipais e estaduais têm paridade com o Estado e os Conselhos Tutelares funcionam com recursos orçamentários dos municípios – o que significa atribuições do Estado. Embora o ECA determine a divisão de responsabilidades do Estado com a Sociedade, o primeiro, as mais das vezes, ausenta-se do cumprimento dos seus deveres, principalmente do de bancar a infra-estrutura. Aos governos municipais e estaduais cabe cumprir o papel do Estado e não o fazem. Os administradores dessas instâncias compartilham a concepção de políticas assistencialistas – cumprir o que reza o ECA vai de encontro aos seus interesses individuais e aos benefícios particulares.³²

Segundo Costa (1990), o Estatuto da Criança e do Adolescente traz um novo ordenamento jurídico da questão da infância e da juventude e este, por sua vez, introduz basicamente três tipos de inovação na política de promoção e defesa de direitos:

1. As mudanças de conteúdo – Este tipo introduz novos conteúdos de ações políticas de atendimento, como defesa jurídica-social, assistência médica e psicossocial às crianças e adolescentes vitimizados, além de agrupar e hierarquizar as políticas.
2. As mudanças de métodos – Este outro substitui as práticas assistencialistas e correccionais–repressivas por práticas sócio-educativas. No judiciário, substitui a doutrina da situação irregular pela concepção garantista que cria salvaguardas jurídicas que asseguram o respeito à condição de sujeitos de direitos.
3. As mudanças na gestão – O Estatuto assegura à participação popular por meio de suas entidades representativas, a formulação das políticas e o controle das ações. (Ibidem, 13).

O Estatuto da Criança e do Adolescente é, sem dúvida, um avanço na legislação brasileira, em termos de defesa da criança e adolescente, mas, infelizmente, ele é pouco operante, no que tange ao cumprimento à Lei. Assim como os órgãos responsáveis são inoperantes, uma vez que são lentos e burocráticos. Há uma excessiva departamentalização entre ministérios, conselhos, Poder Judiciário, polícias e demais órgãos de fiscalização como delegacias regionais do trabalho, assistência social,

³² Sobre este assunto ver (Raichelis, 1998 e Mello, 1991).

setores educacionais (responsáveis por censos ou acompanhamento escolar), setores de vigilância sanitária e de saúde. É evidente que o projeto que originou o ECA levou em conta alguns aspectos que são relevantes e positivos na defesa desses cidadãos em desenvolvimento:

1. A descentralização do poder das mãos de um único indivíduo, que, mesmo amparado pela lei, poderia ser aprisionado pela sua subjetividade no cumprimento a ela.
2. A aplicação a crianças e adolescentes independentes de classe social, promovendo a desestigmatização que o termo menor promoveu.
3. A participação e divisão de responsabilidades entre governo e sociedade civil.
4. A divisão de funções como forma de dar uma abrangência maior a todas as áreas: educacionais, de saúde, sociais, jurídicas, policiais, etc.

Mas, dessa proposta, surgiram problemas graves, que culminaram com o abandono e o descumprimento à Lei:

1. A divisão de funções entre os órgãos públicos gera um jogo de escapatória, de modo que ninguém age efetivamente.
2. A falta de capacitação dos recursos humanos, responsáveis nos setores públicos, para fazer funcionar a Lei.
3. Uma delimitação dos campos de ação presos a modelos de estruturas sociais que têm como parâmetro relações sociais fundamentadas em contratos sociais. Por exemplo, as delegacias regionais dizem que os setores informais da economia não são responsabilidades do referido órgão. Por isso esses fiscais não encontram crianças trabalhando, pois elas estão, nesses setores informais, em condição de rua.
4. A divisão de responsabilidades entre governo e sociedade, sem a autonomia financeira da sociedade civil, detém as ações, das instâncias paritárias, como por exemplo, os conselhos, porque os setores públicos não destinam as verbas necessárias e de sua competência.
5. A cultura brasileira de não cumprir leis.
6. A falta de um setor, ou órgão, centralizador de todas as ações públicas ou civis, de prevenção e de apuração de responsabilidades, enfim: de tudo o que determina o ECA.

Há também dois outros problemas não-decorrentes do ECA, mas pertinentes a toda essa problemática:

1. A miséria que impera neste país, decorrente da concentração e má divisão de renda, impele as famílias a empurrar seus filhos para serem vítimas de explorações no trabalho e na prostituição.
2. A cultura e as práticas sociais da sociedade brasileira, que defende o uso de crianças e adolescentes como fontes de renda para o sustento da família e o conseqüente pacto com essa cultura, por parte de quem faz as políticas sociais neste país.

Afirma Sposati (1996: 10):

(...) a cultura brasileira rejeita o serviço público como campo qualificado para a satisfação das necessidades. De um lado, não há o compromisso dos governantes com a atenção e com o respeito aos direitos; de outro, há a tendência da população em desculpar o que é produzido pelo Estado, à medida que as ações governamentais são vistas como ajudas circunstanciais que resultam mais da bondade do governante do que do reconhecimento da dignidade do cidadão.

Desse modo, a garantia de direitos e a assistência social são confundidas com assistencialismo. Segundo a mesma autora (1996), *assistência* é uma forma de subsídio técnico de transferência. As práticas assistencialistas resultado da difusão do imaginário conservador, faz dessa transferência uma relação de poder que subalterniza quem tem a necessidade.

As práticas sociais dos governantes brasileiros ao confundirem assistencialismo com assistência, subalternizam as classes populares. Estas últimas destituídas que são de poderes, ficam à mercê das ingerências e do poder do Estado – responsável pelo controle da infância e adolescência a serviço do capital –, cuja prática social constituída historicamente sempre tratou esses indivíduos como coitados ou marginais.

O capital financeiro gera movimentos de privatização, coopta o Estado, que, por sua vez, ansioso por investimentos, perde a capacidade de equilibrar o econômico, com o político e o social, desincumbe-se de seu papel ao criar uma esfera pública não estatal – os conselhos de assistência.

Como a “classe que vive do trabalho” (Antunes, 2000) perdeu força no poder de enfrentamento, e tratando-se de crianças e adolescentes, cuja capacidade de organização e de poder contra o hegemônico é impossível, o enfrentamento se dá via sociedade civil (e no mundo globalizado) Organizações Internacionais: Organização Internacional do Trabalho - OIT e o Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF. No enfrentamento, usam-se: boicotes aos produtos brasileiros e recursos de

mídia. Neste caso com ameaças de divulgação, no exterior, da forma como a sociedade trata suas crianças e adolescentes.

A OIT desde sua fundação em 1919, tem procurado combater o trabalho infantil (child labour), por meio de pesquisas, disseminação de informações e assistência técnica (ACCION, 1996). Mas o combate tem-se dado, principalmente, através de Convenções e Recomendações que são elaboradas com o propósito de serem ratificadas pelos Estados Membros – o que tem a força de um Tratado Internacional e tem como objetivo servir de guia para as políticas nacionais. Uma dessas convenções é a de n.º 138, adotada em 1973, sobre a idade mínima para a admissão de emprego. Ela fixa que a idade mínima não seja inferior a conclusão da escolaridade compulsória (REVISTA DE LA OIT, 1993).

Acompanha a referida Convenção a Recomendação n.º 146 da OIT. Nela recomenda-se que, para se assegurar o sucesso da política nacional, proposta na Convenção 138, deve ser dada prioridade à identificação e ao atendimento às necessidades de crianças e adolescentes na política e em programas nacionais de desenvolvimento, além de criar-se as melhores condições possíveis para o desenvolvimento físico e mental de crianças e adolescentes.

Um exemplo disto, que chamamos de enfrentamento, é o Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho – IPEC–, criado pela OIT e pela UNICEF. Esta denominação já enuncia seu objetivo: erradicar o trabalho infantil reforçando as capacidades nacionais para enfrentar o problema, criando um movimento nacional para combatê-lo. Iniciou-se em 1992 (o Brasil participa desde então). As estratégias são desenvolvidas em parceria: governo, organizações não-governamentais, empresas e sindicatos. As ações desenvolvidas consistem na assistência às organizações colaboradoras, na adoção e aplicação de medidas para a prevenção do trabalho infantil, a transferência de meninos de áreas perigosas para outras apropriadas, e o melhoramento das condições de trabalho como medidas de transição até à erradicação do trabalho infantil (ACCION, 1996).

Um outro exemplo desse enfrentamento foi a **Marcha Global contra o Trabalho Infantil**, que surgiu, a partir de um encontro de vinte e sete entidades das Américas, Europa, Ásia e África, em Haia (Holanda), em fevereiro de 1997. Objetivava conceber e estruturar um movimento global de sensibilização e mobilização da sociedade para o tema “trabalho infantil”.

O movimento iniciado nas Filipinas, em janeiro de 1997, percorreu as principais cidades e capitais dos quatro continentes e terminou em 8 de junho em Genebra (Suíça) com a 86ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Foram realizados eventos nas cidades onde a Marcha não passou.

A caminhada promovida pela marcha percorreu centenas de países, contou com a participação de sete mil entidades de apoio a crianças e adolescentes e consistiu num movimento de pressão sobre os representantes dos países presentes à 86ª Conferência, para ratificarem as convenções existentes, principalmente a Convenção 138 da OIT, acerca do trabalho infantil e dos direitos das crianças, bem como fortalecer e implementar as leis nacionais sobre o trabalho infantil e a educação obrigatória.

Uma outra forma de mobilização, proposta por ONGs internacionais, é o boicote à importação de produtos brasileiros que tiveram utilizado mão-de-obra infantil. Este tipo de mobilização é apoiado por ONGs nacionais, dentre as quais se destaca a Fundação Abrinq pelos Direitos das Crianças. Formada por empresas brasileiras, incentiva projetos de educação e de erradicação do trabalho infantil. Criou inclusive o selo distintivo, com o objetivo de diferenciar, principalmente para a exportação, os produtos (e empresas) que não utilizam o trabalho infantil.

3.2. Sociologia da infância e da adolescência

Estudar e investigar o trabalho infantil requer uma revisão bibliográfica acerca da concepção de infância, situando-a de um ponto de vista histórico-social. É no interior de cada época histórica que vamos identificar as características definidoras da infância, uma vez que não é possível (Ariès, 1981) discorrer sobre infância e adolescência como processos de desenvolvimento únicos e universais. Isto posto, é neste universo delimitado socialmente que se pode compreender a questão trabalho infantil e a problemática psicossocial que a envolve.

A infância, tal como a concebemos hoje, no século XXI, é algo que emerge no século XVIII, quando se começa a fazer uma nítida separação entre a criança e o adulto e a família passou a ser o núcleo por excelência, responsável pelo cuidado e educação da infância. Para exercer tal função, a família modificou-se, resguardou-se, privatizou-se em detrimento da atenção e do amor que deveriam ser dedicados às crianças.

Utilizando-se da iconografia expressa nas artes profanas e religiosas, Ariès (1981) constata que, ao longo da história da humanidade, a concepção e o tratamento dedicado à infância variou do desconhecimento à indiferença, de um período de transição rapidamente superado e sem importância à idade da inocência, da graça, da irracionalidade, até ao sujeito e objeto de amor e de cuidados.

Diz Ariès (1981:146):

(...) nosso sentimento contemporâneo da infância, caracteriza-se por uma associação da infância ao primitivismo e ao irracionalismo ou pré-logismo.
 (...) Há apenas muito pouco tempo ela passou das teorias dos psicólogos, pedagogos, psiquiatras e psicanalistas para o senso comum.

Mas, apesar de a infância conquistar um espaço como período de desenvolvimento, durante o qual ela deve ser preparada, a partir de determinadas condições necessárias para a vida adulta, vemos que esta definição está condicionada à sua situação de classe sócio-econômica. Apenas aos filhos das classes média e alta são garantidas essas condições. Há uma outra infância, ou melhor, há outros sujeitos a quem estas condições são negadas – “a infância negada”: filhos do proletariado e subproletariado, a infância trabalhadora.

Esta visão é confirmada por Kramer (1996:19):

(...) a mudança da concepção de infância foi compreendida como sendo o ECO da própria mudança nas formas de organização da sociedade, das relações de trabalho, das atividades realizadas e dos tipos de inserção que nessa sociedade têm as crianças. A idéia de infância da sociedade moderna foi universalizada pelas classes hegemônicas, partindo-se de critérios de idade e de dependência do adulto...

Portanto, vamos encontrar, na Europa do século XIX, padrões de infância diferenciados no interior das classes sociais. De um lado, a classe média alta desenvolve o padrão da infância prolongada, separação de atividades entre crianças e adultos; do outro lado, nas classes baixas, as crianças encontram-se no universo adulto, exercendo as mesmas atividades, desempenhando as mesmas funções e a infância é menos prolongada. Estas situações podem ser confirmadas até mesmo pela literatura específica da época, como por exemplo, “**Germinal**” de ZOLA, na qual o autor descreve, dentre outros fenômenos, o antagonismo que ronda a infância dos trabalhadores das minas e dos seus patrões.

Esse aspecto abordado por Ariès (1981), da infância concebida como incapacitada, como aquele que ainda não é, pode ser mais bem compreendido, por meio da incursão, pela própria etimologia da palavra. Para isso recorreremos a uma análise feita por Lajolo (1997):

(...) as palavras infante e infância, em sua origem latina e nas línguas daí derivadas, recobrem um campo semântico ligado à idéia de ausência de fala. (...). Esta noção constrói-se a partir dos prefixos e radicais lingüísticos que compõem a palavra: in = prefixo que indica negação; fante = particípio presente do verbo latino fari, que significa falar, dizer. (Ibid, p.190).

A criança é aquela que, na tenra idade não fala. A autora considera que esse silêncio que se infiltra na noção de infância marca a matéria de estudo ou de legislação. Por não falar, por ser um ele ou ela, alguém de quem se fala, por não ocupar o lugar de sujeito do discurso a infância é sempre definida de fora.

Neste sentido, compartilhamos da idéia de Pillotti (1995: 25-28), o qual afirma: *(...) a análise da posição ocupada pela infância na estrutura social requer o desenvolvimento de categorias analíticas específicas.* Partindo desta visão, ele diferencia a categoria criança da categoria infância. A primeira se refere à dinâmica do desenvolvimento individual, particularizado, que eventualmente chegará à condição de adulto. A segunda localiza-se *(...) na dinâmica do desenvolvimento social e corresponde a uma estrutura permanente, embora se caracterize pelo fato de que os atores que a integram o fazem transitoriamente num processo de permanente substituição.*

Na relação da infância com o pensamento filosófico vamos encontrar, segundo Gagnebin (1997), duas linhas de pensamento. Ambas nascem com Platão. A primeira atravessa a Pedagogia com Santo Agostinho, chega até nós por meio do racionalismo cartesiano. A primeira linha concebe a infância como um mal necessário, próximo do estado animalesco. As crianças, por serem privadas de razão, devem ser corrigidas nas suas tendências selvagens. A segunda linha, conforme a citada autora, chega até nós por meio de Rousseau, para quem a verdadeira educação consiste no preparo adequado das almas das crianças, para que nelas, por impulso próprio e natural, possa crescer e se desenvolver a inteligência, respeitando-se o ritmo próprio de cada uma. A partir de

Platão, essa criança ameaçadora na sua força animal deve ser domesticada, com regras educacionais fundadas na ordem da razão e da ética.

É possível compreender, nos escritos de Gagnebin (1997), que essa concepção da infância como irracional atravessa o período do pensamento medieval e chega ao da renascença e ao do racionalismo. A incapacidade é o que vai caracterizar essa fase da vida. Uma condição que toda a humanidade está fadada a passar. Todavia, dentro desta mesma linha de pensamento, todos devem ser submetidos a um processo de formação, de educação, para transformar esses seres “monstruosos” (na concepção daqueles filósofos), em seres capazes de pensar e agir racionalmente. Para essa tarefa devem contribuir pais e educadores.

Embora as posições filosóficas sejam divergentes, em relação a corrigir ou aprofundar a natureza infantil, ambos concordam quanto ao papel da educação na formação da criança, conseqüentemente na existência de um guia (educador) nesse processo.

Já vão longe (desde a filosofia medieval) essas concepções. Encontramos-nos hoje, na contemporaneidade, analisando a infância de crianças trabalhadoras precoces, entregues à própria sorte, sem acesso à formação e a educação, sem a presença de um educador. Rousseau postulava a proteção infantil contra a arbitrariedade adulta e o respeito ao ritmo de crescimento. As crianças e adolescentes das classes populares e trabalhadoras continuam desassistidas. Distantes duzentos anos do século XVIII, a situação da infância continua diferenciada, em detrimento da classe a que pertença. Mas, se a infância é uma formulação histórica e social, diríamos que no caso da infância de uma determinada classe social, a da classe popular continua privada do cuidado, da atenção afetiva e educativa relevantes para o seu desenvolvimento. Aliás, assim como a noção de infância é histórica, a forma de tratar a infância das classes populares também o é.

Em todas essas concepções, retratadas até aqui, há de comum o fato de se compreender a criança como um ser diferente do adulto. Segundo Ghiraldelli Jr (1997), com Rousseau inaugura-se uma concepção que secundariza o castigo corporal, trata-se, diz o citado autor, (...) *de um significativo sintoma de um percurso filosófico, no qual se insere um novo critério de verdade, bem como uma variante no delineamento da subjetividade. (Ibid, 117).*

Rousseau fez a descoberta da infância preconizada a partir do século XVIII. A idade da inocência, a tese do “Nobre Selvagem”, defendia a idéia de que, os adultos não deviam impor suas opiniões e condutas às crianças. Os próprios dons e interesses infantis deviam ser os princípios orientadores e convinha dar a devida atenção aos desejos infantis. As suas teses definem infância como uma realidade psicológica que, não obstante, precisava desde cedo, da atenção e cuidados da família.

Os textos aqui tomados como referência para analisar a compreensão que a sociedade elaborará da infância permitem-nos percorrer mudanças nas formas de concebê-la e tratá-la. Enviam-nos informações desde remotas concepções da criança como monstros, uma vez que concebidos como irracionais, até aos esmeros na educação, objetivando a construção de um sujeito racional, ético, moral. Há a valorização positiva de um sujeito em processo de desenvolvimento.

À idade estão ligadas as características anatômicas, fisiológicas, psíquicas e comportamentais. De acordo com Sorokin (1968), a diferenciação da população em grupos de idade é encontrada em todas as sociedades pré-letradas e continua a existir nas sociedades contemporâneas:

(...) em sociedades pré-letradas e complexas a divisão em coletividades de idade é jurídica e real, com um corpo definido de direitos, deveres, papéis, status – funções atribuídas a cada grupo de idade, com ritos e cerimônias públicas e formais (rite of passage) assinalando a passagem de um indivíduo de um a outro grupo de idade; com a hierarquia dos grupos de idade em seus “graus de procedência”, prestígio, influência etc. (Ibid, p.298).

Nas sociedades contemporâneas certos grupos de idade gozam de situação privilegiada, há separação entre os grupos de idade, há uma divisão legal quanto à idade de maturidade e responsabilidade, limites para a menoridade, maioridade, responsabilidade jurídica, exercício de direitos econômicos e políticos. (Sorokin, 1968).

De acordo com Sorokin (1968: 302-303), *(...) a idade, como qualquer fator biológico, influencia uma pessoa a partir de dentro. Quando reforçada por valores sociais, direitos, deveres, dirigidos sobre essa força biológica, torna-se sócio-cultural.* Continua o citado autor: o crescimento de direitos para crianças e jovens é um sintoma do fortalecimento dessa geração.

Embora isto seja historicamente comprovado, como nos mostra Ariès (1981), não há nas sociedades contemporâneas uma delimitação de funções e papéis sociais para os grupos de idade, principalmente crianças, adolescentes, jovens e idosos. Isto significa que nas sociedades (...) *sem acentuada dominação ou subordinação dos grupos de idade, as fronteiras entre eles são menos definidas.* (*ibid.*; 300).

Adolescência

Em uma coleção de textos que se transformaram em clássicos sobre a juventude,³³ editada no final da década de 1960, diversos autores, como Marx (1968), Habermas (1968), Mead (1979 e 1968), Karl Mannheim (1968), Bourdieu (1968), dentre outros, contribuíram na tentativa de delineamento da compreensão da juventude em diversas culturas. Aspecto digno de nota é o fato de que os estudos sociológicos da Juventude, assim como o surgimento da noção de infância, ganha espaço no século XVIII. Todavia, estes estudos ganharam espaço quando do surgiu o abandono e a criminalidade Juvenil. A similaridade destes aspectos é algo que merece ser aprofundado.

Em um desses textos, Guigou (1968) traça um estudo comparativo entre os agrupamentos juvenis nos setores urbanos e rurais. O citado autor diferencia os agrupamentos juvenis entre urbanos e rurais. Aos primeiros ele chama de bandos de adolescentes e aos segundos, de classes de idade. Os bandos de adolescentes teriam na formação fatores motivacionais psicológicos. Reuniram rapazes e moças psicologicamente adolescentes que procuravam no bando coesão social e autoridade, não obtida nem na família nem na escola, nem no trabalho. Quanto às classes de idade, as motivações seriam de ordem sociológica e possibilitariam a integração dos jovens na comunidade e o reconhecimento deles pelos adultos, ao mesmo tempo que agrupa todos os jovens da mesma classe de idade. Neste último caso, há uma diferenciação dos papéis respectivos de cada membro, com a manutenção da comunidade familiar, ao mesmo tempo que o agrupamento classe de idade confere a este jovem perante a família prestígio e autoridade.

Um outro estudo, também antigo, é, no que pesem as críticas, um clássico: Margaret Mead (1979), “Sexos e Temperamento”, feito na década de 1930, na Nova

³³ Para efeito desta tese estaremos atendo-nos apenas ao período que marca o início da juventude, a adolescência.

Guiné, este estudo possibilitou o entendimento do modo de as culturas complexas delimitarem os papéis sociais baseados no sexo e na hierarquia entre as classes de idade. Embora o estudo feito em três tribos tenha por objetivo de estudar as diferenças sexuais. Para o nosso interesse, a importância reside na compreensão de que cada uma dessas tribos traça na vida social lugares para os grupos de idade e delimita a participação dos jovens.

Um outro estudo de uma sociologia da juventude, nesta perspectiva é o de Cohen (1968) sobre subcultura delinqüente, no qual ele busca analisar a questão da delinqüência juvenil ou especialmente do comportamento agressivo, do crime como resultado das reações às dificuldades em alcançar o status dentro dos sistemas de status legalizados. Conforme o citado autor, o jovem de classe operária, cujo status é baixo em relação à classe média, socializados em uma sociedade onde domina a moral dessa classe, os jovens desenvolveriam um mecanismo de formação-reação, na forma de hostilidade.

Não compartilhamos das idéias do citado autor, por entender que tal tipo de análise desconsidera outros fatores, como a força dos condicionantes sociais, que agem sobre esses sujeitos levando-os muitas vezes a engendram estratégias de sobrevivência pautadas em atos infracionais. O autor também negligência os aspectos individuais e humanos.³⁴ Embora sejam estudos antigos, é possível entrever, nos dados desses autores, aspectos que corroboram com as afirmações feitas anteriormente, no sentido de compreender que, nas sociedades onde não há acentuada subordinação dos grupos de idade, as fronteiras são menos definidas.

Vejamos o ponto de vista de Mannhein (1968):

(...) o problema sociológico é que, apesar de sempre surgirem novas gerações em função dos grupos de idade, depende da natureza de uma dada sociedade fazer ou não uso delas e depende da estrutura sociológica dessa mesma sociedade o modo pelo qual ela as utiliza. (Ibid, p.71).

Se a partir do século XVIII a noção de infância – e acrescentaríamos a de adolescência – começou a ser construída, tal qual a conhecemos hoje, isto foi feito pautado em diferenças sociais. Assim como nos atesta Marx (1968: 11): *(...) a existência plena de uma juventude para todos os jovens de uma sociedade depende do*

³⁴ Sobre isto ver Fenichel, (1953) e Knobel (1977).

estado de desenvolvimento socioeconômico. (Ibid, p.11). Isto significa que, se é um fenômeno histórico-social, não pode ser retratado de modo homogêneo.

Posição que é também enfatizada por Rosenmayr (1968: 137), que, ao conceber o exame da juventude em consonância com a transformação sociocultural, conclui pela necessidade de um estudo diferencial da juventude, uma vez que essa fase não é idêntica, nos diversos sistemas sociais ou políticos, nos diferentes estágios do desenvolvimento econômico e nas diferentes classes sociais.

As referências teóricas aqui utilizadas permitem entrever alguns aspectos que delineiam uma sociologia da infância e da juventude (adolescência), que tem elementos comuns que demarcariam um certo fio condutor, além do papel e da inserção da infância e juventude na sociedade, uma questão que é histórico-social. Os estudos e a literatura sobre esta temática versam, na sua maioria sobre a formação dessas fases da vida, processos pedagógico-educativos, além da relação com o fator econômico.

Para situarmos a discussão em um contexto contemporâneo, voltamos para fontes atuais. Em um livro cujos autores propõem-se a fazer uma análise da história social da infância no Brasil, Freitas (1997: 5) aponta uma visão panorâmica do século XX, elaborada a partir de documentos sobre a infância. São documentos oficiais ou padronizados pelas ciências, onde o eixo de referência é a criança pobre.³⁵ Estes documentos, segundo ele, mostram que as carências infantis de toda ordem têm sido associadas a uma questão maior, que é a do desenvolvimento econômico. Este último tem sido a política preventiva contra o desamparo infantil. A consequência disso é a seguinte: (...) *ao considerar que os poderes governamentais estão incapacitados para gerir e fomentar o desenvolvimento econômico retira-se paulatinamente dos mesmos poderes a obrigação de pensar aqueles como questão de Estado*.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, na obra citada, Rosemberg (1997) mostra que a tônica dos programas de educação infantil para crianças pobres, na década de 1970, era a participação da comunidade. Durante a guerra fria, a posição hegemônica dos Estados Unidos impôs aos países da América do Sul, objetos de defesa, visando a defender seus interesses e garantir a hegemonia:

³⁵ Esta é a categoria usada pelo referido autor.

(...) a guerra revolucionária ou subversiva, e sua variante a guerra psicológica adversa, eram portanto, no entender da Doutrina Brasileira de Segurança Nacional, armas do comunismo internacional para minar o moral nacional, conquistar as mentes, subverter a população e, finalmente, conquistar o poder pelo uso da força e da violência. (Ibid, p. 113).

Neste sentido, a pobreza era vista como uma latente ameaça à segurança nacional. O Estado usa as políticas de assistência como parte de estratégias de combate à guerra psicológica, atua nos bolsões de pobreza e junto às crianças, para recuperá-los, prevenindo-as da pobreza. A referida autora mostra, ainda, que essa concepção de programas de recuperação de crianças chegou a ser adotada até mesmo pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em 1979, Ano Internacional da Infância. Percebe-se dessarte, que a tônica do tratamento dispensado às crianças traz implícita a idéia da recuperação de crianças das classes populares, plena de uma visão de prevenir-se de uma infância que poderia resultar em perigo para a sociedade. Logo, uma infância que ameaça por haver uma diferença social.

Uma das formas utilizadas pela sociedade contemporânea para definir o que é jovem é o critério de idade, a partir do qual se delimitam responsabilidades civis e criminais, acesso à escola e ao mercado de trabalho. São, as mais das vezes, interdições que situam muito mais o que não se pode do que a definição de um lugar social e de uma participação social. Isto é de tal monta que a tradição de se estudar a juventude, a partir dos movimentos de rebeldia, quer de cunho político ou não, tem prosseguimento. Se desejássemos fazer uma sociologia da infância e juventude atual, utilizando-nos apenas de material jornalístico, conseguiríamos fazê-lo com êxito, até porque as fases de desenvolvimento infância e a adolescência, principalmente das classes populares, e os movimentos por elas realizados, constituem-se em excelentes objetivos de exploração jornalística. Ainda mais, em se considerando uma sociedade que encontra, na discussão da idade cronológica e na culpabilização do Estatuto da Criança e do Adolescente, escapes para a eles atribuir as responsabilidades pela situação social em que se encontram esses sujeitos.³⁶

As temáticas objeto de exploração jornalística têm sido, dentre outras: trabalho infantil, trabalho do adolescente, redução da minoridade, galeras, violência doméstica contra criança, violência sexual, jovens no tráfico, prostituição infanto-juvenil,

³⁶ Sobre este assunto, ver Viana (1995).

meninos e meninas de rua, menores infratores, internos da Fundação do Bem Estar do Menor (FEBEM), pichadores, movimento *hip-hop*, etc. Tudo isso são temáticas que colocam crianças e jovens no meio de um debate entre o sensacionalismo jornalístico e a sociedade amedrontada. Nesse debate, em vez de se levantar as causas da situação de parte dessas categorias sociais, culpabiliza-os e condena-os.

Estas temáticas, cujas matérias são carregadas de dados pouco precisos, que não traduzem a realidade social, uma vez que as estatísticas oficiais no Brasil contêm sérios problemas de credibilidade, devido à metodologia utilizada na coleta (por exemplo, o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que, ao definir moradia, como residência em uma estrutura física, automaticamente desconsidera os moradores de rua) ou por sub-notificação. De posse de dados instrumentalizados equivocadamente, desperta-se comoção ou cunha-se ao adolescente uma imagem hostil – o que nem sempre contém esses artigos são análises aprofundadas que possibilitem a compreensão de que essas problemáticas são frutos; de fatores estruturais, como as desigualdades econômicas que atingem as classes sociais.

Nesta perspectiva da discussão do lugar do jovem na sociedade, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que foi denominada Agenda 21, realizada no Rio de Janeiro em 1992, contou com a participação de 175 países, que se comprometeram a planejar e implantar o desenvolvimento sustentável. A Agenda 21 recomenda a participação dos jovens, (...) *nos processos de tomada de decisão sobre proteção do meio ambiente e fomento do desenvolvimento econômico e social, nos níveis local, nacional e regional, pois afetam tanto a vida atual quanto o futuro de jovens e adolescentes.* (Faria, 1999: 50). Para que tais aspectos se concretizem, a Agenda 21 recomenda aos governos que assegurem, dentre outras providências o acesso à educação, criem oportunidades de emprego e treinamento aos jovens, (...) *ratifiquem e implementem a convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, dedicando-se às necessidades básicas da juventude e da infância.* (Ibid, p. 51).

Se a idade constitui-se um parâmetro utilizado legal e sociologicamente, para se tentar demarcar na sociedade contemporânea, o que é ser criança e adolescente, esta também tem sido o referencial da Psicologia, a ponto de Gunther (1999: 86) dizer: (...) *a adolescência começa no biológico e termina na cultura.* Diríamos que, além da

questão sociológica, do lugar do jovem na sociedade, a Psicologia contribuiu para sedimentar, em relação ao adolescente, uma concepção que caracteriza essa fase do desenvolvimento humano, como portadora de características que lhes são peculiares. Logo, cabe mais um questionamento: esses são padrões válidos para todos os adolescentes de todas as classes sociais?

Não poderíamos referir-nos a adolescência sem citar dois teóricos renomados, Erikson (1987) e Aberastury (1978). O primeiro caracteriza a adolescência pela crise de identidade. A propósito da relação entre adolescência e sociedade, Erikson (1987: 25) afirma que, (...) *eles parecem ser tudo o que a “sociedade” lhes diz que não sejam...*

O autor em apreço considera que os progressos tecnológicos ampliam o intervalo entre o começo da vida escolar e o acesso final do jovem ao trabalho especializado, tornando a adolescência um período mais acentuado e consciente. A isto acrescentamos, discordando ou pelo menos questionando, que, nesses parâmetros, a adolescência é uma questão de classe social, visto que, nos adolescentes das classes populares, o acesso à escolaridade é diminuído e a inserção no mercado de trabalho é abreviado. Conseqüentemente, essa fase também é abreviada ou vivida no contexto de um processo de adultização precoce. Como se caracteriza a crise de identidade para estes, não o sabemos – não foi objeto da tese. Entretanto, numa referência ainda a Erikson (1987: 129), mister se faz entendermos as características por ele assinaladas, dessa fase da vida a que ele se refere como de uma subcultura. Extraímos alguns fragmentos teóricos que podem enunciar as idéias do autor:

(...) os Jovens, assediados pela revolução fisiológica de sua maturação genital e a incerteza dos papéis adultos à sua frente, parecem muito preocupados com as tentativas mais ou menos excêntricas de estabelecimento de uma subcultura adolescente e com o que parece ser mais uma final do que uma transitória ou, de fato, inicial formação de identidade. (...) se mostram morbidamente preocupados com o que possa parecer aos olhos dos outros em comparação com o que eles próprios julgam ser (...) o adolescente procura mais fervorosamente homens de idéias em que possa ter fé, o que também significa homens e idéias em cujo serviço pareça valer a pena provar que seria digno de confiança. (...) procura agora uma oportunidade de decidir, com livre assentimento, sobre um dos rumos acessíveis ou inevitáveis de dever e serviço. (...) tem um medo mortal de ser forçado a atividades em que se sentisse exposto ao ridículo ou à dúvida sobre si próprio.

Os jovens buscam formas de livre expressão. Perturba-os a incapacidade para decidir uma identidade ocupacional. Para se manterem juntos, identificam-se com heróis de facções e multidões, a ponto de perderem aparentemente a individualidade. A busca de algo ou de alguém que seja autêntico é mal interpretada e pode ser vista no seguinte fato:

(...) sempre decidida a apreender adversidade em princípios e o princípio em diversidade deve testar os extremos antes de decidir por um determinado rumo. Esses extremos, épocas de confusão ideológica e vasta marginalização de identidade, podem incluir não só as tendências rebeldes mas também as divergentes, delinquentes e auto destrutivas. (Erikson, 1987: 237).

Há um processo de mudança que começa no biológico e que tem conexão com o social:

(...) a força do ego emerge da confirmação mútua do indivíduo e da comunidade no sentido de que a sociedade reconhece o indivíduo jovem como portador de novas energias e de que o indivíduo assim confirmado reconhece a sociedade como um processo vivo que inspira honra e exige confiança. (ibid, 242).

Segundo Aberastury (1978), a adolescência apresenta estes aspectos:

(...) é um período de contradições, confusão, ambivalência, doloroso, caracterizado por conflitos com o meio familiar e ambiental. Este quadro é freqüentemente confundido com crises e estados patológicos, o que alarma o adulto, leva-o a buscar soluções equivocadas. (op cit, 18).

Para a autora, os pais também vivem o conflito dos filhos, por dois motivos: Primeiro, porque significa perder o corpo do filho criança (do seu menino ou da sua menininha); ter que evoluir para uma relação com o filho adulto. Segundo, porque significa o próprio envelhecimento. Este conflito instala-se quando aparecem as primeiras mudanças corporais e começa a se definir a capacidade de procriação. Instalam-se, paralelamente, as dificuldades de os pais lidarem com as mudanças e conflitos dos filhos.

Estas abordagens psicológicas, ao mesmo tempo que oferecem uma caracterização dessa fase do desenvolvimento, impõem um padrão de normatização que se baseia nos aspectos biológicos, nem sempre levando em consideração os fatores sociais. Será que esses padrões são válidos para todas as classes sociais?

Knobel (1997) responde:

(...) alguns consideram a adolescência como um fenômeno burguês, uma criação da classe média ou alta, já que os adolescentes das classes sociais economicamente mais baixas não existiriam (...). Tive a oportunidade de ver estes jovens em países, culturas e sistemas sociopolíticos bem diferentes (...) vi e registrei a presença da “Síndrome da Adolescência Normal”. Verifiquei-a no Brasil nas diversas classes sociais. As modalidades mais “manifestas” da conduta podem variar, porém as condições gerais são iguais. Elas são vistas nos adolescentes de “rua”, nos que estão na lamentável instituição chamada FEBEM, nos mensageiros que trabalham por meio salário mínimo e nos adolescentes rurais, nos filhos dos operários e nos desempregados. (Ibid, p. 42).

Knobel é um autor que tem tradição no estudo desta temática. As suas afirmações podem ajudar-nos a compreender que um quadro característico se instala durante esta etapa da vida, delineando alguns aspectos de similitude na vivência desta fase do desenvolvimento e que tal processo instala-se independente da classe social a que o adolescente pertença. Todavia, a vivência e a intensidade dessas características são diferentes para os adolescentes, quer em razão das diferenças individuais quer em razão da classe social. Aos meninos e meninas das classes populares as necessidades de sobrevivência repercutirão em uma adultização precoce deles, o que significa assumir mais cedo as responsabilidades consigo e com a própria família, com o ingresso no mundo do trabalho. Por outro lado, os adolescentes das classes média e alta disporão de mais tempo de preparação escolar sobrevivendo o retardamento do ingresso no mercado de trabalho. Isso gerará entre esses jovens diferenças, o que os coloca em nível desigual de competição e participação na sociedade.

Knobel (1997: 42-43) faz uma caracterização dessa fase que, para efeito desta tese, nos interessa, pois fornece subsídios para entender a relação com a sociedade:

(...) a adolescência existe como “fase evolutiva”, e se, na classe média o adolescente luta contra uma injustiça familiar ou social, ele está contra o comodismo ou a submissão aos pais e a favor no protesto reivindicatório de uma condição de vida melhor para todos; na classe baixa, ele também reivindica, não poucas vezes com violência pela fome que passa, por suas necessidades básicas não-atendidas e por seu espaço num campo de futebol ou pelo direito do seu tempo para uma “pelada” ou uma paquera em qualquer momento que seja propício, “esquecendo” de alguma obrigação previamente assumida.

É uma fase evolutiva, marcada pela classe social a que se pertence. Conseqüentemente, ter-se-á acesso a um cabedal diferenciado de conhecimentos e potencialidades que instrumentarão esses sujeitos para uma participação social também diferenciada. Inseridos precocemente no mundo do trabalho, vivendo nas ruas, socializando-se em meio a valores sociais divergentes, sem escolarização, com o corpo e a mente marcados pelo peso das responsabilidades do trabalho desgastante, que lhes impõem o sofrimento constante, terão uma evolução estigmatizada, nefasta, não-cidadã. Conseqüentemente a relação da sociedade com esses jovens será diferenciada. E isto é grave, em uma sociedade que tem na sua Lei maior o princípio da igualdade entre os homens (Art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil).

3.3. O fenômeno social das crianças e dos adolescentes em condição de rua

Alguns referenciais bibliográficos dão conta de que crianças e adolescentes de rua não sejam um privilégio dos países subdesenvolvidos nem da contemporaneidade (Koller e Hutz, 1996). Já teriam sido retratados por Victor Hugo na Revolução Francesa e por Dickens no século XIX. Todavia, compreendemos que crianças e adolescentes em condição de rua constituem uma categoria social que surge em sociedades excludentes, assim como juventude é uma categoria social do mundo desenvolvido. Os vários trabalhos sobre crianças e adolescentes que habitam as ruas das cidades brasileiras, fazendo delas lugar de moradia, trabalho e lazer dão conta (Rizzini & Rizzini, 1991); (Alberto, 1997) de que, embora haja nas ruas crianças e adolescentes de todas as idades e de ambos os sexos (esta tese também comprovou), em João Pessoa predominam as idades entre os dez e os dezesseis anos e do sexo masculino. Todavia, para efeito desta tese, só trabalhamos com crianças entre sete e os quatorze anos, pela relação que há entre a obrigatoriedade de escolaridade e a proibição do trabalho precoce (conforme explicitamos no item 2.2.3.1).

Não existem, ainda, com clareza, dados fidedignos sobre o aspecto demográfico desta categoria, pois o principal órgão oficial, o IBGE, não possui pesquisas nessa área ou especificamente sobre população de rua. (...) *no entanto, é comum achar em diversos trabalhos sobre meninos de rua informações “demográficas” relativas fundamentalmente a “menores” em famílias de baixa renda*” (Juarez, 1991). A literatura sobre crianças em condição de rua cobre um amplo

panorama temático que inclui infratores, crianças abandonadas etc. Isto chega a números estratosféricos.

Uma explicação para o predomínio de crianças e adolescentes nessa idade: pode ser que, nos anos intermediários da meninice até a adolescência, a criança experimenta uma expansão do seu meio social, ao mesmo tempo em que até as suas habilidades físicas e cognitivas aumentam e a criança e o adolescente estão mais aptos a se confrontarem com os problemas e com as dificuldades da sua preparação psicológica. Começa, então a se delinear mais claramente a sua auto-imagem e sua auto-estima se fortalece.

Graciani (1997: 118) explica:

(...) meninos e meninas de e na rua constituem uma categoria social surgida no seio de uma sociedade excludente e dependente, assim como o “modelo de juventude” é uma categoria social do mundo desenvolvido. Essas duas categorias são pólos opostos das relações entre sociedade, por um lado, e mundo adulto, por outro, com a população estatisticamente jovem.

Cumpre assinalar, entretanto, que o uso do termo **meninos de rua** consolida-se na década de 1980, não apenas como terminologia, mas também como um dos epicentros das análises críticas dos modelos econômicos, sociais e políticos. Análises estas, que, ao se utilizarem da desigualdade social e da pobreza no Brasil, trouxeram à tona o fracasso das políticas sociais e, em particular, aquelas voltadas para a infância e adolescência. Tal panorama conduziu a algumas confusões conceituais sérias, as quais escondem as verdadeiras dimensões do problema, o abandono social da infância, a orfandade, as condições sub-humanas de vida e as conseqüências daí decorrentes, tais como: o consumo e o tráfico de drogas, a mendicância, os furtos e roubos bem como outras atividades ilícitas.

Nessa época, seguiu-se uma confusão terminológica e conceitual, tentando-se distinguir entre **meninos de rua e meninos na rua** (Rizzini & Rizzini, 1991), (Battaglia, 1993); (Minayo, 1993); (Koller & Hutz, 1996). Autores que tratam desta temática definem **meninos e meninas na rua** como aqueles ou aquelas que ainda mantêm vínculos com a família. **Meninos e meninas de rua** são os que já romperam todos os laços e vivem nas ruas (Graciaini, 1997: 130). Silva e Milito (1995: 09) definem de outro modo: *Termo abrangente que designa meninos, meninas e*

adolescentes, cujos vínculos familiares são cíclicos, permanentes ou rompidos e que em decorrência, ocupam a rua intermitente, temporária ou permanentemente.

Esse fenômeno é determinado por fatores macro que repercutem em todo o território nacional, mas que também é marcado por particularidades regionais, de acordo com a realidade, de modo, que nos locais onde os conflitos sociais encontram-se mais acirrados, como grandes centros urbanos há mais distância entre as crianças e adolescentes e suas famílias, podendo efetivamente morar nas ruas. Há outros locais onde há uma maior aproximação entre os meninos e meninas e a comunidade.

Minayo (1993), como estudiosa do fenômeno meninos de rua, define-o como um conjunto de crianças que utilizam a rua como espaço de trabalho e sustento, fazendo dela seu espaço de vida. Esta estudiosa realizou uma classificação desses meninos de rua com base na relação que eles estabelecem com a família. Neste sentido ela diferencia três categorias: as que retornam assiduamente a suas casas, as que vivem com suas famílias na rua e as que estão em processo de rompimento ou que já romperam os laços familiares.

Utilizamos a definição conceitual de meninos de rua de MINAYO e modificamo-la para **meninos em condição de rua**. Optamos pela modificação, a partir de uma pesquisa que realizamos em João Pessoa (PB)³⁷, denominada **Representação dos meninos de rua sobre a família**:

1. A partir dos discursos dos meninos compreendemos aí que, embora os elementos conceituais de Minayo (1993) estivessem presentes, a permanência na rua tinha uma variabilidade. Mais especificamente: a representação que o menino faz de si baseia-se no que faz nas ruas ou está ligado a isso, o que relativiza a sua condição de sujeito em processo de desenvolvimento, em relação ao período de transição da infância. Portanto, **ele não é de rua, ele está, naquele momento de sua vida, em condição de rua**.

2. Nos discursos dos meninos, a categoria **menino de rua** violenta a sua condição de ser criança, pois ao pretender definir, operacionalmente, os sujeitos envolvidos em tal situação estigmatiza-os e cria uma representação que os define pejorativamente, dentro do grupo de pares, na interação com os educadores e na relação da sociedade com eles.

³⁷ Alberto (1997).

Portanto, para efeito desta tese, definimos **meninos e meninas em condição de rua** da seguinte maneira: **crianças e adolescentes de ambos os sexos, que passam a maior parte dos dias nas ruas, desacompanhados, retirando, mediante o trabalho informal e/ou de atos ilícitos, o seu sustento e/ou de suas famílias.**

Na pesquisa acima citada, Alberto (1997) não constata o conceito **não ter família** como elemento definatório, uma vez que todos a têm. O que varia é a qualidade e a quantidade do contato. Os resultados desmistificam as generalizações feitas por autores a partir de realidades regionais.

A família é representada pelos meninos e meninas em condição de rua como um grupo de pessoas ligadas entre si por **laços sanguíneos** ou por **afinidades**. Por laços sanguíneos, a ligação independe da opção e desejo dos membros do grupo de pertencer, enquanto por afinidade, os membros puderam optar e escolher a quem se ligariam ou a que grupo pertenceriam, podendo haver ou não a coincidência de laços sanguíneos (Alberto, 1997).

No primeiro caso, o dos laços sanguíneos de parentesco, os meninos representam modelos de família cuja composição é indicada por categorias de membros, cuja ligação pode se dar em 1º, 2º e 3º graus. São eles pai, mãe, irmãos e avós. No segundo caso, o modelo de família é representado a partir da afinidade, indicando-se indivíduos ligados ou não por laços sanguíneos, mas por quem tem consideração. A consideração é baseada no que esta pessoa tiver feito ou fizer por eles, tenha cuidados, dê carinho ou “coisas” materiais (comida, dinheiro etc). Entretanto, a afinidade também pode ser construída mediante um processo de inserção num determinado grupo, a partir de regras específicas definidas pelo próprio grupo, às quais cada novo integrante se submete, como por exemplo: troca de gêneros alimentícios, favores, proteção e uso de drogas. Neste caso, a família é, para o menino, o grupo de companheiros em condição de rua.

No que diz respeito à categoria meninos e meninas em condição de rua, os autores consultados que trataram desta temática enfatizam os vieses da marginalidade,³⁸ socialização,³⁹ cotidiano, relação com a família,⁴⁰ escola⁴¹ e companheiros. Apesar de referirem-se ao trabalho, não fazem deste o objeto central de

³⁸ Macêdo (1997), Rizzini (1995).

³⁹ Ferreira (1979), Madeira (1993), Silva (1996).

⁴⁰ Ferreira (1979), Rizzini (1995), Madeira (1993), Alves (1991), Moura (1991), Alberto(1997).

⁴¹ Cervini e Burger (1991), Campos(1993), Ferreira (1979).

análise. Nesta tese, consideramos o menino e a menina em condição de rua, que desenvolvem atividades de trabalho (de vendedores e vendedoras, olheiros e meninas na prostituição) com a intenção de obter pagamento - como **trabalhadores e trabalhadoras (precoces)**.

No Brasil, a história da infância (e da concepção de infância), das classes populares variou conforme o desenvolvimento das forças produtivas. Segundo Londoño (1991), do século XVII até o século XIX, alteraram-se as representações sociais sobre estas crianças e as formas de lidar com o problema de que eram vítimas – órfãs, enjeitadas, abandonadas e carentes. No século XVIII, predominava o “sentimento de pena” e o reconhecimento da necessidade de oferecer abrigo, proteção e educação através de instituições caritativas que pudessem preencher, em parte, as lacunas daqueles que tinham sido privados do convívio familiar. No século XIX, o Estado usou como medida “ações disciplinares”, com as quais, crianças que ocupavam as ruas eram compreendidas como caso de polícia, devendo ser julgadas e enviadas às casas de detenção para serem “punidas” e “recuperadas”.

No século XX, a conjuntura institucional aliada a agravantes socioeconômicos originou uma nova representação social contra estas crianças e adolescentes das classes populares que ocupavam as ruas das grandes cidades. Esses “**menores abandonados**” passaram a ser vistos como “**menores infratores**” que precisam de reclusão e reeducação, cabendo ao Estado a responsabilidade de criar e manter instituições capazes de afastar estes indivíduos da comunidade, auxiliando-os, assim, a manter a ordem pública. É este o período da criação da FEBEM, encetada por volta de 1964.

O fracasso das instituições fechadas, aliado *ao (...) repúdio ético e político de setores da sociedade* (Costa, 1990), sensíveis à questão dos direitos humanos, dá lugar, no final da década de 1970, ao Plano de Integração Menor – Comunidade (Plimec), cujos objetivos eram o de atender as crianças e adolescentes em seu meio de origem e o de evitar que a necessidade de sobrevivência impulsionasse os meninos para a rua. Foram para baixo a padronização e o verticalismo do Plano Integrado Menor Comunidade – Plimec, que não se coadunavam com as realidades regionais.

A década de 1980, levada pela eclosão de movimentos de contestação na sociedade brasileira, que emergiram com o fim do regime militar, produziu uma nova tônica no processo de conscientização: uma nova postura em relação às crianças e

adolescentes em situação de risco, em especial ao segmento mais visível à sociedade, os meninos e meninas em condição de rua.

Pressionados por estes movimentos sociais de contestação, os quais tomaram como bandeira de luta os direitos das crianças e adolescentes, aliados à necessidade de retomada do desenvolvimento econômico na América Latina, teve início na sociedade brasileira um processo de revisão das políticas de atendimento aos direitos da criança e do adolescente.

Resultado dos agravamentos políticos e econômicos, a situação das crianças e adolescentes, filhos de pessoas das classes populares, chega a tal magnitude que os meninos e meninas fogem para as ruas, brutalizados pelas violências que imperavam nas instituições de atendimento. Estas instituições repressivas levam os meninos e meninas institucionalizados, além de outros, ainda moradores em comunidade a engrossarem as fileiras dos que já viviam nas ruas. Isto porque os primeiros habitantes das ruas foram os filhos de escravos, herdeiros da escravidão ou das “rodas dos expostos.”⁴²

Ainda no final da década de 1970, a temática do “menor abandonado” suscitou a necessidade de conhecer a verdadeira situação das crianças provenientes das classes populares e das condições de miséria que assolavam o país. Este tema ganha dimensão e profundidade, enfatizados pelo UNICEF, que leva a uma extensa e esclarecedora investigação e produção teóricas sobre a situação dessas crianças e adolescentes. Estes estudos também contribuíram para as mudanças nas políticas sociais e na forma de tratar⁴³ essas crianças e adolescentes, cujo auge foi sem dúvida a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Na década de 1980, tem início um movimento de defesa dessas crianças o qual culminou, em 1985, com a constituição do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, organização da sociedade civil, que se tornará o marco e o baluarte pela defesa dos direitos desses pequenos cidadãos. Em 1986, o Movimento promove o I Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Em 1988, cria-se o Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual mobilizou várias organizações pró-constituinte e

⁴² Instituição criada para abrigar crianças abandonadas, filhos de escravos ou das classes média e alta, os quais não podiam aparecer, devido a fatores monólitos (filhos de adultério ou de jovens moças). Sobre isto, ver Leite (1991).

⁴³ Deixam de ser menores e passam a ser cidadãos em processo de desenvolvimento.

juntos elaboraram o projeto que culminou com a Lei 8.069/1990, denominado Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

No caso do menino e da menina em condição de rua, o estudo do fenômeno é ainda mais complexo, porque envolve um conjunto de fatores que perpassam os conceitos de trabalho e de meninos e meninas de rua. A literatura sobre crianças e adolescentes trabalhadores apenas vê como trabalhadores os meninos e as meninas **nas ruas** e não aquele ou aquela que se convencionou a chamar **de rua** e que nós, pelas razões anteriormente apresentadas, preferimos conceituá-los como **em condição de rua**. Neste sentido, os aspectos caracterizadores perpassarão, nesta tese, inevitavelmente, **está em condição de rua e ser trabalhador**, o que pode, conseqüentemente, diferenciar-se de outros estudos e autores.

A rua é vista como ambígua. É o espaço em que se garante a sobrevivência, local de repouso e de convivência grupal para uns, mas também é percebida como o local propício a desgraças e roubos, onde as pessoas podem ser tomadas pelo que não são (Minayo, 1993).

No que pese a ambigüidade na representação da rua, o uso do espaço público, para quem dele faz uso como local de moradia e trabalho é completamente diferente. Isto explica as relações sociais que aí se dão. (...) *são calçadas no que precisam utilizar desse espaço público* (Silva e Milito, 1995:18). Neste sentido, a relação de cada um dos grupos objetos de estudo será mais bem exemplificada no decorrer da tese, quando se abordarão as atividades de trabalho, as relações e o uso do espaço da rua.

Meninos e meninas em condição de rua são crianças e adolescentes de quem é tirada a condição de juventude, sendo-lhe atribuída a condição de menor. Este termo que assumiu uma conotação pejorativa ao associar-se à marginalidade, à infração. Esse tipo de mentalidade está assentado sob o argumento de que o acompanhamento deles dissolve a condição infanto-juvenil (Silva e Milito, 1995). Ao dissolver-se tal condição, abrevia-se a infância e a adolescência desses sujeitos, não constituindo portanto, fases do desenvolvimento semelhantes para todos os sujeitos, de mesmas faixas etárias, pois os comportamentos caracterizadores dessas fases, quando realizados por esses sujeitos tendem a ser considerados delinquência, marginalidade. Veremos que as suas vidas em condição de rua contêm características de semelhança com a forma de vida de outras crianças e adolescentes, mas pela condição de suas

vidas nas ruas os configurará como uma não-infância, uma não-juventude. Por isso, nesta tese utilizamos como referência autores⁴⁴ que situam a infância como um fenômeno histórico-social. Para este segmento social – o que seria homogeneizador é excludente.

Graciani (1997) chama a atenção para um aspecto de suma importância ao se analisar a relação juventude – sociedade, o fato de que o modelo de juventude vivencia uma crise decorrente das incapacidades estruturais do modelo de sociedade que o engendrou e que, para os que nela não têm lugar, como as crianças e adolescentes de rua, isto cria uma perspectiva trágica – a da não juventude –, para a qual não se tem projeto de vida.

(...) dessa forma, a sociedade considera a criança e o adolescente de rua, apesar de sua idade, um “não jovem”, pois, para eles, não existem possibilidades de contemplar o porvir em projeções e opções concretas de desenvolvimento humanos. Nem a sociedade o brinda com perspectivas de realização para a sua vida, nem ele pode se projetar, por força da tremenda realidade de seu presente em defesa de si mesmo e de sua grupalização, de modo que é um não projeto. (Graciani, 1997: 111).

Não têm um desenvolvimento peculiar adequado à sua idade, influenciado pela alimentação precária, por péssimas condições de saneamento básico, de habitação e de educação. Não possuem espaço de proteção nem de afeto nem de pessoas de referência, que as apoiem e orientem. A infância é uma fase em que as crianças experimentam o mundo, suas relações com ele e sua possibilidade de movimentar-se diante dele e necessitam de uma orientação. É nessa idade que desenvolvem as noções de auto-estima autoconfiança para o enfrentamento da vida. Os meninos e as meninas em condição de rua, cedo precisam encarar a luta pela sobrevivência, aprendem sozinhos, sem orientação e segurança, vidas instáveis e violentas que leva à desorientação de valores.

As obrigações para esses jovens, que precisam trabalhar e para complementar a renda familiar, não deixam lugar para a liberdade, como afirma Graciani (1997) pode-se dizer que estes jovens não tiveram adolescência, como outros privilegiados da sociedade. Vivem num processo de adultização precoce.

⁴⁴ Ver autores citados ao longo da tese.

A juventude é uma categoria social e histórica que expressa muito mais do que uma crise de relacionamento e valores entre grupos etários diversos. Para Ferreira (1979: 81), a faixa etária dessas crianças e adolescentes caracteriza-os semelhantemente ao modelo da juventude brasileira, que comunga certos hábitos, condutas, aspirações e crenças próprios da idade. Por outro lado, este autor ressalta: (...) *sua especial forma de inserção na estrutura de classes da sociedade brasileira – a marginalização sócio-econômico – diferencia-os desse modelo*. Esta diferença não se restringe à renda, consumo, escola, habitação e saúde, mas determina formas e padrões diversos de uso, expressão e representação de idéias, expectativas e valores. São exemplos dessas expectativas e valores os acessos ao trabalho precocemente, o desejo de freqüentar a escola e a constatação de que os sonhos com o futuro precisam ser reais porque as suas chances são limitadas. Precisam desenvolver uma percepção aguçada e crítica do que ocorre à sua volta e das relações sociais que aí estabelecem, para inclusive desenvolver-se, ou como dizem eles e elas, para “se safar”.

Reconhecer a interseção do social e do psicológico é fundamental para compreender a realidade desses meninos. Compreender que os fatores econômicos se entrecruzam com os problemas psicológicos e que, (...) *simultaneamente à condição de miséria econômica, subjaz um estado de miséria psicológica, que se manifesta por um sentimento de abandono e de impotência*. (Moura, 1991: 153).

É o sentimento de abandono, a necessidade de sobreviver nas ruas e o desejo de pertença que levam à agregação em grupos que, por sua vez, apresentam configurações diferenciadas, em termos de constituição. Podem-se encontrar crianças de idades diferentes. Há normalmente a presença de um líder que desenvolve no grupo hierarquia, autoridade e poder. Há uma diferença de gêneros, no grupo de meninos não há a presença de meninas e vice-versa. Conforme Graciani (1997: 129), os grupos (...) *funcionam como espaço de identidade, solidariedade, de jogo e de luta pela sobrevivência com suas estruturas hierárquicos, suas normas e seus códigos de honra*. As regras organizam a convivência e delimitam os papéis de cada um no grupo e nas relações com outros.

Os motivos que ocasionam a saída de casa e o estar em condição de rua serão abordados no item a seguir. Um aspecto, porém, necessita ser salientado, principalmente neste item, onde optamos por tratá-lo pelo viés de uma visão psicossociológica. Compreendemos o fenômeno meninos e menina em condição de rua

como um fato dentro de uma concepção sociológica de juventude, articulado com caracterizações psicológicas da infância e adolescência: No que pesem os fatores socioeconômicos e psicossociais responsáveis pela saída de casa para as ruas, esses meninos e meninas demonstram – diferentemente do que dizem as concepções repressivas que tentam taxá-los como desvios psicológicos ou morais – uma aguçada sanidade mental. Rompem com os conflitos (sejam de que ordem for) nas famílias, e, buscarem outras formas de vida (mesmo que seja nas ruas, por mais danoso e impróprio que achemos). Idéia semelhante é defendida por Leite (199-?: 6): (...) *tem que se reconhecer que o estar na rua (...) é ainda uma solução, um reencontro psico-social-cultural consigo mesmo e com um grupo que se torna auto-referência*. Reconhecer este aspecto não significa que compactuemos com a idéia da rua como lugar de moradia ou de trabalho para crianças e adolescentes. Mas trata-se de identificar, na saída de casa para as ruas, feita por esses meninos e meninas, uma capacidade de buscar alternativas de vida e de saúde (conforme definimos no capítulo dois) como define Canguilhem (1990), da busca de novas normas biológicas. Os meninos estão traçando um caminho em busca do bem-estar (entendido como um processo dinâmico) é a possibilidade de luta, de defesa contra o sofrimento (Dejours, 1986).

3.4. A prostituição infantil

Uma perspectiva semelhante, no que diz respeito à relação da sociedade com a infância e com a adolescência, é a trajetória da prostituição infantil. Todavia, para abordarmos-la, primeiro faz-se necessário situarmos alguns aspectos relevantes da construção histórica da prostituição na sociedade.

Várias são as concepções sobre a prostituição: forma de trabalho, doença, delinquência, vitimação social e religiosa (forma de pecado), práticas sexuais. São concepções construídas socialmente, as quais refletem os contextos históricos em que foram gestadas. Além do caráter histórico, estas concepções também são refratárias ao significado que o feminino assume em cada sociedade. É certo que existe a prostituição masculina, mas é a questão de gênero que trazem os estudos sobre o referido problema. Assim sendo, a prostituição é abordada na articulação com a questão de poder do masculino sobre o feminino.

Roberts (1998) defende a tese de que a prostituição tem suas raízes no desenvolvimento histórico do patriarcado nos fatores de ordem econômica e na independência pessoal – o que, para ela, não deixa de ser em alguns momentos uma opção de amor pelo prazer, embora não se descarte a pobreza como uma das causas. Mas o mérito do seu trabalho é a história que traça acerca da prostituição desde a Pré-História até a contemporaneidade.

Ao traçar o lugar das prostitutas na História, a referida autora salienta alguns aspectos: a profissão como escolha, a única forma de trabalho e autonomia financeira de que podiam dispor as mulheres; a categoria de conhecimento e a riqueza em algumas épocas históricas; as diferenças de classes entre as prostitutas; a pobreza de ex-camponesas e ex-escravas levando-as a prostituição e o poder de uns homens sobre outros.

Roberts destaca na sociedade grega o estabelecimento da institucionalização dos papéis das mulheres, ao qual Sólon procedeu, colocando-as na condição de dependentes dos homens, cabendo unicamente à esposa proporcionar os herdeiros legítimos, restando a outras a prostituição como forma de sobrevivência. Todavia, este lugar dará às prostitutas conhecimento intelectual e riqueza, privilégio de que não dispunham as esposas. Já em Roma, a prostituição também era uma forma de autonomia financeira. Esta, embora, fosse uma profissão natural aceita sem recato, com ascensão do cristianismo passa a ser moralmente repreensível.

No Feudalismo, o crescimento dos centros comerciais urbanos leva mais uma vez as mulheres a comercializarem o sexo para sustentar as famílias. Ressaltamos o destaque a que Roberts (1998) procedeu acerca da prostituição infantil ocorrida nos séculos XVI, XVII e XIX. No que tange ao XVI e XVII, ela chama a atenção para as primeiras menções aos bordéis infantis na Inglaterra que forneciam aos ricos meninas entre os sete e os quatorze. As filhas dos pobres eram vendidas ou raptadas com esse propósito. Os pais, no meio nobre, encaravam tal fato como um favor real – essas meninas eram instruídas com educação esmerada no comportamento: música, dança, pintura, história e literatura.

No século XIX, a exploração sexual das crianças e adolescentes virgens, do sexo feminino era o aspecto mais notório do comércio sexual vitoriano. Aliás, as crianças e adolescentes da classe trabalhadora eram vulneráveis a todos os tipos de

abusos, devido à pobreza. Ainda no referido século, a mesma autora destaca a existência de meninas prostitutas de rua na França, como uma decorrência da pobreza.

Roberts (*ibid.* 373) assinala ainda, que no século XX a prostituição infanto-juvenil aumentou de maneira alarmante nos guetos famintos. Este problema data de séculos passados, existindo onde houvesse pobreza em massa e desigualdade social. A autora situa-o como (...) *um problema de abuso infantil, da pobreza que divide as famílias e arruína as vidas e as perspectivas dos jovens. Este é também um problema da indiferença da sociedade em geral e do Estado em particular, em relação a estas crianças disponíveis.*

Para Scambler *et al* (1990), a prostituição é uma forma de trabalho como qualquer outro, onde se troca gratificação sexual por uma taxa estabelecida, envolvendo um comprador e um vendedor, sem o compromisso da afeição.

Sem destoar da visão acima, mas situando a prostituição no cenário das relações sociais, Saffioti (1989) distingue da prostituição o amor livre, uma vez que implica a manutenção do prazer mediante um pagamento. A essa visão ela acrescenta que há na vida de uma prostituta diversos determinantes. Um deles é a violência que sempre se faz presente. Há, segundo a autora, uma vitimação social que se inicia inexoravelmente, por uma violência (estupro, sedução etc) que a exclui da sociedade. Também na perspectiva da vitimação social, mas no sentido econômico, estão os autores que analisam a prostituição como uma falta de perspectiva de outra ordem, que impelem as mulheres a buscarem na venda do próprio corpo o único instrumento de que dispõem para tirar a sua subsistência e a da família (Castro, 1993).

Consideramos, que para a mulher adulta, a prostituição é uma opção que ela faz, mesmo desencadeada por um processo de vitimação social, a menina, inexoravelmente, antecede à prostituição um processo de violentação na maioria de ordem sexual, inclusive podendo ser cometida pelo pai.

Gomes (1996: 119) também situa a análise da prostituição, especificamente a infantil feminina, como uma das violações ao direito da criança, (...) *entendendo-a como um desdobramento ou como o entrecruzamento de diferentes formas de violência.* Nesta está implícita a idéia de dominação perpassada pelas categorias de sexo e de idade, de uma sociedade “androcêntrica” e “adultocêntrica” (*op. cit.*).

Várias formas de violência inclusive a sexual, iniciam-se as mais das vezes, no lar. Uma das formas de sexo intergeracional, a violência sexual contra crianças e

adolescentes praticada no lar, reflete, segundo Azevedo e Guerra (1993: 246), (...) *de um lado, a evolução das concepções que as sociedades construíram acerca da sexualidade humana; de outro, a posição da criança e do adolescente nessas mesmas sociedades e, finalmente, o papel da família na estrutura das sociedades ao longo do tempo e do espaço.*

No caso da prostituição infantil, as causas da inserção precoce residem na articulação da vitimação social com a violência. Aliás, esta é uma das formas de violência gerada pela estrutura social – a pobreza e ou a miséria, digamo-lo para não termos que incorrer em dilemas epistemológicos de definição conceitual. Vários autores compartilham dessa concepção: Saffioti (1989), Dimenstein (1992), Minayo *et al.* (1992a) e Méis (1999). Esta, embora se refira à prostituta adulta também compartilha dessa visão.

Em outras palavras: as crianças e adolescentes na prostituição são aquelas contempladas nas estatísticas oficiais daqueles percentuais que têm renda abaixo e igual a um salário mínimo e não têm acesso a políticas sociais básicas, saneamento etc. Segundo dados do IBGE (1990), no Brasil havia 53,5% de crianças e adolescentes entre zero e dezessete anos, em famílias com renda de até meio salário mínimo.

O UNICEF, em 1990, declarou que no Brasil existem dois milhões de prostitutas jovens e adultas. Em 1993, a CPI da Prostituição Infantil da Câmara Federal estimava em quinhentos mil o número de crianças e adolescentes prostituídas no país. A exploração de crianças e adolescentes, principalmente as do sexo feminino, é hoje uma realidade presente a todos os países.

PARTE II
CAPÍTULO 4

A ATIVIDADE DE TRABALHO PRECOCE NAS RUAS

Um real ai é um real
Um real ai
é um real ai é um real
um real

Vendo pilha bateria fita-cassete biscoito
Paçoca doce-de-abóbora
doce-de-coco rádio-relógio
despertador do sono
não vendo é sonho
mas pode pedir
Se não tenho
Sei quem terá

É TUDO UM REAL
(Pedro Luis/Rodrigo Maranhão)

Nosso propósito neste capítulo é o de tornar visível à vivência do trabalho precoce, de modo que isto permita ao leitor compreender como se estrutura as atividades de trabalho, objeto da tese. Para tal apresentamos parte do material empírico de modo que apareçam visível as condições de trabalho e a organização do trabalho precoce dos meninos e meninas em condição de rua. Optamos por fazer deste capítulo uma peça de cunho mais descritivo que possibilite explorar a complexidade que envolve os sujeitos nas atividades, caracterizar o conjunto das atividades de trabalho precoce na informalidade nas ruas e detalhar a interação dos aspectos subjetivos e sociais.

Também pretendíamos que os conceitos teóricos surgissem operacionalizados neste capítulo no material empírico. Para tal dividimos o capítulo em quatro partes: a primeira traça a trajetória dos sujeitos de casa à rua; a segunda trata das condições de trabalho; a terceira apresenta a organização do trabalho nas ruas e a quarta esclarece a divisão sexual do trabalho entre meninos e meninas.

Por condições de trabalho entenda-se a influência do meio laboral e de vida, a qual se exerce de fora sobre o menino e a menina, atingindo-lhes o corpo e o psíquico.

Por organização do trabalho está sendo entendida a integração do menino e da menina a um espaço organizado, normalizado e regado para exercer suas atividades.

Sendo assim, construímos o capítulo de modo que demonstremos a exposição dos meninos e das meninas inseridos precocemente nas atividades informais de rua, a vulnerabilidade das condições de trabalho e as exigências da organização do trabalho.

4.1. A TRAJETÓRIA DA CASA À RUA

4.1.1. Origem da família e local de moradia

A maioria das famílias dos meninos e das meninas trabalhadores precoces nas atividades de vendedores no sinal de trânsito, vendedores na noite, vendedoras de quentinhas, olheiros e meninas na prostituição, sujeitos desta tese, originou-se de outras cidades do interior do Estado.

O deslocamento deu-se por dois motivos: a) a necessidade de a família buscar trabalho ou melhores possibilidades de trabalho na capital do Estado; b) o rompimento dos casamentos dos pais, o que levou as mães a migrarem com os filhos ou um dos cônjuges a abandonar os filhos, ou ainda, os próprios filhos a abandonarem a família e migrarem sozinhos para João Pessoa, em busca de sua sobrevivência (abordamos estes aspectos no capítulo um).

Todos estes motivos se referem à existência de uma moradia. Moram em bairros da periferia, em cidades que compreendem a grande João Pessoa. A maioria volta para casa todos os dias. Alguns dormem nas ruas, nos finais de semana, porque, segundo eles, há mais movimento de clientes e as chances de trabalho são melhores. Os que dormem nas ruas, mesmo esporadicamente, são os olheiros.⁴⁵ As meninas na prostituição moram nas ruas - não têm onde dormir nem tomar banho. Quando realizamos parte da pesquisa algumas estavam na casa de acolhimento da Pastoral, e, no decorrer da pesquisa, algumas voltaram para as ruas. Percebemos que elas alternam um tempo nas ruas e outro na casa de acolhimento. Esta alternância decorre da dificuldade de abandonar a atividade.⁴⁶

4.1.2. Quando a rua é a única saída

⁴⁵ Esta categoria já foi explicitada no Capítulo um.

⁴⁶ Ainda neste capítulo (no item referente as meninas na prostituição) e no capítulo cinco abordaremos sobre o desejo e a dificuldade de abandonar esta atividade.

A rua parece converter-se para essas crianças e adolescentes em um espaço vital que oferece um conjunto de possibilidades de sobrevivência, por mais paradoxal que isto seja, uma vez que, para uma parcela significativa de crianças e adolescentes, a causa da ida para as ruas esteja ligada à falta de oportunidades de sobrevivência no mundo da casa, da comunidade e da escola. A rua também promoverá para meninos e meninas que nela vivem e trabalham o confinamento e a segregação. Mas é, também, um espaço físico que propicia a vivência da intersubjetividade, ao possibilitar relações sociais. Em estudo anterior sobre os meninos em condição de rua, Alberto (1997) demonstra que, dentre outras coisas, eles representam as ruas como lugar de trabalho. Os meninos consideram trabalho as atividades desenvolvidas como forma de conseguir dinheiro.

Muito já se falou sobre os motivos da ida para as ruas, mas, nesta tese, queremos chamar a atenção para o trabalho não só dos meninos e meninas **trabalhadores nas ruas**⁴⁷ mas também daqueles que se conceituaram como **meninos e meninas de rua** e que nós preferimos chamar **em condição de rua**.⁴⁸ Os dados empíricos dão conta de que meninos e meninas vão para as ruas para trabalhar, para ajudar na sobrevivência da família. Mas é preciso analisar isto com cuidado, para não se partir simplesmente para uma culpabilização da família. É preciso compreender-se a existência de uma família desestabilizada, precarizada na base da estruturação do trabalho precoce.

Os dados mostram que meninos e meninas saíram para as ruas diretamente para trabalhar, dada a necessidade de ajudar financeiramente a família ou cuidar de si próprios:

1. O pai não consegue manter sozinho a família, porque o que ganha é pouco, necessita que componentes dela também trabalhem, para juntos manterem-na.
2. O pai está desempregado, não consegue trabalho ou vive de biscate e os filhos precisam trabalhar para fazer o que anteriormente era tarefa do pai de família.
3. A mãe é separada ou foi abandonada pelo companheiro, precisa do trabalho dos filhos ou filhas para sobreviver ou para ajudar na manutenção da família.

⁴⁷ Rizzini & Rizzini (1991), Battaglia (1993) e Koller & Hutz (1996)

⁴⁸ Ver esta discussão que fizemos no capítulo três.

4. O casamento dos pais acabou, a violência no contexto familiar impulsiona a mãe a abandonar a família, levando apenas um ou poucos filhos. Aquele que ficou precisou se manter e foi trabalhar nas ruas.

4.1.3. A atividade de rua como a única possível

Compreendemos a partir, do material empírico, que não é possível analisar a inserção nas atividades informais de rua como uma escolha exata, porque não existiam outras opções. Mas há, sem dúvida, algumas condições que levam os meninos e meninas sujeitos desta tese, a trabalhar como vendedores e vendedoras, olheiros e meninas na prostituição:

1. Há um contexto que propicia a oferta de “oportunidades” de trabalho em especial entre pessoas dispostas a usar esta mão-de-obra – clientes ou patrões.

2. Existe uma rede de recrutamento⁴⁹ no interior das relações sociais mais próximas amizade e parentesco. O recrutador transmite a prescrição da atividade de trabalho: o que fazer e como fazer.

3. Descobrem que o único recurso de que dispõem como estratégia de sobrevivência é o próprio corpo e que a rua é o lugar propício para se trabalhar.

4. Não têm formação profissional, nem escolaridade. As exigências para a inserção nas ruas não são aquelas dos canais institucionais. A inserção se dá por meio das redes de recrutamento.

5. A entrada no mercado de trabalho da criança e do adolescente depende de fatores culturais, da posição social que a família ocupa e do acesso a serviços de assistência pública.

Cervini e Burger (1991: 24), em pesquisa sobre o trabalho infanto-juvenil nas ruas, afirmam que cabe a família a decisão a respeito de quem entrar para participar: cabe a família: (...) *estão ligadas a posição que a família ocupa na estrutura social e as suas condições de acesso aos serviços públicos*. Deste modo, é possível compreender que a situação sócio-econômica vivida pela família tem relação com a inserção precoce dos meninos e meninas em condição de rua no trabalho. Os seguintes dados empíricos possibilitam, ainda, se fazer um outro tipo de relação: tem a ver com a

⁴⁹ Sobre redes de recrutamento, ver Alvim (1979), Lopes (1979), Macedo (1993) e Athayde (1996).

estrutura organizacional da família, o tipo de atividade em que meninos e meninas vão se envolver:

1. Se a família não for fragmentada, isto é, se tiver os pais ou um deles como pilastra da organização social⁵⁰ os meninos e meninas exercerão as atividades de trabalho que exigem um estilo de vida mais organizado, com horários para trabalhar, voltar para casa, estudar etc. Podemos observar isto nos meninos e meninas vendedores.
2. Se a família for fragmentada, ou seja, não tiver os pais ou um deles como a pilastra da organização ou com padrões pouco rígidos de comportamentos, os meninos ficarão mais tempo nas ruas, dormindo parte da semana, e exercerão as atividades de olheiros.
3. Se a família for fragmentada, ou seja, não tiver os pais ou um deles como a pilastra da organização ou um deles desrespeitar o código social da proibição do incesto e violentar a menina, a vida dela será desorganizada, sem lugar para morar, sem horários para trabalhar, inclusive sem local fixo e sem estudar. As meninas serão vítimas da prostituição.

Analisar e compreender a inserção precoce nas atividades informais de rua é complexo porque envolve fatores variados, desde os sociais e políticos apontados no capítulo 1,⁵¹ até à posição que a família ocupa no acesso a serviços públicos, além do papel que a família desempenha na entrada dos trabalhadores e das trabalhadoras precoces no mercado de trabalho.

Um aspecto pertinente, que faz parte dessa complexidade e que observamos através da pesquisa empírica, é a estruturação da informalidade na rua. É interessante analisar esta economia que se configura na informalidade: ela se consubstancia numa economia da pobreza. Todo um arsenal de improvisos e inconstâncias arregimenta-se para fazer funcionar um mercado de vendas variadas, que vai até o cliente, cria demandas dentro de contextos específicos. Fazem circular capital sendo este atrelado ao mercado formal e uma forma de economia que efetivamente mantém um número de trabalhadores desconhecidos pelas estatísticas oficiais, os quais recriam formas de economia e de trabalho e dela sobrevivem. Desempenham papel importante na

⁵⁰ Por estrutura social estamos considerando aquela que liga o menino ou a menina ao grupo familiar.

⁵¹ Ver causas do trabalho precoce, cap. 1.

economia dos Estados e das cidades, principalmente aquelas que têm nos aspectos culturais uma fonte de renda que aquece a economia.

A intensificação da crise econômica dos países do terceiro mundo, a qual impulsiona os trabalhadores a buscarem estratégias de sobrevivência, desenha uma economia de caráter multiforme. Nesta coabitam atividades formais e informais (Lautier, 1997).

A dinâmica das atividades informais é impulsionada pela facilidade de entrada, pelas oportunidades oferecidas. Caracterizada por estratégias de sobrevivência para trabalhadores cujas características principais são serem migrantes ou recém-chegados ao mercado de trabalho (jovens, crianças, mulheres) e idosos, cujo ritmo de trabalho seria inferior à média. Todos têm baixo nível de escolaridade, dispostos a receber como pagamento alguns poucos dinheiros miúdos que se denominam de trabalho no linguajar popular, com pouca ou sem nenhuma qualificação técnica. A destreza necessária é adquirida na realização da atividade de trabalho. Os critérios de contratação repousam nas relações de parentesco e/ou amizade. São trabalhadores que, - dentro da característica multiforme da informalidade, compõem aquele grupo cujos direitos sociais e civis são limitados e frágeis, como se pudessem compor uma camada inferior dentro da camada social dos cidadãos cuja cidadania é fragmentada (Lautier, 1997).

4.2. TIPOS DE ATIVIDADES

Apresentaremos a seguir a organização e a estruturação das atividades de vendedores no sinal, vendedores na noite, olheiros de carros, vendedoras de quentinhas e meninas vítimas da prostituição.

4.2.1. Vendedores no sinal de trânsito

Nesta pesquisa, usamos a categoria vendedores e vendedoras para referir-nos particularmente às crianças e aos adolescentes em condição de rua, os quais vendem acerola, caju, feijão, laranja, manga e morango, em um sinal de trânsito no centro da cidade de João Pessoa. Nesta atividade não há meninas.

4.2.2. Vendedores na noite

Tais vendedores são crianças e adolescentes do sexo masculino e do feminino que vendem bijuterias, refrigerantes, cerveja, doces e balas nas ruas de João Pessoa, à noite.

4.2.3. Vendedoras de quentinhas

Esta é a categoria de adolescentes trabalhadoras nas atividades informais em condição de rua, as quais vendem quentinhas com almoço no Ponto de Cem Réis, em João Pessoa.

4.2.4. Olheiros de carros

Os olheiros são crianças e adolescentes do sexo masculino que olham e lavam carros no centro e na orla marítima da referida cidade.

4.2.5. Meninas na prostituição

Elas são adolescentes que fazem programas nas ruas da cidade de João Pessoa. Programa é uma categoria empírica. É uma das denominações que as meninas dão ao desempenho da atividade de prostituição, compreendido pelo ato de sair e manter relações sexuais com um cliente em troca de um pagamento.

4.3. CONDIÇÕES DE TRABALHO E VIDA PRECÁRIAS

Por condições de trabalho entenda-se a influência exercida pelo meio laboral e de vida sobre o menino e a menina, atingindo-lhes o corpo. As condições de trabalho estão diretamente ligadas às condições de vida desses sujeitos, de modo que a própria saída de casa para as ruas já é uma prática explicada pelas condições de vida.

As condições de trabalho expõem a vulnerabilidade dos meninos e meninas a dois agentes agressivos: vida precária com alimentação e moradia inadequadas e situações de riscos sociais, físicos, químicos e biológicos. Para todos os meninos e meninas das quatro atividades, as condições de vida são precárias, uma vez que, as famílias da maioria dos sujeitos enfrentam dificuldades - mães sozinhas criando as famílias ou pais desempregados, biscateiros em situações que obriga essas crianças e adolescentes e outros irmãos e irmãs a trabalharem precocemente. Parte desses meninos e meninas garantem a feira da família e o pagamento de água e energia. A precariedade da vida começa para muitos deles e delas com o deslocamento para o trabalho, o que muitas vezes é feito a pé.

Os meninos **vendedores no sinal de trânsito** são trabalhadores temporariamente fixos. Comparando esses tipos a outros trabalhadores do comércio, percebemos uma acentuada precarização, como a falta de infra-estrutura.

Eles próprios custeiam a alimentação que é feita nas ruas se ganharem dinheiro. A maioria dos alimentos é feita a base de carboidratos. Apesar de venderem frutas,

raramente ingerem-nas. A existência de pausa para a alimentação está diretamente ligada ao tipo de ocupação, empregado ou autônomo (que trabalha para a família). O primeiro grupo, aqueles que trabalham para a família, descansam pelo menos uma hora após o almoço, enquanto o segundo, que trabalha para um patrão, não desfruta este direito, o que levou estes meninos empregados a criarem um macete, que consiste em retornar ao ponto de modo lento, fazendo algumas paradas e conversando com os pares.

As condições de vida e de trabalho criam diferentes níveis de precarização, dependendo isto da relação de trabalho. Os vendedores que trabalham para a família têm certa autonomia, o que lhes possibilita o controle sobre o uso e o domínio do tempo. É porém, mais precária a infra-estrutura para transportes e para a aquisição das mercadorias. Os que trabalham para um patrão não dispõem desta autonomia, conseqüentemente, não são donos do seu tempo.

Quanto às condições de trabalho das meninas **vendedoras de quentinha**, também há uma condição de precarização: a falta de infra-estrutura para a realização do trabalho e para o funcionamento do local como ponto de comercialização. O ponto, na avaliação delas, não apresenta condições de higiene. É sujo e exala mau cheiro, conforme observação nossa e depoimentos delas:

“Esse lugar de trabalhar dá mal-estar, por conta da catinga de mijo aí”.(Entrevista coletiva).

Além do pagamento que recebem, elas têm direitos a alimentar-se das quentinhas. Portanto, alimentam-se nas ruas, nos locais de trabalho, em momentos de pouco movimento, quando basicamente já têm vendido a maior parte delas.

As condições de trabalho desta atividade demonstra a precariedade do setor serviços nesse país, principalmente daqueles atribuídos a trabalhadores. A existência desse tipo de atividade precarizada na informalidade, deve-se a inexistência, nas empresas e no Estado, de serviços de assistência à alimentação dos trabalhadores (a maioria da clientela é de comerciários, trabalhadores informais e aposentados), que precisam fazer uso do que existe, considerando-se os baixos salários que recebem.

Quanto aos meninos **olheiros**, a alimentação diária também está condicionada a ganharem dinheiro. Não obstante, aqueles que trabalham no Pátio da Catedral têm uma alimentação mais balanceada: almoçam no Clube do Menor, uma ONG que faz

assistência social junto aos meninos trabalhadores. Já os olheiros que trabalham na orla marítima fazem as refeições nas barracas próximas ao *ponto* de trabalho ou compram aos vendedores ambulantes nômades, que vendem refeições e lanches..

Em comparação com os meninos e meninas das outras atividades, as meninas **vítimas da prostituição** têm condições de vida ainda mais precárias, uma vez que vivem, dormem, alimentam-se, tomam banho, fazem todas as suas necessidades nas ruas, como pode ser verificado no depoimento a seguir:

“(...) dormia lá no posto de gasolina, lá perto da rodoviária. Eu dormia ali, dentro de um carro. Aí eu só sei que toda noite eu ia pra lá, aí quando manhecia o dia, eu tava esperando o homem da loja, que abrisse, pra mim tomar banho. Que eu estava muito fedendo de suor. Eu esperava ele, aí ele chegava, me dava um real. Aí eu ia comprar uma quentinha, lá na rodoviária” (Feminino, 14).

Segundo Gomes (1996: 253), (...) *o fato de se viver na rua já implica em negação de condições mínimas que assegurem uma qualidade de vida adequada. Por outro lado, além de comprometer a vida, o viver na rua pode ter como consequência o pior: a morte.*

4.3.1. Riscos

Todos os meninos e meninas estão expostos a situações de riscos. Embora algumas atividades exponham mais do que outras, há riscos que são comuns a todos, como por exemplo, a exposição ao sol, à chuva e à poluição da fuligem dos carros ou da poeira do asfalto, a violência nas ruas e as drogas.

Uma outra situação de risco a que todos estão vulneráveis é a violência, que pode ocorrer com palavra, agressão física, assalto, roubo e brigas. Os autores da violência são transeuntes, policiais, os pares, os clientes.

Os meninos e meninas de todas as atividades, objeto de estudo desta tese estão expostos e são vítimas de agressões verbais por parte de transeuntes que os tomam por marginais. Não obstante, os meninos **vendedores na noite** também são vulneráveis a emboscadas por parte de indivíduos ou grupos que tomam seus pertences e os maltratam. Os meninos **olheiros** que trabalham na orla marítima são na maioria deles meninos que passam a noite acordados e dormem durante as manhãs. Estão expostos às ações das pessoas que tocam fogo nos papelões que servem de cama. Também são

vítimas da arbitrariedade do policial, o qual também os vê como marginais em potencial, e, sob qualquer alegação, “fazem a revista” para ver se têm *cola de sapateiro* ou ameaçam-lhes levar presos, sem flagrante e sem mandato judicial, principalmente sendo menores.⁵² As meninas **vendedoras de quentinhas** são vulneráveis aos riscos decorrentes das brigas que há no território envolvendo armas brancas e armas de fogo. Os riscos de violência física, no caso das meninas **vítimas da prostituição**, podem, segundo elas, levar até mesmo à morte, o que efetivamente já aconteceu com algumas meninas que foram assassinadas após um programa.

Um outro tipo de violência a que todos esses meninos e meninas estão expostos é a violência institucional, compreendida pela inexistência de políticas sociais e pela omissão do Estado na garantia dos direitos. Há um tipo de violência que é um misto da negligência familiar e da omissão do Estado: uma parcela desses meninos e dessas meninas não existem enquanto cidadãos. Não têm documentos.

É também uma violência institucional o fato de que o Estado tem conhecimento de crianças e adolescentes trabalhando, inclusive na prostituição, e ausenta-se das suas responsabilidades, pois não atua no sentido de coibir esta prática.

Mas há ainda aquelas situações de risco que são inerentes às exigências de cada atividade.

Os meninos **vendedores no sinal de trânsito** estão expostos à três situações de risco: postura em pé o dia todo, atropelamento e carregamento de peso. Eles carregam caixotes que pesam entre 15Kg e 30 Kg. As distâncias do deslocamento variam, podendo ocorrer que se transportem para uma distância de 100m a 300m.

Tanto os **vendedores no sinal** de trânsito quanto os **olheiros de carros** estão expostos aos riscos de atropelamento. Aos primeiros o atropelamento pode ocorrer em três situações: quando o sinal abre, quando eles correm atrás dos carros e quando há incidentes. Nestas situações, eles ficam em meio aos carros em movimento. Para os olheiros os riscos decorrem do posicionamento atrás dos carros (as posições desses meninos podem dificultar a visão do motorista) ou da tentativa de parar o trânsito a fim do cliente movimentar o veículo.

⁵² A prisão do menor de idade sem flagrante ou mandato judicial é proibida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, Art. 106 (BRASIL, 1991).

Os meninos **olheiros de carro** também estão expostos a situações de riscos decorrentes dos produtos químicos que usam para lavar os carros, sabão, cera e querosene e as posturas, inerentes a atividade de lavar os carros.

Para os meninos **vendedores na noite** há os riscos para a saúde inerentes ao pouco sono, principalmente o noturno. Para eles a ausência do sono noturno é mais grave, devido ao fato de serem crianças e adolescentes em processo de desenvolvimento. Neste caso há variabilidade, pois a média de sono que dormem varia de quatro a seis horas por dia.

Estes aspectos dos riscos relativos à ausência do sono noturno são abordados por Moura (1995: 16), para quem, a

(...) sincronização entre o funcionamento do sistema responsável pela vigília e o ritmo social, que define o circuito neuronal responsável pela vigília permaneça mais ativo de dia e menos ativo à noite, pode alterar o sono se for forçado o circuito pela noite. A situação se agrava quando o trabalho é realizado à noite, o que é freqüente.

Observamos e constatamos, a partir dos depoimentos, que as meninas **vendedoras de quentinhas** estão expostas às seguintes situações de risco:

1. As posições impróprias que o trabalho exige, uma vez que estão em fase de crescimento. Permanecem sentadas, com a coluna curvada, durante quase toda a jornada de trabalho.
2. Os odores danosos para a saúde. O local onde trabalham serve, principalmente à noite, de sanitário público.
3. O assédio sexual de que são vítimas, por parte dos homens que ocupam o ponto (há predominante homens no local, pouquíssimas mulheres). O assédio consiste em ações variadas: beijos e abraços inesperados (sorrateiros, de surpresa, pelas costas, imobilizando os braços das meninas que se debatem para defender-se e soltar-se), toques (também inesperados, inclusive em partes íntimas, como as nádegas), ofensas verbais quando as meninas reclamam (por serem agarradas sem o consentir), perguntas indiscretas sobre suas vestimentas ou ainda cortejamento com palavras.

As meninas **vítimas da prostituição** estão expostas a vários tipos de riscos, dentre os quais a violência, que se apresenta sob uma configuração multifacetada: há

agentes químicos e biológicos. Os agentes biológicos são as doenças sexualmente transmissíveis.

As meninas sabem da existência dos riscos de doenças sexualmente transmissíveis (DST), conhecem a sua origem e a forma de proteger-se, relacionam a doença com a atividade que desempenham, mas, segundo elas, nem sempre conseguem proteger-se: o cliente não aceita o uso de preservativos. Não podendo se impor, elas são obrigadas a correr o risco, conforme mostram os depoimentos a seguir:

“Aí eu já sabia que era doença, assim que eu saía sem camisinha”.(M., Feminino, 14 anos).

“Eles num quer usá camisinha” (F., Feminino 13 anos).

O que antes era apenas um risco iminente torna-se real, o corpo adocece:

“Eu tenho assim, um escorrimento assim. Aí a irmã pegou, levou eu para o hospital; eu fiz exame de urina, aí o doutô disse que eu não tinha nada, mas ele passou uma pomada, uma pomada que eu boto aqui assim. Só sei que eu miorei, porque, quando eu cheguei pra cá, eu estava com umas ferida no braço, no corpo... Aí eu disse: “oxe, o que é isso?” A irmã disse: “É negócio que você saía com os home sem camisinha. Aí eu disse: Acho que sim, né? Eu tinha um negócio vermei como uma espinha. Aí eu só sei que a irmã me levou pra o hospital. Aí a médica pegou e passou um sabonete. Sabonete de coceira. Toda vez que eu tomava banho eu passava. Aí quando eu cheguei pra cá eu era com uma dor aqui do lado das minha costa. Aí eu começava a gritar: Aí, ai que dor. Aí a irmã dizia: “O que é?” É um negócio doendo aqui debaixo das minhas perna...” Que quando eu assim fazer relação eu fazia toda de mau jeito...” (C., Feminino, 14 anos).

Quanto às meninas **vítimas da prostituição**, os vários tipos de violências a que estão expostas deixam de ser apenas uma probabilidade de perigo e passam a ser uma constante vivenciada por elas. Além dos vários tipos de violência, já citados como comum a todos os meninos e meninas trabalhadores nas atividades informais nas ruas, as meninas na prostituição também são vítimas dos seguintes tipos de violências:

4.3.2. Violência à condição humana

Estão submetidas à violência de ter que se prostituir, ainda criança, para poder sobreviver. As meninas são violentadas por uma sociedade que não lhes garante os direitos fundamentais inerentes à pessoa em condição de desenvolvimento, alimentação, moradia, saúde e cujos membros dessa sociedade são os prostituidores.

Elas também estão expostas aos riscos da vida em gueto, pois, segundo elas, a mulher que vive nas ruas é incondicionalmente associada pela sociedade a uma mulher vulgar, logo prostituta. A vida em gueto é uma situação que leva as meninas a serem estigmatizadas pela sociedade como vagabundas ou marginais, se não ambas (Madeira, 1997; Gomes, 1996 e Roberts, 1998). Por serem meninas essa estigmatização é ainda maior (este aspecto será retomado no capítulo cinco).

A estigmatização não será objeto nesta tese de exploração. Está sendo considerada apenas para efeito de constatação da sua existência da mesma na relação da sociedade com as meninas vítimas da prostituição e em condição de rua. Compreendemos o estigma conforme a referência do Goffman (1988), como “um atributo profundamente depreciativo”. Isto leva o estigmatizado, segundo o referido autor, a ter as mesmas crenças em relação ao seu estigma que o restante da sociedade, inclusive a concordar, em alguns momentos, que na verdade ele ficou abaixo do que realmente deveria ser.

A constatação da existência da estigmatização se deu no aparecimento de formas de tratamento depreciativo por parte dos meninos, dos transeuntes e na introjeção desse sentimento pelas próprias meninas. Referendamo-nos na literatura, conforme citamos acima.

4.3.3. Violência Familiar

Por outro lado, apesar dos vários tipos de violências de que são vítimas nas ruas, elas se ressentem mais ainda pela violência no contexto da família: a violência do abandono e/ou negligência da família. Elas acusam e responsabilizam a família pelas condições de vida, assim como aqueles que deveriam ser os seus protetores:

“(...) agora eu boto culpa sabe nim quem? Na minha mãe, porque ela fez isso comigo, me abandonou, com dez anos assim eu fui menina de programa (Feminino, 14 anos)”.

Outra forma de violência institucional decorre da Lei, que não é cumprida, e da folga que existe na legislação, na falta de controle. Nem os motéis nem as pousadas pedem os documentos das meninas vítimas da prostituição, quando elas se adentram em um lugar como esses. Aliás, esta é uma obrigação prevista no ECA (Art. 82), o

qual determina, inclusive, a punição do infrator. Mas o Estado não tem fiscalização nem controle sobre esta questão.

Os dados, a partir do exposto, ajudam a compreender por que essas meninas denominam o que fazem de **viver na batalha**. Para quem vive nesse contexto, enfrentando riscos, inclusive o de violência, sobreviver é travar com a própria vida e com as infidelidades do meio (Canguilhem, 1990), uma constante batalha; é ser capaz de reagir, criando e instituindo novas normas biológicas e psicológicas, criando uma margem de tolerância ao meio e criando a cada obstáculo novas formas de enfrentamento. É, fazer uso de uma inteligência artilosa, que possibilite a vivência da saúde física e psíquica, mesmo neste contexto.

O tratamento violento dispensado às prostitutas, conforme vimos no capítulo 3, é um aspecto que se consolidou historicamente, de conformidade com o papel que foi sendo delegado às mulheres, no contexto das relações sociais de sexo. Doutra parte, os vários tipos de violência de que são vítimas as meninas na prostituição constata o que Saffioti (1989), Azevedo e Guerra (1993) denominam de violência intergeracional em uma sociedade androcêntrica e adultocêntrica, ou seja, dominada por homens e adultos, os quais partem do pressuposto de que podem e devem violentar as mulheres, principalmente as meninas em condição de rua e que, acima de tudo naturalizam esta percepção. As conseqüências dessa violência são outro aspecto do problema, uma vez que podem gerar seqüelas físicas e psíquicas (Azevedo e Guerra, 1993) e (BRASIL, 1999).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Art. 5, 17, 18) garante a estes sujeitos o direito à preservação da integridade física e moral e determina punição para quem atentar contra esse direito. Compreendemos que a vitimização das meninas existe porque existem prostituidores: exploradores e clientes. Os programas educativos e informativos, inclusive aqueles veiculados pelos meios de comunicação, contra a prostituição infanto-juvenil não atacam a raiz dos problemas que são a investigação pelos órgãos competente e a penalização dos exploradores e dos usuários, que compõem a clientela dessas meninas.

A Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI – sobre a Prostituição Infanto-Juvenil na Paraíba, da Assembléia Legislativa da Paraíba, foi instalada no dia 07 de agosto de 1997, com o objetivo de (...) *investigar as denúncias, identificar as causas, preparar diagnóstico da realidade paraibana, sugerir medidas as instituições*

e agentes públicos dos municípios, do Estado e no âmbito federal, bem como ao conjunto da sociedade civil. (PARAÍBA, 1999: 2).

A CPI, embora aponte nomes de envolvidos, cite pontos de exploração e aponte encaminhamentos para os órgãos competentes, transforma o problema da exploração da prostituição infanto-juvenil em algo tão complexo que os setores responsáveis e inclusive a própria CPI, não conseguiram identificar esses agentes exploradores, conforme mostra este trecho do relatório da referida comissão (1999):

(...) um aspecto que podemos constatar é que muitas pessoas sabem muita coisa sobre a prostituição e têm medo de revelar. (...). Muita gente fica nas declarações genéricas. (...). Como fazer um relatório circunstanciado se as pessoas que são chamadas para depor não revelam o que sabem? Têm medo de se expor e não querem que o seu nome saia como denunciante. O Poder Público quando não é omissivo no enfrentamento da questão, é conivente, não permitindo que os processos que envolvem cafetinas e cafetões, que têm costas largas, e os usuários, figurões influentes, sejam também responsabilizados por essa chaga social e não sejam processados e punidos. (PARAÍBA, 1999).

São fatos que causam no mínimo estranheza, pois, se um pesquisador,⁵³ fazendo pesquisa nas ruas, observando o cotidiano delas e conversando com elas, consegue identificar vários aspectos e os locais onde há pontos de prostituição infanto-juvenil, o que dizer de representantes do poder legislativo.

4.4. A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PRECOCE NAS RUAS

Com a revolução industrial, a divisão social do trabalho segmentou o processo de trabalho de acordo com os ramos de atividades, dentro de modelos de organizações definidas. Embora estes modelos não fossem homogêneos, coabitaram diversas formas, dependendo da etapa de desenvolvimento de cada país. Por exemplo: o taylorismo, o fordismo e o modelo japonês.

O trabalho que não tem uma forma previamente definida é visto como desorganizado, caótico. Isto se dá com as atividades informais de trabalho. A percepção que a maioria das pessoas têm da informalidade como algo desestruturado provém, dentre outros aspectos, da variabilidade presente a este tipo de atividade, uma vez que se encontram nas ruas uma pluralidade de atividades e ocupações

⁵³ Sobre prostituição infanto-juvenil na Paraíba, ver também a dissertação de mestrado em serviço social, de Araújo (1997).

profissionais, algumas ainda não definidas como profissão. Por exemplo: olheiros de carro.

Por organização do trabalho está sendo entendida a integração do menino e da menina a um espaço organizado, normalizado e regrado para exercer suas atividades. Na pesquisa com meninos e meninas em condição de rua, compreendemos que, dentro desta variabilidade, há nas ruas um sistema de comércio que conta com a estruturação das atividades e das relações de trabalho a que ambos estão submetidos.

Meirelles (1998: 65) também chama a atenção para a existência de uma estrutura organizada na atividade informal do tráfico no município do Rio de Janeiro:

(...) o tráfico ilícito de drogas é antes de tudo uma organização e como tal apresenta um conjunto de normas e procedimentos, essenciais para garantir o seu funcionamento. (...) o tráfico na favela apresenta uma estrutura organizacional semelhante a de uma empresa, porém como ela é de base popular há variações de acordo com os seus códigos sociais e culturais de convivência.

O trabalho precoce estrutura a vida cotidiana, treina o corpo e a mente com tarefas esquematizadas – hábitos, horários de chegada e saída das refeições e das tarefas, que variam dependendo do tipo de atividade e de produto.

O material empírico encaminha-nos no sentido de reconhecer que a organização do trabalho precoce nas atividades informais em condição de rua estrutura-se sobre seis aspectos básicos, que se entrecruzam: a territorialização; a estruturação da atividade; a inserção e aprendizagem; as relações sociais de trabalho; as exigências e competências e as relações sociais de sexo com a divisão sexual do trabalho:

1. A territorialização – Chamamos de territorialização a apropriação do espaço urbano por indivíduos ou grupos que traçam uma linha imaginária demarcatória da utilização do território. Há nas ruas um processo de territorialização que consiste no esquadramento do espaço urbano com a sua conseqüente divisão entre os grupos que o ocupam para trabalhar, transformando-se cada território em um ponto de trabalho. Essa territorialização é feita não só por trabalhadores e trabalhadoras precoces, mas também por outros sujeitos que habitam as ruas para trabalhar, morar, pedir, consumir drogas etc.

Vieira et al. (1994), em pesquisa realizada sobre a população de rua de São Paulo, também dá conta da existência e demarcação do território, o que eles chamam de circunscrição geográfica ou de um espaço sócio-geográfico delimitado.

O ponto⁵⁴ compreende uma subdivisão do território que pode ser ocupado por um subgrupo ou por uma pessoa cotidianamente. O ponto assume, no discurso dos trabalhadores e das trabalhadoras em condição de rua, uma característica peculiar, uma vez que funciona como um local de trabalho.

2. As relações sociais de trabalho – Há os trabalhadores autônomos, que trabalham para si ou para a família, e os empregados, que trabalham para um patrão a quem chamam de *dono* (trata-se de uma referência em que este patrão é o dono das mercadorias que comercializa).

As atividades são desempenhadas em grupo ou individualmente. Quando são feitas em grupo, constituem verdadeiros coletivos de trabalho⁵⁵.

Há hierarquia nas cinco atividades objeto desta pesquisa. A hierarquia é estabelecida ou pelo *dono* ou pelo grupo que ocupa um determinado território. Nas atividades de vendedores no sinal, vendedores na noite e vendedoras de quentinha, onde há presença de um *dono* esta hierarquia é rígida e autoritária. Nas atividades de olheiros e meninas na prostituição, a hierarquia baseia-se no critério de antiguidade na ocupação e é mais consensual.

3. Estruturação da atividade – Este aspecto compreende o processo de territorialização do local com a divisão por pontos de trabalho. Embora nem todas as atividades de trabalho dos meninos e meninas se configurem em coletivos de trabalho, constituídos pelos trabalhadores para elaborar (mesmo inconscientemente) as defesas (coletivos de defesa) e as maneiras de trabalhar em conjunto (coletivos de regras) (Dejours e Abdouchelli, 1994). Nas atividades exercidas por coletivos eles estabelecem, apesar da competição recíproca, relações de cooperação de convivência e solidariedade, com objetivos de: conseguir sobreviver na rua e da rua, enfrentar a solidão da vida e as adversidades do meio, trocas decorrentes das necessidades idiossincráticas, defender-se de outros, realizar determinadas atividades, elaborar ideologias defensivas.

⁵⁴ Ver também sobre ponto o capítulo 2, item 2.2.4.

⁵⁵ A definição de coletivos de trabalho encontra-se no capítulo 2, item 2.1.5.1.

4. Inserção e aprendizagem – Refere-se este item às formas de os trabalhadores e trabalhadoras precoces começarem o processo de ocupação do ponto e a de aprenderem a desempenhar as atividades. A forma de inserção, por sua vez, inscreve-se num sistema de redes de solidariedade que estrutura as atividades de trabalho informais: amizade e parentesco.

A aprendizagem se dá mediante a transmissão oral e prática das tarefas que são feitas, inicialmente, por aquela pessoa que os inseriu naquela atividade. E a aprendizagem tem continuidade com a observação do desempenho das tarefas pelos demais trabalhadores.

5. Exigências e competências – Estes fatores referem-se às prescrições, regras de trabalho e disciplinamento do território, regras de convivência e qualificação para desempenhar as atividades.

6. Sexuação e hierarquia do trabalho precoce – A inserção precoce se dá segundo uma construção social que hierarquiza os trabalho entre meninos e meninas. Tudo o que na rua é hierarquicamente inferior é destinado à menina. O que requer força e “esperteza” é destinado aos meninos.

4.4.1. AS PRESSÕES DAS REGRAS DE DISCIPLINAMENTO E DAS EXIGÊNCIAS DA ATIVIDADE DE TRABALHO

4.4.1.1. Estruturação das atividades: hierarquia e regras de trabalho

As regras colocam distâncias, limites, balizam a vida no trabalho e ajudam a orientar os trabalhadores. Elas introduzem a dimensão da Lei (Cru, 1987). As regras são, códigos orais, isto é, registros de formas grupais explorados no inventário da língua. Esse código oral é a língua que transmite as regras e que estrutura as atividades nos territórios, nos pontos, e que possibilita a convivência nas ruas.

Segundo Cru (1987: 04) as regras,

(...) de uma maneira subjacente, permitem a eclosão de uma arte de viver da língua de ofício. A arte de viver e a língua transmitem as regras, não pela repetição de formulações estereotipadas, mas por uma encenação e palavras adaptadas às circunstâncias e aos homens pelos próprios atores.

Cru (1987a), em estudo sobre a relação do tempo dos talhadores de pedra na França, denomina de regras de ofício as regras que regem as relações entre os

trabalhadores. São regras elaboradas pelos trabalhadores. O referido autor estrutura esta noção a partir dos coletivos de trabalho que se constituem naquela atividade.

Embora haja, no trabalho precoce nas atividades informais de rua, uma parcela significativa de individualismo, também há coletivos de trabalho. Coletivos de trabalho são quando vários meninos precisam trabalhar em comum para executar a tarefa ou, como diz Cru (1987a), (...) *vários trabalhadores concorrem para uma obra comum*. Embora nem todas estas atividades de trabalho, objetos desta tese, tenham coletivos de trabalho, as regras de ofício são úteis para a análise, dadas as funções que lhes são atribuídas por Cru: as regras colocam distâncias e limites, estruturam a vida no trabalho e ajudam na orientação dos trabalhadores.

O coletivo de regra é o meio de transmitir as regras de ofício. Essas regras estabelecem o consenso concernente às maneiras de trabalhar em conjunto e fornecem as bases fundamentais e necessárias à elaboração das relações de confiança entre os trabalhadores. As regras dizem respeito às condutas, as maneiras de se manifestar, servem de referências às arbitragens e aos julgamentos (Dejours e Abdouchelli, 1994).

Há também o coletivo de defesa, o qual tem um papel essencial na própria estruturação do coletivo de trabalho, na sua coesão e estabilização. Esse coletivo é necessário para a continuação do trabalho e adaptação às pressões para evitar a doença. Essa estratégia de defesa é transformada em ideologia defensiva, ou seja, um programa de ação coletiva. Os coletivos de defesa protegem o grupo das pressões da organização do trabalho, inclusive o dos trabalhadores que puderem minar essas defesas. (*ibid*).

Nas atividades de trabalho dos meninos e das meninas, as regras estão presentes à ocupação do espaço, à divisão de tarefas, até às formas de relacionar-se entre si, com os clientes e transeuntes. Mister se faz diferenciarmos aqui as regras coletivas das regras prescritas. As primeiras são criadas e vivenciadas pelos trabalhadores e trabalhadoras consensualmente e partilhadas pelo coletivo; as segundas são normas que vêm de fora, determinadas pelos *donos*.

Nas atividades de vendedores no sinal de trânsito, de vendedoras de quentinhas, de olheiros e vítimas da prostituição, a organização do trabalho se dá sob a forma de um quadro de regras de trabalho, elaboradas por quem vive no trabalho em condição de rua: crianças, adolescentes, jovens, adultos, autônomos, empregados e patrões. Essas regras compõem um código oral, de modo que o novato tem que se adequar a elas, se for aceito pelos mais antigos.

Há territorialização com a divisão em pontos de trabalho. Os pontos são considerados propriedades de indivíduos ou grupos, de modo que os outros podem circular em todos os pontos, mas não explorá-los. Sob este aspecto, lembra Cru (1987a) as regras garantem a cada um dos que as respeitam, a possibilidade de viver sua existência no local de trabalho.

Na atividade de **vendedor no sinal de trânsito**, os pontos de trabalho compõem-se de três partes: a) o ponto de venda, que é o espaço da rua nas proximidades dos sinais ocupados pelos vendedores e pela infra-estrutura precária que acompanha a atividade informal, como mercadorias e instrumentos de trabalho; b) o ponto de apoio onde repousa essa infra-estrutura; c) o ponto de permanência ocupado por cada menino (semelhante a um posto de trabalho⁵⁶).

Nesta atividade, a divisão de tarefas e a hierarquização se baseiam na idade e no gênero. Não há meninas nesta atividade. Às vezes, aparecem senhoras adultas, que permanecem no ponto por um curto período de tempo e têm como função a seleção das frutas.

Os *donos* organizam a divisão de tarefas, ensacam e organizam as frutas, auxiliados por um ajudante – às vezes um senhor idoso – que é também encarregado de substituí-lo. Um *dono*, dependendo de sua condição financeira, pode ter a posse de um ou vários pontos da cidade. Normalmente cada tipo de fruta ou legume comercializado tem um dono. Isto significa que, em cada ponto pode haver vários donos, já que há vários tipos de frutas ou de legumes.

Aos meninos e jovens que trabalham para um patrão compete descarregar o carro que traz as frutas, carregar para o ponto de apoio, organizar e vender. Depois eles mesmos escolhem as caixas que vão vender, empilham-no e levam-nas para o ponto. No final do dia, os meninos e os jovens guardam em uma casa que serve de apoio as mercadorias que sobraram.

Há entre eles uma regra tácita: uma pessoa que já tiver comprado pelo menos uma vez é cliente por direito; logo, a preferência de lhe vender outra vez é do menino que efetuou a primeira venda. Embora teoricamente todos concordem com isso, esta regra, na prática, nem sempre é respeitada. Quando o referido cliente aparece, todos correm para vender-lhe de modo que um passa a frente do outro, o que gera conflito.

⁵⁶ Esta não é uma categoria analítica desta tese. Nossa analogia veio à baila, apenas para dar ao leitor um modelo aproximado.

Um outro momento de conflito surge quando um menino combina uma venda com o cliente e outro menino toma-lhe a frente. São estas situações que, dependendo da quantidade de venda de cada um no dia, geram conflitos.

As frutas são originárias das zonas rurais dos municípios circunvizinhos ou de outras regiões do Brasil. Neste último caso, carecem de uma infra-estrutura de transporte, da qual os meninos e suas famílias não dispõem, mas os “donos” sim. No caso dos meninos que trabalham para a própria família, o transporte das mercadorias que comercializam é feito nos ombros, em bicicletas, carrinhos de mão ou ainda, de modo raro, em carros alugados.

O tempo de abertura e de fechamento do sinal dita o ritmo de trabalho deles. Este ritmo está sujeito às alterações externas, como por exemplo, mudanças feitas pelo Departamento de Trânsito da Paraíba – DETRAN-PB –, para aumentar ou diminuir a intensidade e o ritmo do trânsito. O tempo de abertura e de fechamento do sinal varia de um minuto a trinta segundos.

O tempo em que o sinal permanece fechado para os carros possibilita aos meninos oferecer e convencer o cliente a comprar, efetuar a negociação, entregar o produto, receber o dinheiro, passar troco e repetir as ações até vencer a fila que se forma em determinados horários de pique.

Não há territorialização no caso dos meninos **vendedores na noite**. Como eles são nômades, não há regras em termos da ocupação prévia. Em princípio, todos podem circular e vender suas mercadorias. Mas há variabilidade, que é marcada por vários aspectos culturais, como dias de festas religiosas ou profanas. Neste caso, a territorialização faz-se mediante uma hierarquização baseada na idade ou na força física.

Há uma série de prescrições para o desempenho dessas atividades: a) há uma regra prescrita pelo *dono ou dona* de não poder parar a fim de conversar ou fazer algo semelhante, o que pode significar perda de tempo; b) necessitam abordar os clientes nos locais onde se encontram: lojas, bares, barracas etc –, o que significa terem de entrar em estabelecimentos, sob pena de ser expulsos por invadirem áreas particulares e de estabelecimentos que zelam pela tranquilidade dos seus clientes; c) precisam estar sempre circulando e repetindo a demonstração do produto, anunciando preço e qualidade; d) não podem identificar para terceiros o *patrão* ou *patroa* para

quem trabalham. Alguns têm consciência de que os patrões não querem ser identificados “porque é proibido criança trabalhar”. Mas, mesmo tendo consciência eles aceitam isso, porque, segundo eles, precisam trabalhar para ajudar a família. Se forem flagrados revelando, perdem a vaga de trabalho.

O controle que os *patrões* exercem sobre estes meninos é feito a partir de um processo de disciplinamento compreendido por ameaças e vigilância feitas pelos próprios meninos. A transgressão é para eles uma estratégia de defesa diante desse poder, que eles próprios identificam como ilegal. Os meninos arriscam-se, param e conversam, inclusive, com estranhos que querem saber sobre o trabalho deles. Justificam a transgressão alegando que diante de uma boa conversa, eles até podem convencer um cliente desinteressado que, diante da perspicácia ou, como dizem eles, “*dependedo da lábia*”, podem até comprar. É o individualismo que marca os processos de singularização, mas também o caráter viril⁵⁷ que assume tais transgressões e diferenciam (cultural e socialmente) o desempenho de meninos do de meninas. Enquanto elas são socializadas para ser cordatas e obedientes, eles o são para serem livres, autônomos, destemidos e desafiadores.

No tocante as meninas **vendedoras de quentinhas**, os pontos de trabalho compreendem a área que cada vendedora ocupa com seu instrumental de trabalho. As regras para a divisão do território são feitas a partir da hierarquização baseada no critério da antiguidade da ocupação. Isto significa que as pessoas novatas respeitam os espaços já ocupados, assim como as mais antigas ocupam os espaços considerados como os melhores, ou seja, aqueles que permitem uma maior exposição para os clientes. Sobre esta questão da ocupação deste território, observamos que há, constantemente, vigiando a praça fiscais da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Quando chega um outro trabalhador da informalidade e tenta instalar-se, os fiscais os expulsam rapidamente. Procuramos saber delas o porquê de elas não serem expulsas. A explicação dada foi que estes fiscais expulsam os ocupantes das áreas destinadas à circulação das pessoas.

Quanto aos instrumentos de trabalho das meninas vendedoras de quentinhas, trata-se de um conjunto de elementos improvisados que, após o desempenho das tarefas, necessitam ser recolhidos. Segundo depoimentos e observações, as meninas

⁵⁷ Sobre a virilidade trataremos no capítulo 5.

devem limpar, varrer e recolher o lixo do local que resultou da sua atividade de trabalho. Os instrumentos de trabalho são: uma caixa de isopor com capacidade para mais de cinquenta quentinhas em cada embalagem cabe aproximadamente 500g de comida, conforme informações. Dentro da caixa de isopor guardam-se copos descartáveis, guardanapos de papel, palitos, talheres descartáveis e garrafas com refresco.

O desempenho da atividade começa para as meninas, no local de trabalho com o recebimento da caixa de isopor, a qual é levada pelo próprio *dono (patrão)*. Elas conferem o número de quentinhas e o cardápio, organizam o ponto, dispendo estrategicamente os instrumentos usados para o desempenho da tarefa. E acomodam-se esperando os clientes. Diferentemente dos meninos vendedores, elas não ficam chamando o cliente nem fazendo propaganda, oferecendo em voz alta. Como a maioria dos compradores é composta de uma clientela certa, a presença da caixa de isopor já anuncia ao cliente que as quentinhas chegaram. E para aqueles que ainda não são clientes é a quentinha em cima da caixa que sinaliza o que há para vender dentro dela.

Não há meninos vendedores de quentinhas, mas há adultos do sexo masculino e do feminino. Segundo depoimentos, a explicação dada para não haver meninos é feita sob a forma de uma pergunta: “O pessoal vão deixar de comprar a uma menina, para comprar a um menino?” (C., Feminino, 14 anos). O pessoal a que C. refere-se é a maioria de homens adultos e idosos. A análise deste aspecto leva-nos a compreender que este tipo de justificativa revela a divisão sexual do trabalho precoce em condição de rua, nesta atividade específica. Logo, isto se baseia dentre outros critérios, no uso do corpo feminino como elemento de propaganda para atrair clientes.

Dentre as prescrições pertinentes a esta atividade de vendedoras de quentinhas, há uma que diz respeito à aparência. Segundo as meninas, para ser vendedora, elas têm que “ter boa aparência”. Elas sentiram dificuldades de esclarecer o que significa “ter boa aparência”, deixando entrever um caráter subjetivo, cuja regra é uma prescrição dos *donos*.

No caso dos **meninos olheiros**, as ruas próximas ao Pátio da Catedral de Nossa Senhora das Neves e a Praia são pontos divididos entre meninos, jovens e adultos. Cada ponto de trabalho pode ser ocupado por uma pessoa. Mas no Pátio também pode acontecer de um ponto ser ocupado por um grupo de meninos. Neste último caso, há uma ocupação coletiva do ponto, a qual consiste na divisão dos carros entre os

meninos e divisão baseia-se na ordem de chegada dos carros, de modo que cada um olha um carro por vez. O critério da ordem é aleatório. O autor da idéia é sempre o primeiro da vez. Esta regra é adotada na Catedral quando todos os meninos estão envolvidos com outras atividades de trabalho ou de lazer. Este tipo de solidariedade não existe entre os meninos olheiros que trabalham na Praia.

As regras para a divisão do território nesta atividade têm como critério a idade e a antiguidade na ocupação. Isto significa que os mais velhos e os que estão há mais tempo (adultos e jovens acima dos dezesseis anos) têm a prioridade e ocupam os melhores lugares, isto é, de mais fácil acesso e mais movimentados, restando para a maioria dos meninos os lugares com características opostas.

Dentro da variabilidade que constitui a atividade de olheiro, no Pátio, um fator externo ao grupo alterou ainda mais as discrepâncias entre os pontos dos adultos e os pontos dos meninos, que foi a chegada da zona azul. Trata-se de uma área de estacionamento, nas ruas que margeiam o Pátio, consideradas por eles como prolongamento. Estas ruas foram reservadas e institucionalizadas pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, para investir em dinheiro. Desse modo eles perderam uma extensa área, ficando apenas o Pátio da Catedral. A zona azul restringiu o espaço de trabalho de todos, mas os meninos perderam mais ainda, porque já ocupavam menos *pontos de trabalho*.

Tanto na Praia como no Pátio, há uma outra regra além da hierarquia, para a divisão do território. Trata-se da existência da figura de um chefe que coordena a área e que detém vários poderes, dentre eles o de organizar a área inclusive delimitar os limites dos pontos de cada um, impedir a inserção de novatos e preservar a coesão do grupo. Na Praia também há a figura de um chefe; mas ele não tem tantos poderes assim, nem tampouco preserva a coesão do grupo. No Pátio a característica da área mais centralizada possibilita mais controle e unidade. Os dados corroboram as afirmações de Graciani (1997), segundo as quais, o líder desenvolve no grupo hierarquia, autoridade e poder.

Conforme referendamos no capítulo três, o grupo possibilita-lhes um espaço de identidade, solidariedade na luta pela sobrevivência, além de organizar a convivência nas relações com os outros.

Há no Pátio coletivos de regra e defesa (entre os olheiros) que dizem respeito às regras de trabalho. Agem como disciplinamento dos comportamentos e das

condutas. Os comportamentos proibidos são, segundo eles, aqueles que podem desabonar o lugar aos olhos dos clientes ou que podem desagradar-lhes. Os que descumprem as regras são chamados à atenção pelos outros companheiros e pelo *chefe*. Chama-se a atenção verbalmente, mas já houve caso de expulsão. Se por um lado há um código de comportamentos, por outro também há o *sentimento coletivo*, no sentido da defesa de cada um membro do grupo, em relação aos de fora e na socialização dos instrumentos de trabalho. O sentimento de coletivo de pertença significa que o trabalhador sente-se fazendo parte daquele coletivo e absorvendo aquele indivíduo. Isto acontece a partir do reconhecimento (Dejours e Abdoucheli, 1994).

No Pátio a atividade de lavar carro pode ser uma atividade individual ou coletiva. As atividades coletivas de trabalho, nesta atividade, são aquelas que perante um acordo, fazem-se em conjunto, dividindo-se as tarefas.

Diferentemente do Pátio, na Praia não há coletivos de trabalho, embora haja sentimentos de grupo e de solidariedade. O sentimento de solidariedade na Praia consiste na defesa dos membros (diante de outros grupos ou pessoas que venham a tentar praticar agressões) e na troca de alimentos e empréstimos dos instrumentos de trabalho. Há sentimentos individualistas em relação ao trabalho, embora possam, em algumas situações emprestar os instrumentos, sem que estes sejam de uso coletivo como no Pátio. No Pátio e na Praia, a posse dos instrumentos de trabalho é objeto de orgulho. No Pátio nem todos possuem os instrumentos. Há instrumentos de uso coletivo, mas há uma regra: todos podem usar, mas, cada um tem sua vez de comprar, de modo que todos usam e todos compram.

O sentimento de grupo não significa que não haja conflitos. Pelo contrário, há conflitos pelo território e pelos clientes. Embora socializem o território, não aceitam a invasão pelo outro do seu ponto para receber pagamento de carros estacionados nele. Sendo assim, quando um cliente costuma lavar ou estacionar o carro no território de um, e outro oferece seus serviços ao cliente, eles não gostam, reclamam e até discutem.

Assim, as relações intersubjetivas entre os companheiros compreendem situações de negociação e de conflitos. A negociação compreende comunicações, conversas, trocas e informações. Quanto aos conflitos, as causas são estas: invasão do território, uso dos instrumentos de trabalho e competição pela clientela.

Tanto na Praia de Tambau quanto no Pátio, também há variabilidade no desempenho das tarefas dos meninos olheiros, no número de carros que tomam de

conta ou que lavam. Segundo os meninos, há dias em que o movimento é maior, lavam mais, mas há dias que é menor, lavam menos. No entanto, alguns meninos têm um ou mais clientes fora do Pátio – o que os leva a ausentar-se de um a dois dias por semana para lavar carros em outros locais: nas residências ou empresas desses clientes.

Não há meninas nesta atividade. Segundo eles, isso não é serviço para menina. A explicação que dão para isto se baseia em dois aspectos: no primeiro incluem as justificativas de que é serviço masculino e que por isso elas teriam vergonha de desempenhá-lo, preferindo pedir esmola. Isto, sim, é considerado por eles atividade feminina. No segundo caso, justificam que todos desejam ter namoradas. Se houvesse meninas na área, iriam namorá-las – o que atrapalharia o trabalho, pondo-lhe em risco a ordem e a organização.

As justificativas dadas por eles podem ser compreendidas como dois aspectos inerentes à divisão sexual do trabalho em condição de rua. No primeiro caso, com a naturalização do masculino e do feminino. No segundo, o de ordem sexual, isto é, da ordem do desejo e da moralidade, onde a presença mista de homens e mulheres em um mesmo ambiente provoca uma inevitável tendência de pensar a relação em termos de envolvimento sexuais.

Na rua os pontos de prostituição são divididos por categorias: meninas, mulheres adultas e homossexuais. Dentro de cada um desses grupos, há divisão por indivíduos. Às vezes esses territórios são próximos e os vários grupos ou os indivíduos até se comunicam bem (contanto que cada um respeite o espaço do outro), assim como a entrada de um novo indivíduo gera conflitos. Esse novo indivíduo para que se estabeleça no território, tem que vencer pela força física. Não foi possível identificar a origem desses pontos de prostituição na cidade. As pessoas indagadas sempre se referiam a um tempo longínquo, quando existiu alguém⁵⁸ que o ocupou primeiro. Há pontos em que uma mesma mulher, prostituta, adulta, ocupa-o há vinte anos.

As meninas vítimas da prostituição chamam de ponto o lugar nas ruas, no qual elas ficam à espera dos clientes, ou do qual elas saem para os programas. Esse ponto é apenas o local de encontro, a vitrine onde as meninas se expõem para os clientes. Desse ponto as meninas se deslocam com os clientes para motéis, pousadas ou até mesmo para lugares escusos da cidade. Isso depende da condição financeira do cliente.

⁵⁸ Quase todas se referiam a existência desse alguém, mas ninguém sabia ao certo quem era esta pessoa.

As pousadas são casas especializadas em alugar quartos para prostituição. Elas localizam-se em várias áreas da cidade de João Pessoa. Estes aspectos contribuem para caracterizar o nível precário desta atividade de trabalho.

O desempenho da atividade de prostituição impõe às meninas exigências de disciplinamento que propicia a elaboração de um quadro de regras próprias ao universo de quem vive na rua e faz dela seu ambiente de vida e seu meio de sobrevivência. São essas regras que não se pautam nos códigos morais da macro-sociedade, mas de espaços micros, estigmatizados, marginalizados, cujas regras seguem códigos elaborados nas práticas sociais. Elas são regras sobre ocupação do espaço, tempo de trabalho, relação com colegas de trabalho, negociações com a clientela, relações com as instituições públicas (polícia, judiciário e prefeitura). Além daquelas regras pertinentes ao grupo, há aquelas referentes a cada indivíduo sobre o que cada um aceita ou recusa fazer, como: posições sexuais, número de parceiros por relação, uso de preservativos, prática de atos infracionais, como uso de drogas e roubos. Mas há também regras que não são explícitas e que compõe uma espécie de código moral: a solidariedade. A degradação da vida dessas meninas, o espaço e a moradia penosos engendra uma rede de solidariedade entre elas.

Para as meninas desempenharem a atividade de prostituição, é imprescindível um processo de aprendizagem, o qual se dá por orientação de uma outra pessoa, que pode ser uma amiga. Não obstante, as mais das vezes é um parente que exploram-nas inicialmente.

O ingresso na prostituição inicia-se, segundo relatos, com a vivência da sexualidade no âmbito do próprio lar. Começa sempre com uma iniciação constrangedora: o assédio e a violência sexual dentro da própria casa dos pais, as mais das vezes feita pelo próprio pai ou por um outro parente.

Nas entrevistas, algumas meninas declararam que foram vítimas de abuso sexual na própria família – o que corrobora de certa forma com os dados de Araújo (1997: 133-134), em pesquisa também na cidade de João Pessoa com meninas na prostituição. São dados surpreendentes sobre esse tipo de violência:

Em várias das histórias das meninas, encontramos situações de violência sexual (das 25 entrevistadas, 08 sofreram abusos sexuais dentro da família) (...) têm distintos agentes agressores (pai, padrasto, tio, enteados,

até a própria mãe) (...) o final do processo é quase sempre o abandono da casa.

Uma violência que, no início, diante do medo do agressor, leva a menina a calar-se e segredar, até no momento que o episódio é descoberto ou ela própria revela para a mãe - que nem sempre apóia a filha, mas culpabiliza-a.

Todo um processo de sofrimento é vivido pela menina que então resolve romper com aquela família. Inicialmente vai para a casa de parentes que a exploram-na sexualmente, obrigando-a a fazer programas. A menina torna-se para aquele parente uma fonte de renda. Essa nova forma de violência e o sofrimento daí advindos fazem com que a menina se resolva a viver nas ruas e a retirar do seu próprio corpo a fonte de sobrevivência. Uma vez nas ruas, ela vai aprendendo com outras amigas, já iniciadas, o saber fazer (*savoir faire*) necessário para exercer a prostituição na rua.

4.4.1.2. As relações de trabalho

Entre os **vendedores no sinal de trânsito** há dois tipos de relações de trabalho: aqueles que trabalham para um *dono* e aqueles que trabalham para a família. No primeiro caso, eles são contratados por dia de trabalho, podendo acontecer de que eles trabalhem vários dias seguidos. O recrutamento dos meninos para o trabalho se dá as mais das vezes no bairro onde moram, mas também pode acontecer o contrato a partir de um amigo ou parente que o apresente ao patrão, ou seja, de uma *rede de recrutamento*. O “*dono*” fiscaliza intensamente o trabalho dos meninos, de modo que eles não podem parar nem se sentar, pois o dono reclama, esbraveja e manda continuar o trabalho. O “*dono*” é um explorador da mão-de-obra precoce, além de representar uma forma de hierarquia na precarização. No segundo caso, o menino encontra-se sozinho ou às vezes com um irmão. As mercadorias e o instrumental de trabalho são da família, mas o menino recebe uma espécie de mesada pelo trabalho que faz. O controle da atividade é feito pelo próprio menino. Mas também pode acontecer que um outro membro da família passe no *ponto de venda*, em algum momento do dia, para fiscalizar ou ajudar no transporte das mercadorias.

Quanto à remuneração, eles não gostam muito de falar sobre o pagamento e as vendas. Os que trabalham para um *dono* disseram nas entrevistas que a negociação com o dono é individual, recebendo um pagamento que varia entre R\$2,00, R\$3,00 e

R\$5,00 por dia. O preço é tabelado, mas está sujeito como no mercado a lei da oferta e da procura. Há negociação do preço com o cliente. Os próprios meninos são autônomos para fazer negociação: “leve dois que eu faço menos”. Esta é a propaganda deles. Compreendemos que esta aparente autonomia dos meninos faz parte de uma estratégia de venda adotada principalmente pelos “*donos*” das frutas para comercializar toda a produção, pois, na prática, são os primeiros que autorizam-na, inclusive para evitar que, no momento das negociações aqueles precisem aparecer diante dos clientes. A estratégia é usar os meninos como uma espécie de garoto – propaganda, já que a criança e o adolescente sensibilizam os adultos-clientes, que, sob a égide da mentalidade brasileira, compactuam com a crença de que o trabalho precoce formará este futuro adulto; logo são mais propícios a comprar dos meninos do que de adultos. Além é claro do fato de que a mão-de-obra precoce é mais dócil e mais barata.

Conforme informaram os meninos **vendedores na noite**, além de trabalharem para um *dono* e para a família, trabalham por conta própria. Embora todos contribuam para a família, eles diferenciam quem trabalha para si de quem trabalha para a família. Trabalhar para a família significa mais responsabilidades com o capital empregado, já que outros dependerão desse capital. Mas, se eles trabalharem para si, o capital de giro é inteiramente seu, assim como também independe o trabalho dos outros membros da família.⁵⁹

Os meninos **olheiros no Pátio** são trabalhadores autônomos. Mas os meninos trabalhadores na Praia nem sempre trabalham para si. Alguns trabalham para outras pessoas. Geralmente é um adulto quem ocupa o ponto e cede ao menino. Este adulto normalmente ocupa vários pontos e lava carros, de modo que, não conseguindo dar conta de tudo, cede uma parte a algum menino.

Quanto à remuneração, todos são autônomos nos seus respectivos *pontos* de trabalho, na forma de trabalhar e nos ganhos. Embora exista no território um valor-padrão no preço dos serviços de lavagem de carros, pode-se negociar – o que na verdade fica a critério de cada menino, do valor da cobrança. No final, o menino sempre aceita lavar por um valor bastante inferior ao primeiro estipulado. A lavagem de carro, negociada ou não, tem um preço, contrariamente à tarefa de olhar. Eles

⁵⁹ Mesmo trabalhando para si, eles ajudam a família.

consideram que o cliente dá o que quiser, embora não gostem de receber menos de R\$ cinquenta centavos. Ficam agradecidos quando recebem um real. Reclamam contra alguns usuários do estacionamento que não lhes pagam. Trata-se de pessoas que trabalham em organizações públicas ou privadas, instaladas na área. Tais pessoas também se sentem com o direito de uso das ruas para estacionar seus carros.

Essa relação com o que é público é interessante. Todo usuário do espaço público, inclusive os meninos, acha que é dono dela e que pode privatizá-la. Até a Prefeitura Municipal de João Pessoa privatiza as ruas com o pagamento dos estacionamentos na zona azul. É característico da cultura brasileira apossar-se do que é público como se esse não fosse de ninguém. Do mesmo modo, faz parte da cultura política brasileira o abuso de poder e o descaso com os cidadãos. Todos legislam e administram o que é público como se fosse a própria casa, como muito bem analisa Da Mata (1985: 79): (...) *certos arranjos institucionais são vividos e percebidos pelos membros do sistema.*

As meninas **vendedoras de quentinhas** trabalham para um *dono*. Os depoimentos das mesmas revelam que nesta atividade as relações de trabalho menina – patrão são rígidas, inflexíveis, porquanto elas não têm autonomia para a negociação. Esse preço é tabelado e comum a todas as vendedoras – o que dificulta a venda, decorrente, segundo elas, da grande oferta.

Esta é mais uma atividade que, dentro da economia brasileira, precarizada, possibilita a exploração do trabalho precoce e que monta, dentro deste contexto, uma **economia da pobreza**, que se organiza e se estrutura dentro de um universo de pobreza em que vivem tanto os trabalhadores formais que necessitam desse serviço como crianças e adolescentes que dele sobrevivem e mantêm suas famílias. É espantoso como o capital recria, diante da crise, novas roupagens solapando os empregos e as formas produtivas ou de circulação da produção; por exemplo, o comércio.

Por outro lado, a criatividade do brasileiro também recria formas de sobrevivência. São essas estratégias criativas que não aparecem nas estatísticas oficiais, mas, que por outro lado, sustentam a economia brasileira. Quantos setores da economia ou pessoas lucram indiretamente com o trabalho precoce? A começar do cerealista, que revende aos mercadinhos, onde compram as pessoas que preparam a comida das quentinhas que chegam até a praça, para serem comercializadas pelas

meninas **trabalhadoras** precoces. Este é apenas um dos inúmeros exemplos dentre as várias cadeias produtivas⁶⁰ que, como podemos observar constituem as atividades informais.

Embora viver nas ruas confunda-se com exercer a prostituição nas ruas, isto faz transparecer que as meninas **vítimas da prostituição** nas ruas são autônomas, livres e independentes, porque vivem sozinhas nas ruas, quer dizer, sem terem uma pessoa ou instituição responsável por elas. Os dados demonstram que as meninas nem sempre são autônomas; são exploradas por outra pessoa, pelo menos durante uma parte da sua vida na prostituição. Antes de irem às ruas, são exploradas porque dependem do seu algoz, com medo e sem ter para onde ir. Submetem-se em troca de abrigo. Quando rompem com essa situação e preferem à rua, elas podem continuar a ser exploradas por alguém das suas relações familiares, que tece constantes ameaças, perseguindo-as nas ruas, forçando-as a dar continuidade à exploração. Pode ocorrer que também sejam exploradas por uma outra pessoa, do convívio nas ruas. Por exemplo: um protetor, ou namorado, a quem por medo elas também se submetem.

A condição social do cliente o modo de ele aparecer à menina é o elemento definidor do preço. Segundo elas, os clientes são senhores, na maioria casados e de meia idade, clientes mais jovens e de condição social mais alta, são raros. Daí por que as meninas o chamam de coroas.

A negociação na atividade de prostituição é um dos primeiros requisitos para a concretização de um programa entre a menina e o cliente. Entretanto, as meninas não têm controle, podendo acontecer que não recebam o pagamento – o que leva a frustração com a realização do trabalho. A menina envolvida em tal circunstância cria como estratégia de defesa uma situação constrangedora para o cliente, na tentativa de intimidá-lo e obrigá-lo a pagar.

Os elementos usados por elas para demarcar a relação profissional são estas: a ausência de envolvimento da parte de ambos (menina e cliente); o tempo de duração do programa e da relação em si. Segundo depoimentos, um programa duro em média uma hora, mas o ato sexual em si leva menos tempo.

4.4.1.3. A jornada

⁶⁰ As cadeias produtivas não são objeto desta tese. Sobre isto ver Cacciamali (1999).

A jornada de trabalho dos meninos e das meninas trabalhadores e trabalhadoras precoces nas atividades informais de rua, sujeitos desta tese, começa com o deslocamento de casa para as ruas e pela maioria é feita a pé.

A maioria dos meninos **vendedores no sinal de trânsito** trabalha das 7h às 18h, outros trabalham ainda até às 22 h, o que dá uma média de 10 a 14 horas por dia. A jornada semanal deles varia entre 5 e 6 dias por semana. Há alguns que também trabalham aos domingos em outros locais

A duração da jornada está diretamente condicionada às vendas das frutas e legumes. Dado o seu caráter perecível ou como dizem eles próprios, “as mercadoria não podem *boiar*”.⁶¹ É interessante salientar que esta fala reflete a introjeção da disciplina do trabalho para esses meninos. Quer isto seja dito pelo patrão quer pela família, eles suportam a jornada exaustiva porque tentam garantir as vendas evitando assim a sobra e com ela o prejuízo.

A maioria dos **meninos vendedores na noite** trabalha cinco dias por semana, uma média de 6h a 8h por noite. Mas há também aqueles que trabalham sete dias por semana. Assim como na atividade anterior, a variabilidade da atividade ligava-se ou era determinado por fatores externos, aqui também o é, no caso, aspectos culturais, como feriados ou festas religiosas. Nos feriados, o trabalho é contínuo, de modo que no lazer e deleite da sociedade reside a exploração e intensificação do trabalho precoce. Este aspecto característico lembra outras situações na cultura brasileira, onde o ócio das classes média e alta correspondia à máxima exploração da força de trabalho escrava.⁶²

No caso das meninas **vendedoras de quentinhas**, a jornada varia entre quatro e oito horas. Não obstante, elas também trabalham em casa, diferentemente dos meninos que não desempenham atividades domésticas. A jornada delas pode configurar-se como dupla jornada de trabalho. Acrescente-se ainda a jornada de estudo, uma vez que elas freqüentam escola.

A jornada de trabalho dos **meninos olheiros** varia, dependendo do horário da escola de cada um. Para os que estudam à noite a jornada diária é a de dez horas. Para os que estudam pela manhã a jornada é de seis horas diárias. Trabalham nesses

⁶¹ Boiar significa sobrar.

⁶² Sobre a relação entre o ócio das classes média e alta e a exploração do trabalho escravo, ver Caldeira (1995) e Freyre (1987).

horários da segunda à sexta. No sábado a jornada é a de cinco horas. Nesta atividade, os fatores externos também são condicionantes do ritmo e da intensidade de trabalho. Os fatores externos são culturais e religiosos. Aqueles que ocupam o Pátio da Catedral também trabalham à noite, quando há missa ou casamento. Há ainda os que trabalham no domingo porque, segundo eles, há missas e o movimento de carros é maior.

Quanto às **meninas na prostituição**, a jornada é variável: elas não contam por horas trabalhadas, mas pelo número de clientes que atendem. Normalmente, os “programas” se dão à noite. A média é a de dois programas por noite. Entretanto, como vivem nas ruas, podem a qualquer momento ser solicitadas por um cliente, no que elas atendem prontamente. Isto significa que pode ocorrer que façam programas também durante o dia. Este dado demonstra que a vida, o dia-à-dia e o trabalho misturam-se, ou melhor, o tempo de trabalho contamina o tempo de vida.

4.4.2. CONTEÚDO DAS TAREFAS

Os meninos **vendedores no sinal de trânsito** executam mais de uma tarefa dentro dessa atividade: carregam caixotes, ensacam, oferecem e vendem as frutas e legumes. Embora haja a divisão de tarefas por hierarquia e faixa etária, na prática, diante da situação de precarização das atividades informais em condição de rua, o trabalho precoce é ainda mais precarizado e as exigências de competências ligam-se a uma “variabilidade” de conteúdos das tarefas. Isto indica que quanto mais precarizada a atividade, mais precarizada são as tarefas dos trabalhadores e particularmente as das trabalhadoras.

Situação semelhante é retratada por Dejours e Abdoucheli (1994: 41). Estes autores, referindo-se à hierarquia nas empresas, reconhecem que (...) *a subjetivação do trabalho vai crescendo à medida que se sobe na hierarquia. Poder-se-ia dizer que na base da hierarquia da empresa não há (ou há pouco) lugar para o sujeito e que no alto, há muito.*

Há coletivos de trabalho nas tarefas de carregar as caixas e caixotes, que pesam em torno de 10Kg a 30 Kg, empilhá-los, ensacar a acerola e o feijão. Vender, que inclui apresentar os saquinhos aos motoristas nos carros, e negociar são tarefas individualizadas. São tarefas marcadas pela competição entre eles. A negociação e a aparência das frutas e legumes são diferenciais que podem garantir o sucesso de um menino na venda. Esta aparência é tão importante que os meninos tratam

constantemente deste aspecto. O tratamento consiste numa parada rápida entre a abertura e o fechamento do sinal para organizar os sacos de frutas.

Dejours (1994: 64), em uma pesquisa com trabalhadores de um serviço de manutenção de uma indústria de processo na França, demonstra: (...) *o individualismo seria, antes de mais nada, a postura defensiva última, aliás não definitiva, de um longo processo no qual os trabalhadores se mostram, ao contrário, ativos e não inocentes em face das pressões patogênicas do trabalho.*

Observamos que, para venderem os meninos realizam as seguintes ações: cada vez que o sinal fecha, eles saem oferecendo até ao último carro, caminham de volta para junto do sinal. Isto significa que, a cada minuto, caminham no mínimo cerca de 20 m e oferecem no máximo a cinco carros, que é a média deles. Nos momentos de pique, eles conseguem intensificar o ritmo de trabalho e oferecer a dez carros no máximo em trinta segundos.

A demonstração do produto é feita levantando-se o braço (ou os braços) à altura do tórax, e mostrando-se aos motoristas os sacos de frutas ou legumes presos aos dedos. Baixam o braço (ou os braços), caminham até o próximo carro e repetem todas as ações.

Para desempenhar as tarefas, os meninos **vendedores na noite** carregam o peso das mercadorias transportadas em caixas de isopor, em mostruários, em bandejas. Os mostruários são feitos de placas de papelão e madeira, revestidos com tecido. As bandejas são de alumínio. As caixas de isopor têm uma alça que pende dos ombros, circunda o tórax deixando-as na altura da coxa. O peso desses recipientes varia, dependendo da quantidade e do tipo de produto. Normalmente os meninos não sabem dizer quanto as mercadorias pesam, mas queixam-se do peso. No caso das caixas de isopor, é possível, a partir das observações, inferir que os meninos demonstram dificuldade para locomover-se devido ao peso e à sua estatura franzina.

Durante as jornadas de trabalho, os meninos também fazem longas caminhadas, considerando-se desde a saída de casa até o retorno. Mas não é possível quantificar, com precisão, quanto eles caminham por jornada de trabalho, dada a variabilidade da atividade. Pode-se fazer apenas uma média que é de 10Km a 20 Km por jornada.

Para realizar a tarefa de vender propriamente, eles oferecem as mercadorias aos clientes nas portas das lojas, nos bares, barracas e botecos. Quando o cliente se interessa, eles param, mostram, esperam em pé o cliente escolher. Durante a

caminhada, eles fazem algumas paradas. Há dois tipos de paradas: uma parada rápida para demonstrar ou vender o produto e uma parada longa para descansar.

Para as **vendedoras de quentinhas** as tarefas compreendem: limpar, organizar e devolver a caixa de isopor. Às vezes fazer entregas aos clientes que não podem deixar o trabalho. Vender implica as tarefas de atender o cliente, pegar a quentinha na caixa, entregar, ensacar (se a compra for feita para usar em viagem), servir suco, receber o dinheiro e passar o troco. No final da jornada, recolhem o que sobrou e devolvem ao *dono*. Nesta última tarefa, ao entregarem as caixas, deslocam-se caminhando dois a quatro quilômetros.

A atividade dos **meninos olheiros**, como já assinalamos, é composta das tarefas de olhar e lavar carro. Cada uma delas subdivide-se em outras tarefas. Olhar carro compreende: correr de um lado para outro, à medida que chegam ou saem os veículos; indicar o lugar e ajudar os motoristas a estacionar ou a posicionar os carros; observar o movimento dos carros na via e sinalizar para os motoristas o momento em que devem manobrar ou parar, além de solicitar-lhes em trânsito na via, uma parada para que os clientes possam deslocar-se.

Quando o cliente estaciona o carro posicionam-se ao lado oferecendo o serviço: “Vô dá uma olhadinha”. E na saída posicionam-se novamente, lembrando com sua presença o pagamento do serviço. Quando a simples presença não é suficiente, eles falam: “Um trocado aí, doutor”.

Essa forma de tratamento – doutor – que eles dispensam aos clientes é típica de um aspecto da cultura brasileira, conceder títulos às pessoas em detrimento da posse de bens ou da classe social a que eles pertençam, mesmo que não tenham freqüentado escola. É comum ao Brasil desde a colonização, passando pela monarquia, quando se dava a concessão de títulos de nobreza, esse costume, como analisa Gilberto Freire em *Casa Grande e Senzala* (1987: 192-193), foi herdado dos colonizadores portugueses. Pode-se encontrar em Freire a citação:

(...) Do século XVI até hoje só tem feito aguçar-se no português a simulação de qualidades européias e imperiais, que possuiu ou encarnou por tão curto período. É um povo que vive de fazer de conta que é poderoso e importante. Que é supercivilizado à européia. (...) Foram esses exageros que o impressionismo de Keyserling não soube descontar ou descontou mal, reduzindo os portugueses a um povo sem grandeza

nenhuma: República de opereta onde todos os homens fossem doutores e se tratassem por Vossa Excelência.

Freyre critica Keyserling pela desqualificação que este faz dos portugueses. A defesa de Freyre esclarece a origem dessa opulência portuguesa incorporada à cultura brasileira de tratar como doutor os membros das classes média e alta. Ele deslança até as minúcias do processo de construção dos caracteres inerentes a cada uma das raças. No caso em questão, não se trata da raça branca mais do seu representante o colonizador português.

Não se pode esquecer que esta é também uma forma cultural, introjetada pelas classes subalternas, de ao referirem-se ao outro como doutor e exaltá-lo, colocar-se na posição de humildade, de quem, subestima-se e recebe por isso algo em troca.

Para realizar a tarefa de lavar carro, os meninos vão buscar a água em um vasilhame de lata de uma distância de mais ou menos vinte metros. Em seguida, começam a tarefa de tirar o pó de dentro, lavar a lataria, os pneus e por último secar. Para se lavar e secar um carro, a média de tempo gasta é de trinta minutos a uma hora, dependendo da sujeira do carro, do que é para fazer: lavar, limpar por dentro e encerar. Também varia o número de carros que eles lavam por dia.

O conteúdo das tarefas das **meninas na prostituição** compreende: o posicionamento no *ponto de trabalho* e o programa propriamente dito. No primeiro caso, o posicionamento lembra, a quem observa a encenação de um ritual feito por elas para expor e apresentar o corpo. Tal encenação consiste no seguinte: elas permanecem em pé quando os clientes aproximam-se delas cada menina dá uma lenta volta sobre o corpo, ficando ligeiramente de costas, apresentando-se ao possível cliente. O cliente se estiver de carro dá voltas em círculo, observando-as (lembra uma metáfora das mariposas na luz). Após este ritual, escolhe a menina que deseja e para. Quer esteja a pé ou quer esteja de carro, pelo olhar do cliente (ou às vezes um sinal feito com a mão) a menina reconhece que foi a escolhida, aproxima-se do cliente, conversa e, conforme a negociação, saem juntos. Após o programa, se estiver de carro, o cliente retorna e deixa-a no mesmo local. Ela retoma a posição inicial e recomeça toda a encenação. Cada programa duro em média uma a duas horas.

A exposição à espera de cliente pode levar horas ou segundos. Elas podem permanecer em pé várias horas seguidas. Mas a variabilidade do tempo também está

associada ao dia, pois há meninas que têm clientes certos, com dia e hora marcados. Mas há uma variabilidade da atividade, em função do modo como se deu a relação de trabalho anterior. Como por exemplo, telefonar para o cliente que deixa o cartão com ela, para marcar novo programa.

Para algumas meninas, o preparo para exercer a atividade começa com cuidados e higiene pessoal. Nem todas têm acesso a isso. Às vezes elas aproveitam exatamente os programas nos motéis e pousadas para tomar banho. A oferta da possibilidade de acesso a um banho ou outros cuidados pessoais pode ser uma moeda na troca de favores sexuais.

“Tomava banho, quando eu ia assim pra pousada e às vezes eu tinha até um amigo que trabalha assim de ajeitar carro, aí lá tem um banheiro, tem chuveiro, tem tudo, eu ia pra lá, tomava banho, lavava minhas roupas e estendia minhas roupa lá. Porque lá tem um solsinho lá, eu estendia minhas roupas lá, ele deixava. E às vez eu saia até com um rapaz que tinha lá...” (C., Feminino, 14 anos).

Conforme podemos apreender, para quem vive nas ruas, um banho, uma lavagem de roupa, não é sempre uma oportunidade fácil. Aliás, o banho e a dormida são por demais prezados por elas, conforme depoimentos.

“A rua? É rim demais, oxente! Chega de noite a pessoa não ter um lugar para tomar banho, ficar com medo, não ter um lugar para dormir. É diferente de uma casa (silêncio)” (F., Feminino, 14 anos).

4.4.3. EXIGÊNCIAS FÍSICAS E PSÍQUICAS

As exigências do corpo estão diretamente atreladas ao conteúdo das atividades. De um modo geral, todas demandam exigências físicas e psíquicas, mas há variabilidade entre elas, decorrentes das relações intersubjetivas, principalmente aquelas inerentes às relações de trabalho entre os meninos ou meninas e os *donos*.

A postura dos **vendedores no sinal** está diretamente relacionada com o tipo de relação de trabalho (autônomo ou empregado) e ao tipo de mercadoria. Pois, conforme já foi assinalado quando abordamos as condições de trabalho, os que trabalham para a família têm mais autonomia, têm domínio sobre o tempo e os movimentos do corpo, o que significa passar menos tempo em pé e poder descansar em alguns momentos. A

postura do vendedor é ficar em pé de dez a quatorze horas para quem trabalha em turno integral e de cinco a seis horas para quem trabalha apenas um turno.

Além da postura em pé, pôde-se observar que eles caminham de dez a trinta metros em trinta segundos, tempo determinado pelo ritmo do sinal e pela quantidade de carros. Durante a jornada, a tarefa de vender requer que eles segurem nas mãos peso de cerca de três quilos. Assim a apresentação das mercadorias aos clientes requer que eles repitam a ação de levantar os braços (apresentando os sacos com as frutas), em média de três a dez vezes a cada trinta segundos, o que significa repetição de um mesmo movimento.

Para realizar a tarefa de ensacar a acerola e o feijão, um levanta o caixote, com a coluna curvada, despeja o conteúdo dentro dos sacos, enquanto outro, sentado em um caixote, ou de cócoras, com a coluna também curvada, os braços dobrado, na altura do abdômen, segura o saco plástico. Eles gastam sete minutos enchendo dez sacos, todo o conteúdo do caixote – o que durante o dia dá uma média de trinta e cinco a setenta minutos nesta posição, com a coluna curvada. Também se curvam (formando um arco com a coluna de modo que a cabeça chega a altura do joelho) para amarrar e pegar os sacos com as frutas.

Portanto, isso são tarefas de movimentos repetitivos, os quais requerem o levantamento de pesos. Além disso eles se expõem aos esforços físicos, as posturas inadequadas ou incômodas, como por exemplo, coluna curvada ou o peso do corpo sobre as pernas dobradas ou de cócoras. As exigências dessa atividade de trabalho, do esforço físico que ela requer, propiciam aos meninos a compreensão da associação delas à dobradinha força e virilidade. Daí por que eles a identificam como eminentemente masculina. Todavia, a atividade em questão também requer, como dissemos, uma apresentação dos meninos como uma espécie de garotos-propaganda. Daí por que eles revelam não permitir a presença de meninas, pela característica do modo de usar o corpo feminino: como um objeto, no que eles perderiam o espaço de trabalho para elas, competição a que eles não se propõem. Assim sendo, para eles, as exigências de esforço físico respondem pela caracterização da atividade como eminentemente masculina.

Aliadas às exigências físicas, as exigências mentais dessa atividade residem nas condições de trabalho e na organização do trabalho, nos riscos a ela inerentes, tudo associado com a atenção demandada, de modo que se requer de cada menino uma

rapidez em detrimento do ritmo imposto pelo sinal e pelas cobranças dos patrões ou encarregados de não parar, de não deixar escapar o cliente, de não sobrarem frutas e nem legumes. A tudo isso ainda se soma a relação de solidariedade e, ao mesmo tempo, de competição que os meninos travam entre si na conquista do cliente, bem como a relação com o próprio cliente, a quem precisam agradar para fazê-lo assíduo, extraíndo na negociação o lucro para o patrão. Não se deve esquecer a relação com os transeuntes e clientes, cujo olhar tem, para os meninos, um significado: o de serem vistos como trabalhadores ou marginais. Esta imagem de marginal, eles repudiam-na.

Para os **meninos vendedores da noite**, o corpo também é por demais solicitado, primeiro porque o trabalho ocorre a noite, interrompendo o sono; depois pelo tempo que passam em pé ou caminhando desde a saída de casa, até o seu retorno, o que dá uma média de oito a dez horas. Considere-se ainda que a área total que eles percorrem por jornada compreende, em média, entre dez e vinte quilômetros.

É possível inferirmos que há um grande esforço e desgaste. Some-se a isto o peso que carregam e a postura dos membros. Os membros superiores, braços estendidos, elevados ou dobrados, colunas curvas, corpo em “s”, pescoço declinado, para fazer um contrapeso. Os membros inferiores também são moldados ao peso que carregam.

As meninas **vendedoras de quentinhas** passam a maior parte da jornada sentadas, com a coluna curvada e com o corpo contorcido. Quando estão sentadas, ficam com as pernas dependuradas, devido a ser mais alto o banco, o que é, ergonomicamente, incorreto para elas. O movimento de retirada das quentinhas da caixa de isopor também requer o flexionamento da coluna para frente. A entrega da caixa exige do corpo tanto no sentido do peso (das quentinhas que sobraram) quanto no sentido dela solicitando a extensão dos braços, ou seja, são tarefas que demandam esforço físico e posturas incorretas para o corpo em desenvolvimento.

A atividade dos **meninos olheiros** exige esforço físico e psíquico pelas demandas de postura, movimento repetitivo do corpo, estado de atenção permanente, sempre à espreita dos carros ou com medo de que alguém roube ou danifique um carro. Os meninos esperam os carros, brincam, o que pode ser visto como defesa que ajuda a enfrentar a tensão que o estado de atenção exige. As brincadeiras são variadas: bola,

dama, vídeo-games portáteis, troca de tapas e empurrões, bola de gude, “pratinha”⁶³ etc. Entretanto, eles quando combinam a divisão de tarefas, baseada na ordem de chegada dos carros, eles ficam mais relaxados, pois todo o grupo está envolvido, de modo que, se um não perceber algo, o outro avisa o que dá o tom de coletivos (Dejours e Abdouchelli, 1994).

Quando auxilia o motorista a estacionar o carro, a postura do corpo é em pé, as pernas levemente afastadas, o braço de domínio em movimentos para frente e para trás e o outro braço é levantado, com a mão espalmada para indicar os movimentos que o motorista deve realizar. Para se lavarem os carros, exige-se esforço físico e movimentos contorcionistas com todo o corpo. Há tarefas que demandam do corpo que a coluna seja curvada de modo que a cabeça fique à altura dos joelhos. Contorcem o corpo para limpar os pisos e partes internas dos carros. Fazem movimentos circulares e repetitivos com as mãos para lavar e secar as partes de vidro e lataria. Ficam nas pontas dos pés para limpar a capota do carro.

Os meninos mais jovens têm mais dificuldades de alcançar determinadas partes do carro, como o teto. Eles sobem nos pneus ou solicitam ajuda de um outro companheiro, inclusive dos adultos. Eles também necessitam de ajuda para transportar a *lata* com água

Para as **meninas na prostituição**, esta é uma atividade que, pela sua essência, demanda exigências de esforço físico e psíquico. Além do mais, considerando-se que esse corpo feminino é de uma adolescente, essas exigências são maiores e comportam uma carga incompatível com o desenvolvimento delas. São posturas de corpo demandadas pelos clientes, que por pagarem ditam a posição. São posturas incômodas que causam dores, segundo o relato das meninas.

As posições mais solicitadas pelos clientes, segundo elas são: o sexo oral e anal. São posições que as mais das vezes elas recusam-se a atender. Isto é justificado pelo nojo, repugnância, no atendimento da demanda solicitada pelo cliente, o que pode implicar agressão ou submissão pela força física.

4.5. DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO PRECOCE: ATIVIDADES DE MENINOS E DE MENINAS

⁶³ Um jogo que consiste em acertar uma moeda com outra moeda, jogando de uma distância por eles determinada.

A presença de trabalhadores precoces nas ruas, no mercado informal, não é algo homogêneo. Há singularidades decorrentes de ser menino ou menina. São nuances que caracterizam a existência de **relações sociais de sexo** e **divisão sexual do trabalho**. As relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho são aspectos que se destacam e que são incorporados aos conceitos de **trabalho precoce** e em **condição de rua**. Assim, acreditamos que a dimensão sexual é parte integrante do social e deve ser levada em conta no estudo e análise do trabalho precoce dos meninos e meninas em condição de rua, trabalhadores no mercado informal.

Como diz Kergoat (1992), as regras sociais dos homens e mulheres são decorrentes de uma construção social. Compreendemos que o trabalho precoce nas atividades informais de rua se dá segundo uma construção social que hierarquiza as atividades entre meninos e meninas. Hierarquiza dividindo-os em atividades socialmente consideradas como masculino ou feminino, porque lhes atribui maior ou menor valor. As práticas sociais fundadas nos estereótipos sexuais - masculinidade e feminilidade – definem a atribuição de tarefas para a realização das atividades informais nas ruas. As implicações do trabalho precoce sobre a saúde psicossocial de meninos e meninas são diferenciadas.

Há na rua uma diferenciação que hierarquiza as atividades: **isto é de menino, isto é de menina**. Como já foi dito tudo o que na rua é hierarquicamente inferior é destinado à menina e o que requer força, “esperteza” é destinado aos meninos. Dois aspectos destacam-se na percepção de ambos: os meninos têm mais responsabilidades e a construção simbólica das ruas como um universo essencialmente masculino. Logo, a presença das meninas neste contexto é demarcada pelas interdições diferenciadoras do que é de menino e do que é de menina, sempre ressaltando o poder dos primeiros, já que são estes que o detêm.

Podemos compreender esse aspecto da atribuição da necessidade de força e esperteza para o trabalho nas atividades de rua, a partir do aspecto histórico-cultural, da percepção do espaço público como destinado ao masculino. Para Salem (1981: 273), a percepção do mundo público como determinado ao masculino provocaria na mulher o sentimento de dependência para o homem a fim de nele transitar, ou seja,

(...) o transito nesse domínio só se configura como vantajoso se realizado pelo homem. É assim que a referência ao mundo extradoméstico apenas reitera a ligação visceral da mulher com a família: atribuindo-se, ela própria, condições como fraqueza e pouca coragem, ela subtrai sua capacidade de nele atuar.

Segundo Duarte (1988), que estuda as classes trabalhadoras urbanas no Brasil, a divisão de dois gêneros, masculino e feminino, remete a dois espaços, o doméstico e o público. A mulher se enquadraria no doméstico onde sua preponderância se fará a partir de uma suposta maior sensibilidade, inferioridade e instintividade. No mundo público, a força se faz através do homem, ao qual caberia uma maior força, inteligência e capacidade de decisão.

Embora não trabalhem, nesta tese, com a categoria posto de trabalho, é possível fundamentarmos-nos em Macêdo (1993), que a usa, para compreender que as qualidades, masculino e feminino são critérios essenciais para atribuir os postos de trabalho. Estes critérios absorvem dentro, da lógica de exploração econômica os modelos culturais de dominação entre os sexos.

Compreendemos que, dentro deste universo estudado, os meninos inserem-se em atividades de trabalho de **vendedores de frutas, balas e bijuterias, água mineral e refrigerante, olheiros e lavadores de carro**. Doutra parte, as meninas inserem-se em atividades de trabalho, não reconhecidas social e moralmente ou naturalmente determinadas como de mulher – **prostituição e vendedoras de quentinhas**. A atividade de trabalho delas se coloca como de continuidade do papel que a mulher desempenha na família: cuidar da comida (vendedora de quentinha), exercer trabalhos corporais (prostituição) – e desempenhar papéis que são socialmente atribuídos e consagrados à mulher na divisão sexual do trabalho. Deste modo, as meninas ocupam nas ruas locais escusos, que servem como pontos de encontros, reconhecidos como pontos de prostituição, expostas como mercadorias para serem escolhidas conforme o interesse do cliente.

Além dos locais escusos as meninas também ocupam locais habitados na sua maioria por homens. Desta forma, o local de trabalho da menina - a rua - em espaço público dá uma visibilidade negativa ao seu trabalho. Por ser menina é vista como vulgar. Ou ainda: o local público expõe o corpo da menina como instrumento de propaganda do produto que comercializa.

A erotização do corpo feminino é um recurso amplamente explorado pela mídia e, aos poucos, também é incorporado nas atividades informais. O corpo feminino é usado como objeto de satisfação dos desejos sexuais, no caso da prostituição, ou como um apelo para chamar a atenção dos homens que param para conversar e acabam comprando a quentinha. Os sinais de trânsito de várias cidades brasileiras estão repletos de meninas jovens, entregadoras de panfletos, as quais são, as mais das vezes, obrigadas a se vestirem com roupas que exibem os seus corpos, como forma de chamar a atenção.

Freitas (1997: 5) reconhece, entre as meninas entregadoras de folhetos, que o assédio sexual, nesta atividade é constitutiva da função. Os empresários de jornais optam pelas meninas adolescentes e jovens menos por razões econômicas, e (...) *mais pelo significado social atribuído a esta fase da vida das mulheres: núbéis, dóceis e ambivalentes.*

Conforme esta autora, o assédio não é exercido por aqueles que detêm o poder nas relações de trabalho:

(...), mas quem detém o poder nas relações de trabalho escolhe e prepara as moças para provocarem o assédio. A hierarquia não está assentada na posição desigual que agressor e vítima ocupam dentro da empresa, mas no poder desigual entre moça e homem – jovem e adulto, isto é, na forma como o todo social hierarquiza idade e gênero. (Idem: 4 -5).

Um outro aspecto a ser explorado é apontado pelas próprias meninas, que se ressentem da inadaptação da rua como local de trabalho para elas, considerado um lugar de homem. Isto se dá pelas condições precárias, por exemplo, no uso de sanitários e banheiros para satisfazerem as necessidades fisiológicas e de higiene, quando estão menstruadas, e principalmente para as meninas na prostituição, que não voltam para casa e dormem nas ruas.

No que diz respeito à jornada de trabalho há uma diferença: os meninos vendedores e olheiros trabalham nas ruas, durante dez a quatorze horas. Já as meninas vendedoras trabalham apenas durante quatro a oito horas. Não obstante, eles trabalham apenas nas ruas, enquanto elas, além de trabalharem nas ruas, “ajudam” em casa (há uma equivalência na jornada de ambos, ou pode até haver uma dupla jornada para elas).

Segundo Macêdo (1993: 63), as atividades de trabalho das mulheres se estendem da esfera do trabalho assalariado à esfera do trabalho doméstico. Isto produz, então, uma diferenciação entre as atividades de trabalho feminino e os de trabalho masculino. O conceito de trabalho não se limita mais somente a um universo produtivo.

No que diz respeito às meninas vítimas da prostituição, a jornada não pode ser medida em horas, pois elas não sabem ou não querem informar quantas horas trabalham; quando muito, fazem uma relação por número de clientes - em média dois por dia ou por noite (há meninas que só trabalham à noite). Este é um dado que, embora não possa ser quantificado, devido à insuficiência da informação, permite-se levantar uma hipótese de que a jornada é árdua, ter dois clientes em média, e como geralmente a maioria das meninas passam o dia a disposição de encontrar clientes, pode significar uma aviltante soma de horas.

Referendando Kergoat, Brito e Oliveira (1997: 245-246) também verifica que no Brasil (...) *as relações sociais de sexo se articulam com as relações de classe definindo uma condição de gênero diferenciada no processo de trabalho, o que significa que ser “trabalhador” não é o mesmo que ser trabalhadora*. Essa diferença se dá não só em termos do tipo de atividade, mas também do conteúdo das tarefas. Enquanto o conteúdo das tarefas dos meninos requer o uso do corpo como dispêndio de força física (carregar e segurar peso), as exigências do conteúdo das tarefas para as meninas não requerem força física, mas essencialmente o uso do corpo como objeto de apelo, chamariz do cliente ou do corpo como objeto de prazer para os clientes.

Segundo Hirata (1998: 13), em estudo comparativo entre Brasil e França sobre o processo de reestruturação produtiva e relações de gênero, (...) *responsabilidade, trabalho em grupo, competência técnica, ação frente a eventos, poder e autoridade não parecem caracterizar geralmente o trabalho industrial feminino*.

No caso das meninas inseridas, precocemente, no trabalho informal de rua, também ocorre algo semelhante: a explicação de que ambos dão para a inexistência das meninas, nas atividades de **olheiro** e **vendedor no sinal**, é que as mulheres na sociedade brasileira não são respeitadas, não têm valor, nem moral, nem responsabilidades, nem força física, nem são “desenroladas”, ou seja, não têm destreza. Deste modo, setores e tipos de atividades nas quais se inserem precocemente estão condicionados pelas relações sociais de sexo.

A forma com que se determinam os espaços mais feminilizados e masculinizados do mercado de trabalho também implicariam a criação de condicionantes particulares do trabalho, que afetam de maneira distinta os meninos e as meninas. Da mesma forma, elas não podem realizar as mesmas tarefas segundo eles. Primeiro, porque, se trabalharem juntos, os meninos não as respeitariam, uma vez que são desejosos de namoradas. Segundo, porque a presença das meninas nas mesmas tarefas é para eles uma concorrência forte. Chamariam mais a atenção dos clientes, teriam mais chances do que eles. Conseqüentemente, eles dominam os pontos nas atividades de olheiros, lavadores de carro e vendedores de sinais. Não aceitam meninas nestes locais e deixam claro que, se elas lá chegarem eles as expulsarão, conforme seu linguajar próprio: “põem para correr”. Segundo Brito e Oliveira (1998: 246), (...) *as diferenças sexuais na vivência do trabalho são explicadas em termos de dominação. A especificidade da dominação masculina é a incorporação da violência simbólica pelos dominados.* Essa dominação é introjetada pelas meninas e expressas na fala de que “não têm moral para cuidar de carros”, pois, não seriam capazes de evitar danos aos veículos. Por serem mulheres, não teriam o poder de impedir a ação de alguém que intentasse contra os carros – o que vem corroborar a concepção de Kergoat *apud* Brito (1997: 245) de que (...) *a divisão sexual é estruturada por um princípio hierárquico organizado em torno de valor do trabalho. O valor do trabalho masculino sempre permaneceu historicamente superior ao feminino.* O trabalho precoce nas ruas é diferenciado, hierarquizado segundo o sexo. Logo o trabalho da menina é visto como de menor valor por ser mulher.

A produção da subjetividade da menina-mulher é engendrada pela divisão sexual do trabalho e pelas relações de sexo. Deste modo, segundo Macêdo (1993), o conteúdo das experiências vividas pelas trabalhadoras inscreve-se dentro das relações de classe e de sexo, que interfere no conjunto da vida coletiva e que, no cotidiano, constitui a representação do seu valor.

A prática social vivenciada pelas meninas vítimas da prostituição consiste em sentirem-se vulgares devido à atividade que desempenham, enquanto a prática social das meninas vendedoras consiste em sentirem com pouco valor devido ao local onde trabalham. Ambos os segmentos sentem-se inferiorizadas nas relações com outras pessoas. Não obstante, no caso das meninas na prostituição, estas sentem-se incapazes de desenvolver-se no sentido de mudar de vida.

As meninas vendedoras são vítimas da violência do trabalho precoce, do assédio sexual, do constrangimento provocado pelo outro. Segundo Masià (1999), o abuso sexual é um problema de saúde trabalhista, mas até então não tem sido compreendido como tal. No caso das meninas na prostituição estas são vítimas de violência à condição humana, física, verbal, familiar e institucional e muitas vezes de violência sexual cometida por pais ou parentes. Pessoas que vivenciam situações de violência não saem incólumes. Segundo Azevedo e Guerra (1993), a violência pode gerar comprometimentos psicológicos.

Para a maioria dos depoentes na CPI da Câmara dos Deputados Federais, a consequência pode ser fatal, com a morte. Dimenstein, um dos depoentes, salienta em seu depoimento que 60% das meninas prostituídas manifestaram alguma forma de tentativa de suicídio, pois introjetam a imagem de seres inferiores que lhes é imputada pela sociedade. Giffin *apud* Gomes (1996) observa que as consequências do estupro podem durar anos. As vítimas continuam exibindo sintomas disfuncionais quatro a seis anos após o episódio.

Os trabalhadores e as trabalhadoras precoces nas ruas enfrentam um constante movimento de deslocamento. Entretanto, a mobilidade nas ruas é diferente segundo os sexos. Enquanto a mobilidade do menino está ligada à especificidade da sua atividade de trabalho, a da menina está ligada a uma intervenção do Estado. Em outras palavras: para os meninos, os fatores desencadeantes desse deslocamento são da ordem da própria atividade de trabalho: a saturação do ponto de venda, a concorrência, inclusive com adultos que os expulsam. Quanto as meninas vítimas da prostituição esse deslocamento se dá por uma intervenção do Estado sobre elas, através de setores da Justiça, poder público que faz incursões nos locais de **ponto** de prostituição, retirando ou recolhendo as meninas, enviando-as de volta para as suas famílias ou para casas-abrigo.

As meninas, que antes ficavam em casa fazendo as atividades domésticas, agora estão trabalhando nas ruas. O seu trabalho que, no seio doméstico, não aparece nas estatísticas, funciona como substituto do trabalho da mãe, libera-a para o trabalho fora de casa. Essa invisibilidade⁶⁴ permanece, mas agora isso ocorre nas ruas. Já que as

⁶⁴ Sobre a questão da invisibilidade do trabalho feminino ver Kergoat (1992), Hirata (1984), Hirata e Kergoat (1988), Messing (1999) e Brito (1999).

mães não têm espaço no mercado de trabalho, até mesmo no informal, principalmente no mercado de rua, as chances das meninas são maiores devido ao uso do corpo, conforme descrevemos anteriormente.

No que diz respeito aos riscos para a saúde, ambos os sexos estão submetidos a eles. Há alguns que são semelhantes, como a vulnerabilidade à violência das ruas, como agressões físicas e verbais. Mas os riscos agem diferentemente entre os sexos, porque as atividades de trabalho são diferentes para meninos e meninas. Os meninos estão mais submetidos aos riscos provenientes de pegar peso e de postura, enquanto as meninas estão mais susceptíveis ao assédio sexual, ao constrangimento, e às doenças sexualmente transmissíveis.

Segundo Menicucci (1995), as relações sociais de sexo entram na dinâmica das novas práticas de resistência individual e coletiva e mostram a influência que o trabalho remunerado das mulheres exerce sobre o seu equilíbrio psíquico e o curso da transformação do sofrimento psicofísico na elevação da auto-estima.

As trabalhadoras precoces em condição de rua sofrem por não serem reconhecidas pelo OUTRO como trabalhadoras e requisitam esse reconhecimento. As vendedoras de quentinhas requisitam o *status* de trabalhadora e reclamam contra o olhar do outro (esse outro é o cliente e o transeunte) que lança um olhar, chamado por elas de *discriminante*, como se o trabalho delas “(...) não fosse digno como qualquer um outro trabalho” (C., Feminino, 14 anos): um olhar, que segundo elas, discrimina porque as tomam “por uma qualquer” e não por uma trabalhadora que está na rua porque precisa trabalhar.

O reconhecimento social e a dignidade de trabalhadora poderiam ser obtidos em um trabalho denominado por elas de “diferente”, isto é com um *status* formal, um emprego regular em local apropriado ao trabalho com carteira assinada. Diríamos que, para elas, o que denominamos de adultização precoce ocorre devido à precariedade da atividade de trabalho. A precarização lhes causa sofrimento e muitas vezes humilhações. Talvez por isso, elas não se propõem deixar de trabalhar, mas desejem obter um trabalho qualificado por elas como melhor – nas palavras delas: “um trabalho igual como qualquer outro”.

CAPÍTULO 5

A VIVÊNCIA SUBJETIVA DO TRABALHO PRECOCE

*Eu não sei pra onde vou
Pode até não dar em nada
Minha vida segue o sol
No horizonte dessa estrada
Eu nem sei mesmo quem sou
Nessa falta de carinho
Por não ter um grande amor
Aprendi a ser sozinho*

*Um Sonhador
(César Augusto – Piska)*

Neste capítulo, analisamos a inter-relação das condições de trabalho com a organização do trabalho e as implicações psicossociais para a saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras precoces nas atividades informais em condição de rua. Pretendemos demonstrar que, no caso desses meninos e meninas ocorre uma interpenetração entre o mundo social e a subjetividade.

O trabalho precoce gera para ambos os sexos a vivência subjetiva do sofrimento. Para enfrentar o sofrimento, os trabalhadores e as trabalhadoras constituem procedimentos defensivos específicos. Quanto às implicações psicossociais, estas são diferenciadas segundo o sexo, mas de um modo geral os dados empíricos fornecem elementos que possibilitam a compreensão de que a inserção precoce é nefasta para ambos. As implicações psicossociais aparecerão nos seguintes aspectos: imagem negativa de si e baixa auto-estima, adultização precoce, prejuízo para a escolaridade, socialização desviante e expectativas de futuro.

Na construção do capítulo, optamos por priorizar as falas dos meninos e das meninas, por compreendermos que elas contribuiriam para enfatizar o sofrimento que está impresso nos depoimentos. Para analisarmos este material empírico, embasamo-nos nos referenciais teóricos abordados no capítulo dois. Entretanto, a Psicodinâmica do Trabalho forneceu a maior parte do substrato de análise por possuir

as ferramentas analíticas de compreensão do sofrimento no trabalho da relação com a saúde, com a subjetividade e com os sistemas de defesa.

5.1. A VIVÊNCIA SUBJETIVA DO SOFRIMENTO

5.1.1. O sofrimento no corpo e do corpo

Conforme demonstramos no capítulo dois, o sofrimento é concebido por Dejours e Abdoucheli (1994) como a vivência subjetiva intermediária entre a doença mental descompensada e o conforto ou bem-estar psíquico. Em outros termos: são recursos que os trabalhadores utilizam para não adoecer e para suportar as exigências da organização do trabalho, decorrentes da divisão de tarefas ou da divisão de homens.

Neste item chamamos a atenção da análise para o sofrimento vivenciado pelos meninos e meninas, decorrente da organização do trabalho ou da divisão de tarefa e da divisão de homens ou das relações entre os sujeitos no trabalho.

Os dados empíricos revelam-nos que todas as atividades desenvolvidas pelos meninos e meninas afetam o corpo e provocam sensações que são expressas no sofrimento no corpo e do corpo. Cada uma dessas atividades desencadeia nos meninos e meninas um sofrimento específico, considerando-se as exigências de esforço físico e desgaste, provocados pelo conteúdo das tarefas e pela postura do corpo.

O sofrimento é expresso pelos meninos e meninas como cansaço ou dores no corpo. Essas dores relacionam-se por sua vez com as situações de riscos, pressões e exigências das atividades, dos conteúdos das tarefas posturas repetitivas que põem em risco a saúde física e mental dos meninos e das meninas. Identificamos que é do movimento e do desempenho do corpo que depende o sucesso do trabalho dos meninos vendedores, o ganho na estratégia pela sobrevivência.

Os meninos olheiros e lavadores de carro queixam-se das pernas cansadas, dormentes, dos músculos doloridos, das dores na coluna, conforme demonstram as falas em uma entrevista coletiva:

Menino 1 – A perna fica cansada, perna assim...é... dormente, que nem tá com os músculos todo dolorido.

Menino 2 – Sente no corpo. Dor no espinhaço. Tem dia que eu me acordo com isso aqui oh! [mostra o pescoço] Esse nervinho que tem aqui todo doído. É! É do trabaio... de lavá carro.

Menino 3 – No braço, quando eu pego peso. Fica dormente, o braço da pessoa... E a coluna da pessoa dói muito. (...) Aqui, minha coluna tem vez que já dá umas picadinhas assim oh! Que nem tá furando com agulha. Não tem agulha furando?

Menino 2 – A minha coluna também, té aqui fica doendo.

Menino 4 – Dor de cabeça? Senti dor de cabeça. No sol quente. (...) Fica doendo assim oh, que nem um negocinho assim latejando. (...) É, doendo” (Entrevista coletiva com olheiros).

As meninas vendedoras queixam-se de cansaço, sonolência, dores na coluna e nas pernas:

Menina 1 – Cansa! Eu mesmo sinto uma dor nas costas. Com vontade de dormir, só sono.

Menina 2 – E eu do mesmo jeito. Dor nas costas?

Pesquisadora – E como é que vocês fazem assim para lidar com essa dor nas costas, que vocês fazem?

Menina 1 – O mais rim nesse trabalho é ficar sentada o dia todinho... Às vez as pernas dói. (Entrevista Coletiva com as vendedoras).

Compreendemos que a prostituição é uma atividade que exige muito do corpo, no caso em questão do corpo feminino. Além do mais, considerando-se que esse corpo feminino é de uma adolescente, essas exigências são maiores e comportam uma carga incompatível com o desenvolvimento delas. São posturas do corpo demandadas pelos clientes, que por pagarem ditam a posição de realizarem o ato sexual. São posturas incômodas que, segundo o relato das meninas, causam dores.

“Aí quando eu cheguei pra cá eu era com uma dor aqui do lado das minha costa, aí eu começava a gritar, ai, ai que dor. Aí a irmã dizia: -“o que é?” É um negócio doendo aqui debaixo das minhas perna... que quando eu assim, fazia relação, eu fazia toda de mau jeito... Eles pegava minhas perna

alevantava e fazia força, porque home tem muita força. Aí eu dizia ai tá doendo. Eles dizia: “O que?” Aí meu útero está doendo. Aí eles dizia: “É porque tá batendo no útero”. Aí eu pegava e parava, mais aí continuava. Aí eu dizia: Tá doendo meu útero”. (C., feminino, vítima da prostituição 14 anos).

As queixas dos meninos vendedores no sinal que ficam expostos às situações de risco, às pressões e exigências das atividades e aos conteúdos das tarefas as queixas são estas: braços, mãos, dedos, pernas, cabeça e coluna doendo, além dos dedos cortados. Os meninos vendedores no sinal têm que retirar o máximo do corpo, rapidez, velocidade, agilidade.

“Fico com os braços tudo doendo, esse neguinho aqui (referindo-se a si), de segurar as laranjas. Eu não tô doendo, sabe? Porque já estou acostumado... agora tem gente que não tá acostumado, coisa assim, ai, ai, ai”. (J., masculino, vendedor no sinal, 12 anos).

“Depois de um dia de trabalho tô cansado. Vou para casa agora tomar banho, jantar e dormir, aí amanhã ir pro colégio depois volta cá. As pernas doeno, a mão doeno, aí tem que vi, dorme, amanhã trabalhar de novo”. (R., masculino, vendedor no sinal, 12 anos).

“Eu se sinto exausto. Cansado. Sei lá num... Muito cansado. É meu corpo fraco, esmorecido. Ah! É por causa do sol quente. A chuva e o sol” (R., masculino, vendedor no sinal, 13 anos).

Os meninos vendedores na noite, além das queixas de dores e cansaço pelo corpo, sofrem com as dificuldades do trabalho, que, entre outras coisas atrapalha o descanso:

“É difícil chegar tarde em casa. Porque quando eu chego em casa é três horas [chora], aí quando eu acordo já é onze horas, já tá na hora do colégio. Saio de casa assim, de seis horas da noite, chego em casa de... às três horas da madrugada”. (J., masculino, vendedor na noite, 13anos)

Mas os meninos e meninas expressam o sofrimento no corpo e do corpo não apenas com as queixas que falam das dores e do cansaço, mas também com as formas de adoecimento. Tanto do medo de que o corpo adoça e da constatação de que diante do que fazem isto pode acontecer, como também dos sintomas já sentidos, cujo corpo começa a dar sinais de doença.

“Eu tenho assim, um escorrimento assim, aí a irmã pegou levou eu para o hospital, eu fiz exame de urina, aí o dotô disse que eu não tinha nada, mas ele passou uma pomada, uma pomada que eu boto aqui assim [aponta para a genitália]. Só sei que eu miorei, porque quando eu cheguei pra cá eu estava com umas ferida no braço, no corpo... aí eu disse oxe, o que é isso? A irmã disse é negócio que você saia com os home sem camisinha. Aí eu disse acho que sim, né? Eu tinha um negócio vermei como uma espinha. Aí eu só sei que a irmã me levou pra o hospital, aí a médica pegou e passou um sabonete. Sabonete de coceira, toda vez que eu tomava banho, eu passava. Aí eu já sabia que era doença assim, que eu saia sem camisinha”(C., feminino, vítima da prostituição, 14 anos).

As meninas vivenciam um sofrimento com o corpo, fruto das relações com os clientes: que podem adoecer, decorrente da insegurança e dos riscos:

“Agora capaz de pegar doenças com esses homes. Esses homes nos dias de hoje não sabe o que que tem.(...) Não, eu já sabia que podia pegar AIDS. Agora de pequena eu não sabia não. Mas de grande eu já sabia, porque eu vi um homem morrendo de AIDS. Morreu de AIDS, um viado. Morreu de AIDS, ele. Vi. O cabelo caindo, cheio de ferida, o cabelo caindo, magro, seco. Porque me disseram (...) Ele não podia ficar de pé não. Só vivia deitado. Aí depois ele disse que estava com AIDS, pegou a AIDS, né? Eu já sabia, já! Acho que ele transou e pegou AIDS, dos caras por aí. íi eu já sabia” (C., Feminino, 14 anos).

Nem o trabalhador e nem a trabalhadora precoces têm seguridade e proteção. A instabilidade, o domínio e exploração do patrão, tudo isso aliado ao exército de meninos sobrantes, prontos a assumirem o lugar e a necessidade imperiosa de trabalhar, faz com que trabalhem mesmo doente.

“Mas às vez aqui o cara vem trabaiaí doente. Porque se o cara num vim, num ganha dinheiro. Se o cara num vem, quando tá no outro dia o home não quer mais o cara não. Dor de cabeça, com febre [silêncio]. Consigo, é o jeito, né?” (J., Masculino, 12 anos).

Dejours (1994) diz, referindo-se ao trabalhador formal de uma indústria de processo, que, para não perder o emprego, o trabalhador envergonha-se e nega⁶⁵ o fato de estar doente. Os trabalhadores e as trabalhadoras precoces negam a doença ou dizem que não têm tempo de ficar doentes, pelas implicações da doença. Precisam ganhar dinheiro em decorrência da insegurança das relações de trabalho na informalidade. Para lidar então com o adoecimento do corpo, eles tentam superá-la:

⁶⁵ Ver ideologia defensiva, cap. 2, item 2.1.5.

“Eu mesmo a semana passada tava doente, mas era febre, tava com vontade de vomitar, sabe? Dor de cabeça, mas mesmo assim eu vim trabalhar... Porque eu não deixo a doença me dominar” (C., Feminino, Vendedora, 14 anos).

Entendemos que, no caso dos meninos e das meninas, não se pode falar de saúde quando trabalham das cinco às quatorze horas, comem nas ruas, dormem às vezes lá, para pegar um trabalho melhor. O máximo que se consegue é falar de luta pela sobrevivência. A intensidade das exigências de trabalho e de vida ameaça-os, (...) *acusa riscos de sofrimento específico* (Dejours, 1987a: 14), que podem afetar-lhes o desenvolvimento.

Macêdo (1993) revela, a propósito das condições de saúde de crianças e adolescentes trabalhadores nas fábricas têxteis, que aqueles “trabalhadores menores” vivem a degradação da saúde na fábrica, seja com a interrupção relacionada com graves acidentes do trabalho, seja por um processo lento de degeneração orgânica após vários anos de trabalho.

5.1.2. O sofrimento nas relações intersubjetivas

Para a abordagem psicodinâmica, na relação homem – trabalho, o trabalhador nunca é considerado um indivíduo isolado. Ele sempre toma parte ativa nas relações com outros sujeitos, uma relação intersubjetiva e uma relação social. A intersubjetividade é fundamental para a psicodinâmica, porque o homem é um sujeito pensante, não é um brinquete passivo da organização do trabalho. As relações sociais decorrentes do trabalho precoce implicam, as mais das vezes, sofrimento. Todos os aspectos analisados neste item referem-se às vivências subjetivas de sofrimento na inter-relação com o outro, um OUTRO que tem várias formas: transeuntes, clientes, patrões, agentes sociais, familiares e pares. No item anterior pode-se compreender que, embora o sofrimento do corpo e no corpo, seja comum a todas as atividades, há correspondências específicas a cada uma dessas atividades. Neste item, o sofrimento não será analisado destacando-se por atividade, mas em termos de relações sociais de sexo.

Acreditamos que a maioria das crianças, principalmente a dos adolescentes, são sensíveis às atitudes das pessoas para com elas. No caso dos sujeitos dessa tese as atitudes dos OUTROS e as formas de expressões dessa relação não são tranqüilas, são

vivências enunciadoras de sofrimento. O sofrimento para eles e para elas, é captado e identificado no olhar, nas comunicações e nos gestos.

Para meninos e meninas, a negação pejorativa que a condição de rua atribui-lhes de marginais, pivetes, trombadinhas, cheira-colas, o não-reconhecimento de ambos como trabalhadores e trabalhadoras, são elementos marcantes. Por isso não serem vistos nem reconhecidos pelos “*outros*” como trabalhadores é uma das expressões mais enfatizadas nas suas falas sobre a vivência subjetiva do sofrimento.

“Não, porque às vezes os povo acha que a pessoa trabalhar é uma coisa de escritório, secretário ou qualquer outra coisa é melhor do que... então aquele para ele é digno, e este que a gente trabalha aqui não é, entendeu?” (C, Feminino, 14 anos).

Para todos, o trabalho precoce ataca a dignidade, gera um sentimento de vergonha em decorrência do olhar do outro, que os faz ver a sua condição de vida e trabalho. Para elas, o olhar do OUTRO tem uma expressividade e assume significados que são identificados e traduzidos por elas em linguagens de discriminação. O olhar é uma projeção que indica o preconceito com a atividade de trabalho, com a presença delas nas ruas e com a localização da atividade de trabalho nas ruas.

“Pelo jeito de olhar pra mim assim, às vezes fica batendo na outra, cochichando. Tá, porque eu faço meu esforço possível para poder fazer aquele meu trabalho bem, essas pessoas fica como se fosse falando, aí criticando. (...) Eu acho que, porque meu trabalho, além de ser como você ver, vendendo quentinha, numa caixa de isopor e tudo, e é numa praça pública né, acho que é isso” (C, Feminino, 14 anos).

Devido ao fato de que o local de trabalho é a rua, as meninas revelam nas suas falas que se sentem expostos ao olhar dos outros e o trabalho delas tem uma visibilidade, porquanto as pessoas podem observar o desempenho das suas tarefas. A exposição que exacerba essa visibilidade dá a elas a sensação de que o OUTRO vê e sabe sobre suas vidas, o que lhes incomoda pelos julgamentos de valores que emitem a respeito delas.

“Acontece sempre, incomoda muito, porque às vezes, tem gente que ouve também, e a gente às vezes nem liga, aí ficam pensando mal da gente. Fala porque se vê, quem vê ele soltando uma piada pensa o que? Que a pessoa deu cabimento” (C, Vendedora, 14anos).

Por outro lado, para os meninos o olhar revela a discriminação do outro, mas o gesto e as palavras são ainda mais discriminantes. Eles sublinham o sofrimento nas inter-relações, no tratamento dispensado pelo OUTRO, com descaso, repulsa, medo, desconfiança. São os gestos dos transeuntes que, segundo eles, denunciam o que pensam deles, já que se defendem quando cruzam com eles nas ruas. A desconfiança também é captável nas insinuações feitas pelos próprios clientes a respeito das mercadorias que eles comercializam ou do serviço que prestam.

“E porque quando a pessoa vai passando assim, a pessoa vai comprar um negócio, aí tem gente eu faz assim com a bolsa [gesticula imitando o movimento de alguém que puxa para junto de si uma bolsa a tiracolo]” (J., Masculino, 14nos).

As acusações, segundo eles, não se restringem às insinuações, palavras veladas, mas traduzem-se em palavras, responsabilização a que os meninos se referem como injustas, principalmente as acusações por furtos dos carros (caso do olheiro):

“Tem gente que omilha... Diz que roubamos o carro. E é rim porque tem gente... não todos... tem gente... alguns que tratam mal... sai daqui pirrai, num que nem que encoste nos carro” (Entrevista coletiva).

Para eles, o OUTRO lhe imprime o constrangimento, a violência. Esse OUTRO, cuja função deveria ser a de defesa da criança, do adolescente e do cidadão de um modo geral são os policiais ou outros agentes sociais, que partem do princípio de que a condição de rua dos meninos lhes outorga o caráter de marginais:

“Não, não, tem gente... tem polícia, que só chega perto assim deu, manda eu levantar a camisa. Pra, pra ver que tem cola, pra ver que tem negócio de arma” (A. Masculino, Olheiro, 12 anos)

Desse modo o sofrimento nas inter-relações com o outro decorre do não-reconhecimento da utilidade das atividades que desempenham e do local onde trabalham: nas ruas. A dinâmica intersubjetiva ocupa papel importante na saúde já que a busca de auto-realização encontra no reconhecimento do outro a retribuição simbólica que confere sentido a vivência e ao sofrimento no trabalho (Dejours, 1993).

Ambos, meninos e meninas não encontram no outro a retribuição simbólica que poderia conferir sentido para os seus trabalhos. Como nem todas as atividades há a formação de coletivos, conforme vimos no capítulo anterior, as relações sociais no

trabalho com os pares são cooperativa para uns ou de solidariedade e competitiva para outros.

Não podemos dizer que há um sofrimento patogênico, porque não verificamos descompensações (o que não significa que não haja), mas há um sofrimento que influencia na auto-estima, que gera um sofrimento de frustração com o trabalho que fazem, percebido como sem sentido. É o reconhecimento (que tem forte componente simbólico) que possibilitará a construção por parte dos sujeitos do sentido no trabalho. Essa construção de sentido é atravessada pela possibilidade de a situação atual fazer eco na história pessoal e nas expectativas de cada um (Neves, 1999). Desse reconhecimento depende o sentido do sofrimento. Sendo assim, a forma possível de subverter o sofrimento será dar sentido e reconhecimento ao trabalho realizado (Dejours, 1999).

É o não-reconhecimento pelos outros transeuntes, clientes, agentes sociais públicos da utilidade do trabalho que gera sofrimento. O trabalho é para os meninos e meninas um dos aspectos que dão sentido a suas vidas, mas causa muito sofrimento, de modo que este trabalho tem implicações psicossociais para a auto-estima de ambos. Há aqui um paradoxo, porque meninos e meninas não vêm sentido para o seu trabalho porque este não é visto como útil nem reconhecido nem aceito pelo OUTRO. Mas eles buscam no trabalho uma identidade que os diferencie dos OUTROS ocupantes das ruas e desejam ser vistos como trabalhadores. Ao mesmo tempo, o trabalho precoce, pelo sofrimento que imprime, tem implicações.

5.1.3. O sofrimento diante do medo

Para a Psicodinâmica (Dejours, 1994), o medo é uma das expressões da vivência subjetiva do sofrimento. Está presente a todas as atividades de trabalho e decorre dos riscos inerentes a elas. O medo responde do ponto de vista psicológico, aos riscos. A vivência do medo existe concretamente, mas, as mais das vezes é camuflado pelas defesas. Estas defesas ajudam os trabalhadores a enfrentar os riscos e o medo decorrente deles. Pois, se o medo se mantivesse consciente nas atividades que implicam riscos, os trabalhadores não conseguiriam trabalhar. São também estas defesas que evitam assim que o trabalhador experimente doenças mentais – o que não significa que não sofram (Dejours, 1987a). Tais sujeitos, que apesar das pressões que

enfrentam, conseguem evitar a doença e a loucura, normalidade que não implica ausência de sofrimento e sofrimento que não exclui o prazer.

Os sinais diretos do medo são apontados pelos trabalhadores nas pesquisas de Dejours (1987a) como decorrentes das condições físicas e químicas de trabalho, mas há também os sinais indiretos, como tensão nervosa, ansiedade, recusa às regras de segurança, negação do perigo etc. Este é um sofrimento que decorre da organização do trabalho.

O medo, de acordo com Dejours (1987a), impulsiona as defesas, mas também é ele que faz enfrentar o perigo. Em empresas, ele pode ser usado como parte da engrenagem da organização do trabalho, para pressioná-los e fazer produzir. O medo serve à organização do trabalho, à medida que, através deste, se faz produzir e usa-se como meio para se fazerem respeitar os preceitos hierárquicos. Isto aplica-se tanto à organização de trabalho formal como à informal.

(...) o medo seja proveniente de ritmos de trabalho ou de riscos originários das más condições de trabalho destrói a saúde mental dos trabalhadores de modo progressivo e inelutável, como o carvão que asfixia os pulmões do mineiro com silicone (Dejours, 1987a: 74).

No caso das meninas e dos meninos, o medo também se faz presente. São vários: o principal medo que eles sentem é o da violência, dos perigos e riscos decorrentes da condição de rua; mas há também aqueles que têm medo de voltar para casa porque foram expulsos de casa pela família; há o medo de o trabalho precoce gastar suas vidas e seus futuros.

Conforme demonstram as falas que seguem, o que mais enfatizaram foi o seguinte:

1. Medo das ruas: “O que eu fico com medo dele [alguém cujo nome não foi mencionado] é, é quando eu tô olhando carro, ele fica roubando, fica com medo dele roubar os carros quando eu tô olhando”. (W, masculino, olheiro, 09 anos).
2. Medo da violência, dos perigos: “Porque eu tinha medo... porque eu conheci uma menina que ela morava lá no Mutirão, ela foi pra festa das Neves, eu só sei que o cara chamou ela... num sei se a senhora viu, passou na televisão... . Aí só sei que o cara chamou ela, aí quando chegou lá na mata do Mutirão matou ela e deixou ela toda nua, deixou uma perna lá e outra cá. O nome dela era T... num sei se a senhora viu, passou no jornal” (M., feminino, vítima de prostituição, 14 anos).

3. Medo de voltar para casa e ser expulso: “Sim, com medo de voltá para casa. Porque minha mãe expulsou eu. Ficava com raiva de mim quando eu chegada lá. Mandava eu ir simhora, voltá pra rua de novo, pegava voltava de novo”. (F., feminino, vítima da prostituição, 14 anos).

Os medos são mais ou menos comuns a todos, embora alguns tipos estejam diretamente ligados à atividade que desempenham. Um aspecto curioso é que quase todos se referiram ao medo que sentiram logo no início, quando começaram a ir para as ruas. Mas esse medo inicial não tem a mesma conotação do atual, do medo dos perigos, riscos, violência etc. É possível captar, nos seus relatos, um medo da condição de rua, porque esta condição é percebida por eles como humilhante, desvalorizada socialmente ou até mesmo degradante. Neste último caso, aplica-se a quem precisa trabalhar e viver nas ruas, como é o caso das meninas vítimas da prostituição. É devido a esse medo que muitas vezes elas submetem-se ao outro.

“Se não desse ela⁶⁶ ficava com raiva ... e mandava ir embora da casa dela, e eu com medo de ficar na rua ... aí eu pegava e dava, todinho [o pagamento que recebia dos clientes] com medo dela. Era, cansada já de ficar na rua, é rim demais.” (F., Feminino, vítima da prostituição, 14 anos).

Dois aspectos diferenciam meninos e meninas em relação ao medo: primeiro, os meninos não se referiram ao medo de violências sexuais de qualquer tipo, enquanto as meninas, sim; segundo, as meninas expressam o medo nas falas, gírias e gestos e a maioria dos meninos tenta descaracterizar ou camuflar o medo, sob a alegação de que são homens, portanto, não têm medo. Tal é a virilidade⁶⁷ naturalizada ao masculino que os faria enfrentar as situações perigosas. As falas dos meninos são assinaladas - seqüencialmente pela conjunção mas, - de uma ação que decorre um enfrentamento, uma saída.

“Eu num tenho medo de nada não... às vez eu tenho medo dos outros que toma os negócio de vender, o dinheiro e quer dá em neu, mas eu num tenho muito não, eu até enfrento. Sou homem né! A senhora sabe como é que é... Se correr é pior, que os outros manga do cara.” (J., masculino, vendedor na noite, 12 anos).

⁶⁶ Refere-se à pessoa para quem trabalhava.

⁶⁷ Trataremos da virilidade ainda neste capítulo, no item 5.2 sobre as defesas.

As meninas vítimas da prostituição sofrem, diante dos vários tipos de violência, já descritos anteriormente (no capítulo 4, quando fizemos a tipologia das atividades). Mas o que mais elas temem é o estupro e a morte. São riscos reais e subjetivos, devido às lembranças e aos exemplos que têm de outras meninas estupradas e assassinadas.

Os meninos vendedores na noite vivenciam o medo diante dos riscos de agressões físicas, assaltos, roubos e maus tratos, além do medo que sentem, de serem tomados por marginais.

As meninas vendedoras também têm medo da violência das ruas. Mas, conforme depoimentos, é possível conviver com ele, pois apesar do assédio de que são vítimas, elas acham que os companheiros e trabalhadores da área protegê-las-iam, de agressões físicas, dos assaltos e das situações de violências.

Os meninos e as meninas trabalhadores de todas as atividades revelam que vivenciam o medo de ante as atividades que fazem, possam se desgastar muito jovens, na precocidade do trabalho e não obter, na vida adulta e no futuro, um trabalho considerado por eles como melhor. Nos seus depoimentos, este termo melhor tem o significado de menos precarizado, com garantias trabalhistas e *status* de emprego ou, conforme as próprias palavras deles, “com carteira assinada”, “em fábrica”, “que possibilite sustentar uma família”. Diríamos que um trabalho que lhes garantisse a inserção social. Conforme vimos no capítulo 1, há novas formas de trabalho. Conseqüentemente, o emprego com garantias sociais realmente passa por um processo de mudança – o que poderá significar que este medo vivenciado por eles tem sentido. Dificilmente eles terão capital cultural que lhes garanta o acesso às novas formas de trabalho, assim como é possível que o emprego regular nos moldes por eles pensados venha a desaparecer.

Os estudos a que nos referimos nesta investigação contribuem para analisarmos o medo que muitas vezes acometem esses meninos e meninas sentem é mascarado por ideologias defensivas construídas e compartilhadas pelos coletivos de trabalho (conforme foi abordado no capítulo 2) pertinentes a cada atividade de trabalho. Mesmo sendo o medo mascarado, é possível perceber-lhe a presença nos depoimentos mediante expressões de virilidade, emoção, choro, negação do perigo ou afirmações do tipo, “eu já estou acostumado ”, ou ainda mediante a recusa de falar dos riscos, dos perigos.

5.1.4. O sofrimento pela humilhação

Os meninos e meninas relatam que se sentem humilhados. Guardam um receio de que a condição de trabalhadores precoces, no desempenhando das tarefas nas ruas, exponha-os a uma condição de inferioridade diante do OUTRO, desse OUTRO que os rechaça, que os despreza, que os diminui, que lhes desdenha.

“As pessoas tem vez que não quer, tem vez que, até carão a gente leva, das pessoas [chora]. Tem vez que chama eu de moleque, manda eu lavar, manda eu ir embora, fala as coisas pra mim, humilha [continua chorando]” (J. masculino, vendedor, 13 anos).

Entendemos que o choro, especificamente na hora da entrevista, expressa o sofrimento e a angústia que padecem meninos e meninas na relação com outras pessoas. Todos reclamam dos OUTROS que não os reconhecem como trabalhadores e trabalhadoras, mas como marginais e vadias. Eles complementam dizendo que não estão naquela condição por iniciativa e desejo próprios, mas pela necessidade que os obriga.

É por isso que os meninos e meninas fazem uma projeção nesse famoso OUTRO, da vergonha diante da atividade e do local, porque esse OUTRO, segundo os depoimentos deles, é preconceituoso com eles e principalmente com elas, pois são meninas e estão em lugares culturalmente concebidos como masculinos. Acrescente-se a isso um agravante: estão sozinhas (sem acompanhantes da família). No caso das meninas na prostituição, elas acreditam que este preconceito é ainda maior, porque “fazem programas”. O que ambos os segmentos procuram nesse OUTRO é o reconhecimento de que são trabalhadores, um reconhecimento que lhes aliviaria o sofrimento (Dejours, 1994).

Para as meninas, muito mais do que para os meninos, estar em condição de rua é mais humilhante do que ter que trabalhar precocemente. Portanto, para elas, se o trabalho fosse realizado em um outro local que conferisse mais status ou, como dizem elas próprias, se conferisse mais respeito, não seria tão humilhante. No caso da prostituição, para elas, o problema não é só o lugar, mas a atividade em si, uma atividade que elas concebem como degradante e vergonhosa, embora se defendam imediatamente: “mas precisam sobreviver” e é “a única forma de que dispõem”.

Para os meninos, principalmente para os vendedores, um aspecto que os humilha e os faz sofrer é a tarefa de oferecer as mercadorias aos clientes, porque eles estão na posição de quem pede ou de quem solicita um favor; por isso acham-na humilhante. Os meninos vendedores sentem-se mais humilhados ainda, quando o possível cliente trata-os mal.

“(...) alguns me tratam mal, mas outros me tratam ... Ah! As pessoas que passa, a pessoa oferece e num compra, fala coisa assim, que a pessoa não gosta. (...) E as vezes fala assim: eu não quero isso, bote isso pra lá, tire isso longe de mim”. (R., masculino, vendedor, 13 anos).

Esse sentimento de humilhação é na verdade uma das formas de sofrimento experimentado pelos meninos e meninas, na relação com esse OUTRO. E isto os faz sofrer exatamente porque o outro está sempre a lembrá-los sobre algo que desejam esquecer: quem é, e o que fazem. O local onde desempenham também está ali, posto a lembrá-los constantemente da condição de rua, principalmente para quem nela vive e trabalha, como as meninas vítimas da prostituição.

Percebemos que os meninos e meninas têm vergonha das suas condições de vida no trabalho, porque, para ambos, o trabalho que desempenham é não-qualificado, sem finalidade, sem importância e sujo, no caso da prostituição. Segundo Dejours (1987a: 49), (...) *é do contato forçado com uma tarefa desinteressante que nasce uma imagem de indignidade. A falta de significação, a frustração narcísica, pálida, feia, miserável.*

A humilhação imposta pelo trabalho precoce ataca a dignidade de meninos e meninas e gera um sentimento de vergonha em decorrência dos seguintes fatos:

1. O olhar do outro que os faz ver a sua condição de vida e trabalho: quem são e o que fazem;
2. A exposição do trabalho: “todo o mundo [o OUTRO] sabe tudo” sobre o trabalho deles; logo sobre suas vidas.

Mas o preconceito do outro, segundo depoimentos, não se restringe à atividade nem ao local onde ela é desempenhada. Abrange a condição social deles e particularmente a cor da pele. Convém assinalar que a maioria dos sujeitos são negros⁶⁸.

⁶⁸ Diante da variedade que há na sociedade brasileira, para definir as pessoas negras como morenas, pardas etc. Optamos por usar a categoria negra, por compreendermos, assim como Fernández (1964) e

“Porque algumas vez os home dá carão. Reclama, tem uns aqui que chega, o cara pede pra olhá o carro, eles diz: - olhá carro aqui não, vá simbora, vá, vá nego safado, ôxe [imita a voz áspera de quem reclama]. Não sei, ta? Preconceito contra a gente, porque a gente é pobre”. (E., Masculino, 13 anos).

Os meninos vendedores e as meninas vendedoras que trabalham para um patrão relatam, nos seus depoimentos, que vivenciam a humilhação no modo de serem tratados, nos gritos que o patrão solta para com eles ou na acusação de comportamentos de “vagabundagem”. As paradas feitas pelos meninos para descansarem ou o pouco movimento nas vendas é usado pelo patrão (ou *dono*, como eles chamam) para reclamar do menino o que é feito de modo áspero, em voz alta, na frente de qualquer pessoa nas ruas. A forma como são feitas as reclamações é sentida pelos meninos como um comportamento que visa humilhá-los.

No caso das meninas vendedoras, a humilhação tem basicamente a mesma característica. Não obstante, por serem meninas, elas são, segundo os relatos, acusadas de não desempenharem as suas atividades por envolverem-se em conversas com os homens. Usamos as palavras delas próprias: “por darem confiança aos homens”. Elas consideram essa forma de reclamação do patrão um tipo de acusação de vulgaridade, porque significa que, em vez de trabalharem, elas paqueram, namoram. Uma acusação que só é feita às meninas e que elas atribuem a sua condição de mulher. O que para elas é uma forma de humilhá-las ao tomarem-nas por vulgar. Elas ressaltam isso como um aspecto que provoca sofrimento e que as culpabiliza, porque, além de terem que trabalhar precocemente nas ruas, ainda são destratadas.

Verificamos que as meninas na prostituição, por sua vez, já sofrem por terem que se prostituir, principalmente, por serem levadas a tal atividade, em decorrência da própria família – o que por si só, para elas, já é uma humilhação: ter que vender o corpo para sobreviver. Segundo depoimentos, nas relações com os clientes, as situações ainda são mais constrangedoras, pelas demandas dos clientes e pelo tratamento que eles lhes dispensam, principalmente pela violência de que são vítimas.

5.1.5. O sofrimento pelo assédio

Ribeiro (1995), que mais do que o preconceito racial o que opõem os brasileiros são diferenças sociais, de modo que as deformações impostas pela confusão entre condição social e a cor se explicam por fatores sociais.

É fonte de sofrimento a condição de mulher-menina que as acompanha. Essa condição transforma as meninas, aos olhos dos OUTROS, em objeto sexual. Atribuem-lhes a culpa por serem objeto de desejo, como por exemplo, na situação das meninas vendedoras. Elas são acusadas, pelos patrões, como dissemos anteriormente, de não venderem as quentinhas por se envolverem com homens.

No Brasil, há prática cultural de erotizar os corpos das meninas quer seja transformando-se o corpo delas em objeto de desejo seja exploração. Em “Casa Grande e Senzala”, Gilberto Freyre (1987: 449), referindo-se à escravidão relata:

(...) atribuem alguns cronistas da escravidão grande importância à prostituição das negras, mas das negras mulatas exploradas pelos brancos. (...). Às vezes negrinhas de dez doze anos já estavam na rua se oferecendo a marinheiros.

Continua Freyre (*Idem.*), em outras passagens dessa obra sociológica, a expor aspectos da cultura sexual brasileira, mostrando-nos que o apetite sexual não provém do negro, mas dos brancos e, mais especificamente, do sistema social e econômico que vigorou na escravidão – o que teria feito de negros e índios objetos da lascívia dos brancos. Mas Freyre (1987) descreve e analisa, particularmente, esse aspecto do desejo por meninas, embora haja também referência às sinhá-moças. Mas, na relação com o nosso objeto essa análise tem mais a ver “as mulatinhas” por compreenderem um segmento social mais pertinente, com mais similitudes, pela posição ocupada na estrutura social.

Numa das passagens, embora se refira ao século XVI, e no que pese o anacronismo cultural que nos separa daquela época, Freyre (1987) brinda-nos com um trecho que nos serve como referência:

(...) Porque depois de certa idade as mulheres pareciam não oferecer o mesmo sabor de virgens ou donzelas que aos doze ou aos treze anos. Já não conservavam o provocante verdor de meninas-moças apreciado pelos maridos de trinta, quarenta anos. Às vezes de cinquenta, sessenta, e até setenta. Burton escreve que no meado do século XIX ainda eram comuns os casamentos de velhos de setenta com mocinhas de quinze anos. (Op. cit., 346).

Mas também é histórico-cultural o hábito de serem culpabilizadas as mulheres pelo assédio masculino. Tanto isso é verdade que Freyre (1987) questiona:

(...) o que sempre se apreciou foi o menino que cedo estivesse metido com raparigas. Raparigueiro, como ainda hoje se diz: femeeiro. Deflorador de mocinhas (...). Se este foi sempre o ponto de vista da casa-grande, como responsabilizar-se a negra da senzala pela depravação precoce do menino nos tempos patriarcais? (Op. cit., 372).

É coerente a análise do escritor acima a propósito da precocidade dos meninos de engenho e da suposta depravação das negras e mulatas. Ele atribui as causas desta forma de agir ao sistema econômico escravocrata. Nesta tese diríamos que as explicações residem nas relações sociais de sexo e nas posições hierárquicas decorrentes das diferenças de idade entre adultos e crianças e adolescentes.

No caso das meninas da nossa pesquisa, compreendemos que o assédio as faz sofrer pela condição de elas serem mulheres pois elas constatam que só as meninas são assediadas. E o assédio é um sofrimento ligado à atividade de trabalho que desempenham, conforme trecho de uma entrevista coletiva com meninas vendedoras:

P – Então vocês acham que mulheres, no caso meninas, têm mais possibilidades de sofrer assédio porque são mulheres?

A – É, porque são mulheres.

C – Porque homem não solta piada pra homem.

C – Eles pensam que, porque tamos trabalhando aqui, porque ele é homem, ele tem o direito, entendeu? E a menina, por ser mulher tem que aceitar.

As meninas vendedoras, conforme seus depoimentos, são assediadas nos locais de trabalho, lugares freqüentados na maioria por homens que, segundo elas, pensam que por elas se encontrarem naqueles locais, em condição de rua, são “oferecidas”, estão “disponíveis” ou são “vulgares”.

É possível, a partir desses dados compreendermos que, para os assediadores e para as meninas o comportamento de assédio a elas está ligado ao fato de que elas estão em condição de rua. Por isso para elas a atividade de trabalho nesses locais é objeto de humilhação. Gomes (1996: 249), por sua vez, em pesquisa sobre a prostituição infantil no Rio de Janeiro e em Santos, encontra concepções semelhantes à que encontramos sobre o fato de as meninas estarem nas ruas. Ele assinala que os depoimentos (...) *revelam que o simples fato de a menina estar na rua, mesmo que não viva na prostituição, pode ser associado ao ser prostituta ou pode despertar desejos sexuais que só podem ser realizados no mundo ilícito da prostituição.*

Essa concepção de que, por serem mulher e estarem em condição de rua, são prostitutas é abordada por Madeira (1997) e Gomes (1996). Ambos chamam a atenção para a estigmatização. Madeira chama a atenção inclusive para o fato de que esse desvirtuamento conduz à elaboração de cifras avultosas sobre o número de meninas na prostituição. Cifras estas, que não têm a fonte, cujo mapeamento não foi feito, mas são sempre carimbadas com a qualificação de oficiais. Corroborando esta idéia, Gomes (1996: 248) acentua:

(...) por trás da violência vivida pelas meninas, encontra-se a presença da violência social contra a infância associada a várias vivências das chamadas “meninas de rua”, aí se incluindo a prática da prostituição como mais uma instância de violação dos direitos da criança.

Estes dados que só vêm a confirmar a nossa interpretação de que essas concepções e comportamentos, embora não sejam passíveis de aceitação explicam-se pela posição que as meninas ocupam na sociedade – adolescentes e mulheres, figuras que devem ser submissas aos adultos e aos homens. Portanto, isto se traduz em questão de gênero de uma sociedade adultocêntrica.

Amparados na psicodinâmica do trabalho buscamos dar conta dos dados empíricos, tentando compreender como meninos e meninas em condição de rua vivenciam o trabalho ou o lugar do trabalho na regulação psíquica (Dejours e Abdoucheli, 1994) dessas crianças e adolescentes. Os dados empíricos revelaram a vivência do sofrimento no trabalho para esses meninos e meninas. Os dados também mostraram que as pressões decorrem da articulação das condições de trabalho e de vida e da organização do trabalho nas atividades informais de rua. A organização diz respeito a repartição de tarefas, do modo operatório das tarefas, da repartição de responsabilidades, da hierarquia e controle, dos investimentos afetivos de amizade, cooperação, solidariedade e competição. Este sofrimento traduz um estado de luta (*Idem*, 1994) dos meninos contra a doença, a descompensação.

O modelo dinâmico mostrou que os trabalhadores e as trabalhadoras precoce eram capazes de reconstruir as pressões de trabalho que os fazem sofrer e fazer aparecer estratégias defensivas. Embora a Psicodinâmica (Dejours, 1987a; Dejours, e Abdoucheli, 1994) enfatize as defesas coletivas, nesta tese nós apresentamos também defesas individuais contra os efeitos psicológicos das pressões do trabalho.

5.2. AS DEFESAS

O sofrimento no trabalho emerge quando há um choque entre a história individual, os projetos, desejos e planos e a forma como o trabalho se efetiva. O sofrimento começa quando o trabalhador não pode fazer nenhuma modificação conforme as suas necessidades fisiológicas e seus desejos psicológicos (Dejours, 1987a, 1987b).

A forma que toma este sofrimento varia de acordo com o tipo de organização do trabalho. Para o caso dos meninos e meninas submetidos às tarefas perigosas, degradantes, pouco significativas, a desconfiança do OUTRO e a discriminação originam-se, conforme vimos anteriormente, o sofrimento do corpo, o medo e o sentimento de humilhação.

Para enfrentar esse sofrimento os trabalhadores podem fazer uso de dois tipos de defesa: os mecanismos de defesa que são individuais e as **ideologias defensivas que são elaborados coletivamente**. De acordo com Dejours (1987: 36), (...) *o que caracteriza uma ideologia defensiva é o fato dela ser dirigida não contra uma angústia proveniente de conflitos intrapsíquicos de natureza mental e sim ser destinada a lutar contra um perigo e um risco reais*.

Estes sistemas defensivos explicariam o não-desenvolvimento da doença mental e defenderiam a psique contra a falta de sentido e contra a insatisfação do conteúdo ergonômico do trabalho. O sofrimento dá lugar (...) *à ideologia defensiva da profissão*. (Ibid.: 134).

O sofrimento salvaguarda o equilíbrio psíquico. Ele implica um estado de luta do sujeito contra as forças (ligadas à organização do trabalho) que o impelem em direção à saúde mental (Id., 1994:127). Mas o sofrimento suscita estratégias defensivas.

Segundo Cru e Dejours (1987), os comportamentos desafiadores dos operários, particularmente os da construção civil, diante das medidas de prevenção constituem-se atitudes desafiadoras à necessidade de suportar o medo e os riscos, criando, *ideologias defensivas de profissão* e visando, por meio disso, inverter a relação dos trabalhadores com o perigo real do trabalho. Trata-se dos saberes de prudência.

Os comportamentos de rejeição às medidas de segurança como os desrespeitos às regras, a relutância em usar equipamentos de proteção individual (...) *puderam, assim,*

ser interpretados como verdadeiros desafios lançados ao perigo pela coletividade operária, a fim de afastar, por uma operação simbólica, a vivência de angústia que seria incompatível com o prosseguimento da tarefa. Estes procedimentos, estas estratégias, estes saberes de prudência são partes integrantes do saber operário e são dele indissociáveis (Cru e Dejours, 1987: 31).

Afirmaram os autores acima citados:

(...) a coletividade operária prefere renunciar a prevenção vinda de fora apoiando-se na prevenção espontânea nascida dos saberes das profissões e das tradições operárias do setor da Construção. Assim, poderiam observar saberes de prudência que se exercem em sistemas de auto-regulação do coletivo de trabalho e de auto-regulação dos ritmos e dos modos operatórios individuais.(Ibid. 31).

São as defesas dos trabalhadores que minimizam a percepção das pressões, fontes de sofrimento. O sofrimento e o prazer são vivências subjetivas, que são singulares, remetem ao sujeito. Mas vários sujeitos experimentando cada um sofrimento único, unem esforços para construir uma estratégia comum: *(...) mesmo se o prazer e o sofrimento são da ordem individual, eles passam por uma gestão coletiva* (Dejours, 1992). As estratégias defensivas funcionam como regras, o que supõe um consenso ou um acordo compartilhado (Dejours e Abdouchelli, 1994: 127). Uma das defesas é a do corpo, denominada por Dejours (1994: 133) de inteligência ardilosa: *(...) trata-se de uma inteligência que tem raiz no corpo, nas percepções e na intuição sensível.* Ela está em constante ruptura com as normas e regras.

No caso dos trabalhadores precoces, acreditamos que haja comportamentos caracterizados por signos que evidenciam situações de trabalho e revelam as estratégias defensivas deste contra as conseqüências nefastas do trabalho precoce: defesas contra o sofrimento. São exemplos desses comportamentos a minimização da percepção da realidade que vivem, os comportamentos de exaltação da virilidade, as brincadeiras que entremeiam as atividades de trabalho, a vadiagem⁶⁹, as “arengas” na escola, as fugas.

De acordo com a Psicodinâmica, em cada tipo de organização do trabalho, constituem-se procedimentos defensivos específicos, elaborados pelos indivíduos ou

⁶⁹ O que não quer dizer que os outros não façam uso desse tipo de defesa, só detectamos na pesquisa neste tipo de atividade.

construídos pelo grupo de trabalhadores, contra o sofrimento ou contra o medo resultante do trabalho.

As defesas funcionam seguindo uma lógica,

(...) proibições de certos componentes, de silêncio sobretudo o que se refere ao tema do medo, de valorização do discurso heróico, de comportamentos de bravuras e de desafio ao perigo, de recusas paradoxais das regras de segurança e de práticas coletivas lúdicas pondo em cena situações de risco que se trata de zombar, e por vezes mesmo brincadeiras perigosas em torno das questões do risco, do acidente, da doença e de morte no trabalho (Dejours, 1987c: 3).

Conforme o citado autor, as defesas promovem um certo estado de insensibilidade dos trabalhadores diante do sofrimento. (*Ibid.*, p.3). No caso dos meninos e meninas, um conjunto de defesas são postos em prática para encarar o sofrimento e continuar executando as tarefas. Há algumas defesas que estão ligadas especificamente a algumas atividades de trabalho, enquanto outras são pertinentes a todas as atividades. Dito de outro modo: as defesas têm a ver com o sofrimento desencadeado pela organização de cada atividade, mas tem a ver também com as relações sociais de sexo e com a divisão sexual do trabalho.

As defesas comuns a todas as atividades são: o silêncio, os risos, os gracejos, as zombarias e a minimização da percepção da realidade. A “vadiagem” diz respeito aos meninos vendedores no sinal, assim como a exaltação da virilidade, que tem a ver com as relações sociais de sexo, diz respeito aos meninos de um modo geral. As meninas não falam de bravatas. Pelo contrário, ressaltam um acomodar-se à situação para continuar desempenhando as tarefas. O uso ou a possibilidade de acesso às drogas são ideologias defensivas de fuga, e, estão presentes às entrevistas de meninos olheiros e meninas na prostituição.

Encontramos, também entre os meninos vendedores, o uso de saberes, de prudência, macetes, como dependurar os sacos de frutas em algum local de modo que desocuparem as mãos e os braços (que sofrem e machucam-se com o peso) por alguns instantes. Da mesma forma, os meninos fazem pequenas pausas e sentam-se no chão com um olhar e escutam atentos ao encarregado ou patrão, para que possam levantar-se antes de serem percebidos e aos clientes, para, a qualquer instante, pegar os sacos de volta e vendê-los.

No tocante às meninas na prostituição, o nojo tanto às relações orais quanto à recusa ao beijo na boca, procura salvaguardá-las em não colocar a boca em contato com o corpo do cliente. Tratando desse aspecto, da experiência vivenciada por prostitutas de Copacabana, Gaspar (1988: 115) diz que no universo por ela estudado, a boca é destacada e salvaguardada,

(...), pois, em contrapartida aos órgãos sexuais, é um lugar pelo qual se estabelecem inúmeras comunicações que sedimentam as mais variadas relações de parentesco, de amizade, de crença religiosa. Através da alimentação ela é ainda veículo e vínculo com a parte interna do corpo.

Segundo a referida autora, a boca, no sistema de representações das garotas por ela estudadas, parece opor-se moral e contrastivamente à vagina – o que se assemelha às meninas na prostituição em condição de rua, por nós estudadas. Seria isto um aspecto da subjetividade que as resguardaria, como se assim pudessem separar no seu próprio corpo partes que são acessíveis à relação de trabalho com os clientes e partes que são inacessíveis àqueles, como se uma parte introspectiva do seu corpo fosse inviolável – o que não deixa de ser uma forma de defesa.

5.2.1.O silêncio, os risos, os gracejos, as zombarias e o choro.

Percebemos que o silêncio segue-se a três temáticas particularmente: a atividade de trabalho em si, a escolaridade e o futuro. Cada uma dessas compreende por sua vez um conjunto de aspectos que lhes são peculiares. No caso da atividade de trabalho, o silêncio é uma ideologia defensiva utilizada quando as falas versam sobre as dificuldades enfrentadas no desempenho das tarefas, a importância do trabalho para o sujeito, o tratamento dos clientes e transeuntes, os ganhos e relações de trabalho. Pode-se perceber, inclusive, que esses são os aspectos mais salientados pelos sujeitos como fonte do sofrimento. Talvez possamos depreender, a partir do exposto, que esse silêncio é uma forma que denota e que ao mesmo tempo camufla o sofrimento.

Verificamos também que o silêncio acontece quando abordamos a dificuldade de estudar e trabalhar, aliado ao cansaço após a jornada de trabalho. A desistência é uma decisão adotada quando se é vencido ou vencida pelas dificuldades ou constata-se não ter mais condições de enfrenta-las, conforme relato que segue:

“Estudava a noite mais desisti. (...) Depois de um dia, cansado [silêncio]... e a escola aí, a escola é meio difícil, a gente sai daqui é direto pra casa, sai de seis horas quando é para a escola, entra na classe, na sala de aula, sete horas, sete e quinze, larga de dez e meia. [silêncio]... ia até a metade do ano, chegou na metade do ano eu paro [silêncio]” (E., masculino, vendedor, 14 anos).

O silêncio também seguiu ou substituiu falas, quando abordamos a relação entre a precocidade do trabalho e o futuro ou entre o tipo de atividade e as expectativas de futuro. Substituiu falas que abordam a incerteza diante do futuro deles e delas.

Ainda no que diz respeito ao silêncio como defesa, aconteceram duas situações peculiares: uma delas foi o silêncio acompanhado do choro quando se abordaram as dificuldades para o desempenho das tarefas e a escolha da atividade nas ruas. Esta reação aconteceu apenas com alguns sujeitos do sexo masculino. A outra envolveu meninas vítimas da prostituição, cujo silêncio tomou conta das entrevistas quando elas próprias se referiam à família, mais especificamente ao rompimento dos laços relacionais com a família sangüínea.

O sorriso como ideologia defensiva acompanhou ou substituiu falas que versavam sobre o tratamento dos clientes, inclusive o preconceito, a percepção de si e o pagamento. Este último é um dos prazeres com que esses trabalhadores e trabalhadoras admitiam retirar-se do trabalho, que por sinal é o objetivo de tudo. Neste último caso, o sorriso substituíam as respostas às nossas intervenções a respeito de quanto ganhavam: “O que eu acho melhor? É ganhar dinheiro;... é ...é (sorrir) ganhar dinheiro” (E., masculino, vendedor, 14 anos).

Os gracejos e zombarias apareceram mais particularmente nas entrevistas coletivas, que também foram feitas em menor número. Esses tipos de defesa seguiam-se ou substituíam falas que abordavam as relações entre os pares, companheiros, amigos ou desafetos.

Quando apareciam o silêncio, o sorriso, o choro, os gracejos e zombarias, às vezes eles substituíam ou impediam a articulação de um discurso ou uma resposta às nossas intervenções, impossibilitando a continuidade ou a elucidação do que estava sendo abordado, numa nítida atitude de recusa dos sujeitos a tocarem naquele assunto, mesmo que superficialmente, ou de aprofundá-lo. Havia situações em que, no decorrer da entrevista, voltávamos ao assunto e a postura dos sujeitos permanecia inalterada. Às vezes tal comportamento aparecia em todas as entrevistas individuais, e só quando

fazíamos as entrevistas coletivas, era possível retomá-las e ter respostas, quando a presença de um grupo parecia referendar a temática e autorizar a elucidação da defesa.

A análise dos dados permitiu-nos perceber que a minimização da realidade como um tipo de defesa apareceu em todas as entrevistas individuais e coletivas. Há situações que apontam o sofrimento, a dificuldade, mas a percepção dessa realidade é minimizada, muitas vezes, com um argumento de que já se acostumaram. Como se o hábito, a constância eliminasse o sofrimento.

“Mais ruim,... [silêncio] ... ficar no sol quente. Mais acostumado já eu, tô acostumado”. (E., masculino, vendedor, 14 anos).

“Trabaiá cedo é rim, o cara perde um bocado de coisa, mas há coisa pior do que isso ... é roubar ser marginal”. (entrevista coletiva)

“Num é tão rim assim não ... além do mais se o cara é pobre, precisa trabaiaar mesmo ... mesmo no mais difíci fica fácil”. (U., masculino, olheiro, 14 anos).

“Sempre que eles me batia eu fugia. Mas só foi dois caras que me bateu, só duas vez”. (C., feminino, prostituição, 14 anos).

Os risos, os gracejos zombarias e o choro são defesas que aparecem para o pesquisador no momento da pesquisa. O que é inacessível pelo pesquisador, não o é apenas porque os trabalhadores organizam para dissimular, mas (...) *porque uma parte da ocultação é obtida a partir do próprio interesse psíquico dos trabalhadores e de seu equilíbrio mental* (Dejours e Abdoucheli, 1994: 139).

5.2.2. Vadiagem e brigas na escola

Segundo Cru e Dejours (1987: 34), (...) *a vadiagem está longe de ser um tempo vazio, improdutivo ou inútil. Ela contribui de fato para a auto-regulação da carga de trabalho e a prevenção de acidentes ou ferimentos.*

A vadiagem é um tipo de defesa que apareceu nas entrevistas dos meninos vendedores. É o termo usado pelos meninos vendedores no sinal para reportarem-se ao uso do tempo no trabalho para tarefas que não são essenciais naquele dado momento ou diminuem o ritmo de trabalho. Nesta pesquisa, definimo-la como uma pausa ou paradinha. O termo na verdade não é atribuído pelos próprios meninos, mas por terceiros, encarregados de fiscaliza-los ou aos patrões. Mas é um termo que eles

incorporam, embora expliquem como descanso, enquanto os outros atribuem uma conotação diferente, pejorativa. Conforme depoimentos deles, a vadiagem não é preguiça, mas uma forma de descansar o corpo e a mente. Essa pausa assemelha-se ao que Dejours denomina de inteligência do corpo ou inteligência artilosa.

Os dados revelaram-nos que os momentos de “vadiagem” são acompanhados de brincadeiras, gracejos e zombarias de uns com os outros. Segundo eles, isso é uma forma de fazer passar o tempo e não sentir o cansaço e as dificuldades do trabalho, principalmente quando o “movimento está pequeno”, termo usado por eles para referirem-se ao baixo fluxo das vendas.

Um fato interessante para análise é que este termo, “vadiagem”, só foi usado pelos meninos nas atividades de vendedores, o que denota haver ligação com o fato de, neste tipo de atividade, ocorrerem relações de trabalho patrão-empregado, principalmente na atividade de vendedor no sinal de trânsito, onde há o controle das tarefas, feito pelo próprio patrão ou por um encarregado de fiscalizar os meninos. As demais atividades têm pausas, inclusive entremeadas com brincadeiras e desempenho de tarefas e não recebe o nome de vadiagem, que, na língua portuguesa, assume um caráter pejorativo. Os olheiros e vendedores na noite fazem pausas para descanso e as denominam de “paradas”.

No que diz respeito às brigas na escola, denominadas de arengas, analisamos como defesas, por terem sido referidas por todos os meninos vendedores no sinal de trânsito e ter sido dada como justificativa para a desistência de estudar. Descritas como conflitos envolvendo companheiros e/ou professores. As brigas, a nosso ver, são comportamentos que refletem a dificuldade de eles se enquadrarem no tipo de socialização oferecida pela escola, dificuldade de os meninos se adequarem às exigências da escola. Como o trabalho prejudica a escolaridade e sentindo que não acompanham o processo de ensino, os meninos, coletivamente, de forma não planejada, utilizam-se das brigas como defesas, diante da eminência de falhar na escola.

Compreendemos que as *arengas*, termo usado por eles, são defesas usadas para esconderem as dificuldades na escola, muitas das quais são conseqüências da precocidade no trabalho, que os impede de acompanhar o processo ensino-aprendizagem. Por isso eles usam as arengas como uma justificativa para ter que deixar a escola. Admitir que brigaram é mais fácil para eles.

Pesquisadora – E você estuda?

Entrevistado – Não

Pesquisadora – Por que você não estuda?

Entrevistado – Porque ... sai ...

Pesquisadora – Saiu?

Entrevistado – Hem? Desisti.

Pesquisadora – Por que você desistiu?

Entrevistado – Porque os pirraí fica arengando com o cara (silêncio). Mas minha mãe vai botar eu de novo. Eu não vô trabalhá aqui mais não, ela disse, aí eu vô pudê estudá. (J., masculino, vendedor, 12 anos).

Duarte (1998), no estudo que faz sobre as *doenças nervosas* entre as classes trabalhadoras, mostra que o masculino e o feminino, na relação entre trabalho e saúde, reagem diferentemente quando são acometidos por alguma perturbação. No caso da mulher, a perturbação se dá por via da interioridade, “crise de nervos”. No caso do homem, a ruptura se dá por via da exterioridade, das brigas. Deste modo, as brigas dos meninos na escola seriam formas de exteriorizar as perturbações decorrentes da dificuldade de estudar ocasionada pelo trabalho.

Neste outro depoimento, a dificuldade está no relacionamento com a professora:

“Estudava de noite, mas eu desisti. Professor muito chato ... ele não ia com a minha cara. Os alunos bagunçavam, né? Aí ele olhava pra minha cara, os alunos bagunçava, ele olhava pra minha cara. Acusava eu e um colega” (E., masculino, vendedor, 14 anos).

Constatamos que as dificuldades de relacionamentos, nas falas dos meninos, são usadas como justificativas para o afastamento, e para a desistência da escola. Desse modo, compreendemos que, as arengas e a “bagunça” (outro termo usado por eles) são, na verdade, defesas elaboradas para justificar e ao mesmo tempo camuflar outras questões, por exemplo: as dificuldades na escola decorrentes do cansaço e da inadequação do conteúdo e do método para as necessidades deles. Por isso eles preferem atribuir às arengas as causas das desistências. Conseqüentemente predomina uma inabilidade da escola para lidar com os comportamentos de meninos, que já são autônomos (trabalhadores precoces que desenvolveram habilidades matemáticas na

prática, no trabalho, mas que apresentam dificuldades em outras habilidades, como abstração de pensamento e pouca prática no uso da linguagem falada e escrita, principalmente para expressar o pensamento).

A análise da seletividade do sistema é uma teoria dentre várias sobre o fracasso escolar. Esta teoria, já foi abordada por vários autores, dentre os quais, Bourdieu (1974), Bourdieu e Passeron, (1977), Freitag (1978), Carraher *et.al.* (1989). Estes autores introduziram a possibilidade de pensar o papel da escola no âmbito de uma concepção crítica da sociedade. Bourdieu e Passeron (1975) forneceram as ferramentas conceituais para o exame das instituições sociais como lugares em que se exerce a dominação cultural e a ideologização a serviço da reprodução das relações de produção.

Carraher *et. al.* (1989) chama estas resistências de contracultura. São atitudes que têm como objetivo o de desenvolver estratégias para lidar com a monotonia com os empecilhos às oportunidades e com a ausência de controle. Para a referida autora, (...) *o desenvolvimento da contracultura é um elemento essencial na determinação do papel inerentemente contraditório da escola.* (*ibid.*, 68). Compreendemos que essas resistências também são defesas usadas pelos meninos trabalhadores para enfrentar a dominação na escola.

5.2.3. Virilidade

Em Psicodinâmica do trabalho, as características do gênero social masculino se denominam virilidade. Os homens e as mulheres, em sua maioria, consideram a virilidade uma qualidade indissociável da identidade sexual dos homens. Por serem reconhecidas como “femininas”, as mulheres devem precisamente estar isentas de qualquer indício de virilidade (Dejours, 1999: 85).

Segundo Dejours (1999: 84-85), mesmo não sendo considerada uma virtude, a virilidade é sempre vista como um valor. O seu caráter atraente e invejável deriva de sua conotação sexual, de sua associação com o que é considerado masculino, do qual é o núcleo organizador:

(...) a virilidade é considerada um atributo sexual. Isso é tido como uma evidência em nossas sociedades. A virilidade é o atributo que confere à identidade sexual masculina a capacidade de expressão do poder (associada ao exercício da força, da agressividade, da violência e da

dominação sobre outrem) (...) Em outras palavras, a virilidade, mesmo em sua dimensão psicoimaginária, está associada ao medo e à luta contra o medo.

Compreendemos que o sofrimento diante do medo dessas formas de violência é algo “paradoxal” para os meninos, pois, apesar do medo, eles precisam encarar a atividade e as ruas, demonstrar virilidade, que é freqüentemente cobrada dos meninos. E eles sofrem diante disso, porquanto, além do medo que precisam enfrentar, são cobrados socialmente pelos pares, patrões e pela família a não ter medo. Precisam negar o medo que sentem.

Para Dejours (1999: 100), ao medo associam-se as noções pejorativas de fraqueza e covardia. A virilidade sustentaria a luta contra as manifestações do medo prometendo prestígio e sedução a quem enfrenta as adversidades e ameaçando – o contrário a quem foge delas – de perder a sua identidade sexual de macho. Assim sendo, a virilidade é uma conduta que depende da validação alheia.

É possível abstrair dos relatos dos meninos vendedores no sinal a vivência do medo de uma outra forma: pela territorialização o que contribui na organização de um espaço compartilhado, criando uma espécie de coletivo, de solidariedade. Temem os perigos, a violência nas ruas, mas não se percebem como vítimas dela e confiam, conforme depoimento, no grupo para enfrentá-la.

Segundo Hirata e Kergoat (1987: 7), mulheres e homens constroem diferentemente os coletivos de defesa, (...) *como a sociedade remete-as continuamente ao individual, ao biológico elas não se reconhecem no grupo sexuado. Enquanto mulheres elas têm a maior dificuldade para se dotar de posturas defensivas comuns que permitam aceder a práticas coletivas.*

Constatam as autoras que no caso dos homens, a constituição dos coletivos de defesa se dão no sentido de superação da fragmentação do grupo, enquanto a constituição do coletivo, no caso das mulheres, é mais atomizado entre indivíduos.

São aspectos que perpassam a cultura e a socialização, pelo seguinte motivo:

(...) não ter medo não tem a mesma significação para um homem educado desde pequeno na ética da coragem e para uma mulher que deve ser fraca e dependente, e esse imperativo não pode ser mobilizado da mesma maneira para o trabalho ou para a criação de coletivos de defesa segundo os sexos. (Ibid; 12).

As referidas autoras criticam a Psicodinâmica do Trabalho porque consideram que, pelo exposto acima, o conceito de ideologia defensiva é ainda hoje fortemente sexuado e põe em questão a idéia de defesas coletivas elaboradas nos locais de trabalho pelas mulheres.

Dejours (1999: 101-102) referenda estudos das autoras acima citadas e reconhece que os estudos de Psicodinâmica do Trabalho mostram que as mulheres não constroem entre si, no mundo delas, estratégias coletivas comparáveis às dos homens. Enquanto as mulheres cercam esse real, os homens negam-no coletivamente. Deste modo, nas estratégias coletivas de cunho viril, opõem ao risco uma negação da percepção e uma estratégia que consiste em escarnecer do risco. Procuram bani-lo da consciência.

Na pesquisa com meninos trabalhadores em condição de rua, os vendedores e os olheiros usaram desse recurso descrevendo situações de bravatas para enfrentar o medo. As situações descritas relacionavam-se com os momentos em que eles estavam submetidos aos riscos de violência ou de perigo. No caso dos meninos olheiros, os riscos decorriam das possibilidades de roubo dos carros. Para os meninos vendedores no sinal, os riscos consistiam em perigo de atropelamento pelos carros e; para os meninos vendedores na noite, os riscos consistiam em agressões físicas e assaltos.

A forma como esse recurso aparece é típica. Após declararem o medo ou sublinharem a existência dos riscos, os meninos apressavam-se com discursos do tipo: os perigos existiam, mas eles não temiam; enfrentavam como homens; o perigo era real, mas, para eles, não acontecia nada porque chamavam os companheiros para juntos reagirem e enfrentarem.

“O que eu fico com medo é, é quando eu tô olhando carro, eles fica roubando, fico com medo deles roubar os carros quando eu tô olhando. (...) É para mim deixar ninguém roubar o carro. Se roubar eu leva a culpa, né? (...) Eu dou pedrada na cabeça. Eu chamo nossos amigo”. (cita os nomes) (W., masculino, olheiro, 09 anos).

Um outro exemplo pode ser citado na seguinte fala de um vendedor na noite: “A noite faz medo, os povos quer bater, tomar as coisas. Mas comigo não, eu não tenho medo não”.(T., masculino, vendedor, 13 anos).

Poderíamos talvez dizer como hipótese que a virilidade para esses meninos é, neste momento de suas vidas, muito mais do que apenas uma defesa. Isto,

porque, eles estão na adolescência (ou na pré-adolescência), fase da vida caracterizada por Dejours (1988) como limitada no tempo, cujo ponto de partida é a puberdade e cujo termino é a integração profissional, ou seja, a entrada se dá pelos elementos biológicos e o acabamento pelo social. É este o momento em que o masculino seria esse específico acabamento do ciclo mental dando acesso à identidade sexual. Toda adolescência é, sobretudo para o menino, uma confrontação com os problemas de virilidade e não de masculinidade. A virilidade é uma passagem obrigatória para atingir à masculinidade. A virilidade produz, socialmente um modelo de conduta.

5.2.4. Minimização da realidade: a acomodação

Enquanto os meninos bravateiam coragem e enfrentamento das situações de risco e perigo de violência, as meninas minimizam a realidade, ensaiam discursos de acomodação, de conformismo, diante dos riscos de violência e de assédio nas ruas, conforme pode ser visto neste trecho de entrevista:

“É porque somos mulheres. Porque homem enxerido é assim mesmo”
(Entrevista coletiva com Vendedoras).

Emergiu, no discurso das meninas, a naturalização do assédio como algo típico e inerente ao homem. Um discurso que é uma forma de defesa, é um recurso para enfrentar a convivência com a situação, mas, ao mesmo tempo, diante da naturalização, acomodam-se e conformam-se.

Essa aparente acomodação, podemos explicá-la baseando-nos em Hirata e Kergoat (1987: 7). Para as referidas autoras, a opressão e a violência a que as mulheres estão sujeitas tanto no aparelho produtivo como no reprodutivo, não tem nenhuma saída institucional. Daí o fato de que essa violência se volta contra elas mesmas como indivíduos, mas também como grupo sexuado. Os homens enfrentam a violência diferentemente. Exteriorizam:

(...) a opressão que exercem tanto no aparelho produtivo quanto na esfera reprodutiva, somada à exploração de que são objeto, levam-nos a exteriorizar essa violência (que exercem e que sofrem), particularmente através de uma relação agressiva ao trabalho e à qualificação.

Verificamos que um outro tipo de acomodação às situações difíceis é a defesa das meninas na prostituição. Diante da ameaça de ir para a rua ou diante do risco de violência, elas se submetem ao OUTRO – agressor ou ameaçador. Na iminência desses acontecimentos, elas conformam-se em vivenciar aquela situação difícil ou submeter-se à pessoa que ameaça.

Como as meninas vendedoras precisam continuar trabalhando nas ruas, nesses locais onde predominam a presença masculina, depreendemos que elas criam outras formas de defesa para continuar trabalhando e minimizam a percepção que têm da realidade:

C – Eu mesmo não ligo.

A – Nem eu.

C – Parece que não tem ninguém falando.

Pesquisadora – Acontece com vocês?

E – Acontece.

Pesquisadora – Acontece de alguém dizer gracinhas e assediar vocês?

A – Já aconteceu.

C – Acontece sempre.

Pesquisadora – E aí como é que vocês fazem para defender-se?

C – Nem ligo, vou embora.

Pesquisadora – E isso fazem eles pararem?

C – É como eu digo, se der cabimento, pronto! É o que eles querem.

A – Não dá atenção.

A – A saída, a resposta é não dá atenção. Pois a gente precisa continua trabalhando ali. (Entrevista coletiva com vendedores).

5.2.5. As fugas

Verificamos que as fugas são defesas que emergem e materializam-se, quer na forma de uso de drogas quer em comportamentos de escapar do agressor ou da situação difícil, como é o caso das meninas vítimas da prostituição. Quanto a isto, fugir do agressor constitui-se um mecanismo de defesa pessoal, mas também não deixa de ser uma regra coletiva, segundo a qual, de que diante do risco e do perigo, se deve fugir. A fuga literal (correr, escapar de situações perigosas) só é utilizada por meninas:

“Aí eu dizia socorro, socorro, me ajude. Aí o cara do motel veio. Aí o homem fez, - por que você tá dando nela? - Nada não, tô responsável por ela aqui. Não é nada não! Aí em peguei fui embora Consegui fugi nessa hora”.(C., feminino, vítima da prostituição, 14 anos).

A outra forma de fuga, que nós identificamos como defesa é o uso de drogas. Estas foram identificadas como tais naquelas situações que os sujeitos declaravam tê-las usado para enfrentar as situações difíceis, decorrentes da atividade de trabalho e de vida nas ruas. Por exemplo: para ter coragem de sair com um determinado cliente (cuja aparência é descrita pelas meninas como “nojento”, termo adjetivado, usado por elas para indicar que sentiam nojo), para enfrentar o medo de violência, tanto no caso das meninas na prostituição como no caso dos meninos olheiros, que necessitam passar as noites ou dormir nas ruas. Cabe assinalar que, no caso dos olheiros, poucos declararam ter feito uso de drogas, embora todos tenham enfatizado a existência delas nas ruas. A esta situação, que denominamo-la de vulnerabilidade às drogas, por elas trabalharem cedo e em condição de rua.

“Começar a trabalhar cedo (...) exatamente nas ruas,...olha, cedo a pessoa conhece o que num deve, pega doença do que num deve, conhece droga...” (Entrevista coletiva com olheiros).

“Eu usava pra pudê encará a noite nas rua. Num é faci trabaiano de noite ... e ainda quando o cara vai dormir os outro mexe. O jeito é usá. Já usei mai num uso mais.” (A., masculino, olheiro, 12 anos).

Neste caso, compreendemos que se trata de uma ideologia defensiva. O coletivo faz uso de drogas, para poder enfrentar as situações difíceis nas ruas e assim desempenhar as atividades de trabalho. Constatamos, em literaturas pertinentes (Rizzini e Rizzini, 1995), (Alberto, 1997), (Graciani, 1993) aos meninos de rua que o uso de drogas constitui-se um recurso freqüentemente usado por eles, para enfrentarem a fome, o frio e o medo.

Segundo Dejours e Abdoucheli (1994), (...) *essas defesas levam a modificação, transformação e, em geral a eufemização da percepção que os trabalhadores têm da realidade que os faz sofrer*. Tudo se passa como se na impossibilidade de vencer as pressões organizacionais os trabalhadores conseguissem minimizar as percepções que têm dessas mesmas fontes de sofrimento. Vários sujeitos experimentando um

sofrimento único acabam por contribuir na criação de defesas comuns. Essas defesas funcionam como regras e uma nova realidade é construída coletivamente.

5.3. A VIVÊNCIA DANOSA DO TRABALHO PRECOCE DOS MENINOS E DAS MENINAS EM CONDIÇÃO DE RUA

Dejours (1986) relaciona o conceito de saúde ao de ter esperança e ao desejo. Para ele, o verdadeiro perigo existe quando não há mais desejo. O corpo pode adoecer mais facilmente. Se o perigo é não ter desejo, então os meninos quando não têm perspectivas de futuro, eles não têm desejo. Isto é danoso para a saúde psíquica. Logo, o desenvolvimento dessas crianças ou adolescentes está comprometido.

Conforme a definição de saúde,⁷⁰ dada pelo citado autor, poderíamos dizer que, para os nossos sujeitos, não ter meios nem liberdade para regular as variações do próprio organismo está limitado a uma condição: a obrigatoriedade do trabalho precoce. Não ter liberdade de comer quando se tem fome, dormir quando se tem sono, descansar quando se está cansado, ter que trabalhar mesmo doente, tudo isso é nefasto para a saúde dessas crianças e adolescentes, sujeitos em processo de desenvolvimento que necessitam de liberdade para exercer a aquisição de potencialidades. Se estão limitados, se há perdas, se estão expostos a condições degradantes (como por exemplo: pegar peso, permanecer em posturas inadequadas, exercer cedo a sexualidade, ser assediada, não dormir, estar em locais social e moralmente inadequados), sofrerão no corpo e na mente as conseqüências de tudo isso.

Marcus e Harper (1996: 30) apresentam os seguintes riscos para a saúde de crianças trabalhadoras no setor informal urbano: (...) *abuso por parte dos clientes; roubo ou extorsão de ganhos, acidentes de tráfico, distensões e lesões em decorrência de trabalho repetitivo, perseguição da polícia e negociantes*. Acrescentam ainda os riscos para crianças no trabalho sexual: (...) *lesões ocasionadas durante atos sexuais, desenvolvimento de HIV/AIDS e outras DSTs, abuso físico ou assassinato, estigmas e prejuízos no desenvolvimento emocional e psicológico*.

Embora não tenhamos realizado um levantamento epidemiológico de doenças que acometem os meninos e as meninas em condição de rua, cumpre assinalar que os esforços físicos, as posturas corporais exigidas, demandadas nas atividades de trabalho,

⁷⁰ Sobre a definição de saúde conforme Dejours, ver capítulo 2, item 2.1.5.2.

podem levar a problemas de desgaste muscular. Mendes (1995: 175) demonstra que as queixas de dores são formas – dentre outras – de expressão da existência de distúrbios de lesões por esforços repetitivos de origem ocupacional: atinge dedos, punhos, antebraços, cotovelos, braços, ombros, pescoço e regiões escapulares. Os distúrbios, embora recebam diferentes denominações e definições distintas, têm origem ocupacional (...) *resultantes do desgaste muscular, tendinoso, articular e neurológico provocado pela inadequação do trabalho ao ser humano que trabalha.*

Mendes (1995: 177), a propósito do trabalho de adultos, associa produtividade, jornada e tarefas repetitivas e posturas, revelando que (...) *há um alto risco de uma condição incapacitante, causada pelo uso dos membros superiores que envolvem movimentos repetitivos ou posturas forçadas.* No caso dos meninos e meninas há que se considerar, no desempenho das tarefas, o esforço físico mais do que a repetição. As queixas de dores, do sofrimento no corpo podem indicar que as exigências físicas, o conteúdo das tarefas e a postura do corpo dessas crianças e adolescentes, nas atividades que desempenham, poderão comprometer o desenvolvimento desses trabalhadores e trabalhadoras em condição de rua.

O Centro Josué de Castro (1992/1993: 40) em estudo sobre crianças e adolescentes trabalhadores na cana, conclui:

(...) 46,4% dos sujeitos queixam-se de dor nas costas. Quando relacionamos este sintoma com a jornada de trabalho igual ou maior a 40 horas semanais, o risco de apresentar dor nas costas é 2,27 vezes maior, quando comparado aos que trabalham menos de 40 horas semanais.

Acreditamos que a vivência subjetiva do sofrimento para os trabalhadores e para as trabalhadoras precoces não passa incólume sobre suas vidas, deixa marcas na sua subjetividade. Observamos que são exatamente estas marcas que indicam o quanto à inserção precoce no mundo do trabalho, aliado ao local de trabalho, em condição de rua, é danoso e comprometedor para o desenvolvimento deles e delas.

Meirelles (1998: 32), em pesquisa sobre adolescentes trabalhadores no tráfico, chama a atenção para o seguinte fato de que no caso dos trabalhadores nessa fase do desenvolvimento:

(...) o conceito de trabalho de risco deve ser centrado principalmente na sua condição de crescimento, não focalizando somente os fatores de risco imediatos, mas, também aqueles que ameaçam o seu desenvolvimento ao

longo do tempo. Esta dimensão pode ser agrupada dentro de duas categorias: a física e a psicossocial. Ambas são cruciais para a saúde dos adolescentes, devendo ser consideradas em graus diferenciados.

Os dados empíricos fornecem-nos elementos que possibilitam a compreensão de que a inserção precoce aliada à condição de rua tem implicações psicossociais, é nefasta na vida dessas crianças e adolescentes. As implicações psicossociais aparecerão nos seguintes aspectos: imagem negativa de si e baixa auto-estima, adultização precoce, prejuízo à escolaridade, socialização desviante e perspectivas de futuro.

5.3.1. Imagem de si e baixa auto-estima

Auto-estima aqui está sendo compreendida como um componente auto-avaliativo do autoconceito, ou seja, uma imagem de si carregada de valores. A auto-estima é a maneira como os indivíduos avaliam as suas características em relação àquelas dos seus semelhantes – o que implica, neste processo, a influência das interações sociais, a expectativa e a impressão causadas nos outros (Blascovich e Tomaka, 1991).

As avaliações dos atributos do *self* contribuem para os sentimentos de auto-estima. A percepção da posse de um conjunto de competências contribui para um sentimento de auto-estima positiva. Os indivíduos experimentam sentimentos negativos por estes não corresponderem às expectativas sociais. Aqui há um paradoxo: a imagem que tem de si é de um trabalhador; logo uma imagem positiva. Mas os meninos e as meninas percebem que o seu trabalho não tem importância, não tem reconhecimento nem utilidade. Percebem-se ainda como marginais, vulgares, sem possibilidades de galgar um futuro melhor. Assim compreendemos que têm uma imagem negativa de si e apresentam uma baixa auto-estima.

Os dados abaixo mostram que há alguns aspectos em relação ao trabalho que são norteadores da elaboração da imagem de si e da auto-estima:

1. A utilidade da atividade – Este dado enforma que a atividade é essencial para a sociedade. A valorização que os meninos e meninas fazem do que é essencial baseia-se no argumento da utilidade da atividade. O que significa alguém tem que realizá-la não dá para viver sem ela. Por exemplo: comida.

2. A precarização das atividades de trabalho – Este item refere-se às condições de trabalho e à organização do trabalho. Quanto mais precarizadas mais baixa é auto-estima.

3. A negatividade da atividade – Este fator negativo diz respeito tanto ao local onde é exercido, quanto à valorização social.

4. A qualificação profissional – Este último refere-se ao que a atividade pode oferecer para a qualificação do trabalhador ou trabalhadora, para o exercício futuro de uma profissão.

A partir destes aspectos, foi possível organizarmos os dados demarcando quatro núcleos aglutinadores das imagens de auto-estima que os meninos e meninas elaboram a partir do trabalho precoce em condição de rua.

1. Os meninos e meninas vendedores têm uma imagem de si como trabalhadores e trabalhadoras, reivindicam uma identidade como tal, tentando passar isso para os OUTROS. Os OUTROS compreendem os transeuntes, os agentes sociais do Estado, os clientes e os patrões, para quem trabalham e que nem sempre, segundo eles os vêem como trabalhadores. Apesar de se identificarem como trabalhadores, esses meninos e meninas apresentam baixa auto-estima por não ser tratados como trabalhadores e trabalhadoras, conforme mostram os trechos das entrevistas a seguir:

“Eu sou um menino de bem, né? Eu trabaio aqui todo dia, todo dia mesmo, menos no Domingo, até no sábado a gente trabalha aqui (...) Ser um bom menino e não roubar, não cheirar cola, não tirar nada dos outros, respeitar ou outros, pra ser respeitado.” (R., masculino, vendedor, 12 anos).

“Meu trabalho eu acho legal, pra mim eu acho legal, não é ruim não, não faz mal a ninguém. Sou assim mesmo, sou assim mesmo, menino trabalhador pra mim, trabalho pra sobreviver, ajudar minha mãe, cuidar da minha casa um dia”. (J., masculino, vendedor na noite, 13 anos).

Digno de nota são estes testemunhos que os meninos trabalhadores dão sobre o caráter que o trabalho deles assume diante daqueles para quem trabalham e que não os vêem como tais, ou seja, uma atividade é vista diferentemente, se for feita por um adulto ou por uma criança.

2. Os meninos vendedores, as meninas vendedoras e os olheiros têm uma imagem de si como trabalhadores e trabalhadoras sem valor: acham-se sem importância, sofrem com isso, porque não vêem futuro no que fazem, e percebem seu trabalho como algo sem qualificação, que, por sua vez, não prepara nem qualifica para

o exercício profissional futuro. Embora eles e elas elaborem uma imagem de si como de alguém sem valor, de menor importância, os vendedores e as vendedoras acham que podem encontrar no aprendizado do lidar com o comércio e com as vendas a qualificação que almejam. Já os olheiros não têm esta percepção quanto à atividade que desempenham nem quanto à continuidade; pelo contrário: para eles, o que fazem poderá resultar em precarização das suas vidas para sempre. Todos os meninos e meninas que vivenciam esta situação almejam melhorar – o que significa obter um outro tipo de trabalho:

“Começar devagarinho, depois vai subindo. (...) Pra outros empregados”.
(E., masculino, olheiro, 13 anos).

Percepção semelhante é encontrada por Guerra e Guerra (1996: 13) entre as crianças e adolescentes carvoeiros. A auto-estima desses carvoeiros precoces geralmente está em níveis muito baixos. Eles não acreditam em si próprios, se julgam incapacitados, se consideram (...) *pessoas ruins de idéias e que só sabem trabalhar fazendo força com os braços*.

3. A pesquisa empírica mostrou que um outro núcleo aglutinador da auto-estima é marcado pelas relações sociais de sexo e pela divisão sexual do trabalho. Trata-se do sentimento de estigmatização que encontramos presente ao longo das entrevistas dos meninos e das meninas. Não obstante há uma diferença: enquanto elas sentem-se estigmatizadas como vulgares, eles sentem-se como marginais. Eles percebem-se como estigmatizados pela representação que, segundo seus depoimentos, a sociedade faz deles. Mas eles tentam afirmar-se pela negação dessa estigmatização, embora sintam isso como um peso, um estigma que carregam, como podemos verificar nestes relatos:

“Que eu não fumo maconha, não cheiro cola, não faço nada de errado, não fumo cigarro, não faço nada. Só trabalho, e muito! Derde de cedinho” (J., masculino, vendedor no sinal, 9 anos).

“Que eu penso de mim? Um trabalhador honesto [silêncio]”
(E., masculino, vendedor, 14 anos).

Segundo Biaggio (1996), crianças e jovens se percebem e se descrevem utilizando categorias morais, as quais estão diretamente relacionadas com os estágios

de desenvolvimento que estão vivenciando. Da média meninice⁷¹ até à adolescência (período correspondente à faixa etária dos meninos e meninas trabalhadores precoces aqui retratados), surgem, segunda a autora acima citada, dentre outras categorias morais, as voltadas para ser amigo e amiga, companheiro e companheira e para ajudar os outros.

4. A percepção que os meninos e meninas têm da suas habilidades sociais gera um sentimento de baixa auto-estima, porque se percebem como pessoas sem grandes possibilidades. Essa é a imagem que fazem de si alguns meninos olheiros que trabalham na noite e as meninas na prostituição. Ambos os segmentos falam de si como pessoas sem grandes possibilidades, que, sem alternativas profissionais, fazem dessas atividades estratégias de sobrevivência. As meninas na prostituição ressaltam ainda as condições degradantes de vida, a ponto de sentirem-se inseguras e incertas com relação às suas vidas, como se pode constatar no trecho dessa música cantarolada por uma das meninas vítimas da prostituição, enquanto tentava falar sobre a imagem de si:

“Eu não sei pra onde eu vou, pode até não dar em nada,
a minha vida sem o sol no horizonte desta estrada.
Eu não sei nem quem sou,
nessa falta de carinho,
aprendi andar sozinho.
Por onde o vento me levar,
eu vou abrir meu coração,
levo sempre no caminho ...”.

(Cantarolada por M., feminino, vítima da prostituição, 14 anos).

Inferimos que a música traduz o sentimento das meninas com relação a si, de alguém que está sem o referencial de quem é e do que será. É assim que essas meninas se imaginam, sem rumo nem motivações, desacreditando de qualquer possibilidade de futuro. Parecem degradadas quanto às atividades, das quais depende sua sobrevivência. A imagem que têm de si as faz sofrer.

“As vez me machuca, me machuca um pouco.

⁷¹ Compreende a pré-adolescência aproximadamente entre os nove e os doze anos de idade.

Às vez eu fico pensando, quem era eu na rua, apanhando dos cara de rua, vivendo massacrada pelo povo ... e às vez eu me sinto tão bem aqui.” [referindo-se a casa abrigo onde residia quando fizemos a entrevista] (M., feminino, vítima da prostituição, 14 anos).

Entretanto, a história de vida e a baixa auto-estima que as acompanham estão de tal modo arraigadas à vida delas que, enfrentam dificuldades para abandonarem a prostituição. Não se adaptam a *casa lar* e retornam às ruas. Elas acreditam e verbalizam que estão “marcadas”⁷² para sempre.

Os dados empíricos levam-nos à compreensão de que as meninas na prostituição vivenciam conflitos porque têm desejos de superar, de mudar de profissão, mas ao mesmo tempo sentem-se incapazes. Pelo caráter da atividade que desempenham, aliado à característica das mulheres de não conseguirem formar coletivos de defesa de modo semelhante aos homens (Hirata e Kergoat, 1987), estas meninas acabam vivenciando um certo embotamento afetivo, de modo que não conseguem relacionar-se com outras pessoas. No caso da prostituição, essa agressão transforma-se em dificuldade de relacionamento mesmo, até de convívio, principalmente entre elas próprias.

Compreendemos que o olhar do OUTRO, tão destacado nos discursos das meninas (tanto das vendedoras como das vítimas da prostituição) como discriminante, acaba por promover esse sentimento de inferioridade. E a dificuldade de relacionamento sedimenta-se por tanta extensão, que as faz vivenciar imagens negativas de si e uma baixa auto-estima.

Conforme a abordagem analítica kleiniana, a imagem de si é constituída inicialmente a partir da imagem do corpo. No decorrer do desenvolvimento, junta-se a outros aspectos psíquicos, como estima de si. A imagem de si foi estudada por Melaine Klein (1979), na *Psicanálise da Infância*, cujos trabalhos elaboraram a concepção de que essa imagem começa a se formar a partir do corpo de outrem, da relação mãe-bebê, concebida por esta abordagem como o protótipo das relações sociais futuras. A imagem do corpo é culturalizada, socializada, de modo que é das relações interpessoais que emergirá a socialização. É nesses contextos relacionais que se desenvolverá a subjetividade.

⁷² Significa que serão sempre vistas ou referidas como prostitutas.

Da imagem de si emergirá ou não uma estima de si, como o amor próprio, influenciada pela maneira de imaginar-se que os outros nos verão. A imagem de si depende da complacência dessas relações interpessoais, do aval social para consubstanciar-se, de modo que a imagem de si é um reflexo desse jogo de inter-relações. É desse jogo que emergirão os projetos de futuros pessoais e coletivos.

Compartilhamos desta orientação teórica, no sentido de compreender que na imagem negativa de si inclui-se a do próprio corpo físico, como desgastado, esfacelado, maltratado. Esta imagem repercutirá no processo de elaboração de um projeto de vida, de futuro. Isto é, no processo de subjetivação com as mesmas características, uma baixa auto-estima sem amor próprio, sem valorização social, sentimentos de inferioridade, sem aspirações, sem desejo. No caso das meninas, esta autodesvalorização é ainda mais complexa porque, além de elas se desvalorizarem como trabalhadoras e como indivíduos (como é o caso também dos meninos), há uima desvalorização ao nível do gênero. Segundo Hirata e Kergoat (1987: 06), (...) *a desvalorização significa a negação de si, a personalidade é quebrada e a dor secretada*. Isso tem conseqüências para a saúde psíquica, com a interiorização da opressão e da violência. Doutra parte, os homens exteriorizam a opressão e a exploração de que são vítimas na forma de violência.

Temos que considerar também aqueles aspectos retratados no capítulo três: a forma de tratar a infância e a adolescência dependerá da categoria social a que pertencer. Logo o processo de socialização é diferenciado – que no contexto atual do mundo do trabalho constituir-se-á em jovens sem capital cultural para um futuro também precarizado.

Um outro aspecto demarcatório na auto-estima é a **diferenciação** feita também, com base na pertença à categoria social, entre a determinação de um papel e o grupo de idade, responsabilidades apenas para uns. Apesar da diferenciação na socialização dos jovens conforme a classe social, são cobradas, de ambos os segmentos sociais, expectativas semelhantes, fundamentadas em formação profissional e escolaridade. O que gera naqueles que não têm alcance a esses predicativos um sentimento de incapacidade e baixa auto-estima, lugares traçados socialmente.

É durante a infância e a adolescência que, gradativamente, os sujeitos vão organizando suas impressões do mundo, em conformidade com as referências que os cercam. As impressões dependerão, em parte, dos papéis sociais que lhes são

destinados, de onde retiram elementos para elaborarem uma imagem de si. Mas é importante também que eles sintam-se apoiados, para que possam reconhecer-se como sujeitos sociais e, sobretudo como cidadãos, para que possam, também, sentir-se parte da sociedade. O sentimento de pertença é inerente ao convívio social; por isso o ser humano buscá-lo-á em algum lugar, mesmo na rua, movido pela necessidade de viver com outros.

5.3.2. Adultização precoce

Nosso entendimento é que o trabalho precoce adultiza os sujeitos nele envolvidos, porque atribui responsabilidades e obrigações a crianças e adolescentes prematuramente. Estas responsabilidades prematuras têm conseqüências para a saúde, porque impedem o acesso desses sujeitos a vivências apropriadas e necessárias ao desenvolvimento, além de gerar um sentimento de sobrecarga, de perda, de pressão, de exploração, o que poderá levar, inclusive, ao desestímulo ao trabalho na vida adulta.

Segundo Seligman-Silva (1994b: 142), para quem teve a experiência do trabalho precoce, trabalho passa a significar violência e exploração:

(...) todos os trechos de entrevistas sobre este tema podem deixar entrever o quanto essas experiências primeiras de trabalho deixaram marcas que certamente influenciaram no desenvolvimento geral da personalidade dos entrevistados, nas atitudes ulteriores diante do trabalho assalariado e na forma como vieram a ser posteriormente inseridos na organização das tarefas industriais (...) em quem teve esse tipo de experiência inicial, uma conotação negativa às vezes se desenvolveu: o trabalho passou a significar violência e exploração.

Além disso, do ponto de vista físico, embora não tenhamos avaliado este aspecto, a literatura pertinente dá conta de que a criança e o adolescente são sujeitos em processo de desenvolvimento, em formação, com organismos mais sensíveis aos elementos agressivos. Tarefas nocivas, como o carregamento de peso excessivo e postura inadequada acarretam deformações corporais e debilidades físicas, interferindo na estrutura óssea, no peso e na altura (Trabalho Precoce; 1998).

Alguns autores estimam que o trabalho noturno acelera o envelhecimento do organismo. De acordo com Silva-Filho *et al.* (1993: 9), (...) *o sono diurno que se segue ao turno da noite é uma a duas horas inferior à do sono noturno. Isso se deve à importância dos ruídos diurnos.*

Deduzimos que a adultização precoce, conforme pode ser verificado abaixo, nos trechos das entrevistas, é vivenciada pelos meninos e meninas, como:

1. Pressão pela responsabilidade prematura no engajamento e na sobrevivência da família:

“Porque, pra ajudar minha família, porque meu pai trabalha, é lavador de carro, mais num dá, minha mãe não trabalha, é doméstica, fica em casa e eu ajudo minha família que eu preciso”. (A., masculino, vendedor, 13 anos).

2. A inserção precoce no trabalho leva a adultização – o que gera sofrimento, porque impede a criança de realizar outros sonhos. Os meninos e meninas, sujeitos desta tese, começaram a trabalhar em torno dos seis a dez anos e têm entre um e seis anos de trabalho nas ruas.

“Eu não me sentia ótima não, sentia aquele negócio rim dentro de mim, que eu sou uma menina muito nova, pra estar fazendo isso.” (M., feminino, vítima da prostituição, 14 anos).

Autores que investigaram o trabalho infantil e o trabalho de adolescentes corroboram essa concepção de que eles começam a trabalhar precocemente. Leme (1984), em pesquisa com meninos carregadores na feira, revela que esses meninos começaram a trabalhar por volta de doze anos. O Centro Josué de Castro (1992/1993: 40), em pesquisa sobre crianças e adolescentes trabalhadores canavieiros, assinala que eles começaram a vida produtiva entre os sete e os treze anos de idade:

(...) o que corresponde justamente à faixa etária do ciclo básico de escolaridade. Esta precocidade de ingresso na atividade produtiva não expressa uma situação conjuntural, mas, vem comprometendo várias gerações. O questionário com chefes de domicílios mostra também o elevado percentual 84,42% dos atuais trabalhadores adultos que se iniciaram no “corte da cana” na mesma faixa etária.

Moreira (1995), em pesquisa sobre os trabalhadores na cana-de-açúcar na Paraíba, assinala que os canavieiros mirins do referido estado começam a trabalhar muito cedo, antes dos dez anos e muitas delas a partir dos sete anos de idade. Muitos se iniciam ajudando o pai no roçado e outros como trabalhadores independentes. A justificativa apresentada para a inserção precoce é do mesmo tipo da apresentada pelos

meninos e meninas em condição de rua: contribuir para a renda da família. Conforme a referida autora.

(...) o que vale dizer que, ao se submeterem desde muito cedo a um sistema de trabalho intenso e sujeito a riscos diversos, as crianças sofrem um desgaste de sua força-de-trabalho, resultante em problemas de saúde diversos e no envelhecimento precoce já que a reposição se faz aquém das necessidades. (Op. cit., p. 2).

Segundo teóricos do campo da Saúde Mental e Trabalho, altos níveis de responsabilidade geram relações interpessoais tensas e conflituosas. Portanto, referendada nestes aportes, utilizando-nos dos dados empíricos, entendemos que o trabalho precoce gera conflitos nos sujeitos por terem de agir como adultos sendo, na realidade, criança e adolescente.

Estudiosos da relação trabalho e saúde (Moura; s/d), (Sampaio e Ruiz; 1996), (Forastieri; 1997), (Mendes; 1995) e (Moreira; 1995), salientam que o trabalho precoce coloca em risco a correta seqüência das etapas de crescimento e desenvolvimento. Embora não tenhamos avaliado esta seqüência, concordamos com estes estudos, comprovados cientificamente, ao verificarem que o desenvolvimento físico da criança e do adolescente trabalhador é afetado pelo peso excessivo que transportam ou pela postura adotada no trabalho.

(...) no Japão foi realizado um estudo entre jovens trabalhadores e estudantes e comprovou-se que até a idade de 12 anos não havia diferença de estatura entre os dois grupos. A partir desta idade os trabalhadores que iniciaram o trabalho antes dos 14 anos tinham, em média, quatro centímetros a menos na altura. (Moura, s/d).

O trabalho precoce tem agravos sobre a saúde, porque o consumo das escassas reservas de energia de crianças e adolescentes altera o desenvolvimento:

(...) os processos metabólicos de produção de energia baseados na velocidade de nossas reações químicas para produção da mesma é afetada. Quando se desenvolve um quadro de insuficiência energética, o crescimento e desenvolvimento estarão afetados. (Moura; s/d: 16).

Moreira e Targino (1997: 03), em pesquisa sobre crianças e adolescentes trabalhadores na cana-de-açúcar, dizem:

(...) estudos realizados na Zona da Mata paraibana confirmam que as crianças apresentam sinais visíveis de anemia e desnutrição protéico-calórica, decorrentes de uma alimentação inadequada e insuficiente, não compatível com a faixa de idade e com o esforço físico despendido no penoso dia de trabalho, contribuindo assim, para o envelhecimento antecipado dessa população. (Idem; 04).

Nesta tese, apesar de constatararmos que os meninos e as meninas estão submetidos a uma ingestão alimentar rica em carboidratos e de baixa nutrição protéica e vitamínica, não dispomos de elementos para avaliar as conseqüências para a saúde de ambos os segmentos. Todavia, constatamos, nos autores que fizeram avaliação desse aspecto, que crianças submetidas a regime alimentar semelhante apresentam anemia, sinais de desnutrição e baixa estatura.

5.3.3. Prejuízos à Escolaridade

Quanto à relação entre trabalho precoce e escolaridade, os dados permitem-nos perceber que há prejuízos, tais como:

1. Há contaminação do tempo da escola com o tempo do trabalho, conforme pode ser verificado a partir desses relatos:

“Meremo num tano no trabalho, tano em casa ou na escola a gente num consegue estudá legal, porque só pensa no trabaio.” (J., masculino, vendedor, 13 anos).

Dejours (1987a), embora não trate da escolaridade, usa a expressão contaminação do tempo, no que tange ao que ele chama de contaminação do tempo fora do trabalho. Ele diz que o homem é condicionado ao comportamento produtivo pela organização do trabalho. Deste modo, embora esteja fora do local de trabalho, o trabalhador conserva o mesmo corpo e a mesma cabeça. Ou mais especificamente: o trabalhador reproduz os estereótipos comportamentais, que são resíduos do tempo no trabalho.

Diríamos que situação semelhante apresenta-se no caso dos sujeitos dessa tese: a necessidade prematura de trabalhar permeia o cotidiano de ambos os segmentos, de modo que esse tipo etário ocupa todo o seu tempo (a infância e adolescência) com as preocupações concernentes ao trabalho, contaminando assim o tempo que deveria ser dedicado aos estudos.

2. Entendemos que o trabalho interfere no estudo. Como pode, por exemplo, ser constatado neste relato:

Entrevistado - Não dá, só pensa nos carro.

Pesquisador - Tá, por isso que atrapalha...

E - O trabalho atrapalha, o trabalho atrapalha o estudo.

E - É atrapalha o estudo.

P - Atrapalha o estudo. E aí, como é que vocês fazem então para poder fazer as duas coisas, estudar e trabalhar?

E - As duas coisas, a gente faz, de dia toma conta dos carro, e, de noite a gente faz as tarefas. Mas num faz o estudo bem feito.

E - Eu estudo de noite e não tem dever.

P - No caso, mas vocês acham assim...por exemplo, o cansaço, também alguns se referem assim, que no final do dia pra poderem ir para escola tão cansados...

R - É.

P - O cansaço atrapalha?

R - Atrapalha.

R - É, atrapalha muito. (Entrevista coletiva c/ olheiros).

Para Forastieri (1997), crianças que estão exaustas, famintas ou ansiosas devido ao trabalho estariam em desvantagem na escola, em comparação com seus pares não-trabalhadores.

3. Percebemos que o trabalho precoce, no caso em estudo, contribui com o analfabetismo de jovens, promove o baixo nível de escolaridade e a defasagem escolar, porque dificulta o aprendizado da leitura e da escrita, conforme depoimento: “Sei escrever, mas lê num sei não. Porque quando chegava no fim do ano eu faltava muito, prá vim pra cá, oiá carro”. (E., masculino, olheiro, 13 anos).

Freitag (1993: 197), em tese sobre o papel da escolarização na estruturação das formas de consciência (ao nível da língua, moral e cognitivo), revela:

(...) a força dos 08 anos de experiência escolar é um fator que favorece o atingimento dos mais altos níveis do pensamento lógico. Dois terços das crianças escolarizadas (com 08 anos de experiência escolar regular) atingem os níveis esperados e postulados pela teoria psicogenética, ao passo que seus pares, sem escolaridade nenhuma, permanecem presos aos níveis mais baixos da escala.

4. Observamos que os meninos e as meninas apresentam dificuldades com a linguagem falada para exprimir seus pensamentos e idéias, assim como uma limitação do vocabulário e o uso de gírias. Um exemplo dessa dificuldade pode ser a troca de palavras, conforme pode ser visto nos trechos de entrevistas usados ao longo da tese:

num = não

oiá = olhar

ni mim = em mim

Outros exemplos são estas falas:

“Eu acho eu, assim, um monte de coisa, só que eu não sei explicar”.
(E., masculino, vendedor, 13 anos).

“Só sei fazer o meu nome, não sei lê e escrevê não. Vou estuda esse ano, agora. Minha mãe vai botar eu de novo”.⁷³
(J., masculino, vendedor, 12 anos).

Carraher (1989), a propósito das dificuldades de crianças das classes populares com a linguagem falada prefere conceber a existência de uma cultura do silêncio – própria do processo de colonização, a que foram submetidas às classes populares, ou ainda decorrente de um processo de negação do direito de acesso à alfabetização – do que a existência de um déficit lingüístico pertinente às crianças das classes populares. Entretanto, mesmo afastando-se a hipótese da existência de um déficit lingüístico, não se pode esquecer que essas crianças enfrentam na escola dificuldades desconhecidas pelas crianças das classes dominantes. A referida autora também enfatizou as desvantagens (...) *que resultam do fato de que essas crianças utilizam uma variedade lingüística que diverge mais acentuadamente da língua escrita do que as crianças das classes dominantes.* (*ibid.*; 104).

Nos aspectos tratados nos itens três e quatro demonstramos que o trabalho promove o baixo nível de escolaridade ocasionando déficits de linguagem. Verificamos também que não há diferenças entre meninos e meninas. Mas há diferenças decorrentes dos anos de escolaridade e tempo de trabalho. Percebemos que os meninos apresentam maior tempo de escolaridade e maior número de desistências, isto é, eles sempre recomeçam e desistem a cada ano. Eles também começam a

⁷³ Vale salientar que já estávamos em agosto quando foi feita a entrevista, o que significa que o ano letivo já estava próximo do final.

trabalhar mais cedo. Quem começou a trabalhar mais cedo, conseqüentemente, apresenta maior defasagem escolar e mais dificuldades para ler, escrever e usar uma linguagem mais estruturada conforme as regras gramaticais estabelecidas socialmente.

Verificamos, portanto, que o trabalho precoce tem efeitos nefastos na escolaridade das meninas – por exemplo, produz um desnível maior para elas do que para eles –, por três motivos: a) não conseguem acompanhar o desempenho escolar exigido; b) não conseguem exercer atividades escolares; c) o cansaço acaba sendo um fator preponderante no abandono escolar. No caso das meninas na prostituição, o viver nas ruas, as condições de vida e trabalho com o tempo utilizado no desempenho da atividade impedem a freqüência à escola.

Hutz e Koller (1997: 185) afirmam que os vários estímulos que a rua oferece exigem dos meninos e meninas de rua alerta e preparação constante para defenderem a integridade física e a sobrevivência – o que, segundo eles, deve gerar desequilíbrios cognitivos. Embora apresentem referências bibliográficas que mostram o contrário, ou seja, que a rua facilita e promove o desenvolvimento cognitivo, os autores acima citados, chegam em seus trabalhos de campo, a conclusões que corroboram nossos dados: (...) *observam que estas crianças e adolescentes apresentam dificuldade de prender a atenção em alguma tarefa mais específica por um período de tempo maior.* Isso nos leva a elaborar a hipótese de que esta dificuldade de prender a atenção talvez seja um dos fatores que interferem na aprendizagem, provocando o afastamento da escola, principalmente porque a forma como a escola pública brasileira se apresenta não leva em consideração estes aspectos, nem se volta para adaptar-se a esta clientela; ao contrário, exclui aqueles que não se enquadram nos seus modelos metodológicos e curriculares.

5. Os sujeitos queixam-se de que o trabalho cansa o corpo. Este dado leva-nos à compreensão de que ele, assim, compromete o estudo porque leva esses meninos e meninas a não freqüentar a escola, o que acaba desestimulando e provocando a chamada evasão escolar.

Este é um dado importante, pois ele nos permite compreender um aspecto particularmente presente aos meninos e meninas trabalhadores em condição de rua e bastante presente às estatísticas oficiais: a alegação de que estudam, porque foram matriculados. Entretanto, está provado que não continuam freqüentando a escola.

A análise dos dados referentes à escolarização é complexa, uma vez que a literatura pertinente ao assunto revela a omissão dos sujeitos, pelo fato de não estudarem como uma forma de preservar-se e a sua auto-estima, por compreender que a única possibilidade de ser alguém – entenda-se: ser cidadão – reside na escolaridade.

Segundo Rizzini *et al.* (1996), as crianças e adolescentes que trabalham apresentam os maiores índices de evasão escolar. Cervini e Burger (1991) chegam a conclusões semelhantes, apenas diferenciando os percentuais para crianças e adolescentes. No caso das crianças, o índice de exclusão da escola é ligeiramente menor do que o dos adolescentes. Rizzini *et al.* (*ibid.*: 86) acrescentam ainda: (...) *a defasagem escolar mantém, também uma relação estreita com o trabalho, uma vez que, as crianças e os adolescentes que trabalham, progridem mais lentamente na escola.*

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes ao censo escolar e à contagem populacional realizada em 1996, dão conta de que 31,53% das crianças na faixa etária dos sete aos quatorze anos apresentam defasagem entre idade e série maior do que dois anos. Na Paraíba, a estimativa é a de 52,09%. O Nordeste concentra 50% das crianças e adolescentes nesta faixa fora da escola.

No que diz respeito ao gênero, na Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (PNAD) de 1999, do total de crianças e adolescentes na faixa dos dez aos dezessete anos sem instrução ou com menos de um ano de instrução é de 49,40% são homens e 50,60% são mulheres. Isto significa que, nesta faixa etária, os homens têm mais instrução do que as mulheres.

Dos vinte e quatro meninos e meninas que entrevistamos, dezesseis estudavam e oito não estudavam, mas já estudaram. Destarte isto fornece o seguinte percentual para essa amostra: 66,66% estudavam e 33,33% não estudavam. Todos têm uma defasagem escolar que varia de um a sete anos. Os que estudam freqüentam o primeiro grau, sendo nove na primeira série, dois na terceira, dois na segunda, dois na sexta, e um na quarta. A maioria delas estuda à noite, apesar do cansaço já os ter consumido o que dificulta a aprendizagem.

Segundo a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe das Nações Unidas (CEPAL) as crianças e adolescentes trabalhadores com idades compreendidas entre os treze e os dezessete anos alcançam os dezoito anos com um déficit educativo de mais de dois anos escolares, em comparação com os jovens que ingressam no

mercado de trabalho com idades compreendidas entre os dezoito e os vinte e quatro anos. Consideram ainda que este déficit educativo conduz a uma redução de 20% de ingresso na vida ativa quando são adultos (El trabajo infantil; 1996: 14).

O número de meninos que entrevistamos, em termos proporcionais ao número de meninas que estudam ou que já estudaram, é maior. Tal fato explica-se pela atividade na prostituição que dificulta mais ainda do que as outras atividades, a frequência à escola, uma vez que, na prostituição as condições de vida são mais precárias e menos estruturadas do que a vida dos olheiros, dos vendedores e das vendedoras.

As concepções de Ferreira (1979), Bataglia (1993) e Nogueira (1993) corroboram as demonstradas nesta tese, à porquanto demonstram que o trabalho precoce impede a escolarização e outras atividades formativas, por provocar a desistência e a evasão escolar. Bataglia (*op. cit.*) diz que a evasão escolar constitui uma grave consequência do trabalho precoce que vem a dificultar a escolarização e a profissionalização. Nogueira (*op. cit.*) afirma que Marx e Engels, já no século XIX, chamavam a atenção para o fato de que a utilização que se fazia da mão-de-obra infantil colocava imensos obstáculos à instrução.

Ferreira (1979: 135) ainda afirma: (...) *as crianças matriculadas faltam muito às aulas, principalmente para assumirem atividades que rendam algum ganho. A incongruência do processo educativo formal desestimula a frequência dando maior peso às atividades remuneradas.*

6. Verificamos que o trabalho é uma opção que substitui a escola pelas condições de vida oscilando entre a necessidade e a miséria, sem a garantia de cidadania, como por exemplo, a falta de documentos.

“A gente num estuda, é! Meu resisto se rasgou, minha mãe tá...tá tentando tirar outro resisto novo, por isso que eu tô ajudando, tô trabaiano pra...pra apurar dinheiro pra ir tirar meu resisto pra mim ir estudar, né?” (J, masculino, 09 anos).

Os meninos e meninas usam como justificativa para não estudar a falta de documentos. Usam como justificativa para trabalhar a necessidade de obter dinheiro para pagar documento. Estas são explicações normalmente usadas para eles justificarem-se e defenderem-se de qualquer eventual crítica ou recriminação, principalmente diante de pessoas ligadas a setores de fiscalização e defesa da criança.

Entendemos que, ao usarem como justificativa a carência de documentos, os sujeitos referidos sensibilizam o outro e, ao mesmo tempo, eximem os pais de responsabilidades, uma vez que estes, não dispondo de meios materiais, não podem provê-los de tais documentos. Assim, também, transferem para o Estado a responsabilidade e a omissão diante daquele sujeito que civilmente não existe como cidadão.

Este é um jogo de escapismo interessante para ambas as partes envolvidas. Embora o menino e a menina não façam as suas análises de modo tão complexo, as suas justificativas têm uma certa lógica. Ao Estado omissivo, no caso brasileiro, as justificativas servem bem,⁷⁴ pois, não tendo eles documentos, em tese o Estado desconhece a existência deles; portanto, não é responsabilizado pela própria omissão. Além disso, os representantes do Estado compactuam com as justificativas fundadas na dificuldade financeira e sensibilizam-se perante a miséria da grande maioria do povo brasileiro, dos quais 40% são os mais pobres da população, segundo o IBGE; nos seguintes passos:

(...) não chegaram a ultrapassar sequer um salário mínimo de rendimento médio (0,98 salário mínimo), em 1999, (...) essa desigualdade em nível regional é bastante significativa, principalmente, quando se observa o dado da Região Nordeste para 1999, que apresentou, mesmo tendo alcançado uma ligeira melhoria no período, o menor rendimento médio dos 40% mais pobres, 0,61% salário mínimo (IBGE, 2001: 118).

Esta miséria tem origem nas desigualdades sociais e com ela o próprio Estado é cúmplice. Isto está bem representado no discurso e na mentalidade da cultura brasileira, o qual chega mesmo a elogiar o comportamento das crianças e adolescentes: trabalham para ajudar a manter a sobrevivência da família, inclusive para adquirir os documentos que irão provar sua existência e, ao mesmo tempo possibilitar o seu acesso à escola.

5.3.4. Socialização desviante

Socialização desviante significa que este fato não se dá na família, na escola, por meio de agentes socializadores considerados ideais pela sociedade. Isto significa

⁷⁴ Mas esse discurso dos meninos e meninas embora seja útil ao Estado, não o exime de responsabilidades, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente determina ao Estado obrigações específicas quanto a este aspecto, no seu artigo Art. 54 § 2°.

que os comportamentos que os meninos e meninas adquirem são diferentes daqueles da média das crianças e adolescentes ou dos comportamentos médios que expressam uma harmonia com as exigências do funcionamento do sistema social (Velho, 1985).

Segundo Velho (*Idem*: 27-28) o (...) *desviante é um indivíduo que não está fora da sua cultura, mas que divergirá em algumas áreas com seu comportamento dos valores dominantes*. É o sistema sócio-cultural que permite entender o comportamento como desviante.

No nosso entendimento, não é o trabalho por si só, mas principalmente o trabalho em condição de rua que promove o acesso a uma socialização desviante. Por socialização desviante entendemos o acesso e/ou o ingresso em atividades que conduzem à socialização com delitos e com atos infracionais. Tal processo é desviante não se dará pelas instituições escola e família com vistas ao acesso a um processo de formação, mas por outras vias – o que pode encaminhar meninos e meninas para a marginalidade. Também não é a rua que determina isto, mas ela facilita pelos tipos de relações sociais que propicia, como o acesso às drogas, a prostituição, a violência e as infrações de um modo geral. Tanto os meninos como as meninas estão propensos a uma socialização desviante.

A socialização nas ruas com os companheiros propicia o acesso e a aprendizagem ao uso de drogas, como podemos verificar neste relato:

“As vez e eu fumava cigarro, pegava até umas droguinhas assim... Era maconha, cola, cocaína...Aí às vez eu ficava num canto doidona, assim, não ia fazer nada com os povo... Não, porque...eu vim pegar droga agora a pouco, com 13 anos, com minha irmã. Porque a minha irmã derde de pequena que é cheira cola. Minha irmã é cheira cola de rua. Aí eu só sei que eu via a minha irmã com cheira cola, assim de rua, pegando maconha... aí comecei a pegar (...).” (M, feminino, vítima da prostituição, 14 anos).

O uso de drogas como uma defesa é um comportamento que compõe o mundo da prostituição, conforme podemos verificar a partir de alguns autores que trataram desta questão. Recorremos a um destes autores para endossar esta afirmação. Segundo Roberts (1998: 391), a prostituição é um trabalho difícil, (...) *tanto em termos físicos quanto emocionais*. Por isso, não surpreende que um número significativo de prostitutas usem drogas de um tipo ou de outro para tornar o seu trabalho mais fácil.

Os dados revelam que o trabalho em condição de rua propicia o acesso, a aprendizagem e a prática de pequenos delitos que levam à detenção:

“Tem um menino aqui que o nome dele é A. Ele bagunçava muito aqui. Eu tava andando com ele, aí meu tio deu uns conselhos a eu aí eu parei de andar com ele. Ele trabalhava aqui. Ele já saiu daqui, já. Ele ficava fazendo desordens. Não, nunca me pegaram não. Só teve uma vez, foi com esse menino mesmo que eu fui pro CETRIM. (...) Foi, com aquela mulher alí, daquela barraca (aponta). Não tem aquelas ligas de amarrar dinheiro? Ele fez um estilingue ali naquela barraca e...eu tava mais ele, né? Aí fui pego mais ele. (...) A mulher chamou a polícia. Só foi um dia mesmo. Aí padre João mandou me soltar. Até aquele homem ali que foi me soltar (...). Só fiz dormir lá e eles foram buscar eu, de manhã.” (V., masculino, olheiro, 14 anos).

Segundo depoimentos, o trabalho nas ruas e a influência do meio em que se vive facilitam a aprendizagem de determinados comportamentos, como por exemplo, o vício do jogo:

“Eu jogava muito, não tem aquelas, aquelas máquina de jogar dinheiro, todo dinheiro que pegava estouporava, chegava em casa de meia noite nera? (aponta p/irmã) eu chegava em casa de meia noite, uma hora da madrugada. Aí agora, eu estou trabalhando o dinheiro eu eu pego agora, pra comprar as coisas da minha casa” (T., masculino, vendedor na noite, 13 anos).

A influência do meio acontece, segundo eles, porque a necessidade do trabalho precoce leva-os para as ruas. Isto, porque este é o único tipo de trabalho a que têm acesso, já que não têm qualificação adquirida pelas vias formais da escolarização. Assim sendo, a rua transforma-se em uma escola que ensina valores divergentes dos valores dominantes, considerados adequados para crianças e adolescentes e a rua ensina ou pelo menos facilita, dentre outros vícios, o uso de drogas

“Quem tá na rua, a rua ensina, né? Aí...aí num aprende não. Ensina negócio de fumar droga, graças a Deus que eu não faço isso, eu se livro, eu se saiu desses meninos que faz esses negócios, por isso eu durmo cedo, saio cedo” (J., masculino, vendedor, 9 anos).

5.3.5. Incerteza nas expectativas de futuro

Do nosso ponto de vista o trabalhador e a trabalhadora precoce são sujeitos formados a partir de várias relações sociais e como um mosaico que se perfila numa

singularização, de trabalhadoras e trabalhadores sofridos, explorados, consumidos. O futuro é pensado como uma imagem de trabalho (uma imagem negativa). Os meninos vendedores que trabalham para a família acreditam que serão trabalhadores, mas poderão ter um emprego melhor. Os vendedores e vendedoras que trabalham para um patrão e os olheiros não sabem se terão um futuro melhor, mas desejam tê-lo. As meninas vítimas da prostituição acreditam que não serão nada e nem terão futuro.

O sentimento e as expectativas dos meninos e meninas, em termos do futuro, coadunam-se com o que Marcus e Harper (1996) destacam como critérios para avaliar o trabalho precoce como exploração:

(...) estão relacionados à remuneração e normas contratuais e incluem: horários de trabalho, níveis de remuneração; quem recebe o pagamento, liberdade da criança para sair (esteja ou não cativa) ou dispor de algumas horas ou dias livres; nível de responsabilidade exigido pelo trabalho em relação ao grau de desenvolvimento; acesso aos benefícios de seguridade social; se foi alugada ou vendida sob falsas promessas; se seus direitos forem violados, como profissional ou criança, coerção física ou sexual. (ibid.,: 30).

Verificamos que os meninos e as meninas não pensam no futuro, o agora é mais imediato.

“O que eu espero? [silêncio] olha eu ainda não pensei muito nisso não, o que eu espero do futuro não. Eu não gosto muito de pensar no futuro que ainda vai pra acontecer, gosto de falar no que tá acontecendo.” (C., feminino, vendedora, 14 anos).

Perdem as expectativas de futuro e a capacidade de sonhar. Segundo as meninas na prostituição, o futuro para quem desempenha esta atividade é a morte:

“No futuro? Nada, nada. A morte somente. Porque... e doença, muita doença. Porque não tem futuro, a pessoa fazer programa [silêncio]”. (F., feminino, vítima da prostituição, 14 anos).

No caso das expectativas de futuro, a pesquisa empírica revela dois aspectos: uma expectativa de futuro que é da ordem do **desejo** e outra que é da ordem da **realidade**. A primeira revela a aspiração a um futuro melhor, estudar (formar-se e ter um emprego regular que possibilite reconhecimento); a segunda expectativa não vê futuro a partir do trabalho atual.

As expectativas da ordem do desejo

Há expectativas por parte dos meninos e por parte das meninas de poderem obter, no futuro, uma profissão que possibilite a cidadania, o bem-estar, respeito à dignidade e o reconhecimento como trabalhador.

Menino1 - Trabalhar no outro canto. Numa fábrica... quando eu crescer. Porque na fábrica o cara ganha mais dinheiro [silêncio].

Menino2 - O cara ganha mais.

Menino1 - Às vez aqui o cara ganha dois, três reais.

Menino2 – O cara tem mais atenção na fábrica do que aqui

Menino1 - Ganha mais, né? Se Deus quiser eu consigo, né?.(Entrevista Coletiva com meninos vendedores no sinal).

Há uma outra expectativa de futuro na forma de desejo que se espelha em modelos heróicos: não estudaram, mas galgaram uma posição de destaque e adquiriram riqueza, com o talento, em alguma atividade artística ou do esportiva. Os meninos, mais particularmente, alimentam desejos de conseguir futuro semelhante.

“Que nem os home rico aí, era maconheiro, vivia em favela, pobre que nem a gente, aí pronto que nem Ronaldinho. Tá mais é bem dizer o caso da gente (...). Eu joga, algumas vez sim. Eu queria ao meno a metade do dinheiro dele [referindo-se ao jogador de futebol Ronaldinho]. Eu gostaria de ser rico (...). Porque a gente deixava de ser pobre. Porque rico tem a maioria das coisas. O pobre não. Não tem carro, não tem moto” (J. masculino, olheiro, 10 anos).

Quando foram perguntados o que é preciso fazer para alcançar este futuro desejado, as respostas denotam incerteza com relação a esta expectativa:

“ (...) Pra ter dinheiro tem que estudar e um emprego bom. É mais eu num sei se vai dá (...). Mas aí tem que saber pela vida, se vai dá, pra ser doutor tem muito estudo!” (J. masculino, olheiro, 10 anos).

Os sujeitos também aspiram a um futuro melhor, baseados em determinadas profissões. São profissões que pressupõem liberdade de movimento, poder e reconhecimento social, como por exemplo: taxista, militar do Exército, advogado, técnico em Informática.

“Começando devagarinho, depois vai subindo” pra outros empregos. Deixevê... de motorista, de taxista.” (E., masculino, olheiro, 13 anos).

“Entrar no quartel, assim, pra ajudar minha mãe, porque ganha mais, e é um trabalho melhor pra mim. É, a pessoa aprende mais lá, tem mais respeito.” (J., masculino, vendedor na noite, 13 anos).

“Eu espero arrumar um emprego melhor, é estudar, passar de ano, é ser... e minha profissão eu queria ser, fazer computação.” (T., masculino, vendedor na noite, 13 anos).

Neste sentido, entendemos que há uma expectativa de que o futuro amenize o sofrimento que relatam ter sofrido na vida até então:

“Felicidade, porque traz coisas que eu estou, tenho passado, vou passar... [baixa a cabeça e fica em silêncio]. É um bocado de negócio. No trabalho, no estudo, é as brincadeira. Que seja melhor.” (A., masculino, vendedor na noite, 13 anos).

Os meninos reconhecem no estudo a possibilidade de galgar um futuro mais promissor, com expectativas de melhoria de vida.

“Eu não espero muita coisa não (silêncio). Pra mim, eu acho que é porque eu não tô estudando mais. O estudo é tudo, só ele pode dá um futuro”. (E., masculino, vendedor no sinal, 14 anos).

As expectativas da ordem do real

Os dados permitem-nos inferirmos que a maioria dos meninos e das meninas não têm expectativas do futuro. Para ambos os segmentos, o trabalho precoce representa uma atividade destrutiva:

“No futuro? Nada, nada. A morte somente. Porque... e doença, muita doença. Porque não tem futuro, a pessoa fazer programa [silêncio]” (F., feminino, vítima da prostituição, 14 anos).

Por outro lado, há aqueles para quem as expectativas são as de serem trabalhadores no futuro, independente do tipo de atividade:

Entrevistado - Eu penso trabaiaar...Assim pedreiro, limpar mato

Pesquisadora - Mas você não disse que queria ser doutor?

E - Mais tanto faz. (J., masculino, olheiro, 10 anos).

Para outros, as condições atuais de vida impossibilitam o projeto de família no futuro:

“Porque o estudo, o estudo, a pessoa com estudo tem seu emprego, tem sua família, quando a pessoa só de olhar carro não tem família não. Tem família não. Porque não dá, porque se a pessoa tem quatro filho, só arruma dez real, pra comprar leite, farinha, né? Não dá não, tem que comprar arroz, feijão, macarrão, galinha. Tem que ter logo.” (J., Masculino, 14 anos).

É interessante percebermos que esta é a perspectiva exclusivamente de meninos. Este aspecto é importante porque, de um modo geral ele se inscreve (ainda hoje) na representação de que o homem é o provedor da família. Aspecto semelhante é tratado por Hirata e Kergoat (1987), a propósito da virilidade e da feminilidade. Elas verificaram, em uma pesquisa numa firma multinacional produtora de vidros que o prazer no trabalho está associado, dentre outros beneplácitos, à satisfação relacionada com a realização do papel de chefe de família e de provedor. Isto, porque o trabalho perigoso propiciava um salário melhor o que permitia a esses trabalhadores oferecer condições de vida melhor à sua família.

5.3.6. O desenvolvimento psicossocial dos trabalhadores e das trabalhadoras precoces em condição de rua

Os aportes teóricos que vimos usando conduzem-nos a análise de que no caso dos meninos e meninas em condição de rua, ocorre a produção de um sujeito mediante a efetivação de sua atividade, e, ao mesmo tempo, um esvaziamento desse sujeito que não consegue manter uma relação afirmativa com o que faz. Isto porque o trabalho precoce nas atividades informais nas ruas é precarizado e não é reconhecido socialmente, além de afetar-lhe para sempre o seu desenvolvimento, o que lhe custa caro, para a vida toda. As defesas que criam, embora essas representem movimentos criativos em busca de saúde, não são suficientes para salvaguardar o desenvolvimento psicossocial. Há implicações psicossociais para o desenvolvimento.

É interessante ressaltar que o trabalho é instrumento de um jogo, que tem um duplo papel: ao mesmo tempo que é usado como modelador, é nefasto, causa sofrimento. O trabalho precoce é explorado pelo capitalismo e usado pela sociedade como elemento disciplinador para as crianças das classes populares como opção para evitar o ingresso na marginalidade.

Formas mais sofisticadas de saber e poder – a disciplinarização e o panóptico

(Focault, 1996) não são mais os mesmos. O novo panóptico é a rua, lugar do trabalho informal. A disciplinarização não se exerce apenas com vistas a ser trabalhador, mas ser trabalhador e trabalhadora sem emprego, sem trabalho reconhecido socialmente, pelo menos sem emprego com garantias sociais.

Entendemos a exclusão social, nos moldes abordados por Zaluvar (1997), como uma manifestação de injustiça distributiva que se revela quando pessoas são sistematicamente excluídas dos serviços e das garantias oferecidas ou asseguradas pelo Estado, pensadas como direitos de cidadania.

Seguindo essa linha de pensamento entendemos que o trabalho continua formando a essência humana, não na *práxis*, no trabalho concreto, mas no não-trabalho, no não-direito ao assalariamento com os direitos e garantias legais não assegurados pelo Estado (Castel, 1998), (Antunes, 1997), (Dowbor, 2000), que é sempre ausente, compactuando com as ilegalidades (Lautier, 1997) e (Cacciamali, 1999). Tudo isso significa uma essência que se forma nas práticas do “virar-se por si mesmo”, no “biscatear”, na inconstância do trabalho.

As mutações no capitalismo provocam a produção de novas subjetividades. As formas de trabalho que surgem de uma dessas mutações (como por exemplo: as atividades informais) agenciam a produção de novas subjetividades, em que o trabalho trabalho precoce age como elemento disciplinador. Mas este é um trabalho que fragmenta a cidadania e a subjetividade, gera a exclusão social⁷⁵ do acesso ao direito e à cidadania.

A subjetividade forma-se dentro de um processo complexo, no ser trabalhador sem ter trabalho fixo, no trabalho irregular, que caracteriza algumas formas de trabalho informal (como por exemplo; atividades de trabalho informal executadas pelos meninos e meninas: vender frutas, doces, quentinhas, refrigerantes; olhar carro e prostituição). As meninas e os meninos se desenvolvem na forma de trabalho que joga crianças e adolescentes na solidão da vida, rouba, nega sua infância (Martins; 1993), solapa seu poder de mão-de-obra, impossibilita-os de ser um trabalhador com direitos sociais garantidos.

O trabalho continua sendo uma categoria central de análise da estrutura social, e formador da essência do homem, porém com novas configurações, moldante de uma

⁷⁵ Sobre isto ver Nascimento (1994), Zaluvar (1997), Castel (1995).

estrutura social fragmentada e fragmentadora dessa essência, configuradora de subjetividades de acordo com as exigências do sistema capitalista, compartimentalizada por formas de cidadanias diferenciadas entre os que têm e os que não têm.

Deste modo, o trabalho informal destas crianças fragmenta-lhes não só as suas cidadanias, mas também a subjetividade, uma vez que este informal submete estes trabalhadores e trabalhadoras aos riscos (das ruas) da fragmentação de suas vidas, com a negação da infância, a submissão às situações que culminam em obtenção de ganhos, a separação das famílias, a ausência à escolaridade.

A carga das relações não é a divisão de tarefas. O acúmulo de carga psíquica se deu porque as atividades são percebidas pelos meninos e meninas trabalhadores como inúteis, desqualificados, sujos, (Dejours, 1994, 1999), sem futuro. Os meninos e as meninas sentem-se precocizados, explorados, marginalizados, estigmatizados e degradados. Há raras situações de gratificação; por isso eles “acumulam” um sentimento de frustração, de quem **perdeu** algo (Seligmann-Silva, 1994a), a própria infância. Sofrem com o sentimento de que o trabalho não os levará a lugar nenhum, de que não são bem vistos socialmente, pelo que fazem e por estarem em condição de rua.

Ao mesmo tempo, os meninos e as meninas não entendem o que aconteceu, porque têm uma imagem de si como trabalhadores; no entanto, são estigmatizados, marginalizados e excluídos. Nem eles e nem elas entendem como a vida lhes força a precocidade do trabalho e a sociedade marginaliza-os, rechaça-os por isso. Não têm consciência, desconhecem a falsa ilusão de que se estão preparando, desde criança, para serem trabalhadores, de que assim estão evitando cair na marginalidade. Mas sentem a rejeição desses OUTROS e entendem que a atividade que fazem não propiciará uma qualificação para o exercício de uma atividade futura.

Deste modo, podemos reconhecer que o menino e a menina só conta consigo mesmos para sobreviver, e ainda com as expensas de trazer a família nas costas. Será por isso que, diante desse sentimento objetivo de serem sós, os meninos e as meninas, embora concorram entre, si pelos clientes, não gostam de trabalhar sós? Além disso, eles acreditam que, se estiverem trabalhando nas ruas sozinhos, terão mais possibilidades de ser vistos pelo OUTRO (esse OUTRO cujo olhar e comportamento os incomoda) como marginal. Se for um coletivo, de meninos ou de meninas trabalhadores será mais fácil serem vistos como tais. A existência de um coletivo de

trabalho, nestes termos, possibilita a solidariedade, a cooperação e a proteção. Precisam construir um coletivo para estabelecer para si um grupo de pertença que os retire da condição de sozinhos.

Graciani (1997: 113-114) afirma:

(...) a criança de e na rua tem como principal agente socializador e imensamente preponderante a sociedade como o “outro autoritário”, que, com sua discriminação contra ela e com seus mecanismos pauperizantes, entra brutalmente em sua psique e dinamiza os impulsos da criança, que vai construindo, a golpes, o “outro generalizado”, que dirigirá suas atitudes e condutas contra as expectativas da mesma sociedade.

Entendemos que, na tentativa de se fazerem perceber como trabalhadores de rua, eles coletivizam-se. O trabalho é o elemento de construção das relações sociais, da intersubjetividade. (...) *a atividade medeia a relação entre sujeito e objeto no seu sentido mais geral, que diz respeito a um sujeito produtivo que, tomando a natureza como objeto de sua atividade, transforma-a incessantemente.* (Martins, 1992: 21). Operadas pela atividade humana, as capacidades humanas modificam a exterioridade e a interioridade. É assim que o sujeito humano se constitui. (...) *todas as capacidades humanas, todas as forças e aptidões do homem são exteriorizadas, objetivadas mediante seu agir no mundo.* (Idem: 23).

Verificamos que a intersubjetividade constrói-se e é vivida nas interações com as redes sociais,⁷⁶ com as quais se relaciona no trabalho e para o trabalho. A categoria redes sociais está sendo aqui compreendida como uma teia de relações, constituída pelos companheiros, pela família e por agentes sociais do Estado. Saliente-se que esta rede pode ser composta por um ou vários desses grupos.

Apesar de os meninos e meninas reconhecerem o trabalho como perigoso, vulnerável à violência, gastador da infância, compreendemos que, para ambos os lados, identificar-se como trabalhadores pode ser ao mesmo tempo uma forma de vivenciar o prazer e uma ideologia defensiva para o enfrentamento desses aspectos acima enunciados. Esta transformação do sofrimento em prazer ocorre porque, segundo Neves (2000), (...) *a transformação do sofrimento em prazer ocorre quando este adquire sentido para quem o realiza, bem como quando se dá o reconhecimento simbólico (e material) de seu investimento afetivo e cognitivo no trabalho.* Então, há

⁷⁶ Sobre redes sociais, ver Athayde (1996).

um padecimento, um sofrimento neste tipo de trabalho e nesta condição de trabalhador, mas é também nela que podem vivenciar o que consideramos raras situações de prazer.

A noção de prazer defendida por Dejours (1987a) não se ampara na teoria psicanalítica, não se refere à satisfação dos desejos inconscientes ligados às primeiras vivências de satisfação, mas sim, à possibilidade de deslocamento da fonte de prazer. Esta fonte poderá ser encontrada, por exemplo, não apenas no conteúdo da atividade em si, mas também na busca de superação dos desafios provocados pela atividade. Compreendemos que, para os meninos e meninas, as raras situações de prazer se consubstanciam na capacidade que eles têm de superar as dificuldades, recriando no trabalho nas ruas estratégias de sobrevivência, tanto no sentido de obter meios financeiros como no sentido de se defrontar com os perigos, os riscos, as humilhações e superá-los e, sobretudo de continuar vivos. Tal fato demonstra também um potencial de recriar a vida e regular as variações do organismo em busca da saúde, mesmo que isto seja um paradoxo e nem sempre consigam regular as variabilidades, a ponto de se constatarem sem futuro, com a vida gasta – o que é danoso para a saúde física e psíquica de crianças e adolescentes.

Ora, com o capitalismo industrial, os homens alienaram nas coisas suas relações sociais. Então, diríamos que, sob o império do capitalismo financeiro e da reestruturação produtiva os meninos e as meninas recriam nas relações sociais, formas de sociabilidade coletiva que dão formas e aparência às suas subjetividades, formas de serem crianças, trabalhadoras precoces em condição de rua. Eles tentam subverter a ordem perversa que criou o cognome de “*pivetes*”⁷⁷. Criou para outros meninos e meninas e tenta criar para eles também. Isto não significa que a subversão seja feita de modo fácil. Há um sofrimento entranhado nesse processo: “Eu não faço nada só quero ser visto como um trabalhador” [palavras entremeadas por choro] (J., Masculino 12 anos).

Esta atividade de trabalho, que tenta subverter o processo, afeta o desenvolvimento de ambos, marca o futuro, adultiza-os, analfabetiza-os, fica marcado, qual um carimbo: “SEM FUTURO”.

Então não há escapatória. O capitalismo consegue o disciplinamento, mesmo que, por outras vias, no final das contas, tenha-se feito um trabalhador. E dentro do

⁷⁷ Pivete é uma forma pejorativa usada em algumas regiões do Brasil para referir-se aos meninos em condição de rua que praticam atos infracionais.

contexto capitalista de hoje, do não emprego, a infância desses meninos e meninas e os seus futuros estarão comprometidos.

Sampaio e Ruiz (1996: 4) afirmam:

(...) o trabalho precoce gera um curto-circuito entre responsabilidade e condição, entre tarefa e capacidade de realizá-la, entre grupo-categoria e papéis exigidos, levando no mínimo a experiência por parte do indivíduo das condições psicossociais de dissonância cognitiva e de desamparo.

No caso dos nossos sujeitos, crianças e adolescentes entre os sete e os quatorze anos, inseridos precocemente no trabalho, desamparo, violência, o adestramento desqualificado e a ignorância tudo age sobre a saúde. Poderão resultar, na sua vida adulta, experiências negativas de desqualificação da condição de trabalhadores. Quedarão como “homúnculos adestrados”, diz Sampaio e Ruiz (1996: 5):

(...) pois não é apenas o olhar e a consciência que ofendem, é a inteligência que decodifica e condena (...) é um adolescente e um adulto desinformado, pessimista, acrítico, com dificuldade de compreender o tempo como um fluxo de conseqüências capazes de realizar a dialética entre o casual e o necessário, entre o extremo e o internamente determinado, entre condição e decisão, que o trabalho precoce produz.

No caso do trabalho precoce dos meninos e meninas em condição de rua, podemos dizer que alguns fatores, dentre outros, geram insatisfações e sentimentos de perda:

1. As atividades marginalizadas, **desqualificadas**.
2. A **obrigatoriedade** do trabalho precoce para sujeitos que precisam abrir mão de atividades apropriadas e necessárias às suas idades, como o brincar, o tempo livre e a escolaridade.
3. As atividades de trabalho precarizadas. Nelas se usa o corpo ou, mais especificamente, a sexualidade como estratégia de sobrevivência. Elas são percebidas como **trabalho sujo**.
4. As atividades de trabalho precarizadas não oferecem perspectivas de formação, tomam o tempo da escola e são percebidas pelos meninos e meninas como algo sem futuro e **inúteis**.

Segundo dados do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST/SP), as inadequadas condições de trabalho geram nas crianças insatisfações

pelo exercício de uma tarefa em que não há aprendizado técnico nem motivação secundária. As condições inadequadas podem, conseqüentemente, levar ao estresse emocional ou à fadiga psíquica. Ambas ocorrem quando há inter-relação entre contexto, vulnerabilidade e agentes agressivos. Por contexto entende-se baixo padrão de vida, não-atendimento das necessidades básicas, segregação social e problemas de ajustamento familiar. A junção desses fatores faz com que muito cedo a criança perca a capacidade de sonhar, a perspectiva de futuro e a auto-estima em relação às suas capacidades intelectuais e produtivas – o que implica riscos para o seu desenvolvimento psicossocial, que serão determinantes para a perspectiva de futuro.

Segundo Moreira (1995), em pesquisa sobre a participação de crianças no processo produtivo agrícola na Paraíba, junto aos que trabalham na pequena unidade mercantil, há maior exposição aos riscos impostos pelo padrão técnico utilizado, por exemplo: a produção de tomate onde há exposição aos agrotóxicos (...) *derivados de organo fosforato. (...) doses alteradas de colinesterase nestas crianças preocupa pela possibilidade de disseminação de doenças como o câncer. (ibid.: 02).*

Trabalho pesado em idade precoce também tem outras conseqüências diretas no desenvolvimento físico e mental da criança. O corpo dela sofre os efeitos da fadiga, devido ao dispêndio excessivo de energia, mais do que o de adulto. E a maioria das crianças sofre também de má nutrição, devido à ingestão de comidas inadequadas, que baixam a resistência delas e fazem-nas ainda mais vulneráveis às doenças. A prevalência de anemia, de nutrição pobre e longas horas de trabalho facilitam a redução da capacidade de trabalho de crianças. A fadiga contribui para a freqüência de acidentes e enfermidades (Forastieri, 1997: 21-22).

No caso dos meninos e meninas, sujeitos desta tese, detectamos que há dispêndio de força física e desgaste, decorrente do conteúdo das tarefas. Alimentam-se basicamente de carboidratos. Trabalham longas jornadas diurnas e noturnas (meninos vendedores no sinal, de dez a quatorze horas; meninos vendedores noturnos de seis a oito horas, meninas vendedoras de quatro a oito horas). Embora não tenhamos medido fadiga, resistência e doenças, eles e elas reclamaram de dores no corpo:

1. As meninas vendedoras queixam-se de dores na coluna e nas pernas por ficar sentadas durante a jornada de trabalho.

2. As meninas na prostituição queixam-se de dores no ventre e nas costas, devido às posições exigidas pelos clientes e ao número de vezes que mantêm relações sexuais.
3. Os meninos vendedores no sinal queixam-se de dores nas costas, pernas, braço, mãos e dedos, por passar o dia todo em pé e carregar caixotes pesados. Chegam até a cortar os dedos segurando os saquinhos de frutas.
4. Os meninos olheiros e lavadores de carro queixam-se de cansaço nas pernas, dor na coluna, por carregar pesados baldes d'água; queixam-se da dor na cabeça, por passar o dia ao sol, por fazer contorções com o corpo para limpar os carros.
5. Os meninos vendedores na noite queixam-se de cansaço e dor nas pernas, devido às longas caminhadas que fazem durante a jornada de trabalho e ao peso das mercadorias que carregam.

Estes aspectos poderão implicar danos para o crescimento deles, uma vez que estão colocadas todas as condições para tal, como diz Forastieri (1997: 21): *identificar e eliminar riscos relativos ao trabalho seria particularmente difícil para as crianças, porque o crescimento e o desenvolvimento delas varia proporcionalmente de indivíduo para indivíduo.*

O sofrimento do corpo decorrente das dores tem implicações para o desenvolvimento. Não são apenas físicas, mas também psicossociais. Isto, porque a tal sofrimento do corpo pode corresponder um estado de insatisfação e ansiedade. Esta última, inclusive, é de difícil explicação por eles próprios – difícil de traduzir em palavras. Ambas, porém, poderão constituir-se em aspectos somatizados que repercutirão no desenvolvimento, podendo aparecer sob a forma de irritabilidade, agressividade, dificuldades de relacionamento, principalmente na escola. Podem aparecer, inclusive, no decorrer da vida, em relação à adaptação ao próprio trabalho, que é traduzido por alguns teóricos da saúde do trabalhador como desgaste (Seligmann-Silva, 1994a).

O desgaste refere-se aos agravos psicossociais vinculados ao trabalho ou à expropriação da subjetividade em situações de trabalho. O desgaste mental

(...) não significa essencialmente perda – provisória ou definitiva – de algo que antes fazia parte do trabalhador e do seu mundo mental (...) inclui desde desgastes literais orgânicos (...) até perdas de outra ordem – como as perdas acarretadas para a identidade, para a densidade da própria vida

afetiva ou para os projetos constituídos tendo em vista o futuro pessoal e o da família. (Idem, 18).

No caso dos sujeitos, objeto desta pesquisa, verifica-se a perda da infância, da capacidade de sonhar, das expectativas de futuro, inclusive de constituição de uma família, como é, por exemplo, o caso das meninas vítimas da prostituição.

Constatamos que há entre eles analfabetismo, baixa escolaridade e evasão escolar. Os meninos e as meninas apresentam defasagens de dois a sete anos. O trabalho cansa o corpo, o cansaço compromete o estudo. O trabalho interfere no estudo. Aliado ao cansaço, há o desestímulo diante da escola, cujos conteúdos eles não conseguem aprender nem acompanhar. Devido a inadaptação da escola, advém o desestímulo. Preferem então trabalhar. Serão precarizados para o resto da vida. Eles acham que, fazendo o que fazem, as suas perspectivas de futuro não são reais. Segundo Forastieri (1997: 30), crianças que são debilitadas, famintas ou angustiadas por causa do trabalho estariam em condição inferior para a escola, quando são comparadas, em contrapartida, com crianças que não trabalham. O trabalho pode também, a longo prazo, ter conseqüências negativas para o desenvolvimento social, podendo inclusive conduzir à educação pobre e sem perspectiva de emprego.

Outra conseqüência: pela falta escolaridade, vem do déficit da linguagem formal. Observamos que os meninos e meninas usam gestos, expressão facial, movimentos do corpo, gírias, locuções ecológicas (uma analogia a uma das formas de fala infantil de repetir o que o interlocutor usa) e outras vias de linguagem não formal. Logo, o desenvolvimento intelectual e emocional poderá ser prejudicado. Intelectual porque, segundo Vygotsky (1989: 131), (...) *o pensamento nasce através da palavra. Uma palavra desprovida de pensamento é uma coisa morta, e um pensamento não expresso por palavras permanece uma sombra. (...) a palavra é o final do desenvolvimento, o coroamento da ação.* Mas as palavras desempenham, além da comunicação social, elemento de inter-relação, papel na evolução histórica da consciência, cuja característica fundamental é uma reflexão da realidade. (*Idem.*).

Verificamos também que os meninos e meninas enfrentam dificuldades para assimilar os conteúdos abstratos da escola. Os dados mostram a dificuldade deles para abstraírem, falarem de si, expressarem suas emoções por meio da linguagem. Por isso dizem “Eu sei, mas não sei as palavra pra dizer”. Têm dificuldades de se expressar por meio da linguagem, usam mais formas não-verbais. Mas a dificuldade para falar de si

não é apenas a de linguagem, mas também a de elaborar um pensamento congruente que dê conta de uma análise de suas vidas e de suas condições. Esses dados parecem corroborar aqueles encontrados por Freitag (1993): as crianças escolarizadas tendem a expressar-se de forma mais socializada, enquanto crianças sem experiência escolar expressam-se de modo mais preso aos padrões da fala egocêntrica.

Freitag (1993), em pesquisa feita com crianças escolarizadas e faveladas, consegue demonstrar que a estrutura de classes é um determinante de relevo para o atendimento ou não-atendimento dos mais altos estágios da psicogênese. Depreende-se que as crianças trabalhadoras precoces são mais vulneráveis ao atingimento dos estágios finais do desenvolvimento psicogenético, uma vez que estão fora da escola.

A citada autora (*ibid.*: 203) afirma:

(...) a escolaridade regular de oito anos de jovens de todas as classes favorecem independentemente da origem social e dos conteúdos curriculares transmitidos, o desdobramento das estruturas do pensamento. A falta da experiência escolar retarda ou bloqueia o atingimento das estruturas lógicas, podendo ser vista como uma das principais responsáveis pela defasagem encontrada entre favelados de 13 a 16 anos.

O acesso às expressões cognitivas e aos códigos formais se dá em função da classe social a que pertencem, como salienta Berstein *apud* Velho (1997: 21): *(...) os desempenhos na aprendizagem variam em função de um prévio adestramento na utilização de uma linguagem verbal e de que as classes trabalhadores revelam maiores dificuldades.* Os sujeitos desta tese têm consciência de que, se ficarem nestas atividades e se não estudarem, não terão perspectivas de futuro, pelo menos ficarão fora de uma concepção valorizada de uma profissão que possibilite a cidadania e o bem-estar.

Carraher *et.al.* (1989: 163) mostra, em pesquisa com mestres-de-obras, o quão nefasto para aqueles foi o ingresso precoce no trabalho, em termos da escolaridade:

(...) as entrevistas com os mestres sobre suas atividades práticas revelaram sempre sua necessidade de participar precocemente do mundo do trabalho, gerando renda para suas famílias, o que impedia seu progresso na escola, onde, freqüentemente, não se saíam bem.

O trabalho precoce pesa no processo de subjetivação da criança em condição de rua. Afeta a formação de um universo simbólico da criança, porque a socialização, se

cujos conteúdos não é o capital cultural em vez de se dar na escola, se dá nas ruas, por outras vias. Isso os afetará, porque estarão precarizados, para o resto da vida, para empregos futuros que requererem instrução, conhecimento, capital cultural.

A partir dos depoimentos dos sujeitos sobre o motivo que os levaram a trabalhar, é possível inferir que esses meninos e meninas têm pais que, diante das necessidades imediatas, valorizam o trabalho em detrimento da escolaridade. Estes pais defendem a concepção reinante na sociedade brasileira do trabalho como um antídoto à marginalidade. Conseqüentemente, reproduzem esta concepção com seus filhos. Além disso, a relação dos meninos e das meninas com a instituição escolar não é fácil. Boa parte das várias dificuldades que eles apresentam para não freqüentar a escola advém das dificuldades de relacionamento delas (entenda-se o corpo institucional) com os educandos.

Temos que nos lembrar da teoria dos oito estágios do Erikson (1976), cujo primeiro estágio refere-se ao estabelecimento da confiança. Neste estágio de desenvolvimento, está a base do processo de identificação da criança, de confiança em si mesma e na sua capacidade para enfrentar desafios. Para o referido autor, essa confiança ou desconfiança provém da qualidade das primeiras experiências, da relação materna. As situações de conforto e as pessoas que as promovem favorecem a confiança e a formação da identidade psicossocial.

Um dos problemas é que essas crianças e adolescentes, ao serem obrigadas a optar pelo trabalho nas ruas como instrumento socializador e afastar-se da escola, perderão a possibilidade de adquirir o capital cultural que é o fundamento para seu futuro, para seu desenvolvimento psicossocial, intelectual e de cidadania. Os meninos e meninas, quando estiverem na idade certa para ingressar no mercado de trabalho, não terão acesso às profissões que requerem escolaridade e possibilitam cidadania e bem-estar.

Este é um dos aspectos importantes para se compreender porquê dos trabalhadores e as trabalhadoras precoces. Convivem nas ruas com esse tipo de relação (vivenciando inclusive processos de aprendizagem próprios à socialização nas ruas e no trabalho), experimentam certa autonomia e poder precoce de decisão de suas vidas, têm dificuldades de relacionamento e de permanência na escola – já que nela tudo é previamente determinado e imposto, com regras de interdição aos comportamentos dos educandos. Eles já são adultizados para se submeter a esta forma de escola. No

trabalho na ruas, as aprendizagens são participativas e concretas. São, como diz Martins (1993: 192), a criança trabalhadora:

(...) deve aprender a dura disciplina do trabalho e relegar ao esquecimento o caráter lúdico do modo de ser infantil. Embora convocada a assumir responsabilidades adultas, permanece atada ao mundo infantil. (...) revelam uma compreensão adulta do mundo, na medida em que inserem o trabalho como componente estruturador da existência de si e dos outros. Ao mesmo tempo, revelam dificuldades de abstração, de compreensão desse mesmo mundo por outras mediações que não sejam a da relação tête-à-tête, da busca imediata de soluções para problemas cotidianos.

Dejours (1993) afirma, a propósito da mobilização das inteligências e das personalidades, que a mobilização subjetiva torna-se muito possante na maior parte dos sujeitos bem de saúde. Tudo se passa como se o sujeito confrontado com a organização do trabalho não se pudesse impedir de colocar em ação as fontes de sua inteligência e de sua personalidade. É isso que os meninos fazem o tempo inteiro: colocar em ação a criatividade, a inteligência para sobreviver. Criando estratégias de sobrevivência, criam formas de trabalho, estruturam uma organização do trabalho nas atividades informais de rua, mobilizam defesas para enfrentar o sofrimento da violência do trabalho precoce, mobilizam a inteligência e transformam a atividade inerente.

As brincadeiras são constantes dentro do desempenho das atividades. Elas variam conforme a atividade, as idades e o gênero. Já assinalamos, no capítulo quatro, que os meninos olheiros são mais autônomos por não possuir um patrão, por trabalhar por conta própria e por caracterizar-se como uma atividade que possibilita o melhor uso do tempo, já que eles permanecem à espera de clientes. Os meninos trabalhadores no sinal, embora brinquem também procedem mais rapidamente às brincadeiras. Quanto às meninas vendedoras de quentinhas, as brincadeiras envolvem mais um jogo de conversas e zombarias recíprocas. Dada a pouca observação que fizemos das meninas vítimas da prostituição (já comentamos no capítulo dois), não temos muita clareza para analisar as brincadeiras. De um modo geral, observamos que as brincadeiras são inerentes a esses sujeitos porque são crianças e adolescentes em processo de desenvolvimento. Psicanalistas (Winnicott, 1975) e cognitivistas (Vygotsky, 1989) explicam, de forma diferente, o motivo de a criança brincar. Para os

psicanalistas, a brincadeira propicia uma organização para as crianças iniciarem relações de contatos sociais. O brincar oportuniza a comunicação entre o mundo consciente e o inconsciente da criança, ajuda a elaborar a representação do mundo, servindo de elo entre a realidade interior e a realidade exterior. Para os cognitivistas, o brincar preenche as necessidades da criança para o seu desenvolvimento, possibilita a aquisição dos pré-requisitos para a construção das estruturas operacionais, do pensamento lógico, de autonomia moral e da linguagem socializada. Apesar das diferenças, cognitivistas e psicanalistas reconhecem a importância do brincar para o desenvolvimento psicossocial da criança e do adolescente. Para os cognitivistas, as brincadeiras consistem em jogos e envolvem os bandos e a assimilação de papéis sociais.

Qual o sentido das brincadeiras para esses meninos e essas meninas? Na Psicodinâmica do Trabalho (Dejours e Abdoucheli, 1994 ; Dejours, 1999), toda conduta, mesmo que seja absurda, tem sempre um sentido. Como salientamos anteriormente as brincadeiras têm uma importância e uma razão para o desenvolvimento. Isto já explicaria o sentido delas. Mas acreditamos que não é só isso. As brincadeiras aliviam a angústia e o sofrimento do trabalho precoce e dos riscos e propiciam o prazer. É mediante os jogos, as brincadeiras, que as crianças e adolescentes vivenciam e elaboram o sofrimento sobre a forma lúdica e menos dolorosa, de modo mais prazeroso.

Segundo Dejours é por meio do jogo que a criança encena seu desejo de compreender e suas teorias explicativas. Este jogo na criança torna-se a atividade da inteligência ardilosa no adulto. É o brincar que proporciona o desenvolvimento da inteligência. Não obstante, no caso desses meninos e dessas meninas, o tempo e o espaço para as brincadeiras são escassos. O trabalho precoce nas atividades informais em condição de rua, se não impede de todo as brincadeiras, dificulta-as. Isto é danoso para sujeitos que precisam abrir mão de direitos tão relevantes e imprescindíveis para o seu desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As nossas hipóteses foram confirmadas: o trabalho precoce dos meninos e meninas em condição de rua nas atividades informais, em João Pessoa, propicia a vivência do sofrimento e tem implicações psicossociais. A inter-relação entre as condições de trabalho e a organização do trabalho impõem a vivência de sofrimento físico, psíquico e social.

Os meninos e as meninas em condição de rua são crianças e adolescentes aqui pesquisados, na faixa dos oito aos quatorze anos de idade, os quais começaram a trabalhar entre os seis aos dez anos e têm um tempo entre um e seis anos de trabalho nas ruas. Todos têm uma defasagem escolar que varia de um a sete anos. Desempenham as atividades de trabalho de vendedores de frutas e legumes no sinal, vendedores de doces, de bijuterias e refrigerantes nas noites, olheiros de carros, vendedoras de quentinhas e vítimas da prostituição. São na maioria filhos de migrantes do interior do Estado da Paraíba, que se deslocaram em busca de melhores condições de vida. São famílias compostas na maioria por mulheres ou pais desempregados, que necessitam da ajuda dos filhos para sobreviver.

As condições de trabalho, na pesquisa que originou esta tese, estão diretamente ligadas às condições de vida desses sujeitos, de modo que a própria saída de casa para as ruas já é fator condicionado pelas condições de vida. A inserção de trabalhadores e trabalhadoras precoces nas ruas na informalidade não é algo homogêneo. Acontece segundo uma construção social que hierarquiza os trabalhos entre meninos e meninas. São nuances que caracterizam a existência de **relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho**. Tudo o que na rua é hierarquicamente inferior é destinado à menina – é coisa de mulher. O que requer força, “esperteza”, é destinado ao menino – é coisa de homem.

No que diz respeito à jornada de trabalho, há uma diferença: os meninos trabalham nas ruas, dez a quatorze horas. Já as meninas trabalham nas ruas apenas de quatro a oito horas. No entanto, eles trabalham apenas nas ruas, enquanto elas também “ajudam” em casa.

As exigências do conteúdo das tarefas são diferentes: para os meninos as tarefas demandam o uso do corpo enquanto dispêndio de força física (carregar e segurar peso); para às meninas as exigências são essencialmente do uso do corpo como objeto de propaganda ou de prazer para os clientes, da mesma forma que a comida diz respeito a coisa de mulher.

O trabalho de ambos os segmentos implica em riscos para a saúde, ambos são vulneráveis à violência das ruas. Mas há os riscos decorrentes das atividades que são diferentes para meninos e meninas: os meninos estão mais submetidos aos riscos provenientes de pegar peso e de postura, enquanto as meninas estão mais susceptíveis ao assédio sexual, ao constrangimento e doenças sexualmente transmissíveis.

Os dados empíricos mostraram que o sofrimento para os meninos e para as meninas é devido aos seguintes aspectos: as dores no corpo, o olhar, expressão e tratamento do OUTRO, medo decorrente dos riscos devido às exigências de esforço físico e desgaste provocados pelas tarefas e postura do corpo, as vivências subjetivas de sofrimento na inter-relação com o OUTRO (transeuntes, clientes, patrões, agentes sociais, familiares e pares) dentre outros. O sofrimento deles e delas é captado e identificado no olhar, nas comunicações e nos gestos deles. Desse modo, o sofrimento decorrente das inter-relações com o outro é devido ao não-reconhecimento da utilidade das atividades que desempenham e do local onde trabalham: nas ruas. Meninos e meninas não encontram no OUTRO a retribuição simbólica que lhes poderia conferir sentido para os seus trabalhos.

O medo é uma das expressões da vivência subjetiva do sofrimento. Está presente a todas as atividades de trabalho e decorre dos riscos presentes a elas. O principal medo que eles sentem é o medo da violência, dos perigos e riscos decorrentes da condição de rua; mas há também aqueles que têm medo de voltar para casa porque foram expulsos de casa pela família; há o medo de o trabalho precoce gastar suas vidas e seus futuros; No caso das meninas da nossa pesquisa, compreendemos que o assédio as faz sofrer pela condição de ser mulher, pois elas constatarem que só as meninas são assediadas.

Os meninos e as meninas criam defesas coletivas e individuais: o silêncio, o riso, o gracejo, a zombaria, o choro, a vadiagem e as brigas na escola, uso da virilidade, minimização da realidade, a acomodação e o uso de drogas como formas de fuga.

A inserção precoce aliada à condição de rua é nefasta na vida dessas crianças e adolescentes que aparecerão nos seguintes aspectos: uma imagem negativa de si e uma baixa auto-estima, a adultização precoce, a defasagem escolar, a socialização desviante e a falta de perspectivas de futuro. Estes aspectos agem diferentemente em meninos e meninas.

Os dados empíricos apontam as condições de vida, fome e miséria decorrentes do trabalho precoce nas atividades informais de rua, da intensidade do trabalho, da penosidade, dos locais de trabalho, da ausência à instrução, à escolaridade e à qualificação para o trabalho.

Apesar de a análise das defesas permitir-nos fugir de uma análise causalista da relação infância – adolescência e trabalho e imprimir uma concepção dinâmica nas inter-relações desses sujeitos nas atividades de trabalho informais, há implicações psicossociais. Há um processo de disciplinamento mediante o trabalho que revela uma forma diferenciada de a sociedade tratar a infância e adolescência de acordo com a classe social de que fizerem parte.

A relação entre o trabalho precoce e a saúde é diferenciada em decorrência das relações sociais de sexo e da divisão sexual do trabalho. Vários aspectos acabam sendo marcantes no desenvolvimento das meninas: sentimentos de humilhação, constrangimento, medo fazem-nas sentirem-se discriminadas perante os olhares dos transeuntes e clientes, nos locais de trabalho, além dos riscos inerentes ao exercício precoce da prostituição do desgaste e das doenças que advêm desta atividade.

A prática social vivenciada pelas meninas vítimas da prostituição é a de sentirem-se vulgares devido à atividade que desempenham, enquanto a prática social das meninas vendedoras é a de sentirem-se com pouco valor devido ao local onde trabalham. Em ambas as situações, sentem-se inferiorizadas nas relações com outras pessoas. No caso das meninas na prostituição, estas sentem-se incapazes de desenvolver-se no sentido de mudar de vida.

Percebemos que a inserção diferenciada entre os gêneros no trabalho precoce informal em condição de rua se consubstancia em um elemento que afeta mais as meninas do que os meninos, dado o caráter estigmatizante que acompanha as mulheres que trabalham nas ruas, principalmente aquelas desacompanhadas. Além disso, os meninos, embora estudem (aqueles que o fazem), têm tempo livre; as meninas não o têm porque trabalham, ajudam nos afazeres domésticos e estudam.

Verificamos, portanto, que o trabalho precoce tem efeitos nefastos na escolaridade das meninas, produz um desnível maior para elas do que para eles, por dois motivos: as meninas vendedoras, aquelas que também fazem atividades domésticas, não conseguem acompanhar o desempenho escolar exigido, não têm condições de fazer atividades escolares e o cansaço acaba sendo um fator preponderante no abandono escolar. No caso das meninas na prostituição, o viver nas ruas, as condições de vida e trabalho com o tempo utilizado no desempenho da atividade impedem a freqüência à escola.

Todos esses aspectos que encontramos na vivência dos meninos e meninas trabalhadores nas ruas contribuem para enfatizar e endossar uma série de questões que não foi possível trabalhar nesta tese, mas podem ser indícios de trabalhos futuros, por exemplo, um estudo longitudinal a respeito do que acontecerá com esses meninos e meninas, em termos de saúde e cidadania: o processo de renovação dessa mão-de-obra que trabalha para um patrão; uma avaliação epidemiológica do desenvolvimento biopsicosocial dessas crianças e adolescentes; o impacto do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), mediante a bolsa escola na inserção desses meninos e meninas no trabalho etc.

Mas há alguns aspectos de contribuição desta tese, além dos teóricos já enfatizados que, diante de tal quadro, cabe ressaltar:

1. Desejamos que esta tese contribua no sentido de apontar os danos da inserção precoce no trabalho, particularmente no trabalho nas ruas.
2. Intentamos contribuir para mostrar que, em João Pessoa há crianças trabalhando nas atividades informais.
3. Esperamos que este trabalho possa subsidiar a discussão da necessidade de erradicar o trabalho infantil e garantir os direitos do adolescente trabalhador.

REFERÊNCIAS⁷⁸

- ABERASTURY, A. **Adolescência**. 4. ed. Buenos Aires: Ediciones Kargieman, 1978.
- ACCION contra la prostitución infantil. **Los Niños y el trabajo**, Ginebra, n. 2, p. 3, nov. 1996.
- ADORNO, S. A Experiência Precoce da Punição. In: MARTINS, J. S. (Org.). **O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- ALBERTO, M. F. P. A divisão social e sexual do trabalho precoce nas atividades informais de rua. In: ENCONTRO REGIONAL DO TRABALHO, 3, 2000. Recife. **Anais...** Recife: ABET, 2000. 1 CD-Rom.
- _____. Foucault e o uso da História. **Revista Estudos de Sociologia**, Recife, v. 4, n. 1, p. 27-38, jan./jun. 1999.
- _____. **A representação social dos meninos em condição de rua de João Pessoa sobre a família e as drogas**. Relatório Final de Pesquisa. João Pessoa: Setor de Estudos e Assessoria a Movimentos Populares; Universidade Federal da Paraíba, 1997.
- _____. A situação da criança trabalhadora no mercado informal em João Pessoa. **Política e Trabalho**, João Pessoa, v. 16, ano 16, p. 41-54, 2000.
- _____. O trabalho infantil no mercado informal de rua: primeiras considerações sobre o trabalho dos meninos em condição de rua. **Cadernos de Estudos Sociais da Fundação Joaquim Nabuco**, Recife, v. 14, n. 2, p. 223-240, 1998.
- _____. O trabalho precoce em condição de rua: questão de gênero e saúde. In: INTERNATIONAL CONGRESS WOMEN WORK HEALTH, 2. , 1999. Rio de Janeiro. **Abstracts**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999. p. 220.
- ALBERTO, M. de F. P.; COSTA, E. A. de P. Gênero, trabalho e condições de vida: o caso de mulheres de uma comunidade do brejo paraibano. In: INTERNATIONAL CONGRESS WOMEN WORK HEALTH, 2, 1999, Rio de Janeiro. **Abstracts**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999. p. 284.

⁷⁸ De acordo com a Norma NBR 6023: 2000 – Informação e documentação – Referências – Elaboração da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

ALBUQUERQUE, A. N. C. de. Análise da nova dinâmica industrial da Paraíba e seus impactos na organização do trabalho. In: ENCONTRO REGIONAL DO TRABALHO, 2., 1999, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ABET, 1999. p.559-586.

ALESSI, N. P.; NAVARRO, V. L. **O trabalho de crianças e adolescentes na cultura canavieira e os impactos sobre sua saúde.** São Paulo, [199-?]. Mimeografado.

ALEXANDER, J. **Action and its environments:** toward a new synthesis. Columbia: University Press, 1990. p. 11- 45; 301-333.

ALVES, A. J. Meninos de rua e meninos da rua: estrutura e dinâmica familiar. In: FAUSTO, A.; CERVINI, R. (Org.). **O trabalho e a rua:** crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. São Paulo: UNICEF, FLACSO: Cortez, 1991. p. 117-132.

ALVIM, R. Infância das classes populares: a constituição da infância como problema social no Brasil. In: ABREU, Alice R. de P.; PESSANHA, Elina Gonçalves da. **O trabalhador carioca:** estudos sobre trabalhadores urbanos do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: [s.n.], 1995. p. 155-170.

_____. Notas sobre a família num grupo de operários têxteis. In: LOPES, L. et al. **Mudança social no Nordeste.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. O trabalho Infantil: diversidade e exploração. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO, 4. , 1995, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ABET, 1995. p. 299-320.

_____. O trabalho Infanto-Juvenil em discussão através dos temas da educação e da violência. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO, 3. , 1993, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ABET, 1993. p. 227-235.

ANTUNES, R. **Adeus ao proletariado?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

ANTUNIASSI, M. H. R. **O trabalhador mirim na agricultura paulista.** 1981. 184 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, São Paulo. 1981.

ARAÚJO, M. de M. B. **A menina, a rua e a violência**: um estudo sobre as meninas de rua em João Pessoa. 1997, 191 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 1997.

ARAÚJO, T. W. C. de et al. Os trabalhadores invisíveis - crianças e adolescentes em situação de risco e pobreza, nos canaviais de Pernambuco. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO, 4. , 1995, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ABET, 1995. p. 281-298.

ARENDT, R. J. J. Investigações em torno do objeto da psicologia. In: JACÓ-VILELA, A. M.; MANCEBO, D. (Org.). **Psicologia social**: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 17-32.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

AROUCA, A. T. O trabalho e a doença. In: GUIMARÃES, R. (Org.). **Saúde e medicina no Brasil**: contribuição para um debate. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 93-119.

ASMUS, C. I. R. F. et al. **Programa de saúde do trabalhador adolescente**: relato de experiência. Oficina sobre os impactos do trabalho precoce na saúde de crianças e adolescentes. Brasília, 1996. Mimeografado.

ASSUNÇÃO, A. A.; ROCHA, L. E. . Agora... até namorar fica difícil: uma história de lesões por esforços repetitivos. In: ROCHA, L. E. et al. **Isto é trabalho de gente?** Vida doença e trabalho no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 461-491.

ATHAYDE, M. R. C. de . **Gestão coletivos de trabalho e modernidade**: questões para a Engenharia de Produção. 1993. 260 f. Tese (Doutorado Engenharia da Produção)- Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1993.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. de A. (Org.). **Infância e violência doméstica**: fronteiras do conhecimento. São Paulo: Cortez, 1993.

BANDEIRA, D. R. O cotidiano dos meninos de rua de Porto Alegre. In: INTERNATIONAL SCHOOL PSYCHOLOGY CONGRESS, 17. , 1994. Campinas. **Anais...** Campinas, 1994 . t. 2. p. 133-134.

BANDEIRA, D. R.; KOLLER, H.; HUTZ, C. S. Desenvolvimento psicossocial e profissionalização: uma experiência com adolescentes de risco. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 185-207, 1995.

BARROS, R. P. de; MENDONÇA, R. S. P de. As conseqüências da pobreza sobre a infância e a adolescência. In: FAUSTO, Ayrton; CERVINI, Ruben. **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. São Paulo: UNICEF, FLACSO: Cortez, 1991. p. 48-55.

BARROS, R. P. de et al. Determinantes del Trabajo Precoz. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO, 3. , 1993. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ABET, 1993. p.237-253.

BARROS, Ricardo et al. Is Poverty the Main Cause of Child Work in Urban Brazil? In : ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO, 4. , 1995. São Paulo. **Anais...** São Paulo: ABET,1995. p. 253-280.

BARROS, Ricardo P. de; SANTOS, Eleonora Cruz. Consequências de longo prazo do trabalho precoce. In: FAUSTO, Ayrton; CERVINI, Ruben. (Org.). **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes dos anos 80**. São Paulo: UNICEF, FLACSO: Cortez, 1991. p. 56-61.

BATTAGLIA, L. **Meninos de rua: uma redução analítica da pobreza**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ministério do Bem-Estar Social,CBIA,DIEST, 1993.

BITTAR, Marisa. A criança excluída: trabalho infantil e semi-escravidão no Brasil. **Recriação- Revista do Centro de Referência de Estudos da Infância e Adolescência**, Corumbá,MS, p.18-25, 1995.

BLANCHARD, Oliveira. **Entrevista**. Folha de São Paulo, São Paulo, 3 mar.1996.

BOLETIM DIEESE, São Paulo, n. 193, p. 6-20, 1997.

BOTELHO, R. U. Operários, patrões e grupos profissionais na regulamentação do trabalho infantil. **Em Tempo de Histórias Cadernos de Pós-Graduação em História**, São Paulo, n. 1, ano 1, p. 9-18, 1995.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 149-168.

_____. The practice of reflexive sociology. In: BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. J. D. **An invitation to reflexive sociology**. Cambridge: Polity, Basil Blackwell, 1992. p. 217-260.

_____. **Razões práticas**. São Paulo: Papyrus, 1996. p.13-33.

_____. Reprodução cultural e reprodução social. In: MICELI, S. (Org.). **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BOURDIEU, P.; PASSERÓN, J. C. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

_____. O tempo e o espaço no mundo estudantil. In: BRITTO, Sulamita. (Org.). **Sociologia da juventude IV: os movimentos juvenis**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 61-86.

BRASIL. Congresso. Senado. Emenda Constitucional n.º 20, de 1998. Modifica o sistema de previdência social, estabelece norma de transição e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 dez. 1998. Seção, pág 1.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Criança. **Estatuto da criança e do adolescente, Lei 8.069/90**. Brasília, 1991.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Gestão de Políticas Estratégicas. **Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes: normas técnicas**. Brasília, 1999.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Trabalho da criança e do adolescente em condições de risco**. 2. ed. Brasília, 1995.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Trabalho precoce: o que é por que evitar**. Brasília 1998.

O BRASIL na era FHC. **O Espelho: informativo da comissão de empresa dos funcionários do Banco do Brasil**, São Paulo, n 196, p.2, abr. 2001

BRAVO, E S. et al. **Avaliação de saúde e condições de vida de jovens trabalhadores: a experiência do CEREST/ SP**. São Paulo, 1996. Mimeografado

BRITO, J. **Saúde, trabalho e modos sexuados de viver**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

BRITO, J.; OLIVEIRA, S. Trabalho e gênero: divisão sexual do trabalho e desigualdade nos espaços de trabalho. In: SILVA FILHO, João Ferreira da; JARDIM, Sílvia (Org.). **A danação do trabalho**. Rio de Janeiro: Te Corá, 1997. p. 245-263.

BRITO, J. C. de; PORTO, M. F. de S. **Processo de trabalho, riscos e cargas à saúde**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Osvaldo Cruz, 1991. Apostila desenvolvida para o curso de especialização em saúde do trabalhador e ecologia humana.

BRITO, S. R. de. Sobre o meio rural: trabalho precoce e diferenças de gênero. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.113-137, 1. sem. 1997.

BRUSCHINI, C. Fazendo as perguntas certas: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade? In: ABRAMO, L.; ABREU, A. R. de P. (Org.). **Gênero e trabalho na sociologia Latino Americana**. São Paulo: ALAST, 1998. p. 277-294.

BUONFIGLIO, M. C. et al. **Trabalhadores, tecnologia e organização do trabalho no setor industrial da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1994.

CACCIAMALI, M. C. Globalização, informalidade e mercado de trabalho. In: ENCONTRO REGIONAL DO TRABALHO, 2. , 1999. João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ABET, 1999. p.369-388.

CADEIRA, J. **Mauú: o empresário do império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CAMPOS, Maria M. M. Infância abandonada: o piedoso disfarce do trabalho. In: MARTINS, José de Souza. (Coord.). **O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1993. p. 117-153.

CAMPOS, Marta Silva. (Coord.). **Trabalho infantil, desafio à sociedade: avaliação do programa de erradicação do trabalho infantil no período de 1996-97**. São Paulo: Pontifícia Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Especiais; Brasília: Secretária de Estado de Assistência Social, MPAS, 1999.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

CANIELLO, M. de M. et al. **A ocupação de sulanqueiro como estratégia de obtenção de renda.** Relatório de Pesquisa. Recife, 1997. Mimeografado.

CARRAHER, T. N. **Sociedade e inteligência.** São Paulo: Cortez, 1989.

CARRAHER, T. N.; CARRAHER, A.; SCLIEMANN, A. **Na vida dez na escola zero.** São Paulo: Cortez, 1989.

CARVALHO, Marco A. C. de. Pedagogia de rua: princípios extraídos de uma análise da prática. In: GROSSI, Esther P.; BORDIN, J. (Org.). **Construtivismo pós-piagetiano: um novo paradigma sobre aprendizagem.** Petrópolis: Vozes, 1993. p.103-123.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Trabalho precoce: qualidade de vida, lazer, educação e cultura.** Oficina sobre os impactos do trabalho precoce na saúde de crianças e adolescentes. Brasília, 1996. Mimeografado.

CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. **Lien Social et Politiques RIAC**, Montreal, CA, v. 34, out. 1996.

_____. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 26/27, p19-40, jan./dez. 1997.

_____. As metamorfoses do trabalho. In: FIORI, J. L. (Org.). In: **Globalização: o fato e o mito.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

CASTRO, R. V. de . Representações sociais da prostituição na cidade do Rio de Janeiro. In: SPINK, M. J. (Org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social.** São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 149-187.

CENTRO JOSUÉ DE CASTRO. **Os trabalhadores invisíveis: crianças e adolescentes dos canaviais de Pernambuco.** Relatório de Pesquisa. Recife, 1992/1993. [S l., 199-?]. Mimeografado.

CERVINI, R.; BURGER, F. O menino trabalhador no Brasil urbano dos anos 80. In: FAUSTO, Ayrton; CERVINI, Ruben. (Org.). **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80.** São Paulo: UNICEF, FLACSO: Cortez, 1991. p. 17-46; 227-242.

CLASSEIn: BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista.** Rio de Janeiro: Zahar, 1988. p. 62-66.

COHEN, A. K. A delinquência como subcultura. In: BRITTO, Sulamita. (Org.). **Sociologia da juventude III**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 133-146.

COSTA, A. C. G. da. A educação pelo trabalho. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 19, ano 6, p13-25, 1985.

_____. **Participar é preciso**. [S. l.]: Ministério da Ação Social, CBIA, 1990.

COSTA, A. R. **Sobrevivencia y Construcción de una Nueva Ciudadanía de Niños y Adolescentes Trabajadores Informales**: caso del Barrio de Pinheiros en San Pablo-Brasil. 1996. 164 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 1996.

CRU, D. Collectif et Travail de Métier; sur la Notion de Collectif de Travail. In: DEJOURS, C. (Org.). **Plaisir et Souffrance dans le Travail**. Paris: AOCIP, CNRS, 1987. p. 43-49.

_____. Langue de Métier et Organization du Travail. In: Le travail en chantier, plan construction et habit, Paris. **Anais du Colóquio**. Paris: [s. n. , 19--?].

_____. Les Régles du Métier. In: DEJOURS, C. (Org.). **Plaisir et Souffrance Dans le Travail**. Paris: AOCIP, CNRS, 1987b. t. 1.

CRU, D.; DEJOURS, C. Saberes de prudência nas profissões da construção civil: nova contribuição da psicologia do trabalho à análise da prevenção de acidentes na construção civil. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, n. 59 p. 30-34, jul./set. 1987.

DAMATTA, R. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DANIELLOU, F. et al .**Comprendre le travail pour le transformer**: la pratique de l'ergonomie. Paris: Editions ANACT, 1991.

DANIELLOU, F.; LAVILLE, A.; TEIGER, C. Ficção e realidade do trabalho operário. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v.17, n. 68, out/dez. 1989.

DEJOURS, C. Adolescence: l'ê masculin entre sexualite et societe. **Adolescence, Revue semestrielle de psychanalyse, psychopathologie et sciences humaines**, Paris, t. 6, n. 1, p. 89-116, 1988.

_____. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

_____. **O fator humano**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1997.

_____. **A loucura no trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez-Oborê, 1987a.

_____. Normalidade, trabalho e cidadania. **Cadernos do CRP**, Rio de Janeiro, out. 1991. Entrevista.

DEJOURS, C. Note de Travail Sur La Notion de Souffrance. In: _____. **Plaisir et Souffrance dans le Travail**. Paris: CNRS, 1987b.

_____. Por um novo conceito de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 14, n. 54, p. 7-11, abr./jun. 1986.

_____. Pour une psychologie dynamique du travail. **CFDT-AUJOURD'HUI**, Paris, n. 104, p. 15-28, fev. 1992.

_____. Problematiser la santé em ergonomie et em medecine du travail. In: CONGRÈS DE LA SOCIÉTÉ D'ERGONOMIE DE LANGUE FRANÇAISE, 1993, Genève. **Texte de l'exposé**. Genève, 1993.

_____. O que é a Psicopatologia do Trabalho? **Tempo Social**, São Paulo, v.1, n. 2, 1989.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas, 1994.

DEL PRIORE, M. **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

DESCHAMPS, J. C. Identidad, integración y singularización: el modelo de la covariación entre semejanzas y diferencias. **Anthropos Revista de Documentación Científica de la Cultura**, n. 124, p. 41- 44, sépt. 1991.

DIMENSTEIN, G. **A guerra dos meninos: assassinato de menores no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. Há brutalidade! E nós? **Revista do GEEMPA**, Porto Alegre, n. 2, p. 19-25. jan. 1993.

_____. **Meninas da noite: a prostituição de meninas-escravas no Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.

DOMINGUES, J. M. **Firmas e organizações, economia e Estado: subjetividades coletivas em uma perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS,PPGS,Laboratório de Pesquisa Social, 1994. (Caderno, 5).

_____. Sistemas sociais e subjetividade coletiva. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v.39, n. 1, p.5-31, 1996a.

_____. Sociology and the logic of theoretical research. **Sociology**, London, v. 30, n. 4, p. 763-783, nov. 1996b.

DOWBOR, L. **Capitalismo: novas dinâmicas, outros conceitos**. Disponível em: <www.ppbr.com/ld/capitalismo.shtml>. Acesso em: 14 abr. 2000.

DRAIBE, S.; WILNÊS, H. “Welfare State”, crise e gestão da crise: um balanço da literature internacional. **RBCS**, São Paulo, n. 6, v. 3, p. 54-78, fev. 1988.

DUARTE, L. F. D. **Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar : CNPq, 1988.

DUMONT, L. **Individualismo: uma perspectiva antropológica moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

DURAFFOURG, J. Um robô, o trabalho e os queijos: algumas reflexões sobre o ponto de vista do trabalho. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EMPREGO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO. Brasil e contexto internacional, São Paulo. **Texto apresentado**. São Paulo: DIEESE: CNPq, 1998. p. 123 – 144.

DUVEEN, Gerard. Crianças enquanto atores sociais: as representações sociais em desenvolvimento In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH. S. (Org.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

ELIAS, Norbert, **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. p. 11-60; 102-125.

ELSTER, Jon. **Peças e engrenagens das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

EL TRABAJO infantil: ¿ qué hacer? Documento Submetido a discusión de la Reunión Tripartita Oficiosa de Nivel Ministerial. Ginebra: Oficina Internacional del Trabajo, 1996.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Lisboa: Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1977 .

ERIKSON, E. **Infância e sociedade**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1976.

_____. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1976.

ESTADO. In: BOBBIO, N, et al. Dicionário de política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986, p. 225-231.

EXPERIÊNCIAS de contagem de crianças e adolescentes em situação de rua no Distrito Federal. **Debate Social**, ano 1, n. 1, p. 4 -51, 1995.

FALEIROS, V. de P. Infância e processo político no Brasil. In: PILOTTI, F.; RIZZINI, I. **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência a infância no Brasil. Rio de Janeiro: Amais, 1995. p. 49-98.

FARIA S. C. de. Jovens e adolescentes na agenda 21. **Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento**, Brasília, v. 1 , p. 49-56, ago. 1999.

FARIA, V. A montanha e a pedra: os limites da política social brasileira e os problemas de infância e de juventude. In: FAUSTO, Ayrton; CERVINI, Ruben. (Org.). **O trabalho e a rua**: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. São Paulo: UNICEF, FLACSO: Cortez, 1991. p. 195-225.

FENELON, G. M. et al. **Meninas de rua**: uma vida em movimento. Goiânia: UFG, CEGRAF, 1992.

FENICHEL, O. A critic of the death instinct. In:_____. **The collected papers of Otto Fenichel**. New York: W. W. Norton Co., 1953.

FERNÁNDEZ, F. **A integração do negro a sociedade de massas**. São Paulo: editor, 1964.

FERREIRA, R. M. F. **Meninos de Rua**: valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo. São Paulo: CEDEC, 1979.

- FIGUEIREDO, L. C. **A invenção do psicológico**: quatro séculos de subjetivação 1500-1900. São Paulo: Escuta, Educ, 1994.
- FOOT, F.; LEONARDI, V. **História da indústria e do trabalho no Brasil**. São Paulo: Global, 1982.
- FORASTIERI, V. **Children at work: health and safety risks**. Geneva: International Labour Office, 1997.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. **Vigiar e punir** : nascimento da prisão. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo: EDART, 1978.
- _____. **Sociedade e consciência**: um estudo piagetiano na favela e na escola. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- _____. **Sociedade e consciência**: um estudo piagetiano na favela e na escola. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- FREITAS, R. R. **Adolescentes trabalhadoras na rua**: as distribuidoras de folhetos. 1996. 178 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.
- FREITAS, M. C. de. **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.
- FREUD, S. O mal-estar da civilização. In: _____. **Obras psicológicas completas**. Rio de Janeiro: IMAGO, 1980. v. 21.
- FREYRE, G. **Casa grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 25. ed. Rio de Janeiro: Olympio, 1987.
- FRIEDMAN, G.; NAVILLE, Pierre. **Tratado de Sociologia do Trabalho**. São Paulo: Cultrix, 1973. v. 1.
- FUENTES, M. R. Setor informal e reestruturação produtiva: uma alternativa de emprego nos anos 90? In: CARLIHAL, L.; VALLE, R. **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: HUCITEC:ABET, 1997. p. 357-374.
- GAGNEBIN, J. M. Infância e pensamento. In: GHIRARDELLI JR., P. (Org.). **Infância escola e modernidade**. São Paulo: Cortez; Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1997. p. 83-100.

- GARFINKEL, H. **Studies in etnomethodology**. Cambridge: Polity Press, 1984.
- GASPAR, M. D. **Garotas de programa: prostituição em Copacabana e identidade social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- GIDDENS, A. **A Constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p. 1-31.
- _____. **A estrutura de classes das sociedades avançadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- GHIRARDELLI JR., P. **Infância escola e modernidade**. São Paulo: Cortez; Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1997.
- GNACCARINI, José Cesar. O trabalho infantil agrícola na era da alta tecnologia. In: MARTINS, José de Souza. (Coord.). **O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1993. p. 81-116.
- GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- GOMES, R. **O corpo na rua e o corpo da rua: a prostituição infantil feminina em questão**. São Paulo: Unimarco, 1996.
- GONÇALVES, M. de A. **Expostos, roda e mulheres: um estudo sobre o abandono de crianças no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. 1987. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1987.
- GORZ, André **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense, 1985.
- GRACIANI, M. S. S. A construção social da identidade de meninos(as) de rua. **Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 147-153, 1992.
- _____. **Pedagogia social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida**. São Paulo: Cortez, 1997.
- _____. Processo de abordagem das crianças e adolescentes de e na rua: desafios e perspectivas. In: SEMINÁRIO DE EDUCADORES DE RUA, 1, 1993, Porto Alegre. **Texto**. Porto Alegre, 1993. Mimeografado.

GUARESHI, N. M. de F. A criança e a representação social de poder e autoridade: negação da infância e afirmação da vida adulta. In : SPINK, M. J. P. (Org.). **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 212-233.

GUARESCHI, P. A. O programa do bom menino ou de como preparar mão-de-obra barata para o capital . **Revista de Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 27, ano 9. p. 127-138, 1988.

GUATTARRI, S. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 1990.

_____. **Um novo paradigma estético**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

GUATTARRI, S.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986 .

GUÉRIN, F. et al. **Comprendre le travail pour le transformer**: le pratique de l'ergonomie. Paris: ANACT, 1991.

GUERRA, C, A. A.; GUERRA, R. F. B. **A vida e o trabalho nas carvoarias**: riscos e impactos na saúde das crianças e dos adolescentes. Oficina sobre os impactos do trabalho precoce na saúde de crianças e adolescentes. São Paulo,1996. Mimeografado.

GUIGOU, J. Problemas de uma sociologia da juventude rural. In: BRITTO, Sulamita. (Org.). **Sociologia da juventude II**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 73-78.

GÜNTHER, I. de A. Adolescência e projeto de vida. **Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento**, Brasília, v. 1, p.86-92, ago. 1999.

HABERMAS, J. O Comportamento político dos estudantes comparado ao da população em geral. In: BRITTO, Sulamita. (Org.). **Sociologia da Juventude II**: por uma sociologia diferencial. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 115-132.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

HARVEY, D. **Condição-pós moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

HIRATA, H. S. Division internationale, division sexuelle du travail et santé. In: SÉMINAIRE FRANCO BRESILIEN. **Emploi, division du travail, division des risques et santé**. São Paulo: Université de São Paulo, 1984. p. 1-17.

HIRATA, H. S. Rappports sociaux de sexe et psychopathologie du travail. In: DEJOURS, C. (Dir.). **Plaisir et Souffrance dans le travail**. Orsay: AOCIP, 1988. p. 131-163. t 2.

_____. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. **Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho**, São Paulo, ano 4, n. 7, p. 5-27, set. 1998.

_____. Tecnologia, organização do trabalho e condições de trabalho: dos estudos de caso a um enfoque quantitativo. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 15., 1991. Caxambu, MG. **Trabalho apresentado**. Caxambu, MG. 1991.

HIRATA, H. S. Vida reprodutiva e produção: família e empresa no Japão. In: KARTCHEVSKY et al. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 63-78.

HIRATA, H. S.; KERGOAT, D. Divisão sexual e Psicopatologia do Trabalho. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 15, 1987. Águas de São Pedro, SP. **Trabalho apresentado**. Águas de São Pedro, SP. 1987.

HOMANS, G. The general propositions of exchange theory. In: WELLS, A. (Org.). **Contemporary sociological theories**. Santa Monica, Calif.: Goodyear Publishing Co, 1978.

HUTZ, C. S.; KOLLER, H. Questões sobre o desenvolvimento de crianças em situação de rua. **Estudos de Psicologia**, Porto alegre, v. 2, n. 1, p. 175-197, 1997.

HUTZ, C. S.; KOLLER, H.; BANDEIRA, D. R. Resiliência e vulnerabilidade em crianças em situação de risco. **Coletâneas da ANPEPP**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 12, p. 79-86. set. 1996.

IBGE. **O Brasil quer ver toda criança na escola**. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/todacri/>. Acesso em: 29 maio 1999.

_____. **Síntese dos Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro, 2001. p. 115-118.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL E ESTADUAL DA PARAÍBA. **Diagnóstico do setor informal das cidades de João Pessoa e Campina Grande**. João Pessoa, 1997.

JACÓ-VILELA, A. M.; MANCEBO, D. **Psicologia Social**: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p.7-13.

JUÀREZ, E. Crianças de rua: um estudo das suas características demográficas. In: FAUSTO, Ayrton; CERVINI, Ruben. (Org.). **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. São Paulo: UNICEF, FLACSO: Cortez, 1991. p. 91-115.

KALBERG, Stephen. **Max Weber's comparative sociology**. Cambridge: Polity, 1994. p. 1-19.

KERGOAT, D. Por uma problemática do processo de trabalho doméstico. In: KARTCHEVSKY,- BULBORT, A. et al. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 95-112.

_____. **A Propos de Rapports Sociaux de Sexes**. Revue M., Paris, n. 53/54 , p. 16-19, 1992.

KLEIN, M. **A Psicanálise das crianças**. Rio de Janeiro: Imago, 1979.

KNOBEL, M. Agressão: aspectos psicanalíticos. **Bol. Psiquiatria** , São Paulo, v. 10, n. 3 p. 130 - 135, 1977.

_____. Normalidade, responsabilidade e psicopatologia da violência da adolescência. In: LEVISKY, D. L. (Org.). **Adolescência e violência: conseqüências da realidade brasileira**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 40-52.

KOLLER, S. H.; HUTZ, C. S. Meninos e meninas em situação de rua: dinâmica, diversidade e definição. **Coletâneas da ANPEPP**, [Belo Horizonte], v. 1, n. 12, p. 11-34 , set. 1996.

KRAMER, S.; LEITE, M. I. et al. **Infância: fios e desafios da pesquisa**. Campinas: Papyrus, 1996.

LAJOLO, M. Infância de papel e tinta. In: FREITAS, M. C. de. (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 190-210.

LA ROCCA, C. de F. O resgate do desejo. **Revista do GEEMPA**, Porto Alegre, n. 2, p.19-26, jan. 1993.

LAURELL, A. C. Processo de Trabalho e Saúde. **Revista Saúde em Debate CEBES** , São Paulo, n. 11, 1982.

LAURELL, A. C.; NORIEGA, M. **Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário**. São Paulo: HUCITEC, 1989.

LAUTIER, B. Os amores tumultuados entre o Estado e a economia informal. In: **Contemporaneidade e Educação**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 1, p. 59-62, 1997.

LAUTIER, B. **Porque o informal não existe**. [S. l. , 199-?]. Mimeografado.

LAVINAS, L. Gênero, cidadania e adolescência. In: MADEIRA, F. (Org.). **Quem mandou nascer mulher?** Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1997. p. 11-43

LAVINAS, L; CASTRO, M. G. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 14., 1990. Caxambu, MG. **Trabalho apresentado**. Caxambu, MG. 1990.

LAZARTE, Rolando et al. **O setor informal na Paraíba**. Relatório de Pesquisa. João Pessoa: UFPB, Departamento de Ciências Sociais, 1996.

LEICZNEISKI, Lisiane. Corpo, virilidade e gosto pelo desafio: marcas de masculinidade entre os guris de rua. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 1, n .1, p.95-112, 1995.

LEITE, L. J. S. Fábrica e Vila Operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa. In: LOPES, L. et al. **Mudança social no nordeste**: a reprodução da subordinação. Estudos sobre trabalhadores urbanos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 41-98.

LEITE, L. M. **Brasil: um país de invencíveis**. [S. l. , 199-?]. Mimeografado.

_____. **O desenvolvimento da criança**. São Paulo: Nacional, 1978.

_____. **A magia dos invencíveis**. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. **A razão dos invencíveis**. Rio de Janeiro: UFRJ: ECO, 1996.

LEITE, M. L. M. O óbvio e o contraditório da roda. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. p. 98 -111.

LEME, G. B. de T. **A situação de vida e de trabalho do menor carregador em feiras - livres na cidade de São Paulo**. 1984. 132 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 1984.

LIMA, Ricardo; BURGER, Freda. **Participação do menor na força de trabalho brasileira nos anos oitenta**: caracterização e reflexões sobre política de emprego e política social. Rio de Janeiro : IPEA, IPLAN, 1988. (Texto para Discussão, 3.)

LIMA, J. C. **Trabalho, mercado e formação de classe**: estudo sobre operários fabris em Pernambuco. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 1996.

LIMA, J. C.; MEDEIROS, P. de T. **Cadernos de Textos**, João Pessoa, n. 15. 1990

LOBO, E. de S. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense: Secretaria da Cultura do Município de São Paulo, 1991.

LOBO, E.; HUMPHREY, J.; GITAHY, L.; MOYSÉS, R. Operárias divididas entre a casa e a fábrica. In: KARTCHEVSKY- BULPORT, A . et al. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 145-166.

LONDOÑO, F. T. A origem do conceito menor. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **A História da criança no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1991. p 129-145.

MACEDO, M. B. F. **En Tissant Voiles et Linceuls** – le rapport travail santé des ouvrières de Rio Tinto Nordeste du Brésil – Une Analyse des Rapports sociaux de Classe et de Sexe . 1993. 489 p. Thèse (Doctorat em Sociologie du Travail) Université Paris 7. Paris. 1993.

MACEDO, M. B. F. Lê vecu dès femmes dans une experience prolongee du chômage: usage social du temps et santé. **Cahiers du Gedisst**, Paris, n. 13, p. 29 – 39, 1995.

MACÊDO, M. de A . Trabalho de adolescentes socialmente assistidos: avanço ou recuo de uma política? **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 81-100, 1997.

MADEIRA, F. Pobreza, escola e trabalho: convicções virtuosas, conexões viciosas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 70-83, jan./mar. 1993.

_____. A trajetória das meninas dos setores populares: escola, trabalho ou reclusão. In: MADEIRA, F. (Org.). **Quem mandou nascer mulher?** Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997. p. 45-133.

MAISONNEUVE, J. **Introdução`a psicossociologia**. São Paulo: Nacional, 1977.

MANCEBO, D. Indivíduo e Psicologia: gênese e desenvolvimentos atuais. In: JACÓ-VILELA, A. M.; MANCEBO, D. (Org.). **Psicologia Social: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 33-46.

MANNHEIM, K. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITTO, Sulamita. (Org.). **Sociologia da Juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 69-94.

MARTINS, A. L. O impacto da automação no emprego: o caso do setor supermercadista e grandes magazines em João Pessoa (1995/1996). In: ENCONTRO REGIONAL DO TRABALHO , 2. , 1999. João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ABET, 1999. p. 409-429.

MARTINS, J. de S. **Massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1993.

MARTINS, M. V. Marxismo e subjetividade: uma leitura dos manuscritos de 44. In: BAPTISTA, L. dos S. (Org.). **Anuário do laboratório de subjetividade e política Rio de Janeiro**, ano 1 , v. 1, p. 11-43, 1992.

MARX, K. **Elementos fundamentais para a crítica da economia política (Grundrisse)**. 16 ed. Lisboa: Século XXI Editores, 1989.

MARX, K. Processo de trabalho e processo de valorização. In: _____. **O Capital - crítica da economia política**. O processo de produção do capital. São Paulo: DIFEL, 1987. v. 1. t 1.

_____. Trabalho, juventude e educação politécnica. In: BRITTO, Sulamita. (Org.). **Sociologia da Juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 15-18.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Novos Rumos, 1986.

MASIÀ, B. El acoso sexual y su impacto sobre la salud de las mujeres: consecuencias laborales y propuestas para afrontarlo. In: INTERNATIONAL CONGRESS WOMEM, WORK, HEALTH: gender equality and quality of life challenges for the new social times . Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 1999. p. 155-156.

MATEOS, Simone Biehler. Quem explora a mão de obra infantil. **Revista Atenção**, São Paulo, ano 1, n. 2, dez./jan. 1995/1996.

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.

MEAD, M. A jovem de Samoa e seu grupo de idade. In: BRITTO, Sulamita. (Org.). **Sociologia da Juventude III: a vida coletiva juvenil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 31-41.

MEAD, M. **Sexo e temperamento**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1979.

MEIRELLES, Z. V. **Vida e trabalho de adolescentes no narcotráfico numa favela no Rio de Janeiro**. 1998. 100 p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública)– Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Osvaldo Cruz, Rio de Janeiro. 1998.

MEIS, C. Uma questão de gênero: ensaio sobre sociabilidade, mulher, trabalho e prostituição. In: SILVA-FILHO, J. F.; JARDIM, S. (Org.). **A danação do trabalho**. Organização do trabalho e sofrimento psíquico. Rio de Janeiro: Te Cora, 1997. p. 265-288.

_____. de. Subjectivity, social suffering, liminality and suicide among prostitutes in Brazil. **Urban anthropology**, New York, v. 28, n. 1, p. 65-101, 1999.

MEIS, C. de; EMILIANO, A. B. F.; BRANDÃO, J. P. M. Prostituição: da vida fácil ao trabalho . **Cadernos do IPUB: Organização do Trabalho e Saúde Mental**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1995.

MELO, A. M. V. **O trabalho do menor: ilusão e realidade**. 1985. 187 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 1985.

MELO, H. P. de et al. Os serviços no Brasil: crescimento e emprego 1985/1995. In: ENCONTRO REGIONAL DO TRABALHO, 2. , 1999. João Pessoa. **Anais ...** João Pessoa: ABET, 1999. p. 430 - 462.

MENDES, R. **Patologia do trabalho**. Rio de Janeiro: Atheneu, 1995.

MESQUITA, Myriam. **Anotações de um estudo sobre trabalho, crianças e adolescentes**. [S. l., 199-?]. Mimeografado.

MESSING, K. **Comprendre le travail des femmes pour le transformer**. Bruxelas: CINBIOSE, BTS, 1999.

MILIBAND, R. Análise de Classes. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (Org.). **Teoria social hoje**. São Paulo: UNESP, 1999.

MILLER, Lilian. Condições de trabalho da criança e do adolescente urbanos. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS DO TRABALHO, 3., 1993. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ABET, 1993. p. 255-275.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: ABRASCO, 1992b.

_____. **O Limite da exclusão social: meninos e meninas de rua do Brasil**. São Paulo; HUCITEC, Rio de Janeiro: ABRASCO, 1993.

MINAYO, M. , C. de S. et al. O ventre perverso da mãe rua. In: LEAL, M. do C.; SABROZA P. C. ; RODRIGUES, R. H.; . BUSS, P. M. (Org.). **Saúde, ambiente e desenvolvimento**. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: ABRASCO, 1992a. p. 279-294.

MISSE, M. As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio. **Contemporaneidade e Educação**, Rio de Janeiro, ano 2, n.1, p. 93-116. maio. 1997.

MOISÉS, J. et al. O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais. In : _____. **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.15-29.

MONTEIRO, E. **Lendo com a boca e com o pensamento: a oficina de literatura como possibilidade de diálogo com crianças e adolescentes em situação de rua**. [S. l.] , 1995. Mimeografado.

MOORE JUNIOR , Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MOREIRA, E. R. F. et al. **Os caras pintadas de suor e fuligem da cana**. Relatório técnico de pesquisa. João Pessoa:, UFPB: CNPq, 1995 .

MOREIRA, E.; TARGINO, I. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1997.

MOREIRA, E. R. F.; TARGINO, I. O trabalho infanto-juvenil na agricultura paraibana: o caso da lavoura canavieira. **Cadernos de Estudos Sociais da Fundação Joaquim Nabuco**, Recife, v.14, n. 2, p. 343-366. jul./dez. 1998.

MOURA, E. B. B. de. Infância Operária e Acidente do Trabalho em São Paulo. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. p.112-128.

MOURA, M. A. **O trabalho precoce e a saúde de crianças e adolescentes**. Oficina sobre os impactos do trabalho precoce na saúde de crianças e adolescentes. Brasília, 1995. Mimeografado.

MOURA, W. A família contra a rua: uma análise psicossociológica da dinâmica familiar em condições de pobreza In: FAUSTO, Ayrton; CERVINI, Ruben. (Org.). **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. São Paulo: UNICEF,FLACSO: Cortez, p. 151-194. 1991.

MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Núcleo de Estudos da Violência da Universidade São Paulo. **Vidas em risco: assassinato de crianças e adolescentes no Brasil**. Rio de Janeiro, 1991.

MUNIZ, H. P. **A gestão do tempo de permanência do paciente de neurocirurgia no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho**. 2000. 172 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Coordenação dos programas de Pós-graduação em Engenharias, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2000.

MURARO, R. M. **Sexualidade da mulher brasileira**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

NASCIMENTO, A. M. **Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho, relações individuais e coletivas do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 1995.

NASCIMENTO, E. P. do. Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. **Caderno CRH**, Salvador, p. 29-47, jul./dez. 1994.

NECESSIDADES e direitos da criança e adolescente. **Cadernos do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Criança e o Adolescente**, São Paulo, n. 1, jun. 1995.

NEVES, M. Y. R. **Trabalho docente e saúde mental**: a dor e a delícia de ser (tornar-se) professora. 1999. 275 f. Tese (Doutorado em psiquiatria) - IPUB, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.1999.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Educação, saber, produção em Marx e Engels**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

NUNES, E. D. As ciências sociais em saúde no Brasil e na América Latina. In: COHN, A. et al. **Pesquisa social e saúde**. São Paulo: Cortez, 1992. p. 25-51.

OFFE, C. Trabalho: a categoria chave da sociologia? **RBCS**, São Paulo, v.4, n. 10, p. 6-20. jun. 1989.

_____. **Trabalho e sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. São Paulo: Biblioteca Tempo Universitário. 1989.

OFICINA INTERNACIONAL DEL TRABAJO. **El Sector Informal**: quince años despues. Santiago: PREALC, 1987.

OLIVEIRA, E. M. Um olhar de gênero sobre os riscos do processo de trabalho **Conteúdos básicos para uma ação sindical**. Saúde meio ambiente e condições de trabalho.[São Paulo]: CUT; Instituto Cajamar, 1995. Trabalho apresentado no Curso sobre saúde / Cajamar.

OLIVEIRA, F. **O informal revisitado**: Brasil e grandes regiões nos anos 80. Relatório Final. São Paulo: CEBRAP, 1990.

OLIVEIRA, O. de; PIRES, J. M. Trabalho da criança e do adolescente. In: FERNANDES, Reynaldo. (Org.). **O trabalho no Brasil no limiar do século XXI**. São Paulo: L.T.R., 1995.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção 138 e Recomendação nº 146 sobre a idade mínima de admissão a emprego, 1973**. Brasília: Gráfica Positiva, 1993.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. PROGRAMA INTERNACIONAL PARA A ELIMINAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL- IPEC. **Relatório das atividades no Brasil, biênio, 92/93**. Projeção do Biênio 94/95. Brasília: Editora Positiva, 1995.

PADRÃO, L. N. O trabalho na cana-de-açúcar: reestruturação produtiva e novas práticas gerenciais. **São Paulo em Perspectiva, Revista da Fundação SEADE**, v. 11, n. 1, p. 132-143, jan./mar. 1997.

PARAÍBA. Assembléia Legislativa. **Comissão parlamentar de inquérito sobre a prostituição infanto-juvenil na Paraíba**. João Pessoa ,1999. Disponível em: <<http://www.openline.com.br/~lcouto/prostit.htm>>. Acesso em : 22 mar. 1999.

PARAÍBA. Ministério do Trabalho. Delegacia Regional do Trabalho. **Diagnóstico do trabalho infanto-juvenil no Estado da Paraíba** . João Pessoa, 1996

PENA, M. V. J. **Mulheres e trabalhadoras**: presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PERFIL Sócio Econômico do Mecroempresário Ambulante de João Pessoa. João Pessoa: SEBRA,FEMIPE, 1996.

PILOTTI, F. **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência a infância no Brasil. Rio de Janeiro: Amais, 1995.

PILOTTI, F.; RIZZINI, I. A (Des)Integração na América Latina e seus Reflexos sobre a Infância. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 3. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ABET, 1993. p.277-297.

PIRES, Julio Manuel. Trabalho infantil e renda familiar: uma visão alternativa. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS DO TRABALHO, 3, 1993. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ABET, 1993. P. 299-306.

PIRES, Julio Manuel . O trabalho infantil na legislação brasileira . In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO, 4. , 1995. São Paulo. **Anais...** São Paulo: ABET, 1995. p.241-252.

PISTRAK. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

POSSAS, C. de A. **Saúde e trabalho**: a crise da previdência. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

QUEIROZ, José J. (Org.). **O mundo do menor infrator**. São Paulo: Cortez, 1984.

REVISTA DE LA OIT. Genebra: [s.n.], n . 16, 1996. p. 12 - 22.

_____ . Genebra: [s.n.], n. 4, 1993. p. 04 - 13.

REVISTA DO MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA. 10 Anos de Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Brasília: [s.n.], out. 1995.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIFKIN, Jeremy. **Fim dos empregos**. São Paulo: Markron Books, 1996.

RIZZINI, I. **Deserdados da sociedade**: os meninos de rua da América Latina. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária, 1995.

_____. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 376-406.

RIZZINI, I. et al. **A criança e o adolescente no mundo do trabalho**. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária: Amais, 1996.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. Menores institucionalizados e meninos de rua: os grandes temas de pesquisa na década de 80. In: FAUSTO, Ayrton; CERVINI, Ruben. **O trabalho e a rua**: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. São Paulo: UNICEF, FLACSO: Cortez, 1991. p. 69-90.

ROBERTS, N. **As prostitutas na História**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1998.

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental/transformações** – contemporâneas do desejo. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

ROSA, Cleisa M. M. (Org.). **População de rua**: Brasil e Canadá. São Paulo: HUCITEC, 1995.

ROSEMBERG, F. A LBA, o projeto casulo e a doutrina de segurança nacional. In: FREITAS, M. C. de. (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 108-128.

ROSENMAYR, L. A situação sócio econômica da Juventude de hoje. In: BRITTO, Sulamita. (Org.). **Sociologia da Juventude I**: da Europa de Marx à América Latina de hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p.133-173.

ROZITCHNER, L. Marx e Freud: a cooperação e o corpo produtivo. a expropriação histórica dos poderes do corpo. In: SILVEIRA, P.; DORAY, Bernard (Org.).

Elementos para uma teoria marxista da subjetividade. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

SABOIA, Ana Lúcia. Algumas considerações sobre trabalho das crianças de 5 a 9 anos a partir dos dados da PNAD. **Proposta Revista da Fase**, Rio de Janeiro, ano 26, n. 73, p. 70-78, jun. /ago. 1997.

SADER, E.; PAOLI, M. C. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro: notas de leitura sobre acontecimentos recentes. In: CARDOSO, R. (Org.). **A aventura antropológica: teoria e pesquisa.** São Paulo: Paz e Terra, 1986. p. 39-67.

SAFFIOTI, H. Exploração sexual de crianças. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, N. V. N. (Org.). **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder.** São Paulo: Iglu, 1989. p. 49 -95

SALAZAR, M. C. **O trabalho infantil nas atividades perigosas.** Ginebra: OIT,1993.

SALEM, T. Mulheres faveladas com a venda nos olhos. In: CAVALCANTE, M. E.; HEILBORN, M. L.; FIACHETTO P. (Org.). **Perspectivas antropológicas da mulher 1.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SAMPAIO, I. I. C.; RUIZ, E. M. **Trabalho precoce e psiquismo infantil.** São Paulo, 1996. Mimeografado.

SCAMBLER, G. et al. Women prostitutes in the AIDS era. **Sociology of Health Illness**, Boston, v. 12, n. 3, p. 260-273, 1990.

SCHWARTZ, Y. Trabalho e valor. **Tempo Social**, São Paulo, v. 8, n. 2 , out. 1996.

SEBRAE . **Perfil socioeconômico do microempresário ambulante de João Pessoa.** João Pessoa, 1997.

SELIGMANN-SILVA, E. Aspectos psicossociais da saúde do trabalhador. **Revista Travessia**, São Paulo, p. 17-21, set./dez. 1994a.

_____. Crise econômica, trabalho e saúde mental no Brasil. In: ANGERAMI, V. A. (Org.). **Crise, trabalho e saúde mental no Brasil.** São Paulo: Traço, 1987.

_____. **Desgaste mental no trabalho dominado.** Rio de Janeiro: UFRJ: Cortez, 1994b.

_____. A interface desemprego prolongado e saúde psicossocial. In: SILVA-FILHO, J. F.; JARDIM, S. (Org.) **A danação do trabalho**. Organização do trabalho e sofrimento psíquico. Rio de Janeiro: Te Cora, 1997. p. 19-63.

_____. A Inter- relação Trabalho-Saúde Mental: um estudo de caso. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 32, n. 4 , p 70-90, set./out. 1992.

_____. Repercussões das condições de trabalho sobre a vida familiar. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 39, p. 23s-27s, out. 1990. Suplemento 2.

SILVA, H. R. S.; MILITO, C. **Vozes do meio-fio**. Rio de Janeiro: Relume- Mumará, 1995.

SILVA-FILHO, J. F. et al. Organização do trabalho e saúde mental: estudo das relações entre a prevalência de doenças mentais e organização do trabalho bancário no município do Rio de Janeiro. In: _____. **Textos para discussão n.7**. Rio de Janeiro: Fórum de Ciência e Cultura ; Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

SILVA, José F. S. da .Algumas considerações sobre a questão da criança e do adolescente de rua. **Revista de Serviço Social e Sociedade**, São Paulo , v.15, n. 43, p. 125-135, dez. 1993.

SILVEIRA, P. Da alienação ao fetichismo: formas de subjetivação e de objetivação. In: SILVEIRA, P.; DORAY, Bernard (Org.). **Elementos para uma teoria marxista da subjetividade**. São Paulo: Edições Vértice, 1989.

SKOCPOL, T.; SOMMERS, M. The uses of comparative history in macrossocial inquiry. In: SKOCPOL, T. **Social revolutions in the modern world**. New York: Cambridge University Press, 1995. p. 72-95.

SOROKIN, P. A. **Sociedade, cultura e personalidade**: sua estrutura e sua dinâmica. Porto Alegre: Globo, 1968.

SOUZA, P. R. **Sector informal**: evaluación crítica después de 10 años. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1985. Mimeografado.

SPINDEL, Cheywa R. **Crianças e adolescentes no mercado de trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SPOSATI, A. de O. Prefácio. In: YAZBEC, M. de C. **Classes subalternas e assistência social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996. p. 9-12.

SPOSITO, M. P. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade, **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 5, n. 1-2, p. 161-178, nov. 1994.

TAJFEL, H. **Grupos humanos e categorias sociais**. Lisboa: Livros Horizontes, 1981-1982.

TEORIA crítica da família. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. de A. (Org.). **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 1993. p. 49-79.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 2.

TOKMAN, V. E. **Na exploration into the nature of informal – formal sector relationships** World Development. Oxford: Pergmon Press, 1978. v. 6. p.1065-1076.

TOKMAN, V. E.; SOUZA, P. R. El sector informal urbano en América Latina. **Revista Internacional del Trabajo**, Ginebra, v. 94, n. 3, nov./dec. 1976.

TRABALHO. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. p. 773-774.

O TRABALHO precoce empobrece o homem. **ISTO É**, São Paulo, n. 1439, p. 35-42, abr. 1997.

UNICEF. **Crianças e adolescentes na paraíba: saúde, educação e trabalho**. [S. l.], 1992.

_____. **Mobilizing corporations to eradicate child labour in Brazil: a study of strategies developed by the Abrinq foundation for children's rights**. São Paulo, 1996.

UNICEF. **O trabalho em carvoarias: os riscos permanentes a saúde de homens, mulheres e crianças**. Mato Grosso do Sul, 1997.

VAITSMAN, J. Subjetividade e paradigma. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 3-10, maio/ago. 1995.

VALA, J. As representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da psicologia social 3. In: CAMINO, L. (Org.). **Conhecimento do outro e a construção da realidade social: uma análise da percepção e da cognição social**. João Pessoa: Editora Universitária, 1996. p. 120-159. (Série Monografia em Psicologia Social).

- VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- VIDAL, Mário César. A materialidade da organização do trabalho como objeto da intervenção ergonômica. In: SILVA-FILHO, J. F.; JARDIM, S. (Org.). **A danação do trabalho**. Organização do trabalho e sofrimento psíquico. Rio de Janeiro: Te Cora, 1997. p. 89-138.
- VIEIRA, M. A. da C. et al. **População de rua: quem é, como vive, como é vista**. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- VOGEL, Arno; MELLO, Marco A. da S. Da casa à rua: a cidade como fascínio e descaminho. In: FAUSTO, Ayrton; CERVINI, Ruben. (Org.). **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. São Paulo: UNICEF, FLACSO: Cortez, 1991. p. 133-150.
- VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- WALLERSTEIN, Immanuel. Sistema-mundo. In: OUTHWAITE, William et al. (Org.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- WANDERLEY, J. C. V. A pequena produção no nordeste: critérios para seleção dos trabalhadores. **Revista Estudos de Sociologia, Recife**, v. 2, n. 2, on line, 1996.
- WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 12. ed. São Paulo: Pioneira, 1997.
- WISNER, A. **Por dentro do trabalho**. Ergonomia: método & técnica. São Paulo: FTD; Oboré, 1987.
- WOOD, S. O modelo japonês em debate: pós-fordismo ou japonização do fordismo. **RBCS**, São Paulo, n. 17, ano 6, p. 28-52, out. 1991.
- YANNOULAS, Silvia C. **Meninas de/na rua e a sua socialização nas ruas**. Projeto FLACSO/UNICEF. [S. l.], 1992. Mimeografado.
- ZALUAR, A. Exclusão e políticas: dilemas teóricos e alternativas políticas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 35, p 29-45, out. 1997.